



Prêmio
CTCH

Cada luto, uma luta:
narrativas e resistência de mães contra a violência policial

Etyelle Pinheiro de Araújo

EDITORA
PUC
RIO

**nu
ma**
EDITORA

**Cada luto, uma luta:
narrativas e resistência de mães contra a
violência policial**

**Reitor**

Prof. Pe. Anderson Antonio Pedroso, S.J.

Vice-Reitor Geral

Prof. Pe. André Luís de Araújo, S.J.

Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos

Prof. José Ricardo Bergmann

Vice-Reitor para Assuntos Administrativos

Prof. Ricardo Tanscheit

Vice-Reitor para Assuntos Comunitários

Prof. Augusto Luiz Duarte Lopes Sampaio

Vice-Reitor para Assuntos de Desenvolvimento e Inovação

Prof. Marcelo Gattass

Decanos

Prof. Júlio Cesar Valladão Diniz (CTCH)

Prof. Francisco de Guimaraens (CCS)

Prof. Sidnei Paciornik (CTC)

Prof. Hilton Augusto Koch (CCBS)

ETYELLE PINHEIRO DE ARAÚJO

**Cada luto, uma luta: narrativas e resistência
de mães contra a violência policial**





©Editora PUC-Rio

Rua Marquês de S. Vicente, 225 – Casa da Editora PUC-Rio

Gávea – Rio de Janeiro – RJ – CEP 22451-900

T 55 21 3527-1760/1838

edpucrio@puc-rio.br

www.editora.puc-rio.br

Conselho Gestor da Editora PUC-Rio

Augusto Sampaio, Danilo Marcondes, Felipe Gomberg, Francisco de Guimaraens,
Hilton Augusto Koch, José Ricardo Bergmann, Júlio Cesar Valladão Diniz, Marcelo
Gattass, Sidnei Paciornik.



Editora Numa

www.numaeditora.com

Edição: Adriana Maciel

Coordenação Editorial: Julia Mendes

Produção Editorial: Marina Mendes

Projeto Gráfico do Miolo: Design de Atelier/Fernanda Soares

Desenho de Capa: Fernanda Soares

Araújo, Etyelle Pinheiro de Araújo

Cada luto, uma luta: narrativas e resistência de mães contra a violência policial/
Etyelle Pinheiro de Araújo – Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio : Numa Editora, 2022.
1 recurso eletrônico (202 p.) : il.

Originalmente apresentado como tese da autora (doutorado

-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras) Inclui
bibliografia

ISBN Numa Editora (e-book): 978-65-87249-83-4

Criado em 2017 pelo Decanato do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio, o Prêmio CTCH de Teses tem como objetivo laurear e dar reconhecimento e visibilidade para as melhores teses de Doutorado defendidas entre 2019-2021 nos Programas de Pós-graduação em Design, Educação, Estudos da Linguagem, Filosofia, Literatura, Cultura e Contemporaneidade, Psicologia Clínica e Teologia, e para a melhor dissertação de Mestrado em Arquitetura.

Os critérios de premiação consideraram a originalidade dos trabalhos e sua relevância para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, social e de inovação. Os Programas de Pós-graduação selecionaram internamente os trabalhos premiados, verificando a adequação das pesquisas ao patamar elevado de qualidade exigido.

A publicação deste livro é resultado da parceria entre o Decanato do CTCH, os Departamentos do Centro, a Editora PUC-Rio e a Numa Editora, com apoio da Vice-Reitoria Acadêmica.

Rio de Janeiro, novembro de 2022

Júlio Diniz
Decano do CTCH

Monah Winograd
Coordenadora Setorial de Pós-graduação e Pesquisa do CTCH



Decanato do
CTCH

Para todas as mães guerreiras que lutam incessantemente por justiça.

*À memória de Dona Júlia, Vera, Janaína e Flora – mães que guerrearam
até o fim de suas vidas.*

À memória dos meus queridos avós – a saudade da minha vida.

À memória de meu pai – o meu alicerce.

Agradecimentos

A jornada acadêmica é permeada por uma intensa troca com colegas pesquisadores, mas também por muita solidão nos momentos de pesquisa, escrita e revisão. Nesse processo, a vida social fica prejudicada e familiares e amigos acabam ficando de lado – no entanto, a paciência e o apoio deles é o que nos mantém sãos, muitas das vezes. Sou grata a cada um que, de maneira direta ou indireta, me deu suporte e contribuiu para o desenvolvimento desta pesquisa. Porém, algumas figuras centrais merecem um agradecimento especial. Vamos a elas.

Primeiramente, agradeço aos familiares e apoiadores que integram o Núcleo de Mães Vítimas de Violência, a Rede de Comunidades e Movimentos contra Violência e o movimento social Mães de Manguinhos. Às mães, meu muito obrigada pelo acolhimento, por me ensinarem os significados da luta por um mundo mais justo e me permitirem lutar ao lado de vocês. Sem vocês, este trabalho não existiria.

Às minhas queridas orientadoras Liliana Cabral Bastos e Liana de Andrade Biar, as minhas Lilis, pela parceria, pela confiança depositada em mim desde o princípio dessa empreitada, pelas preciosas sugestões e por embarcarem nas minhas ideias para o desenvolvimento deste projeto. “Presentemente eu posso me considerar um sujeito de sorte”, porque tive essas duas mentes brilhantes, pessoas de uma generosidade ímpar, ao meu lado.

Ao CNPQ, à PUC-Rio e ao programa CAPES/PDSE pelos auxílios concedidos, sem os quais a pesquisa que foi premiada e deu origem a este livro não poderia ter sido realizada.

A todos os professores que me apoiaram e me ensinaram, especialmente à Susan Eckstein que tão gentilmente me acolheu como aluna e me abriu portas para aprofundar minha pesquisa em diversos departamentos da Boston University, e ao professor Alejandro de la Fuente, que me recebeu na Universidade de Harvard e me apresentou uma nova comunidade, o Afro-Latin American Research Institute – ALARI – local onde cresci e amadureci, não apenas como pesquisadora, mas também como cidadã da América Latina.

Aos integrantes do grupo de pesquisa NAVIS, especialmente, à Naomi Orton, que, mais do que amiga e parceira de pesquisa – quase uma “co-coorientadora” – é família. Muito obrigada por trilhar comigo os caminhos e descaminhos da vida acadêmica.

À minha família, especialmente, à minha mãe, pelo incentivo, e ao meu irmão Italo, por todo suporte emocional (e logístico), sem o qual eu não teria chegado tão longe.

Por último, mas não menos importante, meu muito obrigada ao Fábio Peixoto, companheiro que escolhi para a vida. Obrigada por acreditar em mim, mais do que eu mesma, e me impulsionar a sonhar alto.

SUMÁRIO

Apresentação	11
Introdução	14
2. A Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência no contexto dos movimentos sociais contemporâneos	20
3. Pressupostos Metodológicos	26
4. A centralidade das narrativas em movimentos sociais como a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência	45
Ana Paula – uma luta que é coletiva	63
Janaina – Enquanto eu tiver vida, eu vou atrás dessa justiça	67
Fatinha – A luta por justiça como uma luta contra o estigma	69
Fátima Pinho – o Estado que destrói vidas	73
José Luiz – O “auto de resistência”: denúncias e engajamento	76
5. O contexto histórico – as relações raciais no Brasil	82
6. Os efeitos do Racismo	98
7. O poder militante da maternidade	135
8. Narrativas e emoções	146
9. Do luto à luta – reflexões finais	172
A (des)banalização do luto e ações de (re)existência	176
10. Referências bibliográficas	186
ANEXO I	203

Apresentação

Um Estado-Janus e a travessia das fronteiras disciplinares

Maria Claudia Coelho

Este livro de Etyelle Araújo aborda, sob uma perspectiva dos estudos da linguagem, narrativas de mães de rapazes mortos pela violência policial, em sua maioria negros. O problema de pesquisa é o modo como essas mães transformam sua dor em *narrativas de engajamento*, fazendo do sofrimento um motor para a participação em movimentos sociais que demandam do Estado justiça para seus filhos.

A construção do problema se ancora, assim, no entrelaçamento de quatro temas: a maternidade, a violência policial, o racismo e o ativismo político. O ângulo analítico, por sua vez, também não é monolítico, conjugando análise de narrativas com teoria social, transitando entre o nível micro da análise laboviana e o nível macro de questões hoje centrais na compreensão do Brasil – como o racismo em sua articulação com a violência policial.

Em suas conclusões, Etyelle Araújo propõe um instigante paradoxo: a convivência entre duas representações do Estado. De um lado, haveria um Estado “algoz”, aquele que, em uma de suas muitas faces, priva essas mães de seus filhos por meio da violência policial. A esse Estado algoz, se opõe um Estado “redentor”, representado pelas instâncias judiciárias às quais se recorre em busca de reparação.

Essa dupla função do Estado, foco da conclusão do livro, nos leva ao cerne do mérito maior que gostaria de destacar aqui. Para além de diversas outras qualidades – como a fluidez da escrita, o rigor metodológico, a densidade analítica ou a relevância política do tema -, o trabalho de Etyelle Araújo instiga pelo transbordamento das fronteiras disciplinares tantas vezes demarcadas de forma excessivamente rigorosa entre os estudos da linguagem e as ciências sociais. Apartadas por desenhos institucionais e sua cristalização em “áreas de conhecimento”, linguagem, sociedade e cultura se entranham aqui na construção do argumento, apontando assim um caminho para a retomada do diálogo fundador dessas disciplinas atualmente concebidas de maneira tão estanque e, porque não dizer, empobrecedora.

A análise dessas narrativas de perda, de dor e de luto, transformadas em ativismo, tem assim como ponto alto a identificação desse Estado-Janus, com sua dupla face de “algoz” e “redentor”, que ao olhar para o passado mostra a violência policial, o racismo e o sofrimento daí decorrentes, e ao olhar para o futuro mostra a esperança de uma redenção por meio da justiça.

*O problema não é meu, nem seu
é nosso, não sabia?!
punhos cortando o ar
mostram não somos minoria
Hoje o Quilombo vem dizer
Favela vem dizer
A Rua vem dizer
que é **NÓS** por **NÓS***

Mano Teko

Introdução

e a gente está aqui hoje porque a gente quer resposta (.) é o mínimo (.) é o mínimo (.) é o mínimo que podem nos dar como resposta (.) cada familiar aqui queria os nossos filhos, só queríamos o direito de estar com nossos filhos, e isso está sendo negado.

Ana Paula, abril de 2017

O fragmento com que abro esta introdução é parte do discurso de Ana Paula, fundadora do Movimento Mães de Manguinhos, que atua em parceria com a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência (doravante, Rede). Ela perdeu seu filho, Johnatha, em 2014, em uma operação policial na favela de Manguinhos, localizada na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Após a morte dele, Ana Paula se engajou em movimentos sociais para lutar por justiça. Esse discurso foi gravado durante uma manifestação em frente ao Ministério Público da cidade. O intuito do protesto era cobrar maior agilidade do órgão nas investigações de casos de violência policial nas favelas do Rio de Janeiro.

Mães protestando em praça pública contra ações do governo não constituem, necessariamente, eventos extraordinários na história – *Las Madres de Mayo* são, possivelmente, o movimento mais célebre de que temos registro. Tampouco é tratado como extraordinário pela sociedade em geral o alto número de jovens negros mortos durante operações policiais nas favelas – a cada ano que passa os números aumentam – por exemplo, em 2019, foram 1.814 mortes no estado do Rio de Janeiro. O que torna singular a ação de mulheres como Ana Paula é como fazem uso de repertórios como a narrativa para lutar por justiça. No ato coletivo de narrar elas sublinham a recorrência de violações dos Direitos Humanos por parte dos policiais e a falta de investigação apropriada, o que evidencia a lógica de atuação do sistema como um todo. Para além dos efeitos discursivos que a manifestação dessas mulheres produz, o próprio engajamento delas com um ativismo sustentado é outro evento extraordinário. A maneira como narram, como contam as suas histórias como se fossem a dos seus pares e a forma como produzem explicações de ordem macrossocial para suas dores pessoais é outro elemento a ser destacado. Ana Paula fala em nome do grupo, demandando do Estado, o responsável pela morte de seu filho, uma resposta para o seu caso – o mínimo que eles poderiam prover diante da ausência de Johnatha.

Mas como é possível lutar por justiça depois de viver uma dor tão profunda? Como se colocar de pé e exigir dos próprios responsáveis pela morte, a reparação? Ou haveria alguma outra opção senão lutar?

Essas indagações me acompanham desde a primeira vez em que vi Ana Paula e outras mães narrando ao microfone em locais públicos do Rio de Janeiro. Fiquei em choque, hipnotizada pela força dessas mulheres e profundamente tocada por suas histórias. Um tempo depois, procurei saber mais sobre quem eram essas manifestantes e me engajei na Rede de Comunidades e Movimentos contra Violência como apoiadora. O ativismo e fascínio pela luta dessas mulheres me levaram ao desenvolvimento da pesquisa que deu origem a este livro,¹ que tem como objetivo maior compreender como indivíduos se engajam em movimentos sociais para lutar por justiça após vivenciarem um trauma como a morte de um filho. Isso envolve o estudo de como se dá, de um ponto de vista discursivo, a transformação do luto, da dor de perder um ente querido em revolta, em ação política.

Para dar conta desse empreendimento, o estudo se organiza em torno de quatro esferas: narrativas – a centralidade das histórias que os familiares contam como forma de reivindicar justiça; resistência – o papel dessas histórias na produção de resistência ao racismo e às políticas de segurança pública direcionadas à alegada “guerra às drogas”; maternidade – como a categoria “mãe” caracteriza-se enquanto instrumento de ação política; e gerenciamento das emoções – a transformação do sofrimento em ação política.

Exemplificando cada esfera, elegemos² como ponto de partida e objeto privilegiado de análise as narrativas de familiares que compõem movimentos sociais como o Mães de Manguinhos e a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência. Fazemos isso baseadas na premissa segundo a qual narrar é uma forma de produzir sentido sobre o mundo, e no entendimento da análise de narrativa como maneira de gerar conhecimento sobre o que acontece na vida social (Bastos, 2005; Bastos; Biar, 2015). No caso desta pesquisa, as narrativas podem indicar os processos pelos quais esses familiares transformam o luto em luta. Para além de modos de organização da experiência humana (Bruner, 1997), a narrativa ainda se traduz como um poderoso dispositivo utilizado pelos movimentos sociais para exigir suas demandas na esfera pública (De Fina, 2020; Araújo; Biar; Bastos, 2020). Nesse sentido, a Rede e outros movimentos sociais funcionam como importantes instrumentos de mediação entre as mães de vítimas da violência policial e o Estado.

Outra esfera de nosso estudo versa sobre a resistência. Resistir, mais do que não ceder ou não sucumbir, significa colocar obstáculos que impeçam a ma-

1 O presente livro é uma versão com algumas reduções da tese original, disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/54816/54816.PDF>>.

2 Não se faz uma pesquisa deste porte sozinho. É um projeto que envolve estudo, dedicação, debate e orientação. Sendo assim, optei por escrever este texto fazendo uso da primeira pessoa do plural, pois entendo que são vários os pesquisadores e ativistas que fazem parte do “nós” descrito aqui, que de alguma maneira cola-

nutrição da ação a qual se resiste. No caso da luta das mães, compreendemos que a presença delas nas ruas e a insistência junto ao judiciário caracterizam-se como formas de resistência à manutenção de políticas e leis consideradas racistas, que geram as mortes da população negra nas favelas – resistência que abordaremos aqui como práticas de reexistência e de esperança (Souza, 2009; Silva; Lee, 2020). O cenário mais amplo onde as práticas de resistência dessas mães estão inseridas trata do país que conta com uma das polícias mais letais da América Latina, sendo que somente o Estado do Rio de Janeiro, soma o maior número de homicídios decorrentes de intervenção policial do Brasil, isto é, quando a morte de um indivíduo é alegada como legítima defesa do policial (ou fruto do cumprimento do seu dever). Em função da história do desenvolvimento das relações raciais brasileiras, é possível relacionarmos esse cenário com o código postal onde a maioria desses óbitos se dão e com a cor da pele de suas vítimas. Observar o contexto no qual as mães atuam põe em destaque o trabalho político que a manutenção do ativismo dessas mulheres exerce na esfera pública: produzir denúncias e demandar mudanças significativas no campo das leis brasileiras e do sistema judiciário.

Engajar-se em movimentos sociais envolve mais do que trabalho político, no sentido de identificar-se com uma causa social e buscar meios para fazê-la possível. Envolve trabalho emocional – especialmente quando se refere a emoções como o luto, consideradas delicadas. Envolve, portanto, o gerenciamento das emoções. O contexto histórico e as emoções são questões que fazem parte da investigação de como as mães participantes da Rede transformam o luto em luta. Sendo um movimento composto, majoritariamente, por mães, a maternidade é um importante elemento da luta.

A partir do objetivo mais geral de nosso estudo, elencamos três perguntas que guiaram a análise dos dados gerados por meio de gravação das manifestações públicas organizadas por movimentos sociais compostos por familiares de vítimas da brutalidade do Estado:

- 1) *Como se constituem as narrativas de engajamento enunciadas pelos familiares participantes de movimentos sociais como a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência?*
- 2) *Como emoções e sofrimento são organizados nas narrativas desses familiares?*
- 3) *Que mecanismos discursivos são utilizados nessa articulação?*

boraram com as análises e debates teóricos, mas dedico esse uso àquelas que considero as coautoras deste projeto, as professoras Liliana Cabral Bastos e Liana de Andrade Biar.

Tendo em vista a articulação entre as quatro esferas que permeiam esta investigação, os capítulos que se seguem visam debater e gerar compreensão a respeito dos seguintes tópicos: *i*) como questões de ordem macrossocial, como o racismo e as políticas de segurança pública, são tornadas relevantes na transformação do sofrimento em revolta; *ii*) que papel o pertencimento à favela exerce nas narrativas; *iii*) como os familiares constroem laços de solidariedade em seus discursos; *iv*) quais são os significados do ativismo sustentado, isto é, da permanência na luta por justiça após o arquivamento do caso ou do Inquérito Policial.

Para dar conta dessas questões, o capítulo 2, de contextualização, apresenta de forma mais específica como se dá a atuação da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência e a posiciona no debate sobre os movimentos sociais.

O capítulo 3 trata dos pressupostos metodológicos e dos procedimentos adotados para a geração de dados e análise, inserindo esta pesquisa como parte dos estudos de base qualitativa interpretativista com observação participante. Apresenta como estou inserida no contexto da pesquisa – como ativista e pesquisadora branca, de classe média e moradora de área central da cidade – produzindo reflexões sobre a distância entre a minha vivência e as experiências das mães participantes de movimentos sociais como a Rede e sobre a importância desse entendimento para o desenvolvimento deste estudo. O capítulo traz ainda uma importante questão metodológica, a ética na pesquisa.

Com o intuito de destacar as quatro esferas e objetivos específicos deste estudo, os capítulos seguintes são a um só tempo teórico e analíticos, focando em cada um dos temas em questão. Assim, cada capítulo debate um tópico em termos de sua teoria e “materializa” a questão com a análise dos fragmentos narrativos.

O capítulo 4 aborda a centralidade das narrativas nos protestos organizados pela Rede em parceria com outros movimentos sociais. Localizamos em que tipo de análise discursiva nosso estudo se insere – a análise de narrativa – compreendida como forma de organização da experiência humana (Bruner, 1997). Apresentamos os elementos labovianos como importante entrada para a identificação do que é uma narrativa, ressaltando que tais elementos serão utilizados em interface com os estudos que contemplam os aspectos da narrativa referentes aos valores socioculturais e interacionais que fundamentam a prática discursiva, também apresentados no capítulo (Riessman, 1993; Linde, 1993; Bruner, 1997; Moita Lopes, 2001; Bastos; Biar, 2015). Para a análise, destacamos categorias presentes nos estudos de Linde (1993) e Bruner (1997), que estudam a coerência na narrativa, isto é, como causalidades são atribuídas a fim de produzir explicações para os eventos narrados – no caso de nossa pesquisa, compreendemos essas causalidades como racionalizações (Thompson, 1995) para os eventos que circun-

dam a morte dos jovens nas favelas. A análise que finaliza esse capítulo observa os elementos constituintes das narrativas elaboradas nos protestos organizados pela Rede e outros movimentos de mães, que chamamos de **narrativas de engajamento**. Os próximos capítulos analisam como esses elementos são mobilizados nos mecanismos discursivos e no gerenciamento das emoções.

O contexto histórico que envolve morte de jovens nas favelas e a luta de suas mães foi dividido entre os capítulos cinco e seis. O capítulo 5 apresenta o contexto macrossocial. Compreende que a história das relações raciais no Brasil tem influência direta na forma como a sociedade é contemporaneamente estruturada, mais especificamente, como o Judiciário e as políticas de segurança pública são organizadas. Esse capítulo é teórico e constrói uma base histórica para a discussão do capítulo seguinte, de maneira a dar “zoom” no desenvolvimento das relações raciais, debatendo o conceito de raça e de racismo, bem como a possibilidade de resistência e construção de uma identidade negra. A história dessas relações no Brasil posicionou, ou melhor, tentou posicionar, o negro no lugar da subordinação – seja por meio da escravidão, seja por meio da pobreza, ou, ainda, da criminalização. A luta das mães aqui focalizada se insere no centro dos embates discursivos sobre esse lugar e produz resistência a ele.

Já o capítulo 6 apresenta o contexto mais imediato que participa das mortes nas favelas, que se traduz em consequências específicas do racismo: a tipificação “auto de resistência” e os trâmites jurídicos subsequentes. Nesse capítulo, focamos no estado do Rio de Janeiro e na escalada da letalidade policial, fruto do tipo de política de enfrentamento adotada no “combate às drogas”. Também desenvolvemos reflexões sobre o lugar favela, sua importância no cenário dessa “guerra” e no contexto de luta das mães. Encerramos o capítulo com a análise dos fragmentos narrativos que acionam o contexto macrossocial do racismo, necropolítica, preconceito e políticas de segurança pública como causalidades que atribuem certa coerência racionalizada para explicar as mortes nas favelas.

Sendo a Rede um movimento formado majoritariamente por mães, reservamos o capítulo 7 para debater a maternidade negra enquanto instrumento de luta política. Discorremos brevemente acerca do significado da maternidade negra e suas diferenças em relação à maternidade branca; e como a luta das mães engajadas na Rede e em outros movimentos é interseccional, atravessada por questões de raça, classe e gênero. A análise que finaliza o capítulo investiga como o “ser mãe” é incorporado pelas participantes de movimentos sociais e funciona como categoria de pertença em que luto e luta são compartilhados como ferramentas de ação política.

Por fim, o capítulo 8 disserta sobre o gerenciamento das emoções. Apresentamos a área de Antropologia das Emoções e como os estudos das emoções

têm sido acionados para a investigação dos movimentos sociais. A noção de choque moral – evento que suscita indignação capaz de catalisar emoções e levar indivíduos a participarem de mobilizações e movimentos – (Jasper, 1997) é a categoria que elegemos, junto à análise de narrativa, para o estudo de como os familiares de vítimas da violência policial se engajam em movimentos sociais. Encerramos o capítulo analisando os fragmentos narrativos, buscando compreender como o choque moral é construído nas histórias que esses familiares contam e como, por meio de suas performances narrativas, eles gerenciam suas emoções.

O capítulo 9 finaliza o livro e, além das considerações finais sobre a análise, apresenta reflexões sobre os efeitos discursivos que a luta das mulheres participantes de movimentos sociais como o Mães de Manguinhos e a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência produz. Para além de resistência contra o racismo estrutural e denúncias contra a lógica de atuação do sistema como um todo, “as narrativas dessas mulheres produzem reexistência” (Souza, 2009), na medida em que se impõem à frequente banalização da morte de jovens negros nas favelas. Ao reenquadrar essas mortes como parte de um sistema, essas mulheres tiram seus filhos da esfera das estatísticas e atribuem um rosto aos números, às consequências do racismo – elas humanizam as vítimas, o que intensifica a denúncia que fazem.

2. A Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência no contexto dos movimentos sociais contemporâneos

A gente sabe que a gente está ativa, está militando, está resistindo o tempo todo.

Marielle Franco.

No Brasil, temos algumas mobilizações e movimentos sociais de mães anteriores à fundação da Rede. O presente capítulo aborda o contexto histórico de formação e atuação da Rede, depois segue com uma reflexão que a insere nos estudos movimentos sociais.

Nossos mortos têm mães – a atuação dos familiares de vítimas da violência policial

Ao longo dos anos 1990, várias mobilizações contra a violência policial nas favelas aconteceram na cidade do Rio de Janeiro. Em julho de 1990, onze jovens moradores de Acari (uma favela localizada na Zona Norte do Rio) desapareceram de um sítio, na cidade de Magé (interior do Estado do Rio de Janeiro). Uma testemunha contou que eles foram levados por homens que se identificaram como policiais militares. Os corpos desses jovens nunca foram encontrados; o episódio ficou conhecido como Chacina de Acari. As mães dos desaparecidos se uniram na luta por respostas e por justiça e acabaram formando um grupo que ficou conhecido como Mães de Acari. Em 1993, uma delas foi assassinada após sofrer uma série de ameaças. Esse é um dos primeiros movimentos organizados por mães de vítimas da violência policial na cidade do Rio de Janeiro, no período pós-ditadura militar.³ Apesar de o caso ter sido arquivado, essas mães ainda cobram uma resposta das autoridades.

Outras mobilizações ocorreram ao longo dos anos 1990 e 2000, com a participação de grupos de várias comunidades. Em 23 de julho de 1993, policiais militares atiraram contra cerca de 70 pessoas que estavam dormindo nas proximidades da Igreja da Candelária, localizada no Centro do Rio de Janeiro. Oito jovens foram assassinados nessa ocasião, que ficou conhecida como Chacina da Candelária.⁴ Os familiares das vítimas e militantes que lutam contra a violência

³ Ao longo da ditadura militar formaram-se outras mobilizações e movimentos sociais compostos por ativistas e familiares de desaparecidos ou mortos da ditadura, como a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil e o Movimento Feminino pela Anistia.

⁴ Quatro policiais do 5º Batalhão da Polícia Militar foram acusados e condenados pelo crime e um ex- PM morreu antes de ser julgado. No entanto, três dos condenados saíram antes de completar 20 anos de pena,

do Estado formaram o grupo Candelária Nunca Mais!, movimento de resistência que realiza atividades em frente à igreja todo dia 23 de julho para homenagear as vítimas e denunciar os abusos cometidos por policiais.

Em abril de 2003, o Rio de Janeiro vivenciou outro episódio de uso excessivo da força por policiais, a Chacina do Borel, em que quatro pessoas foram mortas e duas ficaram feridas após uma operação policial no Morro do Borel, localizado na Zona Norte da cidade. Familiares das vítimas da chacina, moradores da comunidade e outros ativistas fundaram o movimento Posso me identificar?. O nome do grupo faz alusão à caracterização das vítimas da violência nessa chacina e em outros momentos: eram trabalhadores que, segundo a versão dos policiais, foram confundidos com criminosos. No entanto, sequer tiveram a chance de se identificar quando foram abordados pelos policiais e acabaram mortos.

Ainda no ano de 2004, algumas divergências internas no movimento Posso me identificar? se desdobraram na criação da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência – movimento cuja atuação é protagonizada pelos familiares das vítimas da violência do Estado. Farias (2020) apresenta a composição da Rede com base em uma entrevista realizada com um dos integrantes do movimento, que afirma que existem três grupos distintos no movimento:

um formado por pessoas que não necessariamente moram em favelas, mas que participam de movimentos sociais urbanos e atuam contra a violação dos Direitos Humanos⁵; outro composto por moradores de favelas que participam de atividades políticas dentro e fora das favelas; e um terceiro – “o mais forte” – formado pelos familiares das vítimas de violência policial em favelas (2020, p. 29).

Este terceiro grupo “mais forte” é composto, majoritariamente, pelas mães das vítimas – mulheres negras, moradoras de favelas. Além do Borel, a Rede reúne moradores de outras comunidades, como Acari, Caju, Maré, Coroa, Rocinha, Pedreira e Manguinhos. É importante dizer que a participação desses indivíduos nas manifestações e atividades promovidas pela Rede é fluida. Sustentar o ativismo em um movimento social não é uma tarefa fácil, principalmente quando o engajamento envolve situações de dor e sofrimento (ver discussão no capítulo 8).

O movimento é dividido nas seguintes comissões de trabalho: Comunicação e Informação; Apoio Jurídico às Comunidades; Apoio às Vítimas e Sobre-

graças a indultos judiciais, e um deles está foragido.

5 Minha participação na Rede se encaixa nesse grupo – o capítulo 3 aborda a minha atuação como pesquisadora e ativista.

viventes; Infraestrutura e Finanças.⁶ Periodicamente, os membros participantes se reúnem para discutir questões referentes às denúncias de violência policial nas comunidades e planejar ações para mobilização nas ruas e outros eventos com o intuito de pressionar o Estado e difundir a agenda do movimento pela sociedade. Nos últimos anos, a Rede vem prestando apoio jurídico e emocional para os familiares (com auxílio de entidades como a Anistia Internacional e a Justiça Global), além de promover manifestações para denunciar os casos de violência policial e cobrar maior eficiência e responsabilidade das autoridades na apuração desses casos.⁷

Outro movimento que atua junto à Rede e merece ser mencionado é o Mães de Maio, composto por familiares de vítimas da violência policial no estado de São Paulo. Foi criado após os Crimes de Maio,⁸ ocorridos em 2006, na Grande São Paulo e Baixada Santista, quando cerca de 500 pessoas foram assassinadas e outras tantas desapareceram. Há indícios de que esses crimes tenham sido praticados por grupos de extermínio ligados ao Estado (Camarante, 2016). O movimento Mães de Maio foi oficializado no Fórum Social Mundial de 2009 e foi crescendo ao longo dos anos. Atualmente, faz parte de uma rede nacional que inclui familiares e amigos de vítimas da violência do Estado e familiares de presidiários. Esse movimento atua em parceria com familiares na Bahia, em Minas Gerais, no Ceará e no Rio de Janeiro – e, recentemente, tem promovido ações junto a familiares da Colômbia e do México. A Rede atua em colaboração com esse movimento para promover a articulação entre os diversos movimentos de familiares de vítimas da violência do Estado pelo país. Trata-se de uma articulação que exerce importante papel na construção da solidariedade mútua entre as mães e na manutenção do ativismo, além de projetar as denúncias de violência policial em âmbito nacional.

No contexto do aumento de homicídio por intervenção de agente do Estado na cidade do Rio de Janeiro, a Rede tem se configurado como uma importante figura de luta para pressionar canais jurídicos, tais como o Ministério Público e a Chefia de Delegacia Civil, com o intuito de “fazer andar” os Inquéritos Policiais

6 Essas informações foram extraídas do site do movimento, que no momento da escrita deste trabalho, se encontra fora do ar: <<https://redecontraviolencia.org/>>.

7 Com a pandemia da covid-19, além da manutenção das denúncias de abuso da força policial nas favelas, a atuação do movimento se estendeu para a ajuda aos familiares por meio da distribuição de cestas básicas e medicamentos.

8 Os Crimes de Maio ocorreram após a decisão da SAP (Secretaria de Administração Penitenciária) de transferir 765 presos para a penitenciária de segurança máxima de Presidente Venceslau, pois escutas telefônicas revelaram que organizações criminosas estariam planejando rebeliões para o Dia das Mães, que aconteceria no dia 14 de 2006. No dia 12, após a transferência de Marcos Willians Herba Camacho, o Marcola, motins foram realizados em 74 penitenciárias do Estado. Delegacias, carros e bases da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Guarda Civil Metropolitana foram atacados por criminosos dessas organizações. Em resposta, muitos civis que não tinham envolvimento algum com o crime foram atacados nas periferias da capital e no litoral.

de homicídio decorrente de intervenção policial – os outrora chamados de “autos de resistência” – e denunciar os policiais envolvidos nos crimes que vitimaram os filhos das mães engajadas no movimento. Essa atuação da Rede pode ser concebida como uma forma de desafiar as noções de soberania do Estado, uma vez que traz a público as acusações do envolvimento de agentes da lei em crimes, bem como as falhas do Estado na punição dos responsáveis pelas mortes de pessoas inocentes sob a etiqueta de ação em “legítima defesa” (Santiago, 2016).

Dentre as importantes ações da Rede em parceria com outros movimentos sociais organizados por mães, destacamos as participações nas inúmeras audiências de casos de “auto de resistência” e a criação da Semana Estadual das Pessoas Vítimas de Violências no Estado do Rio de Janeiro,⁹ lei que entrou em vigor em 12 de maio de 2016 e que tem como objetivo homenagear as vítimas da violência policial no Estado.

Tendo em vista a importância da atuação da Rede enquanto um movimento social, apresentaremos agora um breve debate teórico sobre a definição e atuação dos movimentos sociais no século XX e localizamos nosso objeto de estudo dentro desse debate.

Movimentos sociais em discussão

Os movimentos sociais não surgem em um vácuo social, tampouco emergem de forma controlada ou orientada por instituições. Diversos teóricos das Ciências Sociais vêm se debruçando sobre os movimentos sociais enquanto um fenômeno social para explicar em que circunstâncias se formam e quais características gerais podem ser atribuídas a eles. Alguns estudos buscam diferenciar movimentos sociais de outros fenômenos, tais como “mobilizações” e “revoluções”, porque, com essa diferenciação, é possível analisar os processos que envolvem os movimentos e quais mudanças são desencadeadas por eles na sociedade (McAdam, Tarrow e Tilly, 2009).

Até o início do século XX, o conceito de movimento social contemplava a organização e a ação dos trabalhadores em sindicatos – são os chamados movimentos clássicos, caracterizados por luta de classes, a exemplo da organização da classe operária para exigir direitos. Movimentos desse tipo foram analisados por diferentes correntes, de viés majoritariamente marxista. Da segunda metade do

⁹ A semana que corresponde aos dias 12 a 19 de maio foi escolhida para representar a Semana Estadual das Pessoas Vítimas de Violências no Estado do Rio de Janeiro por dois motivos: por estar próxima à comemoração do Dia das Mães e para tentar unificar a luta dos familiares de vítimas da violência do Rio de Janeiro e de São Paulo (estado que, de forma pioneira, instituiu em 2014 a “Semana Estadual das Pessoas Vítimas de Violências no Estado de São Paulo”).

século XX em diante, novos movimentos foram se organizando, em função de outras pautas de luta, como pobreza, discriminações, questões raciais e de gênero. O estudo desses fenômenos deu origem a diversas correntes.¹⁰

Dessas correntes, citaremos a italiana, mais especificamente os estudos de Alberto Melucci (2001), para quem um movimento social resulta de processos sociais heterogêneos; não é uma resposta a uma crise, mas a expressão de um conflito. De forma geral, o autor caracteriza o movimento social como uma ação coletiva que comporta solidariedade e manifesta um conflito; busca, ainda, a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema para o qual a ação coletiva é destinada. Em outras palavras, um movimento social luta contra um adversário para a apropriação e o controle de recursos valorizados por ambos, propondo objetivos não negociáveis e, muitas vezes, questionando a legitimidade do poder político. A solidariedade, o conflito e a busca por ruptura dos limites de compatibilidade são as condições utilizadas por Melucci para identificar um movimento social enquanto categoria de análise. Vale ressaltar que a solidariedade se traduz em um importante elemento no processo de formação de um movimento social, pois possibilita a construção de identidades coletivas. A partir do momento em que o indivíduo se solidariza com a dor do outro, com os problemas dos outros, há uma empatia capaz de levá-lo a olhar de forma mais ampla para a sociedade, a olhar para o outro – esta é, pois, a principal característica do ator social (Calhoun, 1994). É assim que se torna possível a passagem de uma identidade individual para uma coletiva.

No Brasil, de acordo com Maria da Glória Gohn (1997), os estudos sobre os movimentos sociais durante os anos 1960 e 1970 seguiam as correntes de viés marxista. Já na década de 1980, a teoria sobre os movimentos sociais populares urbanos toma novos contornos com o surgimento de novas lutas por moradia e pelo acesso à terra; e de novas organizações, como associação de moradores e movimentos dos moradores de favelas. Gohn ressalta que a partir dessa década “as contradições das sociedades deixaram o lugar central das investigações para a procura dos elementos que conferem identidade aos movimentos”, com influências teóricas de Melucci, Foucault, Touraine, dentre outros (1997, p. 279). Nos anos 1990 e 2000, com a globalização e a informatização da sociedade, os movimentos sociais no Brasil e na América Latina se tornaram mais complexos e diversificados, o que levou à revisão de teorizações da segunda metade do século XX.

Os estudos de Scherer-Warren (1999; 2006) observam a diversidade identitária dos indivíduos, a transversalidade das demandas por direitos dos di-

¹⁰ Não cabe no escopo de nosso trabalho debater essas correntes, mas sim localizar a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência dentro desse debate. Por esse motivo, optamos por incluir os debates mais relevantes para esse fim, que mesclam elementos da corrente francesa, italiana, do paradigma norte-americano e latino-americano. Para conhecer essa discussão de forma mais profunda, ver Gohn (1997).

ferentes grupos sociais e as formas de ativismo e participação política em redes. Isso porque, para a autora, os movimentos sociais, inseridos no contexto de uma sociedade em rede (Castells, 2005), foram percebendo cada vez mais “a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania” (Scherer-Warren, 2006, p. 113). O ganho desse tipo de organização – de redes de movimentos sociais – seria a possibilidade de transpor fronteiras territoriais, gerando, assim, articulações regionais, nacionais e transnacionais, além da possibilidade de gerar uma transposição temporal, isto é, a manutenção de uma luta por direitos humanos que atravessa diversas gerações históricas e suas respectivas plataformas.

Em termos teóricos, a Rede de Comunidades e Movimentos pode ser compreendida enquanto uma articulação em rede entre as mães de vítimas da violência policial e ativistas originários de diversos movimentos sociais, que conta com uma estratégia de ação coletiva, solidária e cooperativa, tal qual os movimentos em redes estudados por Scherer-Warren (1999). Em termos de sua atuação, as mães de vítimas da violência policial se valem do apoio de diversos ativistas para a manutenção de um ativismo coletivo que se sustenta ao longo de anos. Por exemplo, familiares que já tiveram seus casos arquivados permanecem na luta, em solidariedade aos outros. Com isso, compreendemos que o engajamento na Rede faz com que esses indivíduos se tornem sujeitos coletivos e políticos, que lutam por transformações sociais (Touraine, 2007). Suas lutas individuais – a resolução do caso de seus filhos – se tornam coletivas, expressas na resolução de todos os casos e em mudanças no sistema para que não haja mais vítimas.

Desse modo, em nossa visão, a Rede pode ser classificada como um movimento social nos termos de Melucci (2001): trata-se de uma ação coletiva construída por diversos ativistas, que comporta solidariedade dentre as mães e manifesta um conflito; que busca a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema, que se materializa na luta contra as políticas de segurança pública que acabam por produzir vítimas diariamente.

3. Pressupostos Metodológicos

O presente trabalho alinha-se à metodologia qualitativa interpretativista de pesquisa, com observação participante. Neste capítulo, apresentaremos esse tipo de metodologia, discorrendo sobre os procedimentos adotados para o desenvolvimento da pesquisa, o que abarca (1) uma explicação sobre nosso posicionamento epistemológico; (2) a exposição da relevância social da pesquisa e da descrição etnográfica; (3) o debate sobre a ética na pesquisa; e (4) a apresentação dos participantes da pesquisa e dos procedimentos adotados para a análise.

O posicionamento epistemológico

Localizar uma pesquisa como alinhada à metodologia qualitativa interpretativista significa posicioná-la no campo dos estudos que procuram respostas para questionamentos que problematizam o *como* a experiência social foi criada e significada. Isso difere de pesquisas que enfatizam a mensuração do objeto estudado em termos quantitativos. A metodologia quantitativa costuma observar a intensidade, a frequência e a quantidade de um determinado fenômeno em estudo, enquanto a metodologia qualitativa busca estudar as coisas em seus cenários naturais, tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem (Denzin; Lincoln, 2006).

Este método de fazer pesquisa envolve a coleta de uma variedade de materiais empíricos, como estudo de caso, experiência pessoal, histórias de vida, entrevistas, dentre outros que descrevem momentos e significados rotineiros e complexos da vida dos indivíduos os quais pareçam dignos de destaque. A pesquisa de base etnográfica, por exemplo, se configura como uma importante ferramenta para a geração desses materiais. Diversos pesquisadores das Humanidades utilizam práticas interpretativas interligadas, na tentativa de tornar mais compreensível os mundos das experiências que investigam. “Entende-se, contudo, que cada prática garante uma visibilidade diferente ao mundo” (Denzin; Lincoln, 2006, p. 17). Nessa ótica, toda pesquisa é interpretativa.

Partindo desse tipo de metodologia, buscaremos entendimentos a respeito de como as formas de organização da sociedade se relacionam com as atividades dos indivíduos no processo de fazer escolhas e conduzir a ação social em conjunto. Para tanto, nos baseamos na ideia de que uma das principais tarefas de um pesquisador é tentar compreender o significado das ações humanas e o que as pessoas estão fazendo ao se utilizarem da linguagem (entendida dentro do escopo

da Linguística Aplicada – Moita Lopes, 2009). Trata-se, pois, de um estudo que se debruça, não sobre a linguagem em si, mas sobre os problemas práticos nos quais a linguagem está implicada no contexto do movimento social Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência.

Biar, Orton e Bastos (2021) sugerem que os estudos em Análise de Narrativa desenvolvidos no âmbito do grupo de pesquisa NAVIS – Narrativa e Interação Social¹¹ – privilegiam o microsossial como o ponto de partida de seus trabalhos. Isso porque o grupo, com suas diversas pesquisas, investiga variados encontros sociais, sejam eles grandes ou pequenos, sustentados por práticas de linguagem – verbais ou não-verbais –, nas quais as pessoas (re)produzem a vida social. Como integrante do NAVIS, esta pesquisa também elege o microsossial como ponto de partida para a compreensão de como se dá o engajamento dos familiares de vítimas da violência policial em movimentos sociais como o Mães de Manguinhos e a Rede. No entanto, eger o micro e enfatizar a agência dos participantes desses movimentos não significa desprezar as estruturas e as molduras regulatórias mais amplas da sociedade.

A partir da distinção que faz entre “ordem social” e “ordem interacional”, Goffman (1983) compreende que a relação *micro x macro* envolve diferenças estruturais (como questões de classe, raça e gênero, por exemplo) que participam da ordem microsossial. Embora estas sejam questões determinantes que regulem as relações sociais, os arranjos interacionais em que elas se manifestam podem trabalhar na direção de afrouxar tais determinações, subvertê-las, ou até reforçá-las. Em outras palavras: o peso das questões de ordem macroestrutural pode ser definido na ordem dos encontros sociais (Biar; Orton; Bastos, 2021), que são micro. Nisso reside a possibilidade de mudança, que não depende exclusivamente da agência de um indivíduo isolado, mas de ações conjuntas de muitos indivíduos; depende, dentre outras questões, de quem são esses indivíduos e das oportunidades políticas disponíveis em dado contexto sócio-histórico (Tarrow, 2009).

Levando em consideração que o “micro” *contém* o “macro” e vice-versa (Goffman, 1983), o estudo do engajamento de mães de vítimas da violência policial em movimentos sociais também envolve o estudo de questões macrosociais que fazem parte desse processo, tais como o racismo estrutural, as políticas de segurança pública que geram mortes nas favelas e os procedimentos jurídicos adotados para a investigação de mortes desse tipo. Uma pesquisa como a nossa também proporciona uma compreensão do racismo e de outras questões em suas dimensões empíricas, isto é, por meio da descrição de situações concretas – mães

11 Grupo de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem do Departamento de Letras da PUC-Rio: <<http://navis.letras.puc-rio.br/>>.

negras reivindicando justiça por seus filhos nas operações policiais nas favelas. A pesquisa atribui um rosto às consequências do racismo.

Como parte de uma perspectiva interpretativista, este projeto se desenvolve com a observação participante, tendo em vista que a minha atuação no contexto em estudo entrelaça o *eu militante* com o *eu pesquisadora*. Participo das reuniões e das manifestações promovidas pela Rede e busco entender os significados que envolvem o engajamento dos familiares na luta por justiça. Compreendo que a minha atuação exerce influência no desenvolvimento da pesquisa, uma vez que o pesquisador faz parte de sua pesquisa de alguma forma – a sua simples presença no ambiente já afeta o comportamento dos outros. Isso constitui o que Labov (1972) chamou de “paradoxo do observador”. Por esse motivo, o pesquisador precisa reconhecer a si próprio como um participante do campo e aprofundar sua compreensão no processo de investigação (Denzin; Lincoln, 2006). É preciso, portanto, observar que o saber produzido nesse tipo de estudo está necessariamente permeado pela subjetividade do pesquisador. Como parte da atividade de pesquisa, exerço influência sobre o campo e sou por ele influenciada. Torno-me, assim, parte da investigação do estudo, o que desestabiliza as noções de neutralidade¹² em uma pesquisa. Dessa forma, me posiciono como pesquisadora militante e me alinho à possibilidade de fazer pesquisa e fazer política conjuntamente. Se queremos compreender aquilo que acontece na vida social por meio de uma pesquisa aplicada no campo da linguagem, essa postura colabora com os entendimentos das mudanças sociais contemporâneas (Moita Lopes, 2009).

A relação militante – pesquisadora: limitações e possibilidades

A minha entrada na Rede é anterior ao início desta pesquisa. Conforme relatei na introdução do livro, a primeira vez que vi uma mãe falando ao microfone foi em um evento, ocorrido em junho de 2015, quando o Coletivo Projetação¹³ foi convidado para participar de uma ação no Circo Voador. Na ocasião, projetamos um curta chamado *Cada luto, uma luta*. Era sobre a história de Ana Paula,

12 Questão já muito discutida nos estudos em Ciências Humanas. Uma vez que o pesquisador escolhe determinado caso para estudo, manter a distância do objeto para se alcançar resultados genuínos, neutros ou livres de subjetividade torna-se uma questão inviável. Nos alinhamos à ideia de que o pesquisador, inevitavelmente, faz parte de sua pesquisa.

13 Coletivo de mídia alternativa do qual faço parte. É um coletivo que se formou durante as manifestações de 2013, período de intensos protestos contra o aumento das tarifas do transporte público; O Coletivo Projetação investe na ocupação de espaços públicos como forma de expressão política, projetando imagens durante manifestações na cidade – imagens que tratam de demandas dos mais diversos grupos minoritários; além de projetar filmes em praças públicas, seguidos de debates. Para saber mais, ver a página: <https://www.facebook.com/plataformaprojetacao/about/?ref=page_internal>.

mãe de Johnatha.¹⁴ O evento ainda contou com a participação de outras mães do Rio de Janeiro e de algumas mães dos jovens desaparecidos em Ayotzinapa, no México, em 2014.¹⁵ Ao final do filme, as mães pegaram o microfone e contaram suas histórias. Eu fiquei hipnotizada pelas palavras delas. Ao mesmo tempo que estava chocada com os relatos de violência, também estava encantada com a força daquelas mulheres.

Em dezembro do mesmo ano, durante um evento chamado *Mais amor, menos capital*,¹⁶ tive contato com outra mãe, Deize Carvalho, mãe de Andreu, que foi morto por agentes do DEGASE¹⁷ em 2008. O evento contou com uma mesa de debates com ativistas e representantes de movimentos sociais. Deize era uma das integrantes da mesa e, durante seu momento ao microfone, falou sobre sua história, sobre sua luta, com a criação do Núcleo de Mães Vítimas de Violência e sobre sua autobiografia intitulada *Vencendo as adversidades*. Comprei o livro. Na contracapa tinha uma foto de cartas que Andreu enviara para sua mãe em uma de suas passagens pelo Sistema Socioeducativo. Ao ver aquilo, lembro-me de ter decidido que eu não leria o livro, pois achava que não aguentaria ter mais detalhes sobre a história. Mas eu estava marcada. Estava inquieta. Então, li o livro.

Durante o ano de 2016, fiz contato com Ana Paula pelo *Facebook* para conhecer um pouco mais sobre a luta das mães de vítimas da violência policial. Comecei a participar de alguns protestos e consegui assistir a duas audiências no Tribunal de Justiça. Nesse primeiro momento, fui me engajando em algumas atividades de maneira tímida, sempre me apresentando como participante do Coletivo Projetação. Conforme fui me fazendo presente nas atividades e oferecendo suporte com equipamentos do Coletivo, como caixa de som e microfone, fui tornando-me um pouco mais conhecida. Em agosto de 2016 decidi que faria um projeto de pesquisa sobre a luta das mães. Em setembro, marquei uma reunião com a Deize. Foi a primeira entrevista semiestruturada que fiz. Foi um momento em que aprendi muito, não apenas sobre a história dela, mas também sobre os trâmites legais que envolvem os casos de “auto de resistência” e sobre a atuação da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência. Ela foi, oficialmente, a primeira participante da minha pesquisa, que ainda estava em fase de elaboração do projeto.

14 Cf.: <https://www.youtube.com/watch?v=qDyyoYgYsaY&ab_channel=VitoVideomaker>.

15 Em setembro de 2014, 43 estudantes de uma escola rural de Iguala, no México, desapareceram após terem sido detidos pela guarda municipal da região quando estavam a caminho de um protesto contra o prefeito.

16 Neste evento anual, diversos ativistas e coletivos de mídia alternativa se juntam e organizam uma ceia de Natal na Cinelândia (Centro do Rio de Janeiro) para pessoas em situação de rua.

17 O DEGASE é o Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro. É a instituição responsável por promover medidas socioeducativas para menores em conflito com a lei.

Em 2017, já aluna de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio, engajei-me ativamente na Rede. Comecei a participar das reuniões de elaboração das atividades e dos protestos como apoiadora, fornecendo equipamentos de som e ajudando na execução de qualquer atividade que me fosse requisitada. A partir desse momento, a minha atuação se dividiu em duas esferas que, na minha visão, se complementam: pesquisadora e apoiadora/militante do movimento. Como tal, entendo que esta relação *pesquisadora x objeto de pesquisa* atravessa contornos mais complexos do que as discussões acerca da neutralidade e da imparcialidade que envolvem uma pesquisa. É preciso pontuar que sou uma pesquisadora militante branca, moradora de uma área central da cidade do Rio de Janeiro, atuando em um movimento social composto, majoritariamente, por mulheres negras, moradoras de favelas da cidade. Essa distância entre vivências e experiências de vida precisa ser considerada no ato de fazer pesquisa e na compreensão dos resultados desta.

A realidade vivenciada pelos familiares de vítimas da violência policial é uma situação distante das minhas vivências pessoais – poderia, inclusive, ser classificada como o “exótico”¹⁸ a ser observado. No entanto, a minha militância e o meu engajamento na Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência me aproximam dessa realidade, de modo a torná-la um pouco mais “familiar” do que ela é para os demais moradores da cidade do Rio de Janeiro e de outras cidades. De todo modo, a realidade, seja ela familiar ou exótica, é sempre filtrada por determinado ponto de vista do observador. Ela é sempre percebida de maneira diferenciada sob lentes da linguagem, do gênero, da classe social, da etnicidade (Denzin; Lincoln, 2006; Velho, 2008 [1981]). Sendo assim, o estudo da sociedade precisa ser percebido enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa (Velho, 2008 [1981]), pois não há uma verdade única e absoluta para a interpretação dos dados gerados em uma pesquisa: “não existem observações objetivas, apenas observações que se situam socialmente nos mundos do observador e do observado – e entre esses mundos” (Denzin; Lincoln, 2006, p. 33).

Apesar de estar engajada na Rede, reconheço o olhar situado desta pesquisa e suas limitações, dado o lugar social de onde venho e as minhas vivências. Assim, posso ser considerada por alguns uma *insider*, porque participo do movimento social, mas, também, uma *outsider*, uma vez que nunca experienciei a violência policial como um morador negro da favela a sofre. Compreendo que esta relação com o objeto (*in/out*) também gera ganhos para a pesquisa no que diz respeito tanto às escolhas metodológicas quanto à interpretação dos dados.

18 A trajetória antropológica de uma pesquisa ao “transformar o exótico em familiar e o familiar em exótico” foi discutida em Da Matta (1974). O autor Gilberto Velho (2008 [1981]) debate dimensões mais profundas daquilo que pode ser considerado familiar.

Com base no lugar social de onde falo, há de se considerar ainda o debate sobre *lugar de fala*. A filósofa Djamila Ribeiro (2019) pontua que não há uma epistemologia determinada sobre o termo *lugar de fala*; ela, então, propõe o seu debate partindo da teoria do *ponto de vista feminista*¹⁹ (Collins, 2002). Para Ribeiro, pensar sobre *lugar de fala* é refutar a historiografia tradicional e romper com a hierarquização de saberes; é romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado. Isso “não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo” (2019, p. 64), tem a ver com o direito à existência digna, a ter voz, a acessar certos espaços e produzir epistemologias próprias. Sobre isso, Rosane Borges (2017)²⁰ entende que saber o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos a estrutura social e as questões de desigualdade, pobreza, racismo e sexismo que a atravessam. Ribeiro ainda ressalta que é preciso ter cuidado para não confundir representatividade com lugar de fala. Por exemplo, uma pesquisadora branca como eu não representa a luta das mulheres negras mães de vítimas da violência policial; eu falo sobre elas, mas de um lugar bem específico, e, inclusive, com experiências pessoais diferentes desse grupo. “Falar a partir de lugares é também romper com essa lógica de que somente os subalternos falem de suas localizações, fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica nem sequer se pensem” (2019, p. 83). Todavia, nesse processo, é fundamental que indivíduos pertencentes a grupos sociais privilegiados consigam perceber as hierarquias produzidas a partir de seus lugares e como são, de certa forma, beneficiados por eles e como isso impacta diretamente a constituição de grupos subalternizados.

É, pois, reconhecendo meu lugar de privilégio e tendo como base os pressupostos éticos e teórico-metodológicos aos quais a presente pesquisa se alinha que busco lançar entendimentos sobre o engajamento das mães de vítimas da violência policial em movimentos sociais, propondo uma discussão que evidencie a ligação desta violência com o racismo estrutural presente na sociedade brasileira e, sobretudo, a ampliação da visibilidade da luta das mulheres participantes da Rede e de outros movimentos sociais.

19 O *ponto de vista feminista* destaca a matriz de dominação sob uma perspectiva interseccional, isto é, considera não apenas o gênero, mas também a raça e a classe para pensar sobre as desigualdades na qual a mesma pessoa pode se encontrar, dependendo de suas características. Nesta teoria, a constituição do sujeito que produz conhecimento também é colocada em bases interseccionais; é nesse ponto que Collins (2002) aborda o ponto de vista das mulheres negras.

20 Ver: BORGES, R. O que é “lugar de fala” e como ele é aplicado no debate público. *Nexo Jornal*, 15 de jan de 2017.

Relevância social da pesquisa

A luta de movimentos como a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência ecoa nas ruas e nos tribunais. Um estudo sobre o engajamento das mães em movimentos sociais possibilita maior visibilidade de uma causa urgente, que é a morte de jovens negros e a impunidade de policiais acusados de cometerem esse crime em ações anunciadas como preventivas, ou de patrulhamento. Tal questão reforça a relação que a presente pesquisa tem com a sociedade: manter o debate em torno do papel e da atuação das forças de segurança pública, bem como o papel do Estado na fiscalização dessas forças.

Vejo que priorizar narrativas de mães de vítimas da violência policial é uma forma de observar como o racismo se torna parte das políticas de segurança pública e das estruturas do Judiciário; dar atenção a essas narrativas também é dar nome aos números, é humanizar as estatísticas que tratam da brutalidade policial; é, portanto, resistir às práticas que produzem mortes e exigir mudanças estruturais em diversas esferas do poder público.

Nesse sentido, este trabalho não objetiva “dar voz” às mães de vítimas da violência policial, tampouco ocupar o lugar de fala que a elas pertence. Elas falam por si próprias, embora, na maioria das vezes, não sejam ouvidas pela sociedade (Spivak, 2010). Mesmo assim, elas falam, e este ato de falar não está apenas restrito a emitir palavras, mas a poder existir (Ribeiro, 2019). De tal forma, quando essas mulheres tomam o microfone, elas existem e resistem à condição marginalizada e marginalizante que vivem (Araújo, 2007). Suas experiências pessoais nos dão base para compreendermos as condições sociais que constituem a vida e a luta por justiça dos familiares de vítimas da violência do Estado.

Breve descrição etnográfica e o percurso da pesquisa

A etnografia clássica sempre esteve ligada aos estudos de outras culturas em uma base antropológica. Pelo método da imersão, o pesquisador realizava o trabalho de campo com uma observação ampliada, registrando tudo o que ocorria, e ainda realizava entrevistas. Tudo isso para gerar entendimentos sobre a cultura em estudo (Frankhan, 2015). Todavia, o uso da etnografia não está limitado a pesquisas que envolvam imersão em culturas diferentes. O pesquisador pode fazer uma etnografia do contexto em que vive a partir do estranhamento daquilo que lhe é familiar para compreender os “outros” e como eles se comportam (Velho, 2008 [1981]). Isso requer suspender nossas interpretações dadas como certas para observar que outros significados emergem daquilo que vemos. Para

tanto, a etnografia envolve o mergulho no campo (seja entre seus iguais ou em um grupo diferente), a observação, as anotações e as entrevistas. Uma análise dessa prática visa comunicar como um determinado grupo parece se organizar e com que significados eles parecem operar. Trata-se de descortinar novas formas de interpretar o objeto em estudo (Frankhan, 2015).

Segundo aponta Garcez e Schulz (2015), o uso da etnografia tem sido uma escolha metodológica frequente na área da Linguística Aplicada, graças ao trabalho de campo guiado por questões específicas de pesquisa sobre o uso da linguagem. Os autores defendem que a análise de dados discursivos em articulação com o trabalho de campo de natureza etnográfica “potencializa o entendimento adequado de ações situadas” (2015, p.1), isto é, possibilita a ampliação da análise do discurso.

A etnografia desta pesquisa se iniciou em 2016, quando, efetivamente, decidi pesquisar o engajamento das mães de vítimas da violência policial em movimentos sociais. Ela consiste na observação e notas de campo dos protestos, eventos (tais como encontros das mães e mobilizações culturais) promovidos pela Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, bem como na observação das audiências públicas para julgamento dos policiais acusados de matar os filhos de integrantes deste e de outros movimentos sociais.

Conforme relatei, no ano de 2016, compareci a duas audiências públicas de casos de familiares engajados na Rede. Elas, geralmente, são antecedidas por protestos em frente ao Tribunal de Justiça, localizado no Centro da cidade. É comum que os integrantes do movimento vistam camisas estampadas com o(s) rosto(s) da(s) vítima(s) sobre as quais a audiência daquele dia trata, ou camisas com o rosto de seus filhos. O sociólogo Fábio Araújo (2007) compreende que essas camisas, ao mesmo tempo em que mostram o laço da maternidade, demarcam a socialização da imagem na manifestação e o pertencimento familiar, isto é, trata-se de uma demarcação individual sobre quem é a mãe dessa vítima. Para Vinícius Santiago (2020), as camisas usadas pelas mães compõem a denúncia contra a violência do Estado, ressignificada no corpo materno.

Além das manifestações nas audiências, a etnografia também conta com os eventos promovidos pela Rede no Rio de Janeiro, juntamente com outros movimentos como o Mães de Maio e o Mães de Manguinhos e eventos como o II Encontro Nacional de Mães e Familiares Vítimas do Terrorismo do Estado²¹ e o Julho Negro.²² Ambas as atividades visaram a homenagear as vítimas de violência

21 Nos dias 16 e 17 de maio de 2017, o II Encontro ocorreu em memória dos assassinatos de Johnatha de Oliveira (em Manguinhos), dos Crimes de Maio (em São Paulo), dentre diversos outros casos que ocorrem frequentemente no Brasil. Contou com a participação de mães de São Paulo, Mogi das Cruzes, Santos, Belo Horizonte e Fortaleza.

22 O Julho Negro é um evento contra o racismo em defesa das vítimas da violência do Estado e em memória

policial, além de trazer visibilidade para os casos de brutalidade nas comunidades e para morosidade das autoridades na apuração dessas mortes. Eventos assim são acompanhados de atividades culturais, exibição de filmes e passeatas pelo Centro da cidade. Não apenas nos protestos, mas também nessas atividades, os familiares pegam o microfone e contam suas histórias, que envolvem a vida de seus parentes, como foi a morte deles e como tem sido a luta por justiça. Esse ato de falar em público constitui uma importante esfera do processo de elaboração da denúncia (Araújo, 2007), que envolve o entendimento dessas mortes como um acontecimento político que precisa ser investigado.

O momento ao microfone é carregado de emoções – ao mesmo tempo que se configura como uma forma de empoderamento, no qual as mães têm a palavra e são ouvidas, produzem denúncias e rendem homenagens à memória de seus filhos, é também um momento de dor, de rememorar os eventos que levaram à morte deles. Dessa forma, cada familiar gerencia suas emoções de maneira singular, sendo sempre apoiado pelos outros: quando choram, são abraçados e recebem palavras de incentivo para continuarem com o discurso; quando gritam ou emitem palavras de ordem, são aplaudidos. Observar a interação dos familiares durante as manifestações e audiências é perceber como a solidariedade e o afeto construído entre eles se materializa no compartilhamento da dor.

As narrativas produzidas nos eventos da Rede têm ampla circulação. Muitas são gravadas e noticiadas em jornais da grande mídia e de mídia alternativa,²³ o que colabora para a ampliação da visibilidade da causa. Na maioria das vezes, a autorização para a gravação se dá de maneira informal: basta o coletivo se apresentar para as mães e a permissão para gravação é concedida oralmente. Enquanto apoiadora da Rede e participante do Coletivo Projetação, tenho permissão para gravar as manifestações e usar esses dados na página do Coletivo para elaborar *posts* que apoiem a luta do movimento. Para solicitar o uso das gravações em minha pesquisa, fiz uma reunião na sala da Rede no dia 27 de abril de 2017. Na ocasião, expliquei os objetivos do trabalho, o produto final e apresentei a questão ética e a opção por usar o nome real dos participantes e de seus filhos, isso porque eu estava motivada pela relevância social da pesquisa; eu estava considerando a importância da luta desse grupo como forma de manter viva a memória de seus filhos.

das vítimas da Chacina da Candelária, articulado pela Rede e apoiado por diversos movimentos sociais do Rio de Janeiro, como o Mães de Manguinhos, o Movimento Moleque, dentre outros. Em 2017 aconteceu a segunda edição desse evento, que ampliou a articulação Internacional de luta contra o racismo e militarização das vidas com a participação de mães e familiares da Palestina, do México e da Associação de Haitianos do Brasil.

23 A mídia alternativa, geralmente, veicula notícias sobre manifestações e ocorrências policiais nas comunidades do Rio de Janeiro por meio da internet, seja em sites próprios e/ou redes sociais como *Facebook* e *Youtube*. Esses grupos são chamados de coletivos. Muitos deles se formaram durante o ano de 2013, com o intuito de noticiar as manifestações sob uma narrativa diferente daquela que a grande mídia noticiava.

O posicionamento político e as questões éticas de pesquisa: discussão sobre o uso dos nomes reais dos participantes

A ética na pesquisa é uma prática situada, pois decisões éticas envolvem uma série de fatores sociais e políticos, além dos desejos e interesses tanto do pesquisador quanto dos participantes da pesquisa. A área de Ciências Humanas já dispõe de uma Resolução que pauta normas aplicáveis (em maior ou menor grau) a pesquisas cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados obtidos com seres humanos. Algumas instituições de pesquisa possuem uma comissão de ética própria, pela qual os trabalhos devem passar para a avaliação da adequação da metodologia. O intuito dessa avaliação é assegurar que os assuntos relevantes ao estudo sejam tratados de forma humana e que o pesquisador siga um conjunto de princípios que proteja os direitos dos participantes da pesquisa.

Uma conduta ética abarca uma série de procedimentos como o consentimento informado, isto é, a autorização que as pessoas dão aos pesquisadores para serem entrevistadas e observadas, após serem informadas sobre a finalidade da pesquisa e as possíveis consequências que a participação no estudo envolve. De acordo com a Resolução 510, art. 2º, parágrafo XXII, esse consentimento é um documento que pode ser registrado em qualquer meio, formato ou mídia, como papel, áudio, filmagem, mídia eletrônica e digital.

A confidencialidade no processo de realização da pesquisa e o anonimato na apresentação dos resultados também fazem parte de uma conduta ética. Mas ambas as posturas possuem suas fragilidades. Simons e Piper (2015) apresentam exemplos dessas fragilidades: em algumas pesquisas, o anonimato não é suficiente para preservar a identidade dos participantes, pois alguns dados podem dar pistas sobre o contexto e indicar quem são os atores sociais envolvidos. Nesse caso, uma conduta ética exige que o participante seja informado sobre essa fragilidade; em outras pesquisas, o anonimato pode não ser o melhor caminho a seguir – por exemplo, no caso de pesquisas que envolvam um falecido, manter o nome real dos participantes pode colaborar com o processo do luto e com a manutenção da memória. De todo modo, essa é uma opção que precisa ser discutida abertamente entre o pesquisador e o entrevistado.

A decisão de trabalhar ou não com os nomes reais dos participantes foi uma difícil questão metodológica. Tendo em vista a relevância social da pesquisa, manter o nome dos participantes demarca um posicionamento político, colabora com a denúncia dos casos de violação dos Direitos Humanos – o que também demarca o ato de fazer pesquisa como uma ação política (Moita Lopes, 2009). O desejo de manter os nomes reais me acompanhou durante todo o curso do doutorado; tanto que, por ocasião da entrevista que fiz em grupo com os participantes

da Rede, conversamos sobre a manutenção dos seus nomes e de seus filhos, e apresentei um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para obter autorização. No entanto, durante uma das fases exigidas pelo Programa de Pós-Graduação, o Exame de Qualificação, fui alertada sobre os perigos da manutenção dos nomes, do quanto essa exposição poderia significar ataques às mães por parte de diversos grupos, como os que possuem ideologias favoráveis ao tipo de política de segurança pública que visa o confronto direto e tem como consequências inúmeras mortes, como as que aqui abordamos. Percebi o quanto ainda não estava informada sobre as questões éticas da pesquisa – fiquei com essa questão mal resolvida em mim.

Para tentar chegar a uma decisão definitiva, refletimos muito sobre as vantagens e desvantagens que a decisão geraria. Conversei com colegas das mais diversas áreas das Ciências Humanas para compreender como o anonimato é tratado. Em uma dessas conversas, um amigo historiador pontuou questões interessantes: das vantagens, ele ressaltou que, tradicionalmente, a História é contada pelo grupo dos vencedores – na minha pesquisa, tenho a oportunidade de conferir destaque ao ponto de vista do outro grupo, pois apresento a questão da violência do Estado a partir da perspectiva dos indivíduos que sofrem com isso; embora não fosse possível precisar com exatidão quais perigos essa exposição poderia representar, ele enfatizou que a presença dessas mulheres nas ruas demonstra o quanto elas se tornaram figuras públicas, assim como suas histórias. Assim, a manutenção dos nomes reais poderia representar uma escolha acertada. Por outro lado, um colega jornalista e pesquisador na área de Ciências Políticas sobre *Fake News* discorreu sobre o que significa o consentimento informado quando estamos fazendo pesquisas na área de Ciências Humanas, produzindo textos que ficam públicos por tempo indeterminado. As mães, ao concordarem com o uso de seus nomes, poderiam não estar cientes de que uma pesquisa desse porte fica para a posterioridade; e de que, anos mais tarde, suas narrativas poderiam ser usadas por outros grupos e de formas muito diferentes daquelas que elas autorizaram no passado. Portanto, esta decisão deveria ser abordada com muita cautela e responsabilidade.

Como parte da reflexão sobre os *prós* e *contras* que se colocaram diante dessa questão, comecei a pensar sobre a natureza dos dados com os quais trabalhamos na área da Linguística Aplicada – em que medida certos tipos de dados são públicos ou não?; quando preservar o anonimato é válido ou não dentro dos objetivos de uma pesquisa?; quais são os dados passíveis de anonimato? Tradicionalmente, dados gerados em mídias (de plataformas digitais ou não), como notícias de jornal, rádio ou revistas, propagandas de produtos e dados oriundos

de discursos de políticos são considerados públicos; e a manutenção de suas fontes (de onde são esses discursos) importa no escopo dos objetivos desse tipo de análise (a exemplo de Resende, 2020; Silva, 2020; Melo, 2019; dentre outros). Já os dados gerados em entrevistas, grupos focais e outras plataformas, geralmente, são anonimizados (Biar, 2012; Costa, 2020; Orton; Biar, 2020 dentre outros).

Sigiura *et al* (2017) em artigo sobre os desafios éticos da pesquisa *online* apontam para as fragilidades de determinadas posturas nas pesquisas que envolvem pessoas e suas opiniões. Uma delas é a questão do anonimato – como assegurá-lo em pesquisas no contexto digital? Por exemplo, se um pesquisador seguir as orientações éticas do anonimato e remover os nomes e alguns índices do contexto de determinados dados, mas fizer uma citação direta do dado em questão, este, e, conseqüentemente, o seu autor, se tornam facilmente rastreáveis em uma busca digital. Dito isso, as autoras questionam as atuais diretrizes e defendem a criação de novas condutas éticas, que visem aos desafios e necessidades desse tipo de pesquisa. Nossa análise conta com dados de outra natureza, todavia, esse debate se faz produtivo para nos questionarmos sobre o tipo de *corpus* de dados com os quais trabalhamos e como podemos nos posicionar diante das diretrizes éticas – em que medida dados gravados em uma manifestação na rua são públicos?; o quão públicos são os casos de violência policial, alguns deles amplamente divulgados nos jornais (ainda que seguindo a narrativa referendada pelos Registros de Ocorrência)? Pensando nisso e na quantidade de entrevistas que as mães participantes de movimentos sociais como a Rede já deram; no fato de que alguns dos mesmos discursos que gravei nas manifestações foram televisionados nos jornais da mídia hegemônica, aparecendo em dois documentários que ficaram em cartaz nos cinemas²⁴ e serviram de material para reportagens de plataformas online de mídias alternativas,²⁵ compreendemos que a natureza dos dados com os quais trabalhamos é **pública**.

Ao fazer uso de dados de mesma natureza que eu – de familiares de vítimas da violência policial –, Farias (2020) optou pela manutenção do nome dos envolvidos em casos que se encontram arquivados e pelo anonimato para os casos que ainda estão sob *judice*. No entanto, apenas um dos casos apresentados neste estudo se encontra arquivado. Se nos orientássemos pela decisão de Farias, portanto, teríamos que optar pelo anonimato de grande parte dos participantes. Levando em consideração que a decisão não compete a mim apenas, e também observando o fato desses casos e/ou Inquéritos estarem “correndo na

24 Nossos mortos têm voz (2018 – de Fernando Souza e Gabriel Barbosa) e Auto de Resistência (2018 – de Natasha Nery e Lula Carvalho).

25 Como o Ponte Jornalismo (<<https://ponte.org/>>) e a Mídia1508 (<<http://www.midia1508.org/>>), que são mídias que acompanham os casos de violência policial no Brasil e luta das mães dessas vítimas.

justiça”, conversei individualmente com cada um dos participantes da Rede cujas narrativas se encontram analisadas aqui, sobre questões de anonimato. Busquei atualizar-me sobre os trâmites de cada situação – isto é, em que etapa está cada processo – para refletir junto com eles sobre os possíveis riscos, como a possibilidade de usos indevidos de suas histórias no futuro, e sobre o que pensavam acerca do anonimato. Na conversa com Janaina, ela disse: “respeito a sua decisão se você não usar meu nome e o do meu filho. Da minha parte, eu não tenho medo de nada. Se você não usar o nome, como as pessoas vão saber de quem é essa história? Quem é esse familiar?”. Com base em todas essas reflexões, reforçando o desejo dos familiares pelo uso dos seus nomes e a natureza pública dos dados, decidimos manter o nome dos participantes que assim desejaram, em nossa mais recente conversa (junho de 2021). Sublinhamos que essa é uma decisão, sobretudo, política, que visa ampliar a visibilidade da luta dessas mulheres e do quanto o racismo estrutural é parte da engrenagem das políticas de segurança pública que geram mortes nas favelas.

O recorte analítico

Ao longo do ano de 2017, a geração dos dados se deu da seguinte forma: realizei quatro entrevistas individuais e participei de cinco eventos organizados pela Rede (incluindo audiências), gravei os discursos proferidos pelos familiares nessas ocasiões e tomei notas etnográficas. Durante o segundo ano do doutorado, debrucei-me sobre todos os dados gerados, começando por uma intensa e repetida escuta para a identificação de formações e performances discursivas e de elementos tornados mais relevantes nas narrativas. Optamos por observar o engajamento dos familiares em movimentos sociais analisando apenas os dados gravados nas manifestações, em função da forma como os participantes mobilizavam as emoções em seus discursos e em função desses dados representarem aquilo que, tipicamente, acontece nos eventos e protestos organizados pela Rede e outros movimentos de familiares de vítimas da violência do Estado.

Com o objetivo de compreender a transformação do luto em luta, elaboramos as perguntas de pesquisa já apresentadas na introdução:

- 1) *Como se constituem as narrativas de engajamento enunciadas pelos familiares participantes de movimentos sociais como a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência?*
- 2) *Como emoções e sofrimento são organizados nas narrativas desses familiares?*
- 3) *Que mecanismos discursivos são utilizados nessa articulação?*

Já dissemos que a Análise de Narrativa foi eleita o instrumental teórico-metodológico para nossa investigação. Conforme apresentaremos no próximo capítulo, trataremos como parte das **histórias de vida** (Linde, 1993) das mães aquilo que chamamos de **narrativas de engajamento**. Consideramos fragmentos narrativos os enunciados que apresentam alguns dos elementos descritos no modelo proposto por Labov; Waletzky (1967) e Labov (1972), sem perder de vista o entendimento da narrativa como forma de criar sentidos sobre o que acontece na vida social e como forma de organização da experiência humana (Bruner, 1997; Bastos; Biar, 2015).

Dentre as principais categorias selecionadas para as análises dos dados, estão:

- Sequencialidade, causalidade e sistemas de coerência (Linde, 1993)
- Estratégias de envolvimento (Tannen, 2007)
- Categorias de Pertença (Sacks, 1992)
- Choque moral e gerenciamento das emoções (Jasper, 1997; Goodwin, Polletta; Jasper, 2001)

Já dissemos que a análise está difundida ao longo de quatro capítulos – conduzida a partir da análise de narrativa (Linde, 1993; Bruner, 1997; Bastos; Biar, 2015) – e distribuída nas quatro esferas, já apresentadas, que acompanham a participação das mães em movimentos sociais: **narrativas** (as histórias se configuram como um de seus instrumentos para lutar por justiça); **gerenciamento das emoções** (a transformação do luto em luta); **resistência** (ao racismo e às **práticas** necropolíticas do Estado) e **maternidade** (acionada como categoria de Pertença ao grupo e forma de ação política).

Os participantes da pesquisa e os procedimentos para a análise

Ao longo da realização da etnografia nas manifestações, gravei muitos discursos. O processo de escolha dos dados a serem transcritos e analisados foi acompanhando pela intensa e repetida escuta, mencionada na seção anterior. Os discursos selecionados para compor a tese foram transcritos na íntegra, segundo uma adaptação do modelo de transcrição de Jefferson.²⁶ Loder e Jung (2008), compreendem que qualquer que seja o modelo de transcrição empregado, ele sempre estará a serviço de propósitos teóricos específicos. Isso quer dizer que não há um modelo de transcrição neutro. Há de se considerar, portanto, que a

²⁶ O modelo Jefferson de Transcrição não conta com uma forma canônica definitiva. Foi-se estruturando à medida que a Análise da Conversa Etnometodológica (ACE) foi-se desenvolvendo. O modelo está disponível em Loder e Jung, 2008, p. 168.

produção de uma transcrição faz parte do processo de análise, uma vez que o olhar do pesquisador estará orientado a motivações teóricas e analíticas às quais a transcrição deve satisfazer (Garcez, 2002). Transcrevemos os dados mantendo a variante popular usada pelos narradores – não é objeto de nossa pesquisa analisá-la em seu sentido gramatical, mas sim observar os efeitos de sentido que as narrativas produzem quando enunciadas nos protestos públicos. Em função dos fenômenos que nos interessam observar neste estudo, especialmente como emoções e sofrimento são narrados, a transcrição dos dados foca na descrição do aumento de entonação da voz (marcados em maiúsculo), nas pausas (marcadas como (.) ou por seus segundos) e nos choros contidos com embargo de voz.²⁷

A escolha pelos discursos e fragmentos narrativos de cinco dos participantes da Rede, que serão apresentados a seguir, se deu em função de serem narrativas representativas do que frequentemente ocorre nas manifestações, dando origem às já mencionadas **narrativas de engajamento**. Elas contam com a recorrência de certos fenômenos discursivos e foram analisadas tanto em nível micro – seus tópicos, estrutura, mecanismos de avaliação e de gerenciamento das emoções – quanto em nível macro – o contexto social mais amplo no qual estão inseridas.

O livro se desenvolve com a análise das narrativas de quatro mães, Ana Paula, Janaina, Fatinha, Fátima Pinho e de um pai, José Luiz. Já dissemos que a Rede é um movimento composto, majoritariamente, por mães, e que o foco deste trabalho é a luta das mães de vítimas da violência policial, porém decidimos encerrar a análise com a narrativa de um pai, por dois motivos: *i*) pelo que a luta desse pai representa em termos da banalização da morte de negros e da morosidade na apuração dos casos de “auto de resistência” e *ii*) em função de ser um pai. Discutiremos no capítulo 7 como a presença das mães nessa luta é um importante marcador de gênero, tendo em vista que a configuração familiar da população negra, moradora das favelas é, predominantemente, formada por mulheres com seus filhos. Quando estes morrem, são elas que vão à luta por justiça. Nesse sentido, a luta de José Luiz destaca-se por ser um dos poucos pais presentes na Rede.

As manifestações onde os dados foram gerados contaram com os rituais de apresentação típicos da Rede. Os familiares trajavam camisas com as fotos de seus filhos e carregavam cartazes com os nomes dos movimentos sociais a que pertenciam e cartazes com denúncias contra a violência policial e o racismo. Como se vê na imagem abaixo, tanto nas passeatas quanto nos protestos parados (isto é, em frente a prédios de alguma instituição importante) os participantes da Rede fizeram uso de microfone e caixa de som ou de megafones. Isso colaborava com a projeção de suas vozes e, conseqüentemente, com a ampliação da audiência. Com frequência notei pessoas se aproximando e assistindo ao protesto.

27 Ver tabela com convenções de transcrição no Anexo I.



Imagem 1: Deize Carvalho com o megafone (mãe do Andreu)
Acervo Rafael Daguerre/Mídia1508 – Protesto em frente ao Fórum do Rio de Janeiro em uma audiência do caso de Andreu (2021)

As primeiras análises de cada capítulo debruçam-se sobre o discurso de Ana Paula Gomes de Oliveira, mãe de Johnatha de Oliveira Lima. Ele foi morto aos 19 anos de idade, no dia 14 de maio de 2014, durante uma operação policial encabeçada pela Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na favela de Manguinhos, Zona Norte do Rio de Janeiro. A UPP foi instalada na favela em 2013. Desde então, tem-se o registro de vários casos de violência policial e abuso de autoridade cometido por policiais lotados nessa Unidade. Johnatha foi acusado de estar trocando tiros com os policiais; por esse motivo, sua morte foi classificada como homicídio decorrente de intervenção policial.

Além de Ana Paula, a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência conta com a colaboração de outras mães participantes do movimento Mães de Manguinhos.²⁸ O discurso de Ana Paula foi gravado durante uma manifestação realizada pela Rede em frente ao Ministério Público do Rio de Janeiro, no dia 19 de abril de 2017.

A segunda análise dedica-se ao discurso de Janaina Mattos Alves, mãe de Jhonata Dalber Mattos Alves, que foi morto aos 16 anos de idade, no dia 16 de junho de 2016, na comunidade do Borel, no Rio de Janeiro. Janaina e seus filhos não moram na favela do Borel. Eles moram próximo a essa localidade, mas seus familiares moram lá, e, por esse motivo, eles costumam frequentá-la. No dia de sua morte, Jhonata foi à favela para buscar um pacote com saquinhos de pipoca. No retorno, ele foi alvejado por um policial da UPP. No entanto, no Registro de

28 Destacamos duas delas: Janaina Soares, mãe de Christian, morto aos 12 anos em 2015. Já com a saúde muito debilitada em função da perda de seu filho, após a morte de outro jovem na favela em 2018, Janaina sofreu um mal súbito e faleceu; a outra mãe é Fátima Pinho, cujo caso ainda será detalhado aqui.

Ocorrência de sua morte consta “homicídio decorrente de intervenção policial”. Os policiais alegaram que ele estaria portando uma arma e teria trocado tiros com uma guarnição posicionada no local. O discurso de Janaina foi gravado durante uma manifestação realizada pela Rede no Centro do Rio de Janeiro, no dia 19 de maio de 2017. A concentração se deu em frente à Igreja da Candelária e percorreu algumas ruas do Centro, se encerrando em frente ao prédio da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

A terceira análise trata dos discursos de Maria de Fátima dos Santos Silva, a quem nos referimos como Fatinha, mãe de Hugo Leonardo dos Santos Silva, morto aos 33 anos de idade, pelo Batalhão de Choque na favela da Rocinha, em 2012. A morte de Hugo também conta com versões conflitantes e com uma atuação da polícia que foge às resoluções determinadas para mortes enquadradas como “auto de resistência”. Ele foi acusado de estar trocando tiros com os policiais. No entanto, a suposta arma que ele estaria carregando nunca foi encontrada, a cena do crime não foi preservada (inclusive, alguns moradores contam que o corpo de Hugo foi carregado pelos policiais), a perícia não foi realizada e muitas testemunhas ainda não deram seus depoimentos. A análise dos fragmentos narrativos dessa mãe conta com discursos provenientes de duas manifestações, um gravado em dezembro de 2016 em frente à Câmara Municipal do Rio de Janeiro,²⁹ e outro gravado em junho de 2017, em frente à 5ª Delegacia de Polícia Civil, um dos órgãos responsáveis pela condução dos Inquéritos Policiais de homicídio decorrente de intervenção de agente do Estado.³⁰

A quarta análise é de Fátima dos Santos Pinho, mãe de Paulo Roberto Pinho de Menezes. Ele foi morto aos 18 anos, após sofrer uma abordagem policial violenta na favela de Manguinhos, em 2013. O caso de Fátima é emblemático, pois, inicialmente, o juiz da Vara Criminal que recebeu o caso dele não aceitou a denúncia contra os policiais envolvidos na morte de seu filho. Ainda assim, Fátima seguiu na luta por justiça. Seu caso foi encaminhado para a Justiça Militar e, após seis anos de luta, dois dos policiais envolvidos foram condenados a três anos de prisão em regime aberto por lesão corporal seguida de morte, e outros três foram condenados a dois anos de prisão, com direito a suspensão da pena. Apesar dessas penas poderem ser consideradas brandas diante da gravidade do crime, o caso de Fátima representa a importância da manutenção da luta por justiça. Essa mãe segue lutando representando o Fórum Social de Manguinhos³¹ e o

29 Até o momento de publicação deste livro, esta é a situação em que se encontra o caso de Fatinha.

30 Os fragmentos narrativos desse segundo discurso serão analisados apenas no capítulo 8.

31 O Fórum Social de Manguinhos é um movimento social que reúne moradores da região de Manguinhos no Rio de Janeiro e tem como objetivo monitorar políticas de segurança pública adotadas na região. Página do movimento: <<https://www.facebook.com/forumsocialdemanguinhos/>>.

movimento Mães de Manguinhos³² – fundado por ela e Ana Paula. Seu discurso também foi gravado na manifestação de dezembro de 2016, em frente à Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro.

A quinta e última análise é de José Luiz Faria da Silva, a quem, carinhosamente, me refiro como Zé Luiz, pai de Maicon de Souza da Silva, uma criança que foi morta aos 2 anos de idade, durante uma operação policial na favela de Acari, em 1993.³³ O caso dele é um dos mais significativos da luta da Rede, pois a morte de seu filho foi enquadrada como “auto de resistência” – nomenclatura ainda vigente na época.³⁴ Nenhum dos policiais envolvidos no caso foi levado à justiça. Por conta do longo período sem avanços na investigação, o crime já prescreveu no Brasil. No entanto, desde 2018, o caso de Maicon tramita na Comissão Interamericana de Direitos Humanos.³⁵ O discurso de Zé Luiz foi gravado na manifestação do dia 19 de maio – a mesma na qual gravei o discurso de Janaina.

Resumimos no quadro abaixo as características dos dados, seguindo a ordem em que foram dispostos nas análises:

Participante	Tempo ao microfone	Duração do fragmento analisado	Linhas transcritas
Ana Paula	8’11”	2’55”	75
Janaina	1’40”	1’40”	19
Fatinha 1	5,14”	4’	80
Fatinha 2	17’10”	3’27”	80
Fátima Pinho	2’24”	1’22”	38
Zé Luiz	2’28”	2’28”	41

Quadro 1: caracterização dos dados.

Como se vê, nem todos os dados foram analisados na íntegra. Essa escolha tem relação com o tamanho deles e com o recorte analítico proposto. Dos discursos mais longos, selecionamos os fragmentos mais representativos das nar-

32 É um movimento formado por Mães da Favela de Manguinhos que têm filhos encarcerados ou que perderam seus filhos em decorrência da violência do Estado. Página do movimento: <<https://www.facebook.com/maesdemanguinhos/>>.

33 A luta desse pai se iniciou junto à Maria da Penha de Souza, a mãe de Maicon. Em função dos problemas de saúde decorrentes do sofrimento de perder um filho, ela não consegue mais acompanhar as manifestações.

34 : Ver discussão sobre “auto de resistência” e alterações da nomenclatura no capítulo 6.

35 A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, com sede em Washington, D.C., faz parte da Organização dos Estados Americanos (OEA) e é encarregada da promoção e proteção dos direitos humanos no continente americano. Foi criada em 1959, integra sete membros independentes e trabalha recebendo e processando denúncias ou petições sobre casos individuais de violações dos direitos humanos.

rativas de engajamento, levando em consideração as quatro esferas destacadas para a análise do fenômeno em estudo (narrativas; gerenciamento das emoções; maternidade e racismo/violência policial).

4. A centralidade das narrativas em movimentos sociais como a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência

Calaram Marcos Vinícius, mas não vão me calar.

Bruna Silva, 2018

Contar histórias é uma prática discursiva (Fairclough, 1989). E “é tão natural o impulso para narrar” que é quase inevitável não reportar como as coisas aconteceram (Riessman, 1993). Essa prática segue determinadas regras sociais/culturais que desenham que tipos de histórias merecem ser narradas, como devem ser construídas, por quem e para quem devem ser contadas – todas essas questões configuram-se em importantes objetos de análise para a compreensão daquilo que acontece na vida social. Por esse motivo, ao longo deste estudo, temos defendido a **Análise de Narrativa** como forma privilegiada de se fazer pesquisa social. Trata-se de um tipo de análise discursiva situada no campo da Linguística Aplicada Contemporânea, em função do seu caráter multi e interdisciplinar, assim como de sua postura crítica e eticamente informada acerca das diferentes questões sociais sobre as quais se debruça (Bastos; Biar, 2015). Como prática discursiva, a narrativa também cria regras, entendimentos e papéis sociais, pois ela é elaborada de acordo com significados, concepções e ideologias socialmente compartilhados (De Fina, 2003). Nesse sentido, a narrativa pode gerar novos significados e comportamentos; por exemplo, pode reforçar determinadas práticas sociais e/ou colaborar para a resistência e desestabilização de certos discursos já cristalizados na sociedade.

O formato da narrativa proporciona maneiras para traduzir aquilo que um indivíduo sabe ou vivenciou em algo contável. Dessa forma, reiteramos que o ato de contar histórias caracteriza-se como um importante objeto a ser estudado, pois por meio das histórias nós podemos fazer coisas no mundo. Podemos criar ordem, construir textos em contextos particulares, organizar nossa experiência e construir sentido sobre o mundo, assim como construir identidades (Riessman, 1993; Bruner, 1997; Linde, 1993; Bastos, 2005). Isso porque quando contamos sobre nossas experiências, também estamos criando um *self*, uma noção que diz respeito a “como queremos ser conhecidos pelas pessoas” (Riessman, 1993, p. 11), como queremos nos apresentar diante dos outros (Goffman, 1989), ou o que as pessoas precisam saber para nos conhecer (Linde, 1993; Bastos; Biar, 2015). Portanto, quando os indivíduos contam suas histórias, eles atribuem significados às suas experiências. Vale ressaltar que esse significado não é fixo, nem universal, mas sim fluido e contextual; é, pois, uma construção que se dá no processo de interação (Bruner, 1997; Mishler, 2002; Tannen, 2007).

A Análise de Narrativa tem a ver com a compreensão de como os narradores interpretam coisas (Bruner, 1997). “Em linhas gerais, o que pesquisadores e pesquisadoras do campo da Análise de Narrativa fazem é produzir pesquisas que ‘dão zoom’, para então tomar como objeto os momentos em que narramos nossas vidas” (Biar; Orton; Bastos, 2021). Tomando como base o tópico deste livro, a Análise de Narrativa pode, por exemplo, mostrar como os movimentos sociais se apropriam dessa prática como estratégia discursiva para lutar pelos seus propósitos (Araújo; Biar; Bastos, 2020; De Fina 2020); pode gerar compreensões sobre os modos de produção política, as práticas de resistência, e a alegada horizontalidade dos movimentos sociais contemporâneos (Orton, 2020; Orton; Biar, 2020). Dito isso, em nosso estudo defendemos a **Análise de Narrativa** como um importante instrumento teórico-metodológico, capaz de gerar entendimentos sobre como indivíduos que sofreram um trauma gerenciam emoções como luto e indignação; como narradores engajados em movimentos sociais conseguem indexicalizar suas experiências individuais de forma coletiva (Araújo; Biar; Bastos, 2020); e como esses indivíduos mobilizam solidariedade nos diferentes contextos em que suas histórias circulam.

Chamamos de **narrativas de engajamento** as histórias contadas por familiares de vítimas da violência policial, uma vez que são histórias dotadas de características particulares, como se verá na análise, operando entre questões de ordem individual e pessoal (o sofrimento de perder um filho) e questões de ordem coletiva e pública (a luta por justiça junto a um movimento social e as denúncias contra o racismo). Dessa forma, são histórias que ao mesmo tempo que tratam de sofrimento e dor, tratam de resistência e ação coletiva.

Já dissemos que uma análise desse tipo envolve interpretação. Na visão de Catherine Riessman (1993), a análise em estudos narrativos não se presta a apenas observar o conteúdo da história, mas, sim, a maneira como a experiência é contada. Para a autora, a decisão sobre aquilo que é tornado relevante na narrativa e o que é deixado de fora, como os eventos incorporam o enredo e como devem ser interpretados, envolvem a agência humana e a imaginação; já o autor Jerome Bruner (1997) compreende que a composição da narrativa depende muito da cultura na qual os participantes de uma dada interação estão inseridos. Nota-se, portanto, que diversas são as perspectivas dentro desse campo, que conta com vários autores que discutem os aspectos que compõem uma narrativa, assim como a presença das narrativas na organização da experiência humana (Labov, 1972; Bruner, 1997; Bastos, 2005; dentre outros). Das diversas produções teóricas que, desde a chamada “virada narrativa”, compõem o campo da Análise de Narrativa, destacaremos aqui as discussões que se fazem produtivas para nossa pesquisa.

O texto a seguir é dividido em dois blocos: o primeiro discorre sobre os aspectos teóricos que envolvem a área de análise de narrativa. A discussão é conduzida por um fio histórico que apresenta as fases dos estudos da narrativa contemplados pelas três “viradas narrativas”, sendo intercalada, ainda, por teorias que complementarão a análise que propomos em nosso estudo. Dito isso, começamos com os primeiros estudos de Análise de Narrativa, com Labov (1972); depois, seguimos com os estudos de Bruner (1997), Linde (1993) e Riessman (1993), finalizando essa parte com a “terceira virada narrativa” (De Fina; Georgakopoulou, 2008) e a apresentação de questões centrais para a análise das **narrativas de engajamento**: o papel das emoções nas narrativas de sofrimento (Bastos, 2008) e como os atos de resistência dos movimentos sociais podem configurar-se em narrativas de resistência (Ewick; Silbey, 2003) e em práticas de *reexistência* (Souza, 2009). Concluímos o primeiro bloco explicando como as teorias debatidas serão mobilizadas na análise.

Com base na primeira pergunta de pesquisa, “*como se constituem as narrativas de engajamento enunciadas pelos familiares participantes de movimentos sociais como a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência?*”, o segundo bloco analisa os componentes das **narrativas de engajamento** e observa como se dá a construção discursiva nos rituais públicos conduzidos pela Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência e pelo movimento Mães de Manguinhos.

O modelo laboviano – algumas considerações

Começamos a discussão com os estudos pioneiros dos linguistas Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972), que despertaram um grande interesse de áreas como Psicologia, Antropologia, Literatura e Linguagem nos estudos narrativos como meio para compreender a experiência, impulsionando a chamada “virada narrativa” (Orton, 2020). Ao investigarem narrativas produzidas em situação de entrevista, esses autores identificaram uma espécie de estrutura dos componentes de uma narrativa. Labov (1972) entende que existem muitas formas de se falar sobre experiências passadas, mas nem todas são narrativas. Segundo ele, a narrativa é um método de recapitulação da experiência passada, que conta com uma sequência verbal de ações e ordena temporalmente eventos que (infere-se) aconteceram. Com isso, a *junção temporal* das orações narrativas configura-se como o elemento central que caracteriza determinadas recapitulações da experiência vivida como narrativas, sendo a sequência concebida “como uma propriedade linguístico-discursiva representativa de uma ordem cronológica dos eventos passados em um postulado mundo real” (Bastos; Biar, 2015, p. 100). Uma

sequência de duas sentenças ordenadas temporalmente já produz uma narrativa mínima. Mas, na visão de Labov, uma narrativa prototípica ainda conta com três elementos: precisa ter um **ponto**, precisa ser **reportável** e precisa conter uma **avaliação**. Estas três características tornam-se mais perceptíveis naquilo que convencionalmente é conhecido como o modelo canônico de narrativa, que possui os seguintes elementos:

- **Resumo:** é um sumário da história, uma pequena prévia dos eventos que farão parte da narrativa;
- **Orientação:** situa a história para que seja identificado o lugar onde ela ocorreu, as pessoas que dela participaram e quando ela aconteceu;
- **Ações complicadoras:** a sequência temporal das orações narrativas construídas com verbos no passado, dando conta dos fatos enunciados;
- **Avaliação:** explicita a postura do narrador em relação à narrativa, de forma a enfatizar a relevância de algumas de suas partes em comparação a outras. Indica o ponto máximo da narrativa, o porquê de a história ter sido contada, o que o narrador pretendia ao contar sua história.
- **Resolução:** apresenta o que aconteceu após as ações complicadoras;
- **Coda:** preenche o espaço entre o momento em que a narrativa termina e o presente, trazendo a conversa de volta para o tempo presente. Também pode conter observações gerais sobre o evento narrado e como este afeta ao narrador.

Explicando um pouco mais sobre a avaliação, Bastos (2005, p.76) considera que a avaliação é

o mais complexo, e certamente o mais fascinante elemento da estrutura narrativa identificada por Labov (...), que contém informação sobre a carga dramática ou o clima emocional da narrativa e que é usada para indicar o seu ponto. Também essa sinalização de clima emotivo é um fator de reportabilidade.

É, pois, a avaliação que indica o motivo de a narrativa ser contável. “Um evento não é reportável se é algo que acontece todos os dias; para se transformar em uma história, o evento precisa, de alguma forma, ser incomum ou extrapolar as expectativas ou normas” (Labov, 1972, p. 390)”. A avaliação pode se fazer presente na narrativa pelo menos de duas formas: *i*) o narrador pode suspender o fluxo narrativo para explicitar o seu ponto ao ouvinte, chamada de **avaliação externa**. Isso colabora com a expressividade das emoções, pois chama a atenção do interlocutor para um determinado momento da narrativa que tem a ver com o ponto avaliativo; *ii*) preservando a continuidade dos eventos, o narrador pode inserir dramaticidade em seu relato, apontando suas emoções e indiciando a forma como os acontecimentos devem ser compreendidos.

Vale destacar que para que uma experiência seja caracterizada como uma narrativa nesses termos, não é necessário que todos esses elementos apareçam, tampouco que essa ordem seja seguida. Mas é imprescindível a presença das ações complicadoras expressas, tipicamente, com verbos no passado. Para Labov, sem estas, não há narrativa. A presença das ações complicadoras temporalmente ordenadas ressalta a importância que a sequência temporal tem nos estudos do autor. Esse processo de recapitulação da experiência passada leva o ouvinte a ver o mundo através dos olhos do narrador (Labov, 1972). Com isso, ao longo da narrativa, a perspectiva do narrador pode ser frequentemente expressa por meio de pequenos elementos sintáticos que compõem as orações narrativas. Esses elementos avaliativos, ou **intensificadores da ação**, são componentes que acentuam certos eventos da narrativa através de uma série de recursos como: gestos dêiticos; fonologia expressiva, como alongamento de voz; quantificadores; repetição (que, ao mesmo tempo que intensifica uma ação particular, suspende o curso da narrativa). Esses recursos geralmente são acionados pelos narradores para intensificar aqueles eventos considerados mais relevantes para o ponto central da narrativa. Por esse motivo, os intensificadores colaboram com a função da avaliação na narrativa. Outros importantes elementos que também contribuem com a avaliação são as perguntas retóricas, os comparativos e as explicações. Como será visto na análise dos dados, todos esses recursos configuram-se como importantes elementos dos quais os familiares de vítimas da violência policial lançam mão para mobilizar emoções em suas narrativas de engajamento.

Assim como Labov (1972), a autora Deborah Tannen (2007) salienta que o uso de recursos paralinguísticos ou prosódicos, como a repetição, contribuem para a intensificação de determinados eventos na narrativa e podem assumir função avaliativa. Em seus estudos sobre a conversação cotidiana, Tannen afirma que estratégias linguísticas que são persuasivas, espontâneas, compartilhadas e elaboradas no discurso literário possibilitam a conversa cotidiana. Ela chama esses dispositivos de “**estratégias de envolvimento**”, pois compreende que essas estratégias criam e refletem o envolvimento interpessoal dos participantes de uma determinada interação.³⁶ Para ela, todas as estratégias de envolvimento fazem parte da avaliação, pois são meios acionados pelos narradores para apresentar a forma como desejam que seus ouvintes entendam suas histórias.

Em seu trabalho, Tannen destaca três estratégias que podem atuar a nível de som e ritmo e/ou do significado construído na interação. São elas: i) ritmo; ii) padrões baseados na repetição e variação de fonemas, morfemas, palavras, colo-

³⁶ O envolvimento conversacional é apontado por Gumperz (1982) como a base de toda compreensão linguística, uma vez que o entendimento pressupõe envolvimento conversacional, descrito como uma participação ativa e observável na conversa.

cações de palavras, e sequências mais longas de discurso; e *iii*) figuras de estilo. Dessas estratégias, destacamos a repetição, um recurso fortemente sonoro acionado pelos narradores para reforçar o ponto da história. De acordo com a maneira como é inserida no discurso, a repetição cria um ritmo na história, animando a voz do narrador. Nesse sentido, a repetição nem sempre envolve palavras, dando-se, às vezes, por meio de um padrão ritmado, o que também intensifica a ação, cria envolvimento e atribui significado. A repetição pode servir ainda a diversos propósitos na categoria de produção linguística, tais como: auxiliar na compreensão dos enunciados, na conexão e interação entre os indivíduos e na produção de uma linguagem mais fluente, pois dá ao falante a possibilidade de (re)formular o que dizer a seguir. Esses propósitos operam, simultaneamente, para criar coerência no discurso e envolvimento interpessoal na interação.

O ato de contar histórias pode englobar as três estratégias; inclusive o próprio ato de narrar pode ser considerado uma estratégia de envolvimento (Tannen, 2007). Como veremos na análise, as narrativas dos familiares de vítimas da violência policial contam com recursos fortemente avaliativos que mobilizam emoções. As estratégias de envolvimento configuram-se como importantes dispositivos que podem ser utilizados nas **narrativas de engajamento** para enfatizar um ponto, construir significados e gerar solidariedade dentre os demais participantes da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, especialmente dentre a audiência mais ampla.

Conforme exposto acima, parte do trabalho de Labov foi expandido por Tannen – vários estudiosos debateram a obra do autor, aprofundando questões sobre determinados elementos, todavia, sem deixar de apontar suas limitações. As críticas mais importantes às formulações de Labov repousam na centralidade que ele atribui à estrutura, tratando a narrativa como um texto autônomo, organizado em uma sequência de unidades sintáticas que recapitulam o que aconteceu. Um tipo de concepção que parece não considerar como os enunciados são construídos no mundo (Linde, 1993; Mishler, 2002; Bastos, 2005).

A autora Georgakopoulou, (2006) compreende que foi a partir daquilo que ela chama de “segunda virada narrativa”, que autores como Bruner, (1997), Linde (1993), e Riessman (1993) passaram a dar mais centralidade a outros aspectos da narrativa que fundamentam a prática discursiva, tais como valores socioculturais e interacionais. Deste modo, passaram a conceber as narrativas como recontagens situadas e dialógicas, em lugar de recapitulações, como Labov (1972) originalmente havia postulado.

Esta nova perspectiva possibilitou reflexões a respeito da natureza agentiva dos processos de criação de sentido, levando ao entendimento da narrativa

como um espaço produtivo para a criação e negociação de significados (conforme aponta Orton, 2020). Tendo em vista que nossa definição de narrativa e escolha epistemológica de conduzir o processo de análise conjuga elementos teóricos dos diversos momentos dos estudos narrativos, passaremos agora a uma breve discussão sobre a proposta de Bruner (1997), Linde (1993) e Riessman (1993), salientando de que forma suas contribuições colaboram para o estudo das **narrativas de engajamento**.

O poder organizador da narrativa – a era pós-Labov

Para Bruner (1997), o princípio organizador da psicologia popular é narrativo. Essa psicologia é definida como um sistema segundo o qual as pessoas organizam sua experiência no mundo social. Com base nessa premissa, seus estudos destacam a narrativa enquanto forma de organização da experiência humana, especialmente da memória. Podemos identificar, na perspectiva de Bruner, pelo menos três princípios básicos da narrativa:

- a) sequencialidade inerente dos eventos, estados mentais e/ou ocorrências envolvendo seres humanos como personagens ou autores;
- b) indiferença factual: a condição de verdade ou falsidade não tem grande relevância, é a sequência das sentenças que determina a sua configuração geral ou enredo;
- c) forma singular de gerenciar afastamentos daquilo que é considerado o cânone: a narrativa tem a função de construir ligações entre o excepcional e o comum; ela explica quando alguma situação foge à normalidade.

A partir dessas três características, especialmente da última, Bruner enfatiza a importância da narrativa no processo de organização da experiência, porque é ela que faz a intermediação do mundo canônico da cultura com o mundo dos desejos, crenças e esperanças dos indivíduos. A narrativa “torna o excepcional compreensível e mantém afastado o que é estranho, salvo quando o estranho é necessário como um tropo. Ela pode ensinar, conservar a memória ou alterar o passado” (1997, p. 53). Isso é possível porque a narrativa é uma construção seletiva da memória, esquematizada para “construir” um mundo, caracterizar seu fluxo, segmentar eventos dentro desse mundo e assim por diante. Vale ressaltar que a lembrança que temos dos eventos que narramos e a forma como continuamente os re-historiamos, variando a significância relativa de diferentes eventos, também tem a ver com a pessoa em quem nos transformamos após vivenciar certos eventos (Mishler, 2002).

Voltando à questão da sequencialidade, Bruner, tal qual Labov, ressalta a importância desse elemento para a caracterização de uma narrativa. Já o autor Eliot Mishler (2002) sublinha que, embora a ordem temporal seja o critério mais fundamental que distingue a narrativa dos outros gêneros discursivos, esta ordem não é suficiente para tal distinção, pois “uma narrativa é mais do que uma coisa depois da outra” (2002, p. 98); é preciso que haja uma conexão significativa entre os episódios para que os participantes da interação reconheçam que se trata de um conjunto de textos, que, tomados juntos, têm um propósito. Com isso, o autor traz para o debate as diferenças entre o modelo descritivo de tempo do relógio cronológico e o experiencial/narrativo. Mishler enfatiza a importância do contexto na produção de narrativas e mostra como a ordenação temporal é uma função tanto das preferências culturais por histórias bem formuladas quanto da natureza situada que caracteriza a atividade de narrar. Esse tipo de exame favorece o entendimento de questões complexas como as relações entre o contexto, a estrutura e as funções dos estudos da narrativa quando se trata da construção de identidades.

Segundo essa perspectiva, “o passado não está cravado em pedra”, pois os significados dos eventos e experiências estão se reconfigurando constantemente e sendo reinterpretados e reenquadrados à luz de novas experiências, novos contextos e novos interlocutores (Moita Lopes, 2001). Essa característica faz referência à “mão dupla do tempo”, à ideia de que construímos nossas histórias de forma retrospectiva, ou seja, por meio de um olhar retrovisor. Os eventos em uma narrativa são governados pelos seus modos de finalização, pela situação na qual os contadores se encontram no presente. Sendo assim, “o ato de narrativizar reatribui significado aos eventos em termos das suas consequências, isto é, de como a história se desenvolve e termina e não em termos do seu lugar temporal na sequência de eventos” (Mishler, 2002, p. 106). O tempo narrativo é, portanto, central para a maneira como uma história é organizada e compreendida, ao passo que o ordenamento temporal é simplesmente uma estratégia para a organização desses eventos em um enredo (*Ibid*).

A partir dessas considerações, entendemos, portanto, que é contando histórias que organizamos a memória e construímos sentido para os eventos da vida; que tornamos compreensível para nós mesmos o que aconteceu de excepcional em nossas vidas cotidianas, dispondo os fatos em uma sequência de ações em determinados contextos, seguindo uma ordem ou um cânone narrativo (Bastos, 2005). Isso envolve um processo cognitivo e linguístico que é moldado e guiado pela cultura (Bruner, 1987; 1997).

Bruner (1997) ainda destaca a narrativa enquanto um instrumento viável para a negociação e renegociação de significados. Para tanto, tem qualidade

dramática, de modo que, quando indivíduos contam uma história, estão sempre assumindo uma posição moral, ainda que seja uma posição moral contra as posições morais que circulam na sociedade. Isso será bastante notável na análise das **narrativas de engajamento**, pois as mães se posicionam em embates discursivos defendendo um ponto moral, a vida dos jovens negros, sejam eles envolvidos ou não com atividades criminosas. Esse ponto entra em contraste com a tese da “moralidade” que circula no discurso do senso comum, refletida na expressão “bandido bom é bandido morto”.

As histórias contadas pelas mães de vítimas da violência policial têm dimensões individuais e coletivas. Sobre a narrativa pessoal, Riessman (1993) a define como aquela na qual indivíduos constroem eventos e ações do passado para reclamar identidades e construir suas vidas; trata-se de um dispositivo que se organiza em torno de uma sequência de eventos, que é acionado quando narradores querem fazer um ponto, normalmente um ponto moral. Riessman (*Ibid*), tal qual Bruner (1997), entende que os indivíduos tendem a narrativizar experiências particulares quando há uma violação daquilo que seria socialmente aceito. No entanto, narrar violações nem sempre é tarefa simples. Algumas experiências como morte, doença e tragédias são extremamente difíceis de serem contadas e podem emergir em conversas na forma de uma “pré-narrativa”, que acaba não se desenvolvendo em uma narrativa. Trata-se da contagem de certos eventos, que, juntos, não produzem uma coerência. Nesse sentido, os movimentos sociais podem configurar-se como um facilitador no processo de organização desses eventos, uma vez que possibilitam que indivíduos nomeiem suas experiências e, com isso, conectem-se com aqueles que vivenciaram situações semelhantes, se engajando, assim, em ações políticas (Riessman 1993).

Histórias de vida: a construção da coerência

Da mesma maneira que Bruner (1997) e Riessman (1993), Charlotte Linde (1993) compreende a narrativa como uma forma de organização daquilo que entendemos sobre os eventos passados, situações do presente e até do futuro que imaginamos. Para ela, a narrativa, além de organizar a experiência humana, também se caracteriza como um dos recursos sociais mais importantes para a criação da identidade pessoal; é o meio segundo o qual comunicamos nossa experiência aos outros. Seu estudo foca, mais especificamente, nas **histórias de vida**, definidas como uma unidade linguística de interação social que “consiste em todas as histórias e unidades de discurso associadas, como explicações e crônicas, e as conexões entre elas, contadas por um indivíduo ao longo de sua vida” (1993, p. 22).

Linde ainda amplia a noção de **avaliação** de Labov (1972). Para a autora, o ponto avaliativo de uma história de vida tem duas dimensões: i) pode ser alguma coisa sobre quem é o narrador; ii) pode ilustrar como o mundo é. Ela destaca que as avaliações do primeiro tipo são as que compõem as histórias de vida, porque se referem especificamente a que tipo de pessoa o narrador é. Apesar disso, em nosso objeto de estudo, as avaliações sobre como o mundo é (que expressam posicionamentos sobre o mundo) se fazem extremamente relevantes para a compreensão de como as emoções e o sofrimento causado por um evento externo são organizados nas narrativas das mães. Sendo assim, a análise dos dados abordará o ponto avaliativo nessas duas dimensões. A despeito dessas duas dimensões, a avaliação pode servir para estabelecer a reportabilidade; pode atestar que os eventos e personagens da narrativa estão em conformidade com as normas compartilhadas ou negociadas pelos participantes da interação; e/ou, ainda, pode conter comentários morais, ou seja, avaliações que dizem respeito sobre como as coisas são e como elas deveriam ser. Esse tipo de avaliação moral é uma das ferramentas mais poderosas para a compreensão do que os falantes estão fazendo quando constroem suas narrativas.

Já a reportabilidade é uma noção que faz parte da avaliação. Conforme destaca Labov (1972), um evento não é reportável se for algo que acontece todos os dias. Para ser transformado em uma história, um evento deve ser incomum, de alguma forma, ou ir contra as expectativas ou normas. Narrativas que são contáveis por mais tempo do que outras têm reportabilidade estendida. Normalmente, remetem a marcos biográficos, tais como escolha profissional, casamento, doenças, tragédias, mortes, entre outros.

Uma história de vida pode ser reinterpretada e ressignificada em função da interação e do contexto em que está sendo enunciada. Mudanças assim também podem ser relacionadas aos **“pontos de virada”** – incidentes que acontecem de modo repentino e inesperado e, assim, modificam a compreensão que os narradores têm sobre suas vivências. São eventos que têm importância na construção das histórias de vida – marcos biográficos – pois podem gerar um processo de re-historiação dos eventos do passado. Isso porque o narrador passa a se posicionar de forma diferente; por exemplo, ele pode revisar os sentidos que atribuía aos eventos e recontextualizá-los de novas maneiras, reescrevendo a sua história de vida. Em se tratando de eventos traumáticos, o ponto de virada gera a (re)construção das identidades por meio de um (re)posicionamento em relação aos fatos geradores do trauma (Mishler, 2002).

O conjunto das narrativas que compõem a história de vida de um indivíduo parte de um processo no qual os acontecimentos são costurados até

que se tornem coerentes, construindo e reconstruindo identidades. Para Linde, a elaboração de uma coerência demanda que uma história de vida conte com dois elementos: sequencialidade, uma ordem que os participantes da interação considerem significativa; e causalidade, geralmente elaborada com conectivos e expressões como “**por isso, desde, portanto, é por esta razão que**”. A causalidade ainda precisa ser aceitável perante os participantes da interação (causalidade adequada), isto é, a explicação precisa ser equilibrada de modo a não produzir determinismos que construam a história de vida do narrador como fadada a certo fim, e nem denunciar aleatoriedades que poderiam dar a ideia de que sua vida não teve uma direção.

Dito isso, é importante criar uma causalidade adequada para a sequência de eventos de uma história de vida, pois isso está relacionado à necessidade dos indivíduos de construir uma boa imagem e “parecer bom” quando contam suas histórias. No caso das **narrativas de engajamento**, a criação de uma causalidade aceitável vai de encontro à caracterização moral da vítima de violência policial – conforme se verá no capítulo 6 e na análise dos dados. Existe um embate discursivo sobre as causas dessas mortes. Enquanto segmentos da sociedade operam com uma relação de causalidade baseada em estereótipos como “bandido bom é bandido morto” ou “se morreu era porque estava fazendo algo de errado” ou, ainda, com base na fatalidade, como “estava no lugar errado, na hora errada”, os parentes dessas vítimas operam com uma relação de causalidade que engloba tanto eventos específicos nos quais os meninos assassinados estavam envolvidos (como “estar indo para escola”) quanto questões de ordem macro e estruturantes da sociedade como racismo estrutural e violência sistêmica.

A causalidade é, portanto, um princípio de coerência das histórias de vida que trabalha não somente naquilo que Linde chama de **local** (o microssocial), mas também no nível macrossocial, que, segundo ela, remete aos **sistemas de coerência** que atuam de forma mais global para organizar a experiência no formato de uma narrativa socialmente compartilhável. Um sistema de coerência é uma prática discursiva que representa um sistema de crenças e relações entre as crenças; que providencia ferramentas que podem explicar quando uma determinada declaração pode ou não ser considerada a causa de outra declaração. É, pois, um sistema que pretende fornecer um meio para compreender, avaliar e construir relatos de experiência. Tipicamente, um sistema de coerência é um sistema de crenças derivado de algum sistema especialista, como teorias científicas, religiosas, dentre outros, mas acionado por alguém sem especialização. Desse modo, o sistema de coerência pode ser considerado um “nível intermediário” entre o senso comum e os sistemas especialistas, um sistema *semi-expert*, uma versão popular de teorias (Linde, 1993).

Enquanto versões popularizadas de teorias, os variados sistemas de coerência permitem ao narrador a aplicação de certo nível de distância, conferindo-lhe a possibilidade de assumir uma posição de especialista. A forma como os indivíduos acionam e se alinham a esses sistemas tem relação com as diferentes posições sociais que ocupam, o que implica em uma diferença nos tipos de práticas sociais nas quais esses sistemas são mobilizados. O processo de desenvolvimento desses sistemas se dá ao longo do tempo. À medida em que algum sistema de crença especialista se estabelece e se populariza, determinados fragmentos dele podem dar origem a um sistema de crença popular. Quanto mais esse sistema de coerência fica conhecido, mais ele se aproxima do *status* de senso comum e, no futuro, pode eventualmente se tornar parte dele.

No entanto, nem todos os narradores lançam mão de sistemas de coerência específicos como forma de atribuição de causalidade para certos eventos de suas vidas. Ainda assim, não é possível afirmar a ausência de um sistema de coerência, uma vez que todo enunciado é um elo na cadeia de enunciados (Bakhtin, 1997). Nesse caso, o narrador faz uso de um sistema que consiste em suposições e crenças que, de tão repetidos e presumidamente compartilhados por todos de uma cultura, é compreendido como parte inerente da sociedade – o senso comum.

O estudo de Linde (1993) sobre as histórias de vida e o processo pelo qual a coerência é construída nessas histórias é de vital importância para o estudo das **narrativas de engajamento** proposto neste livro. O assassinato de um filho constitui um importante (senão o mais importante) marco biográfico na vida dos familiares participantes da Rede. Parte da luta por justiça envolve a contagem e recontagem dessas narrativas nas manifestações das quais participam. Sendo um evento traumático e extraordinário à regra natural da vida (os filhos deveriam enterrar os pais, não o contrário), a elaboração da coerência pode ser um desafio para esses familiares. Nas seções de análise (mais especificamente no capítulo 6), observaremos como esses indivíduos gerenciam as relações de causalidade e qual o papel dos sistemas de coerência no processo de organização dessa experiência. Tal análise também se apoia naquilo que o sociólogo John B. Thompson (1995) chama de **estratégia de racionalização**, um mecanismo de construção simbólica em que relações de poder são representadas segundo uma cadeia de orações logicamente organizadas.

Em seus estudos sobre a natureza e o papel da ideologia, sua relação com a linguagem, com o poder e com o contexto social, Thompson elegeu os discursos que circulam em meios de comunicação como objeto de sua análise. Ele apresenta cinco modos pelos quais ideologias podem operar para o estabelecimento e manutenção de relações de dominação que se dão por meio de estratégias de cons-

trução simbólicas, sendo eles: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Interessa-nos particularmente a **legitimação**, ação pela qual os indivíduos buscam estabelecer e sustentar suas ideias por meio de um discurso de característica autêntica e verídica, o que atribui legitimidade e tende a garantir a confiança e o apoio de uma certa audiência.

Apoiado em Weber³⁷ – mais especificamente nos fundamentos sobre os quais as afirmações de legitimação podem estar baseadas –, Thompson afirma que a representação das relações de dominação como legítimas pode ser vista como uma exigência de legitimação que está baseada em certos fundamentos. Tal exigência é possível de ser expressa em formas simbólicas por meio de estratégias típicas de construção simbólica. A mais típica de todas é a **racionalização**, “através da qual o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações, ou instituições sociais e, com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio” (1995, p. 81). Dessa forma, o interlocutor que elabora uma **racionalização** em seu discurso tende a apresentar seus argumentos ou narrar eventos de maneira aparentemente organizada em uma cadeia de raciocínio para sustentar e/ou justificar um conjunto de ideias, ou em uma sequência de eventos, com o objetivo de “convencer” seus públicos de que suas convicções são dignas de apoio. Conforme dissemos, destacamos da teoria de Thompson as “**estratégias de racionalização**” como um mecanismo acionado pelas mães em suas narrativas de engajamento que, juntamente com os sistemas de coerência, produzem explicações minimamente coerentes para as situações que envolvem morte de seus filhos.

Os estudos narrativos contemporâneos – as narrativas de sofrimento e o gerenciamento das emoções

A chamada terceira virada narrativa é caracterizada por uma mudança no enfoque dos estudos narrativos. As pesquisas anteriores estavam mais voltadas para as narrativas e narrativas autobiográficas geradas nas entrevistas de pesquisa – muitas vezes para os estudos das construções identitárias. Já as pesquisas contemporâneas têm se voltado para as narrativas espontâneas que emergem em contextos interacionais, tais como rodas de conversa, reuniões de trabalho, manifestações, dentre outros. Essas pesquisas também têm questionado a história de vida como objeto privilegiado para a compreensão da experiência humana e das construções

37 A parte teórica na qual Thompson se apoia são os três tipos de fundamentos desenhados por Max Weber (1991), sobre os quais as afirmações de legitimação podem estar baseadas. São eles: os fundamentos racionais (que fazem apelo à legalidade de regras estabelecidas), os fundamentos tradicionais (que apelam à sacralidade de tradições imemoriais) e os fundamentos carismáticos (que dizem respeito ao caráter excepcional de uma pessoa que exerça autoridade).

identitárias. Em vez delas, a interação social tem sido concebida como o *locus* dessa construção (De Fina; Georgakopoulou, 2008).

A formulação teórica e sintática dos elementos que compõem uma narrativa abriu caminho para o estudo de narrativas nos mais diversos contextos de produção, com vias a compreender o que os indivíduos estão fazendo quando contam histórias em situações específicas. Trata-se de pesquisas que se baseiam no aporte teórico-metodológico da narrativa e, em interface com outras teorias sociais, produzem estudos sobre narrativas típicas de determinados contextos. No estudo do engajamento de familiares de vítimas da violência em movimentos sociais, nos apoiamos em dois trabalhos que produziram entendimentos sobre formas específicas de contar determinadas histórias: **narrativas de sofrimento e narrativas de resistência**.

O sofrimento é compreendido pela área da Antropologia Médica como uma experiência social. De acordo com Kleinman (1997 *apud* Bastos, 2008), o sofrimento social remete a um conjunto de problemas que tem origem nos males que as forças sociais podem infligir à experiência humana. Inclui condições que envolvem diversas questões, tais como saúde, religião, direito, violência etc. Todavia, não é algo estritamente pessoal: o sofrimento humano é, ao mesmo tempo, coletivo e individual; as formas de vivenciar a dor e o trauma são, simultaneamente, locais e globais. Há diversas maneiras de sofrer e de perceber o sofrimento, mas como essa experiência é construída em narrativas? Polkinhorne (1988) entende que, “ao juntar dois eventos num único episódio, construímos entre eles um nexos que aumenta a nossa compreensão sobre tais eventos” (*apud* Bastos, 2008, p.77). Ademais, se a narrativa é o elemento organizador das ações humanas e das situações, é, pois, narrando os eventos de sofrimento que envolvem a perda do filho que as mães vão organizando suas experiências e construindo o sentido da luta.

Vale ressaltar que o processo de narrar o sofrimento é acompanhado pelo gerenciamento de emoções, assim como pela participação em movimentos sociais. Debateremos essa questão de forma mais profunda no capítulo 8 – **Narrativa e emoções**. Sobre as emoções, Sarbin (2001) entende que ações/emoções como raiva, orgulho e medo podem ser incorporadas à estrutura da narrativa, e, assim, serem concebidas como enredos narrativos. Levando em consideração que na vida cotidiana os indivíduos fazem uso de um repertório de ações verbais e não-verbais que localizam os atores em narrativas particulares, essas ações/emoções podem ser corporificadas, isto é, dotadas de expressões corporais. Por exemplo, se um narrador se localiza em uma história de insulto, expressões corporais agressivas podem ser mobilizadas por esse narrador, assim como se uma história triste está sendo narrada, um choro pode ser desencadeado. Segundo o

autor, essas ações corporificadas podem auxiliar as metas do indivíduo na interação, assim como podem auxiliar na performance de identidades.

O mundo das emoções compõe uma espécie de repertório de expressões corpóreas que funcionam como recurso para os narradores performarem identidades e produzirem certas impressões nos seus interlocutores. No caso das mães de vítimas da violência policial, as emoções também constituem uma espécie de gramática política,³⁸ que orienta o engajamento político e funciona como forma de mobilização de solidariedade (Freire, 2011). O choro talvez seja a expressão corpórea mais significativa no contexto da presente pesquisa, pois, segundo Sarbin (2001), as pessoas choram em momentos específicos da história narrada. Isso leva ao entendimento de que a maneira, a duração e o grau de envolvimento na ação de chorar flutua com o contexto da narrativa.

A partir dessas considerações, observaremos como o mundo das emoções, especialmente o sofrimento, é incorporado nas narrativas das mães de vítimas da violência de modo a expressar/organizar a dor. Observaremos também como essa incorporação funciona enquanto recurso mobilizador de solidariedade da audiência. Para tanto, analisaremos algumas estratégias discursivas utilizadas pelas mães em suas performances narrativas, tais como, pausas, choro contido e ênfases.

Narrativas de resistência e práticas de reexistência

O conceito de resistência é central para a ação política desenvolvida pelos indivíduos engajados nos mais diversos tipos de movimentos sociais, uma vez que mobilizações, geralmente, surgem da contestação de alguma situação. Se a resistência pode ser concebida como a habilidade de mobilizar ação coletiva, de perturbar ou alterar os arranjos de poder e provocar mudanças nas estruturas da sociedade, os atos de resistência podem ser entendidos como tentativas conscientes de mudar/desafiar as relações de poder. Uma das consequências dos atos de resistência é a sua transformação em “histórias de resistência”, conforme apontam as sociólogas Ewick e Silbey (2003): trata-se de histórias que, de tão contadas, transcendem temporal e espacialmente o momento da ação; que têm uma circulação que viabiliza a coletivização e a disseminação de práticas de resistência; que dispõem de conhecimento sociocultural sobre como as estruturas de poder funcionam. As narrativas de resistência, então, podem ser compreendidas não como uma representação dos eventos acontecidos, mas como atos criativos e políticos de articulação das bases estruturais de poder, que desafiam a hegemonia e reivindicam mudanças estruturais.

³⁸ Uso o termo “gramática” para fazer referência ao “conjunto de regras ou coações, que são as exigências a serem seguidas por participantes de uma mesma situação, unidade espacial e temporal em que pessoas coordenam suas ações de modo a comportar-se de forma adequada ao contexto” (Freire, 2011, p. 182).

A noção de poder hegemônico – concebido como um produto da interação social, produzido e reproduzido nos mais diversos tipos de interação – é de suma importância na abordagem das autoras, pois essa reprodução colabora com a naturalização de determinados discursos e práticas sociais. São as narrativas de resistência que desafiam os arranjos sociais naturalizados, identificando determinados indivíduos como os responsáveis por certas injustiças. Dessa forma, os narradores de atos de resistência

se constroem como indivíduos agentivos, por meio da construção de significados de oposição, de transformação e de vitória moral - demonstram entendimento de que a ação social na sociedade contemporânea é organizada por meio de papéis sociais, regras, hierarquias, tempo e espaço, e que se encontram em posições subordinadas.

(Orton, 2020, p. 125)

No mais, os enredos das narrativas de resistência, tipicamente, veiculam conhecimento acerca do papel que as estruturas de poder têm, não apenas na tentativa de limitar a ação de indivíduos, como também na produção das “janelas de oportunidades políticas” que, quando abertas, podem transformar o potencial de uma mobilização em ação coletiva (Tarrow, 2009). A atividade narrativa constitui, portanto, uma prática simbólica na qual os grupos sociais se engajam a fim de reivindicar legitimidade e reconhecimento de suas causas, além de demandar mudanças específicas no sistema político.

A partir dessas considerações, as histórias das mães podem ser apreendidas como narrativas de resistência ao racismo estrutural e institucional que opera nas diversas fases da luta por justiça – desde o momento em que o policial aperta o gatilho em uma incursão na favela, até o arquivamento do caso na esfera do judiciário. Entretanto, em nosso estudo, compreendemos que, mais do que resistir ao narrarem suas histórias em público, essas mães *reexistem* na medida em que colaboram para a desestabilização de discursos de base racista já cristalizados, e passam a redescrever a morte de seus filhos como parte de um contexto macro de violência e racismo sistêmico.

A noção de *reexistência* foi incorporada por Ana Lúcia Silva e Souza (2009) em seu estudo sobre as práticas de letramento dos ativistas do movimento *Hip Hop* em São Paulo. Para ela, ao sociabilizar suas produções, os ativistas desse movimento transformam-se em agentes de letramentos, formadores de outros agentes. Eles desempenham um papel histórico ao absorver, criar, ressignificar e reinventar os usos sociais da linguagem, os valores e intenções daquilo que ela chama de *letramentos de reexistência*. Esses letramentos “capturam a complexidade social e histórica que envolve as práticas cotidianas de uso da linguagem, contribuem para a desestabilização do que pode ser considerado como discursos

já cristalizados” (2009, p.32). Segundo análise da autora, tais práticas tornam-se *reexistência* em lugar de resistência, uma vez que os ativistas não apenas valorizavam ou refutavam a cultura letrada escolarizada, como, principalmente, a reinventavam. Nesse sentido, os ativistas, além de resistirem a um modelo de letramento excludente, também criavam novas formas de dizer o já dito, difundindo espaços de disputa pela educação, seja ela escolarizada, ou não. Sintetizando, a *reexistência* consiste em desestabilizar discursos já cristalizados e atribuir-lhes novos significados. É uma prática que possibilita mudança, uma vez que contribui para pensar transformações nas mais variadas esferas sociais.

Sendo assim, defendemos que a atuação das mães de vítimas da violência policial na Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência se dá via narrativas de resistência, que trazem à tona a racialização da violência policial e os entraves que elas enfrentam na luta por justiça e via atos de *reexistência*, pois suas denúncias redescrevem a morte de seus filhos sob uma nova ótica que tanto afasta a caracterização moral deles como “bandidos” quanto destaca essas mortes como parte da lógica de atuação necropolítica do Estado.

Explicações sobre a análise

Finalizaremos essa parte do capítulo reforçando a nossa definição de narrativa e como mobilizaremos as teorias aqui discutidas para a análise das chamadas **narrativas de engajamento**.

Compreendemos que a Análise de Narrativa é uma importante ferramenta para a investigação de problemas de pesquisa ligados à construção identitária e interação social (Bastos; Biar, 2015), sendo, portanto, um meio para lançar entendimentos sobre o que acontece na vida social. Tal entendimento permite o estudo de um contexto em nível micro analítico, mas que extrapola compreensões daquilo que acontece no macrosocial.

Partimos da compreensão de que a narrativa não é uma representação dos eventos do passado, mas sim uma construção. É uma forma de organização da experiência humana, e é por meio dela que os familiares de vítimas da violência policial gerenciam suas emoções e organizam os eventos que levaram à morte de seus filhos. Eles tornam compreensível para si próprios o que aconteceu de excepcional em suas vidas. Para além disso, a narrativa também é uma maneira de agir no mundo. É um importante dispositivo utilizado por movimentos sociais como a Rede para lutar por suas demandas, seja porque pode proporcionar uma maior visibilidade à causa, objeto de luta, seja pela capacidade de mobilizar emoções e, assim, gerar solidariedade por parte de outros setores da sociedade.

Com base nos pressupostos teóricos aqui apresentados, as narrativas dos familiares serão analisadas neste capítulo sob duas perspectivas complementares: 1) como narrativas de sofrimento que mobilizam emoções e constituem a história de vida das mães participantes de movimentos sociais; 2) como formas de resistência ao racismo estrutural e aos discursos hegemônicos que constroem as vítimas da violência policial como criminosos e responsáveis pela própria morte. Essa resistência se torna *reexistência* na medida em que as mães narram suas histórias e desestabilizam tais discursos hegemônicos.³⁹ A análise será orientada pela pergunta de pesquisa apresentada anteriormente: *como se constituem as narrativas de engajamento enunciadas pelos familiares participantes de movimentos sociais como a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência?* Para tanto, faremos uso de alguns aspectos do modelo laboviano, em interface com as teorias que contemplam os aspectos da narrativa referentes aos valores socioculturais e interacionais que fundamentam a prática discursiva (Bruner, 1997; Linde, 1993; Riessman, 1993; De Fina, 2020). Entendemos que esse tipo de interface enriquece a análise. *Orientação, ação complicadora e avaliação* são os elementos que se farão mais presentes na análise.

Dado o caráter dessas narrativas, que se fazem em torno de um evento traumático e são contadas e recontadas diversas vezes porque possuem uma reportabilidade estendida, as trataremos como parte das **histórias de vida** das mães. As noções de **ponto de virada**, **causalidade**, **sistemas de coerência**, **estratégias de envolvimento** e **racionalização dos eventos** darão suporte para a compreensão de como essas mulheres organizam a experiência de perder um filho, atribuindo coerência a essa situação por meio de relações de causalidade que figuram entre situações de ordem micro e macrosocial.

Narrando a luta por justiça – as narrativas de engajamento

O primeiro bloco de análise tem como ponto maior descrever como as **narrativas de engajamento** são elaboradas no contexto dos rituais de apresentação pública de movimentos sociais como a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência e se debruça mais especificamente sobre os componentes dessas narrativas, abordando todos os dados que foram selecio-

³⁹ A prática de *reexistência* de mulheres negras também pode ser observada a partir do conceito de *Escrevivência*, cunhado por Conceição Evaristo. Trata-se de um tipo de escrita que nasce do cotidiano, da experiência de vida da própria autora e do seu povo. A *Escrevivência* aponta para o ato de contar histórias particulares, fazendo referências a outras experiências coletivizadas (2017), uma vez que o sujeito da literatura negra tem a sua existência marcada por sua cumplicidade com outros sujeitos. Além disso, a obra da autora sublinha o incômodo que a escrita de mulheres negras precisa provocar no interior da produção científica hegemônica, marcadamente branca e androcêntrica (Soares; Machado, 2017).

nados para compor a tese que originou este livro. Os demais aspectos discursivos desses mesmos fragmentos serão explorados nos demais capítulos. Seguiremos a ordem apresentada no capítulo 3, começando com trechos narrativos dos discursos de Ana Paula, seguida por Janaina, Fatinha, Fátima Pinho e finalizando com Zé Luiz.

Ana Paula – uma luta que é coletiva

Ana Paula é mãe de Johnatha de Oliveira Lima. No capítulo 3, explicamos que a morte desse jovem é acompanhada por divergências de versões sobre o ocorrido, assim como a maioria dos casos de “auto de resistência” dos participantes de movimentos sociais como a Rede. Nos fragmentos narrativos selecionados, Ana Paula torna relevante tanto essas contradições quanto a sua própria luta por justiça.

O discurso dessa mãe comporta excertos narrativos não-canônicos fortemente avaliativos, nos quais a manifestante critica as práticas do Estado em relação ao “combate às drogas”, acusando-as de serem racistas. Segue abaixo o discurso de Ana Paula (quase na íntegra):⁴⁰

40 Um outro fragmento desse mesmo discurso de Ana Paula será analisado no capítulo 6.

Discurso 1

01 Meu nome é Ana Paula, sou moradora da favela de Manguinhos eu sou a
02 mãe de Johnatha de Oliveira (.) Para alguns de vocês aqui, pode parecer
03 que vocês estão ouvindo a mesma história a todo momento, mas é isso
04 que acontece, nossos filhos foram assassinados, por causa desse siste-
05 ma RACISTA. Que diz que moradores de favelas (1s) jovens (1s) negros
06 (1s) pobres, moradores de periferias, TÊM que ser ASSASSINADOS. Não
07 vem com esse discurso de que “ah o combate às drogas”, na verdade não
08 é isso. Nós, que moramos em favelas, que perdemos nossos filhos INJUS-
09 TAMENTE sabemos que o que há é o combate aos pobres. Estão tirando
10 os nossos filhos, e ninguém SE IMPORTA? (3s) o MEU FILHO, ele foi as-
11 sassinado aos dezenove anos de idade com um tiro nas costas, totalmente
12 indefeso. E é por isso que eu tô aqui hoje. Junto com essas mães, com
13 esses pais, com esses familiares sabe por quê? O policial que assassinou
14 o meu filho, X, o nome dele. Foi o policial que desgraçou a minha vida,
15 MAS SE HOUVESSE JUSTIÇA de repente hoje o meu filho estaria vivo.
16 Porque esse mesmo POLICIAL, já havia sido preso um ano antes, ELE
17 RESPONDE A PROCESSO POR TRIPLO HOMICÍDIO E POR TENTATI-
18 VA DE HOMICÍDIO E NINGUÉM FEZ NADA, A JUSTIÇA NÃO ACON-
19 TECEU. É POR ISSO QUE QUE EU TÔ AQUI ((inaudível)) justiça

Ana Paula inicia a sua narrativa com uma **apresentação inicial**, que se dá de maneira ritualística – uma fórmula recorrente usada pelos participantes da Rede e de outros movimentos sociais similares. É comum que todos os manifestantes abram seus discursos dizendo seus nomes, o nome dos filhos e o local onde moram “Meu nome é Ana Paula, sou moradora da favela de Manguinhos eu sou a mãe de Johnatha de Oliveira” (linhas 1 e 2). Em todas as manifestações em que estive presente, os familiares se apresentaram dessa mesma forma. No trabalho de campo, observei, inclusive, momentos em que familiares que estão na luta há mais tempo ensinavam aos recém-chegados como se dirigir ao público nas manifestações. Rituais assim são típicos de contextos institucionais, nos quais é comum moldar a forma de narrar como maneira de reforçar a coesão do grupo. Enquanto recurso discursivo, produz um efeito segundo o qual as narrativas contadas neste contexto podem ser vistas como itens semelhantes de uma *coleção*. O paralelismo que salta aos olhos quando todas as narrativas são tomadas juntas coloca ênfase na repetição das mesmas tragédias e na coletivização da dor dessas mães. No entanto, apesar do padrão comum, os elementos que identificam mãe e filho individualmente em cada narrativa permitem que não haja apagamento

da agência dos familiares – existe uma dimensão individual em cada história. A especificidade de cada narrativa é também reforçada.

Logo em seguida ao ritual de abertura, Ana Paula se dirige à audiência (pessoas que estavam transitando pelo local da manifestação), explicitando o caráter recorrente das histórias narradas e produzindo, um resumo “Para alguns de vocês aqui, pode parecer que vocês estão ouvindo a mesma história a todo momento, mas é isso que acontece,” (linhas 2 a 4) e orientações que também funcionam como avaliações que contextualizam a sua narrativa “nossos filhos foram assassinados, por causa desse sistema RACISTA. Que diz que moradores de favelas (1s) jovens (1s) negros (1s) pobres, moradores de periferias, TÊM que ser ASSASSINADOS” (linhas 4 a 6).

Essa **contextualização** que preenche a maior parte da narrativa, cumpre duas funções:

- 1) aponta para uma explicação geral do motivo pelo qual Ana Paula está nessa manifestação, que tem a ver com a profunda indignação gerada pela morte de jovens negros nas favelas;
- 2) em lugar de simplesmente remeter a elementos que compõem o cenário da história particular de Ana Paula, tal contextualização aponta para elementos de ordem macrossocial que constroem uma rede de causalidades que levaram à morte de Johnatha: a violência policial e o extermínio da população negra nas favelas como consequências de um “sistema racista”.

Construídas essas relações, essa mãe passa a um novo sumário de sua narrativa e elabora uma indagação como uma pergunta retórica, pontuada por choro: “estão tirando os nossos filhos, (.) e ninguém SE IMPORTA?” (linhas 9 e 10). Compreendemos que, aqui, ela tenta mobilizar certa empatia da audiência, humanizando a questão.

Após esses movimentos iniciais, constituídos de resumos e contextualizações, Ana Paula inicia então o relato da sua **história particular**, que conta com a ação complicadora – a morte de Johnatha: “o MEU FILHO, ele foi assassinado com um tiro nas costas”, acompanhada de uma orientação “aos dezenove anos de idade” e uma avaliação “totalmente indefeso” (linhas 10 e 12). Tanto a escolha verbal quanto a caracterização do personagem nessa micronarrativa colaboram para a construção do ponto de Ana Paula em sua história: contrariar a versão oficial da polícia e reivindicar a inocência de Johnatha (se ele levou um tiro nas costas e estava indefeso, não se trata de “auto de resistência”). É importante notar que a experiência pessoal dessa mãe, a sua **história particular**, que dá conta daquilo que efetivamente aconteceu a seu filho, toma um pequeno espaço em seu

discurso (linhas 10 e 12) – questão que será destacada nas análises dos demais capítulos.

Na sequência, Ana Paula faz avaliações que marcam o seu engajamento na luta por justiça ao lado de outros familiares (linhas 12 e 13), seguidas por uma extensa **coda avaliativa** (linhas 13 a 19), na qual ela denuncia o sistema judiciário brasileiro, pois “se houvesse justiça”, o policial que matou o seu filho não estaria trabalhando nas ruas e Johnatha “poderia estar vivo”. Ao nomear o policial “que desgraçou a sua vida”, Ana Paula traz mais um elemento de sua história particular (linhas 13 a 17).

O ponto da narrativa dessa mãe, o motivo pelo qual ela conta a sua história da maneira como conta, pode ser dividido em dois: a defesa da inocência de Johnatha e a produção de denúncias das práticas necropolíticas de “combate às drogas” e do racismo estrutural. Nesse processo, Ana Paula organiza a sua narrativa segundo um padrão peculiar:

- 1) **Apresentação inicial:** ela abre a narrativa trazendo breves informações sobre quem é ela e quem é seu filho;
- 2) **Contextualização política:** ela descreve o racismo e a violência policial nas favelas do Rio de Janeiro, dando ênfase ao contexto macro que envolve a morte dos filhos das mães engajadas em movimentos sociais como a Rede;
- 3) **História particular:** momento no qual Ana Paula narra efetivamente a sua experiência pessoal, como se deu a morte de seu filho e, inclusive, nomeia o policial responsável pela morte dele, construindo um caráter mais pessoalizado da violência policial;
- 4) **Coda avaliativa:** ela faz avaliações que funcionam como denúncias das práticas do sistema judiciário, que geram a sensação de impunidade.

Essa espécie de “estrutura organizadora” se faz presente, em maior e menor grau, em todas os discursos dos participantes de movimentos sociais analisados na tese que deu origem a este livro. Ana Paula, ao fazer uso dessa “estrutura”, constrói sua experiência dentro de uma coletividade, isto é, ela torna relevante o contexto macro que permeia a morte de seu filho, projetando-o como parte de um sistema que é responsável pela morte dos filhos dos seus companheiros participantes da Rede. Maior espaço é tributado ao contexto macro do que aos eventos relativos à morte de Johnatha em si. Com isso, sua narrativa se desenvolve em espiral: vai do particular para o geral. O discurso de Ana Paula torna-se mais que um relato, agindo no movimento social do qual ela faz parte como denúncia de um crime sistêmico.

Janaina – Enquanto eu tiver vida, eu vou atrás dessa justiça

Janaina Matos Alves é mãe de Jhonata Dalber. O caso de Jhonata ganhou atenção especial da imprensa e das mídias alternativas em função da disparidade de versões sobre os eventos que levaram à morte do adolescente. No Registro de Ocorrência consta que ele estava trocando tiros com os policiais. Já os familiares e as testemunhas moradores da favela do Borel contam que Jhonata estava com um pacote com saquinhos de pipoca nas mãos quando foi atingido por um tiro de fuzil. Esse conflito de versões é um ponto central na narrativa dessa mãe, pois a sua versão e a das demais testemunhas do ocorrido colaboram para a construção da inocência de seu filho.

A organização da **narrativa de engajamento** de Janaina é similar à de Ana Paula e, como tal, também desempenha importantes papéis nos movimentos discursivos que colaboram com a elaboração do seu luto e com a sua atuação política. Mas, diferentemente de Ana Paula, Janaina dá maior espaço à sua experiência pessoal do que à experiência coletiva do grupo. Todavia, seu discurso não deixa de contemplar o cenário macro no qual a morte de Jhonata Dalber e a luta por justiça se inserem. Participa desse cenário a construção estigmatizante do morador da favela, que, no discurso de Janaina, é elaborada como parte de sua luta. Segue abaixo o discurso de Janaina na íntegra:

Discurso 2

01 meu nome é Janaina Matos Alves, sou mãe do Jhonata Dalber. Ele foi as-
02 sassinado no dia trinta de junho de dois mil e dezesseis na comunidade do
03 Borel (.) ele foi até a comunidade, (.) para fazer um favor pra mim, (.) pe-
04 gar um pacote com um saquinho de pipoca (4s). E lá, ele foi alvejado com
05 um tiro na testa, (.) pelo policial da UPP do Borel (12s) ((choro)). E hoje
06 eu tô aqui com essas mães, em busca de justiça (4s) e enquanto eu tiver
07 vida, eu vou atrás dessa justiça, e enquanto eu tiver força pra isso eu vou
08 lutar (.), porque nem todo mundo que mora em comunidade é marginal,
09 (.) nem todo mundo que mora em comunidade mora porque quer, (.) é
10 por não ter condições. (.) É por não ter opção, (.) de sair de lá. (2s) E meu
11 filho não morava lá, e mesmo assim meu filho foi assassinado (2s). Eles
12 destruíram a minha família, (2s) destruíram a minha vida, e eu só tô aqui
13 pra pedir justiça, (2s) só justiça. Obrigada a todos.

Janaina segue o mesmo ritual que Ana Paula na abertura de sua narrativa. Ela lança mão de orientações que funcionam como uma **apresentação inicial**, na

qual diz quem ela é e quem é seu filho. Na sequência, ela dá informações que exercem papel de sumário, um pequeno resumo de sua narrativa “Ele foi assassinado no dia trinta de junho de dois mil e dezesseis na comunidade do Borel” (linhas 1 a 3). Depois, Janaina já inicia sua **história particular** com ações complicadoras que não apenas explicam o que aconteceu com seu filho, mas também colaboram com o ponto da narrativa: a construção da inocência de Jhonata e, por extensão, uma defesa dos moradores das comunidades em geral. As ações complicadoras que (re)constroem o preciso momento em que Jhonata morreu são elaboradas com longas pausas e choro: “ele foi até a comunidade (.) para fazer um favor pra mim, (.) pegar um pacote com um saquinho de pipoca (4s). E lá, ele foi alvejado com um tiro na testa, (.) pelo policial da UPP do Borel (12s)” (linhas 3 a 5) – essa parte da análise será aprofundada no capítulo 8.

Seguindo a narrativa, Janaina elabora uma **contextualização macro** ao fazer um movimento espiral que extrapola a sua luta individual para uma luta mais ampla, que engloba os moradores das comunidades: “e enquanto eu tiver vida, eu vou atrás dessa justiça, e enquanto eu tiver força pra isso eu vou lutar (.), porque nem todo mundo que mora em comunidade é marginal, (.) nem todo mundo que mora em comunidade mora porque quer, (.) é por não ter condições. (.) É por não ter opção, (.) de sair de lá. (2s)” (linhas 6 a 10). Com isso, ela relaciona a sua luta com uma luta que é um problema estrutural da sociedade: a luta contra o racismo e o preconceito.

Da mesma maneira que Ana Paula, Janaina também transita entre a sua história particular de perda de um filho e um cenário mais amplo, que em sua narrativa é traduzido na luta contra o discurso hegemônico que circula na sociedade e constrói moradores das comunidades como marginais ou coniventes com ações criminosas. Todavia, diferentemente de Ana Paula, Janaina faz esse movimento de transição sem dedicar muito espaço ao contexto mais amplo. Ao extrapolar a sua luta para o contexto do racismo, ela faz avaliações que funcionam como defesa dos moradores das comunidades, embora não seja moradora desse local.

Janaina encerra sua narrativa com uma sequência temporal de ações complicadoras que expressam o ponto de virada em sua vida (Mishler, 2002), que reenquadra o cenário familiar: “Eles destruíram a minha família, (2s) destruíram a minha vida, e eu só tô aqui pra pedir justiça, (2s) só justiça. Obrigada a todos” (linhas 11 a 13). Compreendemos que essas ações complicadoras exercem a função de uma **coda avaliativa**, posto que Janaina finaliza a sua narrativa produzindo avaliações sobre o que aconteceu com ela – avaliações que também caracterizam seus posicionamentos sobre as consequências das ações dos policiais: a destruição de sua família.

Sintetizando, a narrativa de Janaina teve como ponto central a defesa da inocência de Jhonata, que se desdobra na defesa dos moradores das comunidades e se organiza de acordo com uma “estrutura” similar à de Ana Paula, detalhada a seguir:

- 1) **Apresentação inicial:** Janaina abre sua narrativa com breves informações que explicam quem ela é e introduzem o que aconteceu com seu filho;
- 2) **História particular:** diferentemente de Ana Paula, Janaina narra logo na sequência de sua apresentação inicial os eventos específicos que circundam a morte de Jhonata, atribuindo maior destaque à sua experiência pessoal do que ao contexto mais amplo;
- 3) **Contextualização macro:** por meio de avaliações que refutam os estigmas dos moradores das favelas, Janaina enquadra a morte de seu filho e a sua luta por justiça no contexto de preconceito e de racismo que esses moradores enfrentam ao serem taxados de “marginais”, em função do local onde moram;
- 4) **Coda avaliativa:** ela encerra sua história com avaliações que apontam as consequências da violência policial no âmbito pessoal de sua vida.

Fatinha – A luta por justiça como uma luta contra o estigma

Fatinha é mãe de Hugo Leonardo. O caso de Hugo confere visibilidade a uma importante questão da luta dos familiares participantes da Rede e de movimentos sociais similares, que interfere no desfecho de muitos dos casos de homicídio decorrente de intervenção policial: a caracterização moral da vítima – questão que será aprofundada no capítulo 6. Hugo teve uma passagem pelo sistema prisional. Essa experiência é, comumente, caracterizada pelo senso comum no Brasil como ter “um passado que condena”. Diante disso, a luta de Fatinha é atravessada pelos estigmas que acompanham a típica caracterização moral da vítima de violência policial – de que era um criminoso, o que, de alguma maneira, “justificaria” a sua morte.

Discurso 3

01 Bom, eu sou mãe de Hugo Leonardo (.) na época (.) que ele foi assassinado no
02 dia dezessete de abril de 2012, ele tava desempregado (.) era negro (.) favela-
03 do (.) uma passagem (.) em Bangu⁴¹, né porque ((inaudível)) quando a UPP
04 entrou no final, no final de (.) dois mil e onze né (.) começaram a implicância
05 com ele (.) nascido e criado lá né ele tinha o direito dele de ir e vir (.) então
06 começou uma implicância porque sabia, já tinha visto os documentos que ele
07 tinha uma passagem e por AÍ começou a bagunçar a vida do meu filho, de ir na
08 casa dele (.) cortar ele de faca (.) queimar de cigarro (.) chutar (.) deixar a cara
09 dele inchada (0,7) ((chorando)) aí quando encontrava ele na rua era a mesma
10 coisa, pisar era essa tortura (.) tanto na rua quanto na casa dele, (.) até que um
11 dia,(.) um policial virou pra ele e falou que já tava com NOJO de ver a cara dele
12 todo santo dia (0,2) e ele falou ‘por quê? (.) se eu tô na minha comunidade? foi
13 aonde eu nasci (.) então você vai ter que me ver todo dia, porque eu não vou
14 parar porque se eu não tô na rua, vocês VÃO me procurar dentro da minha casa
15 pra me bater’ (.) ‘eu vou (.) te (.) matar’ (.) ‘por quê? você vai me matar, eu
16 não faço nada com você?’ na semana seguinte (0,3) eu escutei dois tiros perto
17 da minha casa, (0,5) JAMAIS eu iria imaginar que era nele (.) eu recebi um
18 telefonema, eu tava passando uma camisa para o meu marido trabalhar (0,2)
19 um amigo falou assim ‘Fatinha a X ligou e falou que a polícia matou o Hugo’
20 (.) foi assim (0,2) eu perdi meu chão (.) eu não sei como eu consegui descer
21 as escadas, porque (0,2) eu não sentia o chão, (.) mas logo quando eu cheguei
22 lá, eles já tinham arrastado o corpo dele. (.) não foram pela rua principal, fo-
23 ram pela rua de baixo, colocaram dentro do carro e levaram pro hospital. E foi
24 dito na reportagem ‘MAIS um traficante MORTO mais um bandido, com troca
25 de tiro, que era um grupo de traficantes, que só ele ficou pra tocar tiro e era
26 mentira e ele tava com um trinta e oito, esse trinta e oito não apareceu (.) que
27 foi feito perícia no local (.) É MENTIRA (.) É MENTIRA (.) tudo o que saiu
28 na reportagem é mentira (.) a única verdade, (.) era que meu filho tinha tido
29 uma passagem. TEVE mas ele. ele pagou, ele trabalhou aqui no Theatro Mu-
30 nicipal ((inaudível)) pagando o resto o que ele devia (.) porque em Ipanema,
31 Copacabana os brancos fazem PLANTAÇÃO de maconha dentro de belíssimos
32 apartamentos, e NÃO ACONTECE NADA, o Hugo era usuário de dentro da fa-
33 vela, só porque é USUÁRIO, é um traficante? porque é preto? (.) lá na porta da
34 universidade X QUARTA, QUINTA, fica lotado de filhinho de papai fumando
35 maconha, usando droga, bebendo e DOIS CARROS de polícia fazem segurança
36 (.) por quê? porque são brancos (0,3) você não vê um negro ali no meio deles,
37 mas dentro da favela é assim (.) a upp entra pra matar.

⁴¹ Bangu faz referência ao Complexo Penitenciário de Gericinó, antigo Complexo Penitenciário de Bangu, localizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro

Tal qual as narrativas das outras participantes da Rede, o ponto mais geral da história de Fatinha é defender a inocência de seu filho. Neste discurso proferido em frente à Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, Fatinha faz uso de determinadas escolhas lexicais e performances que serão analisadas ao longo do livro. Observando mais detidamente os componentes desse excerto, notamos a recorrência dos elementos presentes também nos discursos de Ana Paula e Jainaina. Fatinha abre sua narrativa seguindo o ritual típico das mães engajadas na Rede. Ela se apresenta como mãe de Hugo e apresenta quem era seu filho. Esse primeiro excerto se configura como a **apresentação inicial**, que contém orientações elaboradas por meio de pausas que atribuem um ritmo tonal à narrativa de Fatinha e marcam os estigmas que podem ser atribuídos a Hugo:

- **ele tava desempregado** (.)
- **era negro** (.)
- **favelado** (.)
- (tinha) **uma passagem** (.)

Em seguida, ela faz uma espécie de **contextualização a nível local**, com ações complicadoras (linhas 3 a 5) que explicam o que estava acontecendo na Rocinha quando seu filho morreu: a instalação de uma unidade da UPP. Essas ações complicadoras também funcionam como orientações para a sua história particular. Com essa contextualização, ela conecta a instalação da UPP ao problema que Hugo passou a enfrentar com a presença dos policiais, uma implicância que se converteu em ameaça e que, posteriormente, levou à sua morte (linhas 4 a 8).

A Unidade de Polícia Pacificadora foi inaugurada na Rocinha em setembro de 2012, alguns meses após a morte de Hugo. No entanto, os policiais iniciaram a ocupação da comunidade em novembro de 2011 para a instalação da Unidade – por esse motivo, Fatinha se refere aos agentes como os “policiais da UPP”.

Na sequência, Fatinha inicia a sua **história particular** com ações complicadoras e avaliações que descrevem a morte de Hugo sob a ótica do seu sofrimento pessoal. Primeiramente, ela fala sobre a semana posterior ao suposto diálogo entre Hugo e o policial (reconstruído na narrativa), na qual ela ouviu os tiros que mataram seu filho (linhas 16 e 17). Depois, ela detalha como recebeu a notícia e o que aconteceu com Hugo após ser baleado (linhas 17 a 23). Por fim, traz mais ações complicadoras que desconstruem a versão que os jornais noticiaram sobre a morte dele (linhas 23 a 27). Versão que é, tipicamente, encontrada no Registro de Ocorrência de mortes por intervenção do Estado e é confrontada na narrativa das mães: de que a vítima estaria trocando tiros com a polícia e, por isso, foi al-

vejada. No caso de Hugo, a perícia no local não foi realizada e a suposta arma que ele estaria portando não foi encontrada. Em nossa visão, a tentativa de Fatinha de desconstruir a versão oficial que descreve a morte de seu filho e, conseqüentemente, limpar a sua memória, é mais uma face do ponto de sua história – a defesa da inocência de Hugo.

Fatinha encerra seu discurso com uma **contextualização a nível macro** (linhas 28 a 37). Ela compara a maneira como seu filho foi abordado na favela pelos policiais em função dos estigmas atribuídos a ele (especialmente por ser usuário de drogas) com o tipo de abordagem conferida aos jovens de classe média – “filhinhos de papai” – também usuários de drogas (às vezes, até produtores de substâncias entorpecentes). Nesse processo, ela denuncia o racismo e o preconceito com uma **coda avaliativa**, na qual explicita como a população negra é tratada dentro da favela, sublinhando as diferenças que existem entre ser um consumidor de entorpecentes “branco” e “rico” e ser um consumidor “negro” e “pobre”.

A partir da presente análise, compreendemos que o engajamento de Fatinha na luta por justiça está intimamente relacionado à forma como ela gerencia os estigmas que atravessam a sua luta e a morte de Hugo. O ponto mais geral de sua narrativa traduz-se na defesa da inocência de seu filho, que culmina na limpeza de seu nome e memória.

Esta **narrativa de engajamento** conta com uma organização que adiciona mais um elemento à “estrutura” descrita ao longo deste capítulo. Vejamos abaixo o detalhamento da organização narrativa dessa mãe:

- 1) **Apresentação inicial:** por meio de orientações e de uma performance marcada por pausas que intensificam a ação narrada, Fatinha torna relevante os estigmas de seu filho – era negro, pobre, favelado e tinha uma passagem pelo sistema prisional;
- 2) **Contextualização a nível local:** conta com uma descrição daquilo que estava acontecendo localmente, ou seja, na favela da Rocinha. Também apresenta os eventos mais específicos que antecedem a morte de Hugo;
- 3) **História particular:** orações narrativas e ações complicadoras nas quais Fatinha relata a morte de seu filho sob a ótica do seu sofrimento pessoal;
- 4) **Contextualização a nível macro/coda avaliativa:** por meio de uma narrativa hipotética, essa mãe descreve e compara a forma como os usuários de drogas negros, moradores das favelas, são tratados pela polícia, o que difere substancialmente do tratamento dado aos brancos “filhinhos de papai” (de classe abastada).

Como se vê, Fatinha realiza também um movimento espiral, construindo sua narrativa integrando elementos de ordem microssocial com o contexto macro.

Fátima Pinho – o Estado que destrói vidas

Fátima Pinho é mãe de Paulo Roberto. No complexo processo de transformação do luto em luta, essa mãe constrói sua **narrativa de engajamento** com uma organização não-canônica, similar à narrativa das demais mães aqui analisadas, com o ponto mais geral de defender a inocência de seu filho e denunciar os casos de brutalidade e de violência policial. De modo semelhante à Fátima, Fátima Pinho também aborda a questão da caracterização moral da vítima, uma vez que seu filho também tinha um “passado que condena”.

Discurso 4

01 Sou Fátima Pinho, sou mãe de Manguinhos, onde constituí minha família.
02 Infelizmente, o Estado assassino por causa de pacificação entrou em
03 Manguinhos para destruir vidas. Foram vidas que eles destruíram. Acabou
04 com as nossas vidas. Acabou com a vida dos nossos filhos. Infelizmente
05 eu tô sem o Paulo Roberto. O Paulo Roberto tinha passagem no DEGASE
06 ((inaudível)) leve, mas isso não era motivo para eles tirarem a vida do
07 meu filho. Meu filho não foi levado, meu filho não levou tiro, meu filho
08 não tava trocando TIRO, meu filho não tava correndo de polícia, meu filho
09 não tava vendendo droga, meu filho não tava fazendo nada, não tava roubando,
10 não tava nada. Simplesmente tava na favela, passou pelo beco pra
11 ir dormir e sofreu uma abordagem violenta porque ele tinha questionado
12 a abordagem do irmão e ele foi espancado e sufocado até a morte (.) e eu
13 tive o prazer de chegar perto do meu filho e sentir dois suspiros dele e ele
14 morreu nos meus braços (.) ESSE foi o prazer que eles me deram, de ver
15 o meu filho morrer no meu colo e eu não tenho o meu filho hoje. Não vou
16 ver meu filho em casa (.) ((choro contido)), passar mais um Natal sem o
17 meu filho. Os irmãos querer ter os irmãos juntos e não ter (.) E não tem.
18 Entendeu? (.) Todas essas mães queriam ter o seu filho em casa, mas não
19 têm, porque agradeça a eles. Eles que foram o problema da favela. Não é o
20 tráfico que é problema da favela não ((inaudível)) toda favela tem tráfico.
21 Se mistura com o tráfico quem quer se misturar com o tráfico. Meu filho
22 não era traficante, meu filho não era NADA e mesmo que ele fosse, ELES
23 NÃO TINHAM O DIREITO DE FAZER COM ELE O QUE FIZERAM

Seguindo o padrão ritualístico dos familiares de vítimas da violência policial, Fátima se apresenta como mãe de Manguinhos, fazendo referência ao movimento criado por ela, Ana Paula e outras mães, o “Mães de Manguinhos”. Em

seguida, ela traz orações narrativas que funcionam como uma orientação macrosocial (uma **contextualização política**) dos eventos que virão na sequência de sua narrativa – “(o Estado) entrou em Manguinhos; acabou com as nossas vidas; acabou com a vida dos nossos filhos”; “infelizmente eu tô sem o Paulo Roberto”. Com isso, a morte de seu filho é construída com base nessa relação de causalidade, como resultado da “entrada” do Estado na favela.

A partir da maneira como constrói seu discurso, Fátima atribui ao Estado a responsabilização pela destruição de vidas e pela morte de Paulo Roberto. Os termos “Estado assassino”; “destruir vidas”; “acabar com vidas” localizam a morte de seu filho no contexto macrosocial ligado às políticas de segurança pública que visam “combater as drogas” e têm como consequência a destruição de vidas específicas – as vidas dos moradores de favelas.

Fátima segue sua narrativa tornando relevante o estigma que acompanha a morte de seu filho, a passagem pelo sistema socioeducativo: “O Paulo Roberto tinha passagem no DEGASE ((inaudível)) leve” (linhas 5 e 6), que é seguida por uma avaliação – “mas isso não era motivo para eles tirarem a vida do meu filho”.

Ela adentra, então, em sua **história particular** (nas linhas 7 a 14) – primeiro ela traz orações narrativas que negam uma série de ações/práticas comumente atribuídas às vítimas da violência policial “meu filho não tava trocando TIRO, meu filho não tava correndo de polícia, meu filho não tava vendendo droga” (linhas 7 a 9). Depois ela contextualiza o momento em que se deu a morte de Paulo Roberto – “Simplesmente tava na favela, passou pelo beco pra ir dormir e sofreu uma abordagem violenta”, “e ele foi espancado e sufocado até a morte” (linhas 10 a 12). São essas orações que expressam o ponto da narrativa de Fátima e intensificam a experiência narrada, de modo que as orações negativas sublinham a inocência de seu filho (“ele não tava fazendo nada”) e, se comparadas à ação dos policiais, marcam a disparidade entre eles (Paulo Roberto foi “sufocado até a morte”).

Fátima ainda apresenta as consequências geradas pela morte de Paulo por meio de uma relação de causalidade “e eu não tenho o meu filho hoje” (linha 15); “Os irmãos querer ter os irmãos juntos e não ter” (linha 17). Ela extrapola essa consequência para as demais mães presentes no evento: “Todas essas mães queriam ter o seu filho em casa, mas não têm, porque agradeça a eles” e atribui a responsabilidade das mortes ao Estado. Ela encerra seu discurso retomando a questão da presença dos policiais nas favelas: “Eles que foram o problema da favela” (linha 19). Compreendemos todo esse fragmento final como uma **coda avaliativa**, por meio da qual Fátima retoma elementos da **contextualização política** apresentados no começo de sua narrativa. Dessa vez, ela sublinha as conse-

quências da presença do Estado na favela, fazendo uso tanto de exemplificações (não tenho meu filho hoje) quanto de produções genéricas (o Estado/a polícia como o problema da favela).

Como se vê, Fátima realiza um movimento circular que vai do contexto macrossocial ao microssocial e, depois, retorna ao macro, o que produz um efeito retroalimentar, reproduzido no diagrama abaixo.



Imagem 2: Efeito circular da narrativa de Fátima Pinho

Nesse movimento, maior tempo narrativo é dedicado às orientações e avaliações sobre o contexto macro referente à favela e às políticas do Estado do que às ações complicadoras mais específicas que descrevem a morte de Paulo Roberto. Isso tem grande relevância para a análise aqui proposta, pois ilustra o movimento circular/ou de transição recorrente nas análises apresentadas neste livro. Entendemos esse movimento como parte fundamental da “estrutura” organizadora das narrativas dos familiares participantes de movimentos sociais e das estratégias de transformação do luto em ação política. Esses narradores incorporam eventos macrossociais nas orientações de suas histórias, sem perder de vista a sequencialidade e a coerência dos eventos narrados – essa estratégia constitui uma destacada maneira de produzir denúncias na esfera social.

Finalizando essa análise, destacamos que o ponto da narrativa de Fátima pode ser dividido em dois: construir a inocência de seu filho e caracterizar a arbitrariedade da polícia. Sua narrativa organiza a sua experiência da seguinte forma:

Apresentação inicial/contextualização política: por meio de orientações, se apresenta e localiza a morte de Paulo Roberto no contexto macro de pacificação das favelas com a implementação da UPP;

História particular: ações complicadoras que narram a morte de Paulo Roberto com uma série de sentenças negativas que destacam a sua inocência e produzem um contraste com a truculência policial;

Coda avaliativa: Fátima resgata elementos que apresentou no início de sua narrativa e produz avaliações sobre a presença da polícia nas favelas e suas consequências.

José Luiz – O “auto de resistência”: denúncias e engajamento

A última análise deste capítulo é do discurso de José Luiz (Zé), pai de Maicon. Conforme apresentamos no capítulo 3, este pai proferiu seu discurso na mesma manifestação em que gravamos a fala de Janaina. Ele foi um dos primeiros a falar — seu discurso foi enunciado logo na saída da manifestação, na altura da Igreja da Candelária, esquina com a Avenida Rio Branco, no final da tarde de uma sexta-feira chuvosa. Com isso, a saída dessa manifestação em um ponto estratégico do tráfego da cidade produziu um enorme congestionamento no trânsito, o que colaborou com o aumento da visibilidade do protesto. Explicando em outras palavras, a manifestação alcançou uma audiência mais ampla, pessoas que se encontravam nos seus próprios veículos e em meios de transporte. Destacamos o exato momento em que Zé Luiz fala ao microfone, pois isso é importante para a forma como ele constrói o seu discurso e para a compreensão daquilo que ele torna relevante. Antes de falar, ele foi apresentado por uma outra mãe, participante do movimento “Mães de Maio”, de São Paulo. Na ocasião, ela apresentou Zé Luiz como um morador de Acari, o pai do Maicon, e posicionou a luta dele como uma luta contra o “auto de resistência”.

Discurso 5:

01 Boa tarde a todos e a todas, certamente vocês podem tá passando aqui,
02 olhando a gente, achando um bando de malucos, mas eu tive um filho, que
03 no dia 15 de abril de 1996 sob o comando do X Batalhão de X, às quatro e
04 quarenta e cinco, aonde o Maicon foi morto numa operação do X batalhão
05 do X e aí que que aconteceu? O Maicon foi para o auto de resistência (.)
06 aos dois anos de idade. Certamente a gente dentro de um ônibus, de um
07 táxi, de uma moto, acha que a gente é um bando de maluco. Espero que
08 um dia você não esteja do lado de cá. Mas que vai ser ruim e doloroso, é.
09 Porque você ter um filho, aos dois anos e seis meses, qualificado como
10 um marginal por um estado democrático de direito genocida e assassino,
11 é pior de que a própria morte. Então acho que vocês têm que parar para
12 pensar na hora de votar é nesses ladrões como, Sérgio Cabral e outros
13 mais aí. Vocês estão votando nesses políticos para fazer, que fazem cala-
14 midade. Matar os nossos filhos, os nossos avós, os nossos tios. Só negros
15 e pobres. Então eu acho que vocês deviam parar para pensar quando as-
16 sassinar, ao passar dentro do ônibus, de uma moto, dum carro é o que a
17 gente está fazendo aqui. Não é ir de contra ao policial, mas sim ao mau
18 policial, que entra dentro da favela e mata nossos filhos e já tem o álibi lá
19 do auto de resistência que é uma lei de 1979, por isso é, coincidentemente
20 por isso que o Virgulão Royal foi morto nessa data, por isso que criou o
21 chamado auto de resistência. Então portanto, eu acho que a gente deve
22 pensar antes de olhar a gente caminhando nessa chuva, eu poderia estar
23 na minha casa muito bem, mas tô aqui, tentando apagar esse incêndio
24 desse estado democrático de direito genocida e assassino. Então, não me
25 leva a mal não. Vamos raciocinar antes de falar da gente que estamos aqui
26 nessa ((inaudível)) levantando a voz dos nossos filhos pro mundo que
27 (foram) assassinados por esse estado de direito e assassino. Obrigado.

Como se vê, o discurso de Zé Luiz conta com uma organização que difere em maior grau das demais estruturas das **narrativas de engajamento** até agora analisadas, mas com a preservação de importantes elementos, que geram efeitos de sentido que se assemelham aos produzidos pelas mães participantes da Rede: defender a inocência de seus filhos e, nesse processo, denunciar os casos de violência policial (de “auto de resistência”) enquanto parte da lógica de atuação de um sistema racista. Todo o discurso desse pai é projetado para a audiência que se encontra “presa” no engarrafamento. Fazendo uso de fortes avaliações e explicações, e, ao mesmo tempo, buscando apresentar o motivo da manifestação, Zé Luiz tenta gerar comoção e solidariedade na audiência.

O pai abre seu discurso com uma pequena **apresentação inicial**, na qual se dirige à audiência nos ônibus e em outros veículos. Ele pula a apresentação ritualística-padrão dos participantes da Rede, possivelmente, porque já fora introduzido pela mãe do movimento de São Paulo. Sendo assim, faz uma breve saudação – “Boa tarde a todos e a todas, certamente vocês podem tá passando aqui, olhando a gente, achando um bando de malucos” (linhas 1 e 2) –, produzindo uma espécie de explicação que legitima o motivo pelo qual ele e os demais participantes da Rede estão ali, e que também dá conta de sua **história particular**: “mas eu tive um filho que” (...) “foi morto numa operação do X batalhão do X e aí que que aconteceu? O Maicon foi para o auto de resistência (.) aos dois anos de idade” (linhas 2 a 6). Embora pareçam “um bando de malucos”, estão ali por um motivo legítimo.

As orientações e ações complicadoras das linhas 3 a 5 trazem alguns detalhes precisos sobre quando Maicon morreu e que grupo foi o responsável por isso. Na sequência, Zé Luiz faz a seguinte indagação “e aí que que aconteceu?” (linha 5), que, em nossa compreensão, funciona como uma estratégia de envolvimento, um marcador que intensifica a denúncia que ele faz por meio de sua história: uma criança de dois anos teve sua morte classificada como “auto de resistência”. Esse par pergunta/resposta (linha 5) também contém uma quebra de expectativa, pois mortes de crianças nas favelas em decorrência de intervenção policial são, geralmente, classificadas como “morte por bala perdida”, mas, no caso de Maicon, no Registro de Ocorrência de sua morte consta uma tipificação que abre margem para a sua classificação como um possível criminoso.

Seguindo seu discurso, Zé Luiz se dirige à audiência uma segunda vez nas linhas 6 e 7, repetindo a declaração “acha que a gente é um bando de maluco”. Ele reintroduz esclarecimentos a respeito da manifestação e da sua presença ali que funcionam como **explicações avaliativas**, pois, ao mesmo tempo em que produzem avaliações sobre a morte de Maicon, que dizem respeito ao seu sofrimento pessoal e constroem o Estado como o responsável por mortes como a de seu filho, ele parece estar produzindo desculpas/explicações para a audiência que se encontra “presa” no engarrafamento gerado pela manifestação.

Depois, Zé Luiz elabora uma **contextualização política** que conecta a morte de Maicon e de outros jovens negros na favelas como consequências da eleição de políticos corruptos que “fazem calamidades” (linhas 11 a 14). Na sequência, ele, pela terceira vez, se dirige à audiência no trânsito “eu acho que a gente deve pensar antes de olhar a gente caminhando nessa chuva”. Em nossa visão, a repetição dessas “desculpas explicativas” exerce função de estratégias de envolvimento que reforçam a legitimidade da manifestação e que também podem gerar solidariedade nessa audiência.

Zé Luiz encerra seu discurso com uma espécie de **coda explicativa** que, de uma forma geral, descreve o seu engajamento na luta por justiça e, mais uma vez, apresenta explicações que colaboram com a legitimação da manifestação “Vamos raciocinar antes de falar da gente que estamos aqui nessa ((inaudível)) levantando a voz dos nossos filhos para o mundo que (foram) assassinados por esse estado de direito e assassino. Obrigado” (linhas 25 a 27).

Como se vê, todo o discurso de desse pai é direcionado à audiência “presa no engarrafamento”. Por meio de explicações e avaliações ele constrói uma narrativa que tem como ponto a defesa da inocência e da memória de seu filho de dois anos e meio de idade e a denúncia da classificação “auto de resistência”. Em termos de organização dos componentes, destacamos algumas diferenças com relação às demais **narrativas de engajamento** observadas, mas que, como se nota ao longo da análise, produz efeitos de sentido similares aos produzidos pelas outras participantes. Vejamos:

- 1) **Apresentação inicial:** compreendemos que, por ter sido introduzido por outra mãe, Zé Luiz pula a introdução de si e faz uma saudação dirigindo-se à audiência que estava no engarrafamento ocasionado pela manifestação;
- 2) **História particular:** por meio de ações complicadoras que também funcionam como orientações, Zé Luiz dá detalhes de como se deu a morte de Maicon;
- 3) **Explicação avaliativa:** ele produz avaliações sobre seu sofrimento pessoal, que diz respeito não apenas à morte de seu filho, mas, sobretudo, à “qualificação dele como um marginal”. Suas avaliações também exercem papel de “desculpas explicativas” para as pessoas no trânsito e reforçam a legitimidade da manifestação, apesar do “transtorno” que ela provoca no tráfego da cidade;
- 4) **Contextualização política:** Zé Luiz enquadra a morte de seu filho no contexto mais amplo das ações de políticos corruptos que “fazem calamidade” e matam jovens negros nas favelas. Essa contextualização também enquadra a responsabilidade da sociedade civil na eleição de tais políticos e faz uma distinção entre a corporação da polícia como um todo e o “mau policial”;
- 5) **Coda explicativa:** ele encerra o seu discurso retomando os motivos pelos quais está presente na manifestação, reforçando a legitimidade desta.

Encaminhamentos

Levando em consideração que as narrativas organizam a experiência humana, tornando o excepcional compreensível (Bruner, 1987), entendemos que as mães de vítimas da violência policial organizam o sofrimento de perder um filho por meio da narrativa. Ressaltamos ainda que as narrativas se configuram como importantes instrumentos para a ação política, acionadas por movimentos sociais na elaboração de suas reivindicações na esfera pública (De Fina, 2020). Em vista

disso, a análise deste capítulo indica que as **narrativas de engajamento** elaboradas no âmbito dos protestos e atos/eventos públicos organizados pela Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência (em parceria com outros movimentos sociais, como o Mães de Manguinhos) se organizam em torno de uma espécie de estrutura que se faz presente, em maior e menor grau, nos discursos enunciados pelos familiares participantes desse movimento.

A estrutura conta com: **apresentação inicial** – que segue um padrão ritualístico, no qual as mães se apresentam, dizem quem são, onde moram e o nome de seus filhos –; **contextualização** – que em cada narrativa assume formas diferentes, mas, que, tipicamente, traz elementos do contexto macrossocial que envolve a vida dos moradores das favelas –; **história particular** – que dá conta dos eventos específicos que levaram à morte do filho –; **coda avaliativa** – momento em que cada familiar encerra seu discurso produzindo avaliações sobre variadas questões que atravessam a luta por justiça, tais como o racismo, as dificuldades enfrentadas nas esferas do judiciário, dentre outros.

É importante dizer que esse padrão identificado não funciona de forma engessada nas manifestações, tampouco se configura como maneira obrigatória de se apresentar. Como dissemos, é um padrão ritualístico típico de movimentos sociais contemporâneos que os familiares vão aprendendo ao longo do tempo. Não faz parte do escopo deste estudo afirmar ou pesquisar como, quando ou por que essa forma de organização foi desenhada. Interessa-nos observar os efeitos de sentido que os elementos constituintes das **narrativas de engajamento** produzem. Como veremos ao longo deste livro, a presença de tais elementos tem importante papel nos movimentos discursivos elaborados pelos familiares no processo de transformação do luto em luta.

Se analisarmos o padrão dessas **narrativas de engajamento** como parte das estratégias dos movimentos sociais (mais especificamente da Rede de Comunidades) na elaboração da luta política, podemos notar que a organização peculiar dessas histórias tem relação com os propósitos desse movimento: “lutar por justiça, memória e verdade” e “lutar contra a impunidade e a violência policial nas favelas” (trechos extraídos do site da Rede). Por esse motivo, são histórias que circulam entre questões de ordem individual – contam com a **história particular**, que faz referência ao sofrimento de perder um filho – e questões de ordem coletiva e pública – contam com uma **contextualização**, que geralmente envolve elementos da esfera macrossocial, como o racismo.

Ao compararmos essas narrativas com outros tipos de discursos de movimentos sociais, podemos perceber de forma mais nítida esse papel. Por exem-

plo, a análise de De Fina (2020) sobre o movimento dos *Dreamers*⁴² nos Estados Unidos pontua como as narrativas foram acionadas como forma de construção/ criação de identidades alternativas/positivas sobre imigrantes e outros grupos minoritários. São narrativas que foram postadas em forma de vídeo no site do movimento *United We Dream*.⁴³ Na visão da autora, por conta dos discursos que circulam sobre imigrantes – discursos que constroem visões negativas que os classificam como criminosos e/ou parasitas – contar histórias pessoais que colaborassem com a desconstrução dessas visões caracterizou-se como uma importante estratégia do movimento para dar “um rosto” aos *Dreamers*, ou seja, para tirar esse grupo de jovens da esfera dos números e pessoalizar a questão. Esse tipo de ação poderia mobilizar atos legislativos a favor desse grupo.

A organização das narrativas mobilizadas no âmbito dos movimentos sociais cumpre, portanto, funções específicas na elaboração da luta desses movimentos. É na investigação mais profunda dos papéis das **narrativas de engajamento** que as demais análises se debruçam. No caso de movimentos sociais organizado por familiares de vítimas da violência (como a Rede e o movimento Mães de Manguinhos), neste capítulo observamos que é por meio da narrativa que a luta toma forma, isto é, é por meio da performance narrativa que as mães reivindicam suas demandas.

42 Os *Dreamers* (sonhadores) são os imigrantes indocumentados que chegaram aos Estados Unidos ainda crianças/jovens e que são protegidos pelo decreto conhecido como DACA, criado por Barack Obama em 2010. Trata-se de um programa que concede vistos de estadia e de trabalho pelo período de dois anos com possibilidade de renovação a esses imigrantes.

43 Ver: <<https://unitedwedream.org/>>.

5. O contexto histórico – as relações raciais no Brasil

Quando uma pessoa não gosta de um negro é lamentável, mas quando toda uma sociedade assume atitudes racistas frente a um povo inteiro ou se nega a enfrentar, aí o resultado é trágico pra nós negros.

Gonzalez, 1982, p. 59

O contexto que envolve a luta das mães de vítimas da violência policial não faz referência apenas aos eventos mais imediatos que rendem a morte de seus filhos. A violência policial contra negros é uma questão atravessada pelo racismo estrutural e estruturante que faz parte das relações sociais brasileiras. O Brasil é um dos países com maior letalidade policial em suas operações. Os estados que registram os maiores números são, respectivamente, Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia.⁴⁴ Já dissemos na introdução deste livro que, no ano de 2019, 1.814 mortes foram classificadas como homicídio decorrente de intervenção policial no Estado do Rio de Janeiro, segundo dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP). Desses mortos, 1.647 foram na região metropolitana, que engloba a Baixada Fluminense e a cidade do Rio de Janeiro. A população negra, moradora de favelas, compõe cerca de 70% desses mortos.

Com a redemocratização, a violência policial, que antes era um instrumento de controle político, passou a ser usada, sobretudo, como instrumento de controle social, mais especificamente de controle da criminalidade. Nesse sentido, os mais afetados são os pobres, negros, moradores de comunidades e periferias. O controle dessa violência é condição primária para a consolidação do estado democrático de direito. A impunidade de casos de violência policial pode gerar problemas políticos, sociais e econômicos, contribuir para a desestabilização de regimes democráticos, além de alimentar um sentimento de desconfiança e insegurança por parte da população acerca da instituição (Mesquita Neto, 1999).

A classificação “morte por intervenção de agente do Estado”, conforme consta no site do ISP, significa que um policial ou outro agente do Estado efetuou um disparo com arma de fogo no exercício de sua função e fez uma vítima, que morreu em virtude do disparo. Em termos legais, sociais e políticos, essa classificação desemboca em uma série de diligências específicas a serem tomadas e outras mais a serem excluídas do processo, bem como a atribuição de um estigma estampado na certidão de óbito: morreu pelas mãos da polícia, o que vulgarmente

⁴⁴ Fonte: dados do Monitor da Violência de 2019, publicado no site G1. Trata-se de uma pesquisa que envolve o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e jornalistas do site G1.

significa que “era bandido”, uma vez que, teoricamente, um “cidadão de bem” não será vítima de um disparo efetuado por um policial. Das diligências legais tomadas em mortes desse tipo, consta a abertura de um inquérito policial que há de apurar as condições em que o disparo foi efetuado e quem era a vítima. Os resultados apontarão os próximos passos: um possível processo judicial ou, o mais comum, o arquivamento. Todavia, este cenário teórico é muito mais complexo na prática. Para que as providências legais sejam tomadas, é preciso um árduo caminho de luta travada por familiares das vítimas, luta que tem como arena não apenas os palcos da justiça institucional, mas também o palco das ruas, com o engajamento em movimentos sociais e as manifestações em vias públicas.

Ao longo dos dois capítulos que se seguem, discorreremos sobre o cenário mais amplo e mais imediato nos quais as mortes classificadas como homicídio por intervenção de agente do Estado acontecem. Tendo em vista que esse cenário é constituído pela forma como as relações raciais foram construídas no Brasil, dividiremos esta discussão em dois capítulos. O presente capítulo tratará das principais questões históricas que atravessam os conceitos de raça e de racismo, bem como da possibilidade de resistência e construção de uma identidade negra. Nos dedicaremos a argumentar sobre como o conceito moderno de raça e as relações raciais foram concebidas no Brasil com a violência sistêmica contra negros, que, em nosso estudo, se apresenta sob a bandeira da “legítima defesa” nas incursões policiais. Será, portanto, um capítulo de base mais teórica. O capítulo 6 – **Os efeitos do racismo** – discorrerá acerca do cenário mais imediato que envolve essas mortes, apresentando o “auto de resistência” e a questão das favelas, e finalizará com a análise das narrativas dos familiares engajados em movimentos sociais para lutar por justiça. Essa organização facilita o entendimento do contexto histórico das relações raciais no Brasil, do tipo de política de segurança pública que vem sendo priorizada no país e das consequências mais imediatas desse contexto.

O que é raça – breves considerações

Raça é um conceito complexo que tem sido debatido em diferentes áreas do conhecimento por diversos pesquisadores. Sua origem etimológica advém da palavra italiana *razza*, que descende do latim *ratio* e significa sorte, categoria, espécie. Ao longo de muitos anos, o termo raça tem sido utilizado para designar um grupo de pessoas que possuem os mesmos ancestrais e/ou compartilham das mesmas crenças, valores, linguagem ou qualquer outro traço cultural. Na história das ciências naturais, o conceito foi utilizado pela primeira vez na Zoologia e na Botânica para classificar espécies animais e vegetais. Durante a Idade Média,

o conceito de raça serviu para designar a descendência de uma pessoa e a sua língua. Em 1684, o francês François Bernier fez, pela primeira vez, uso do termo raça no sentido moderno da palavra, isto é, para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados. Já durante os séculos XVI e XVII, o conceito atuou efetivamente nas relações entre os grupos sociais da França. Os nobres de origem germânica, que se identificavam como descendentes dos francos e se consideravam dotados de sangue “puro”, supunham ter habilidades superiores para dominar a população Gaulesa (identificada como a plebe) (Munanga 2003).

A partir do século XV, com a Expansão Marítima e a chegada dos europeus ao Novo Mundo, o conhecimento de novos povos (ameríndios, negros, melanésios, etc.) suscitou a questão: quem são eles? São bestas ou são seres humanos como “nós”? A base teológica, explicação fundamental de todas as questões à época, não trazia muitas respostas.⁴⁵ Desse modo, a questão permaneceu em debate. No século XVIII, os estudiosos fizeram uso do conceito de raça para nomear os diferentes grupos e integrá-los à humanidade (tal qual conheciam, formada por brancos) como pertencentes a raças diferentes.⁴⁶ A espécie humana ficou dividida em três raças, que resistem até hoje no imaginário coletivo e na terminologia científica: branca, negra e amarela.

No século XIX, no “Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas”, o Conde de Gobineau dissertou sobre a ideia de que a humanidade poderia ser dividida em várias raças distintas, passíveis de serem tratadas em uma base hierárquica. Para aprimorar a classificação dos grupos humanos em raças, ao critério da cor foram acrescentados outros critérios morfológicos, tais como a forma do nariz, dos lábios, do queixo, do formato do crânio, do ângulo facial etc. Essa classificação fundamentou o racismo científico,⁴⁷ posto que foi acompanhada pela

45 Até o fim do século XVII, a explicação para a existência dos “outros” era dada pela Teologia e pelas Escrituras, que tinham o monopólio da razão e da explicação. Para aceitar a humanidade dos “outros”, era preciso provar que eles eram descendentes de Adão e Eva. Com a passagem sobre os três Reis Magos era possível explicar a existência de três raças que representariam os semitas, os brancos e os negros. Baltazar, de pele mais escura, seria o representante dos negros. Mas, de acordo com essa explicação, o indígena ainda permanecia de fora. Isso foi objeto de grande debate entre os teólogos (Munanga, 2003).

46 Essa classificação humana partiu da necessidade de organizar as pessoas em diversos grupos de acordo com suas diferenças. Desse modo, a classificação “racial”, inicialmente, se deu através de um discurso religioso, depois antropológico e, finalmente, por meio do discurso científico (Hall, 2015).

47 O racismo científico é a crença de que existem evidências empíricas que apoiam ou justificam o racismo. Essas ideias já existiam desde o século XVII, mas foi durante o século XIX que se desenvolveram de forma mais profunda. Em 1820, o médico Robert Knox, com base em seus estudos de esqueletos, sobretudo de crânios, afirmava que aqueles que não eram europeus possuíam crânios menores, logo, um cérebro menor, e, por consequência, menor inteligência. Por esse motivo, poderiam ser escravizados, torturados e até exterminados. Essas teorias foram apoiadas e desenvolvidas ao longo do século XIX, conjugadas com o Darwinismo Social e com as teorias eugênicas que perduraram até meados do século XX em diversas partes do mundo como justificativa para a manutenção da opressão sobre os negros e sobre os judeus na Alemanha nazista. A partir do desenvolvimento dos estudos geneticistas, descobriu-se que a constituição genética de todos os indivíduos é semelhante o suficiente para invalidar a necessidade de classificação da sociedade em raças. Desse modo, para os estudos da Biologia, existe apenas uma única raça, a humana (Schwartz, 1994).

hierarquização entre esses grupos, de modo que uma escala de valores entre essas raças foi estabelecida. Isso se deu a partir da criação de uma relação intrínseca entre as características biológicas (como a cor da pele e os traços morfológicos) e as qualidades morais, intelectuais, psicológicas e culturais. A raça branca foi considerada superior às demais: por suas características biológicas, foi posta como mais inteligente e mais apta a dominar os outros grupos. Já os negros, por conta da pele mais escura, seriam, naturalmente, menos inteligentes e, por isso, sujeitos à escravidão e a todas as formas de dominação (Munanga, 2003).

Observando o conceito de raça fora do campo biológico, entramos no campo da sociologia, que compreende a raça enquanto uma construção social (Telles, 2004). Sendo assim, pode ser estudada enquanto parte da cultura. Segundo o sociólogo Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2003), a sociologia compreende a raça como discursos sobre as origens de um grupo, que lança mão de termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas, dentre outras, pelo sangue (conceito fundamental para entender raças e certas essências). Para o historiador Michael G. Hanchard (1998), a raça opera entre significados e práticas socialmente construídos, entre uma interpretação subjetiva e a realidade material vivida. Nesse sentido, a raça só existe por causa das ideologias racistas (Telles, 2004) e não tem nenhum significado social por si só, isto é, fora do contexto de uma sociedade (Hanchard, 1998). A partir dessas considerações, fica explícito que o uso do conceito de raça para a compreensão da diversidade humana por meio de uma categorização é um conceito ideológico e social. Apesar de a comunidade científica desacreditar as teorias raciais do século XIX, a crença na existência de raças permeia a sociedade, dando ao conceito um importante papel na organização social. Tal situação se estende até o século XXI. Dessa forma,

a raça tornou-se uma imagem da diferença absoluta e irredutível entre culturas, grupos linguísticos, ou aderentes a certos sistemas de crenças que — na maioria das vezes, mas não sempre — apresentam também interesses econômicos opostos. A raça tomou-se a figura suprema da diferença porque ela é necessariamente arbitrária em sua aplicação.

(Cates, Jr., 1985, p. 5)

Como tal, a noção de raça influenciou o desenvolvimento da sociedade moderna, gerando um grande impacto negativo nos indivíduos vítimas dessa classificação – a população negra. Esse saber sobre as raças implicou, por sua vez, em um “‘ideal político’, um diagnóstico sobre a submissão ou possível eliminação das ‘raças inferiores’, que se converteu em uma espécie de prática avançada do darwinismo social, ‘a eugenia’, cuja meta era intervir na reprodução das populações” (Schwarcz, 1996, p. 85).

Porém, no mundo contemporâneo, marcado pela reflexividade, é preciso reiterar a “raça” enquanto uma construção política e social, não é um termo fixo ou estático, está em contínua negociação (Hall, 2003; Almeida, 2019). É, pois, “a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e de exclusão – ou seja, o racismo” (Hall, 2003, p. 66). A partir dessas considerações, reiteramos que debater o que é raça se faz extremamente relevante no contexto da presente pesquisa, uma vez que a classificação racial tem sido determinante na caracterização das vítimas de violência policial como “bandidos”.

O debate teórico sobre o Racismo

Raça e relações raciais⁴⁸ no Brasil são questões amplamente debatidas por diversos campos das Ciências Humanas. Muitos historiadores e sociólogos partem de uma comparação com os Estados Unidos, em função de similaridades e diferenciações no que tange ao passado colonial e à segregação racial imposta. Tendo em vista que raça é um conceito classificatório vital para a sociedade americana (Guimarães, 2003), uma distinção importante a ser considerada nessa comparação é que, nos Estados Unidos, os descendentes de africanos escravizados são categorizados como negros; já no Brasil, existe uma variedade de termos por meio dos quais esses descendentes podem se identificar (branco, moreno, pardo, negro etc.). Isso porque, no Brasil, a classificação racial está mais ligada à cor da pele do que à ancestralidade, isto é, os negros no Brasil não são definidos pela regra da gota de sangue, que afirma que uma gota de sangue de um ancestral africano já faz de alguém um negro. Também é válido explicar que não há uma regra explícita de descendência biológica estabelecendo grupos raciais. Sendo assim, alguns estudiosos entendem que no Brasil não se pode falar em raças, mas sim em “grupos de cor” (Degler, 1991 *apud* Guimarães 1995). Há, pois, uma falta de nitidez na fronteira entre grupos raciais e étnicos; as diferenças raciais não são categóricas, nem dicotômicas, como nos Estados Unidos, são baseadas no colorismo, ou na pigmentocracia.⁴⁹ Finalmente, é preciso ressaltar que muitos brasilei-

48 Relações raciais são as relações que existem entre indivíduos conscientes das diferenças raciais (Robert Park 2000; *apud* Telles 2004, p.21).

49 Pigmentocracia é um termo cunhado pelo fisiólogo chileno Alejandro Lipschutz, em 1944 para explicar como a estratificação da colonização espanhola na América estava fundamentada na cor da pele e nas hierarquias que foram se criando no nível da estrutura sócio racial. Atualmente, o conceito tem sido utilizado para fazer referência ao colorismo. Trata-se de um conceito que é bastante apropriado para descrever a desigualdade etnoracial presente na América Latina (Telles, 2014).

ros se identificam como morenos,⁵⁰ o que borra ainda mais a percepção de quem é negro (Hasenbalg, 1998).

Não é possível precisar quando a cor se tornou o elemento classificatório da raça no Brasil. É sabido que, em algum momento da história, possivelmente pressionada pelo avanço social dos ex-libertos e de seus descendentes, a categoria predominante em termos de classificação social passou a ser a “cor”, e não a “raça” (Guimarães 2003). No entanto, o dado mais relevante para toda essa discussão é que o Brasil é uma nação que se formou com a escravidão. Uma escravidão não generalizada de todos os povos, mas específica – a dos povos localizados em diversas partes do continente africano, que estabelecia que “o negro tinha um lugar e esse lugar era o da escravidão” (Guimarães, 2003, p.99). Mais de um século nos separa do momento em que a escravidão foi abolida; todavia, esse lugar da escravidão ainda é a sombra que acompanha a população negra no Brasil.

Com o passar dos anos e as transformações políticas e econômicas do país, o lugar designado para o negro no espaço geográfico brasileiro variou da senzala à favela, cortiços, porões e conjuntos habitacionais – sempre concebido na esfera da dominação (Gonzalez, 1982). Isso deriva não apenas de séculos de escravidão e exploração da pele negra, mas também do racismo e das teorias científicas que o apoiaram ao longo de anos. Conforme afirma Frantz Fanon (2008), o racismo despersonaliza, pois nega o reconhecimento do indivíduo como uma pessoa – é o senhor de engenho dizendo “eu não enxergo você”. Isso porque o autor acredita que a sociedade estabelece que o sujeito negro só pode existir em relação ao branco, uma vez que “a branquitude é construída como ponto de referência, segundo a qual todos os outros grupos raciais diferem. Nesse sentido, não se é ‘diferente’, torna-se ‘diferente’ por meio do processo de discriminação” (Kilomba, ([2008] 2019, p. 75), sendo o negro, portanto, aquele que está fora da norma (Lorde, 2009).

Dada a importância da cor no Brasil, para o sociólogo Florestan Fernandes (1965), o termo “preconceito de cor”⁵¹ seria o mais adequado para fazer referência à forma particular de discriminação racial que oprime os negros brasileiros. Trata-se de uma discriminação que percebe a cor de forma mais objetiva e natural, enquanto a raça é concebida como um conceito abstrato e científico

50 A classificação “moreno” advém da mestiçagem entre branco, negro e índio. Contra a tese de que a mestiçagem condenaria o Brasil ao fracasso, Gilberto Freyre, em sua obra *Casa Grande & Senzala*, destaca a existência de um possível horizonte aberto devido à originalidade do povo brasileiro (Reis, 2007). Vale ressaltar que, apesar de muitos brasileiros se identificarem como morenos, essa classificação não existe no IBGE. Para fins de pesquisa sobre a cor ou a raça da população brasileira, o IBGE se baseia na autodeclaração. Os censos demográficos anteriores usavam a classificação “negro”, que agrega pretos e pardos. Atualmente, as opções são: branca, preta, parda, indígena ou amarela.

51 Conceito cunhado, primeiramente, pela Frente Negra Brasileira em 1940 – trata-se de um movimento criado em 1931, em São Paulo, que visava conquistar posições para os negros em diversos setores da sociedade. Para maiores informações sobre a atuação da FNB, ver Pinto, 2013.

(Guimarães, 2003). Mas, independentemente da gradação de cor, um negro é um homem de cor no Brasil; é um descendente de escravo (Nascimento, 1978). Desse modo, o racismo se inscreve na pele dos negros (Fanon, 2008).

Dito isso, é possível perceber três características presentes no racismo: a produção da diferença, acima mencionada; a construção de valores hierárquicos; e a construção do estigma. A produção da diferença e sua associação com uma hierarquia formam o preconceito. Para a escritora portuguesa Grada Kilomba ([2008], 2019), esses processos são acompanhados pelo poder em diversas esferas – histórica, política, econômica e social. O racismo é, pois, formado pela combinação do preconceito com o poder. Nesse sentido, “o racismo é a *supremacia branca*” (p. 76). Ele é elevado ao âmbito estrutural, uma vez que as pessoas negras estão excluídas das estruturas sociais e políticas, que operam de modo a privilegiar seus sujeitos brancos.

O antropólogo Kabengele Munanga (1998) entende que, por questões lógicas e ideológicas, o racismo é, geralmente, abordado a partir da raça e leva em consideração as diversas relações existentes entre as duas noções. Ele insiste que o racismo nasce com a ideia de que determinadas características biológicas justificariam os comportamentos das pessoas. A partir dos anos 1970, com os progressos realizados nas ciências biológicas (genética humana, bioquímica, biologia molecular), a concepção do racismo baseada nas características biológicas começou a ser desconstruída. Apesar disso, os elementos da hierarquização entre diferentes raças sobreviveram ao tempo e aos progressos da ciência e se mantêm ainda intactos no imaginário coletivo das novas gerações

O sociólogo Carlos Hasenbalg (1982) compreende que a raça, enquanto um atributo social e historicamente elaborado, se relaciona com um dos aspectos mais fundamentais da reprodução das classes sociais, isto é, a distribuição dos indivíduos nas posições das estruturas de classe e dimensões distributivas da estratificação social. Sobre isso, Munanga (1998) afirma que, para alguns autores marxistas, há lugar para o racismo em todo regime no qual uma classe se imponha sobre a outra, pois, seguindo o modelo anticolonialista clássico do racismo, esses marxistas apresentam a ideologia racista de desigualdade como um dispositivo de superexploração. Sendo assim, o racismo derivaria de uma articulação de exploração econômica que: *i*) implica uma dominação política; e *ii*) implica uma legitimação ideológica, que cria condições de aceitabilidade da exploração e da dominação. Nessa perspectiva, o preconceito tem como objetivo a estigmatização de certo grupo como inferior, de tal modo que a exploração das riquezas desse grupo possa ser justificada. Assim, se no capitalismo há espaço para o racismo, uma sociedade sem classes seria também uma sociedade sem racismo. Todavia,

esta tese é desconstruída quando observamos a história da União Soviética, repleta de casos de racismo e perseguição a determinados grupos. Com isso, Munanga entende que não há como explicar o racismo sob a lente da exploração e luta de classes. “O conceito de raça é de origem cultural, mesmo se ele serve aos fins extremamente políticos, no seio da luta de classes” (1998, p.54). O aspecto cultural ainda prevalece como o mais relevante.

É certo que existe uma relação entre raça, classe e gênero quando se trata da manifestação de racismo e discriminação; portanto, não há como existir uma hierarquia de opressões (Lorde, 2009). Por esse motivo, para estudar de forma mais ampla a questão da opressão contra negros, é preciso considerar uma lente interseccional, ou seja, uma lente que conjuga raça, classe e gênero.⁵²

O sociólogo Roberto Motta (2000) reconhece três paradigmas no que tange ao estudo das relações raciais no Brasil. O primeiro faz referência à mestiçagem (disfarçada de morenidade), associada aos estudos do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre. O segundo, da Escola Paulista de Sociologia,⁵³ com Florestan Fernandes que, com base em uma leitura marxista, compreende o preconceito de raça e a desigualdade no Brasil como resíduos da escravidão – sobrevivências anacrônicas do passado escravagista, mas incompatíveis com os fundamentos de uma sociedade de classes. O terceiro paradigma está relacionado aos estudos de Hasenbalg (1979; 1982). Ele desenfatura o legado do escravismo como explicação das relações contemporâneas e acentua o racismo e a discriminação racial no pós-abolição como causas da subordinação social de não-brancos aos brancos. Para Hasenbalg, as práticas racistas estão relacionadas aos benefícios materiais e simbólicos que brancos obtêm com a desclassificação de negros. Discorreremos brevemente sobre o debate em torno de como as relações raciais se estabeleceram no Brasil e suas consequências. Também observaremos brevemente as discussões em torno desses paradigmas.⁵⁴

52 O debate sobre interseccionalidade será abordado no capítulo 7.

53 A partir da sociologia de Florestan Fernandes, a Escola Paulista de Sociologia foi criada junto com seus assistentes, cujos trabalhos pressupunham uma agenda de pesquisa derivada das concepções de rigor do conhecimento, aplicada intrinsecamente à própria natureza da ciência (Arruda, 2010).

54 Uma reflexão mais profunda em torno desse debate e de suas consequências foge ao espoco do estudo aqui proposto. Todavia, é preciso ressaltar que a difusão da ideia de harmonia racial colaborou com o apagamento dos problemas raciais no país. Isso foi acentuado de forma institucional durante o período da Ditadura, uma vez que o debate público sobre o racismo passou a ser associado com a insatisfação com o regime militar e, portanto, proibido e passível de perseguição (Nascimento, 1978).

As relações raciais no Brasil

No Brasil do século XXI, falar de racismo é um tabu (Guimarães, 1995). Brasileiros em geral não se sentem confortáveis para falar sobre racismo e questões raciais. “Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado” (Gonzalez, 1984, p.226). Essas palavras de Lélia Gonzalez caracterizam bem o que os brasileiros, geralmente, pensam sobre o racismo. Uma pesquisa de opinião realizada pela Folha de S. Paulo, em 1995, atestou que 90% das pessoas entrevistadas admitiam a existência do preconceito racial; no entanto, 96% delas não se identificavam como racistas.⁵⁵ “Todo mundo sabe que existe, mas ninguém acha que é racista” (Ribeiro, 2020) . O Brasil se apresenta como um país com racismo, mas sem pessoas racistas.⁵⁶ Dessa forma, o racismo se afirma por meio de sua própria negação (Gomes, 2012). Mais de vinte anos se passaram desde a realização dessa pesquisa, porém o seu resultado ainda diz muito sobre a sociedade brasileira do início do século XXI. A prática “invisibilizada”⁵⁷ do racismo durante o século XX e início do século XXI deriva da história das relações raciais no Brasil.

Até 1888, pessoas de pele preta foram pessoas escravizadas. O Brasil foi o último país da América a abolir a escravidão. Esse processo se deu de forma lenta e gradual e deixou marcas na sociedade, visíveis até os dias atuais. Ao longo dos quase quatro séculos de escravidão, os negros foram tratados como peça, mercadoria a ser vendida, trocada e comprada. Imediatamente após a abolição, com o objetivo de modernizar o país, Ruy Barbosa, o então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Tesouro Nacional, queimou documentos oficiais que eram provas da escravidão. A intenção era apagar da história do Brasil um período vergonhoso (Costa, 1996). Todavia, essa tentativa não foi acompanhada de ações efetivas para resolver as consequências da escravidão. “Mudaram as aparências, mas a essência das relações sociais não mudou. A atitude do Estado para a situação do negro ‘liberto’ sempre foi omissa” (Nunes, 2006, p. 91). Milhares de escravos foram libertos e passaram a enfrentar novos desafios, sem qualquer tipo de ajuda do governo. Eles “enfrentaram misé-

55 A Folha apresentou a pesquisa em um Caderno Especial intitulado Racismo Cordial. Outra pesquisa como essa foi realizada em 2003, pela Fundação Perseu Abramo (intitulada Discriminação Racial e Preconceito de Cor no Brasil) mas com resultados não tão diferentes da anterior.

56 A prática de falar de racismo como se fosse um tabu faz referência à tendência que Florestan Fernandes (1965) chamou de “preconceito de ter preconceito” – a recusa do brasileiro em aceitar que o preconceito existe em suas práticas.

57 Digo invisibilizada entre aspas por dois motivos: primeiramente, porque as vítimas do racismo o sabem bem e, em segundo lugar, porque as leis contra práticas racistas foram criadas tardiamente (Lei Afonso Arinos, em 1951; a Constituição em 1988 – e outras emendas). No entanto, ainda não se fazem cumpridas em sua plenitude.

ria material, discriminação e humilhação e por meio de uma manobra ideológica, que transforma o que é da esfera das relações de poder em algo inerente à raça, as desgraças vividas pelos negros foram reduzidas à culpa deles mesmos” (*Ibid*).

A abolição da escravidão foi acompanhada pela Proclamação da República. Por isso, era necessário a criação de um novo projeto de nação para repensar o homem brasileiro (agora livre da vergonhosa prática da escravidão e sem um imperador). Os cientistas e intelectuais da época foram os responsáveis por essa reflexão (Nunes, 2006, p. 91). Vale ressaltar que desde a década de 1870 corria dentre as elites políticas e intelectuais um debate sobre a modernização do Brasil e a construção de sua identidade nacional. Essa discussão se dava com base nas teorias científicas que defendiam a superioridade do homem branco e afirmavam que a miscigenação entre as diferentes raças causava degeneração. Para o médico baiano Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), a miscigenação seria a causa dos desajustamentos sociais.⁵⁸ Já o jornalista Silvio Romero (1851-1914) apostava na miscigenação, apesar de defender as diferenças ontológicas entre as raças. Para ele, o mestiço prevaleceria como “a genuína formação histórica brasileira”; posteriormente, o processo de seleção natural da mestiçagem faria prevalecer o tipo de raça mais numerosa, a branca. A partir das ideias de Silvio Romero, a cultura brasileira passava a ser compreendida como o resultado da mistura de três raças – branca, indígena e negra –, entendidas não apenas no plano biológico, como também no plano espiritual (Schwarcz, 1994). Portanto, se por um lado acreditar nas teorias científicas racistas formuladas na Europa e nos Estados Unidos era conveniente para as elites, pois legitimava e naturalizava as hierarquias sociais existentes na sociedade, por outro lado, essa crença significava admitir que a população brasileira era composta, majoritariamente, por um grupo racialmente inferior. Sendo assim, como conciliar tais teorias com o Brasil? “A saída foi imaginar uma redescoberta da mesma nação, selecionar e digerir certas partes da mesma teoria, com a evidente obliteração de outras; enfim, prever ‘um modelo racial particular’” (Schwarcz, 1996, p. 89) – o branqueamento.

A tese do branqueamento é fundamentada na ideia da europeização da população brasileira, que se daria ao longo dos anos a partir de três fatores: a chegada de imigrantes brancos, o estímulo à miscigenação e o abandono da população negra, egressa da escravidão. Para João Batista Lacerda, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro na década de 1910, “o Brasil mestiço de hoje tem no

58 Nina Rodrigues foi o pioneiro nos estudos de criminologia no Brasil. Influenciado pelo criminólogo italiano Cesare Lombroso, as ideias de Nina Rodrigues foram consideradas racistas, uma vez que procurava provar que negros e mestiços possuíam uma tendência natural para a degeneração e para o crime. Sobre os estudos da Criminologia e suas relações com o racismo no Brasil, ver nota sobre o assunto na seção “A violência contra os negros: faces de um racismo estrutural”.

branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução” – ou seja, o Brasil negro da época seria, aos poucos, substituído por um futuro cada vez mais branco (Schwarcz, 1996). O resultado desse novo modelo foi o incentivo à imigração europeia (já iniciada desde 1870) e ao desenvolvimento, sobretudo da região mais promissora do país (em termos econômicos), a província de São Paulo. Entre 1890 e 1914, mais de 1,5 milhão de europeus (italianos, em sua maioria) cruzaram o Atlântico rumo a São Paulo, muitos deles com passagens custeadas pelo governo brasileiro (Andrews, 2018). Os estrangeiros, que chegaram a configurar mais de 50% da população da cidade de São Paulo, ocupavam os espaços mais dinâmicos da economia, como indústria e comércio, assim como os espaços de produção de saber e os jornais (Alberto, 2011), enquanto as pessoas pobres nascidas no Brasil, principalmente, negros e mestiços, ocupavam os serviços com menor remuneração, e, portanto, eram considerados de menor *status*.

Apesar do número elevado de brancos na província de São Paulo na década de 1930, a tese do branqueamento por meio da miscigenação foi superada na medida em que emergiu um novo modelo interpretativo, que resgatava a ideia da formação da cultura brasileira com base na coexistência das três raças. O Brasil passou a ser representado como um lugar no qual não existiam barreiras de cor – uma democracia racial.

O conceito “Democracia Racial” foi elaborado a partir do discurso do sociólogo Gilberto Freyre em sua obra *Casa Grande & Senzala*, de 1933.⁵⁹ Retomando a temática das “três raças”, Freyre ofereceu uma nova racionalidade para a sociedade multirracial brasileira – diferentemente da visão pessimista da produção intelectual de determinados estudiosos brasileiros, que concebiam a miscigenação e a forte presença dos negros como obstáculos à inserção do país na modernidade. O autor enfatizava, em escalas semelhantes, a importância da “cooperação” étnico-racial (portugueses, negros e índios) no plano da cultura, na conformação de uma identidade nacional. Sendo assim, se antes a raça condenava a sociedade brasileira ao fracasso, “com Gilberto Freyre ela, na verdade, estaria salva pela miscigenação, fruto de uma tradição legada pela herança ibérica” (Maio, 1999). De acordo com a historiadora Lilian Schwarcz:

Tendo como base teórica o culturalismo norte-americano – sem abandonar totalmente os pressupostos raciais dos mestres brasileiros –, a obra de Freyre celebrará a singularidade da mestiçagem, invertendo os termos da equação e positivando o modelo. (...) O ‘cadinho de raças’ surgia como uma nova forma de celebração do mito das raças – um novo instru-

59 Embora Freyre não tenha feito uso do termo “Democracia Racial” em sua obra de 1939, nela, autores (Andrews, 2018; Bernardino, 2002; dentre outros) identificam a sistematização da ideia de uma democracia racial e a defesa da natureza diferencial da escravidão brasileira.

mental para a utilização do mesmo termo, porém com um novo sentido. (...) O brasileiro era, portanto, o resultado sincrético de uma mistura bem-feita e original, cuja cultura homogênea e particular era também mista. Nesse contexto, Casa-grande & Senzala passava a representar e singularizar essa nova postura, esse abandono da raça em nome da cultura, uma cultura homogênea apesar de resultante de raças tão diversas (1994, p. 5, 6).

O estabelecimento de uma mudança de termo, de raça para cultura, é uma estratégia discursiva que tem como consequência o apagamento das questões raciais no Brasil.⁶⁰ Embora reconhecesse a violência e a hierarquia da escravidão brasileira, Freyre argumentava que, devido às relações interpessoais estabelecidas entre os moradores da casa grande e os da senzala, havia no Brasil uma espécie de inclusão orgânica que atenuava as hierarquias sociais (Alberto, 2018). Sendo assim, Freyre construiu o Brasil enquanto uma civilização que congregava de forma sincrética e feliz negros, índios e brancos – uma sociedade sem segregação e com uma miscigenação singular. Para ele, vários fatores impediram o surgimento de categorias raciais mais rígidas no Brasil, tais como as relações estreitas entre senhores e escravos antes da emancipação legal proporcionada pela Lei Áurea, em 1888, e o caráter supostamente benigno do imperialismo português. Isso teria como consequências a construção de um “paraíso racial”, no qual diferentes raças viveriam de forma harmoniosa, sem racismo ou discriminação, em oposição à política racial segregadora que se estabeleceu no século XX em alguns lugares, como nos Estados Unidos com as leis *Jim Crow*, e na África do Sul com o *Apartheid*.

Florestan Fernandes (1989) faz uma leitura crítica do mito da democracia racial, inscrevendo-o nas dinâmicas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Tal análise está intimamente ligada à dinâmica mais ampla do processo de desagregação do regime escravocrata, que não assegurou direitos mais amplos aos ex-escravizados. A crítica de Fernandes se fundamenta na existência de uma heteronomia racial sob a aparência de uma completa incorporação do negro a uma sociedade de classes marcada pelo capitalismo dependente. O resultado disso é a manutenção de uma superpopulação excedente excluída ou incluída de forma subalternizada no mercado de trabalho. Em outras palavras, a democracia racial pressupõe a inclusão do negro na sociedade de classes, no mercado de trabalho capitalista, caracterizado pela igualdade jurídica e formal – criando, assim,

60 Complementando esta tese, o jornalista, artista e intelectual negro Abdias do Nascimento (1978) compreende que o mito da Democracia Racial e a ideia da “Morenidade” (termo cunhado por Freyre) pressupõe uma proposta mística racista, cujo objetivo é fazer desaparecer o negro, a sua cultura e o debate sobre as relações raciais por meio de um processo de embranquecimento da pele negra e de sua cultura. Tal embranquecimento é lido por ele como um genocídio do povo negro – que se manifesta na imposição da cultura eurocêntrica e no incentivo à mestiçagem. Nascimento recupera a dimensão completa da destruição de um povo, que vai além de sua morte física.

uma aparência democratizante do Brasil.⁶¹ Todavia, tal inserção nunca se deu de forma plena. Desse modo, a existência do mito da democracia racial encobriu a manutenção das dinâmicas econômicas, políticas e sociais da sociedade de classes e acabou por configurar “um padrão tradicional brasileiro de relação racial que articula heteronomia econômica e heteronomia de raça e opera uma segregação sutil e dissimulada” (Lima, 2017). Isso se traduz em uma simbiose entre desigualdade de classe e de raça que também tem como resultado o apagamento da questão racial no que se refere às desigualdades econômicas no Brasil. Com isso, o problema do grande abismo socioeconômico no Brasil passa a ser lido não somente pelos governantes, como pelo senso comum, como um problema de classe e não de raça.⁶²

Abdias do Nascimento (1978) reforça que a raça determina a posição social e econômica na sociedade. Por exemplo, o fato de a favela ser, em sua maioria, a residência da população negra não é puramente uma questão de escolha ou situação socioeconômica. Se os negros vivem nas favelas porque não têm condições de adquirirem uma moradia melhor é, certamente, porque estão em subempregos. Isso se dá como consequência de uma formação educacional precária ou inexistente. Observando essa questão ao longo da história, invariavelmente, em algum momento, a resposta para a ausência de oportunidades estará na cor da pele. “Nessa teia o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo vicioso de discriminação – no emprego, na escola – e trancadas as oportunidades que permitiriam a ele, melhorar suas condições de vida” (Nascimento, 1978, p. 85).

Portanto, a disseminação da ideia de democracia racial foi prejudicial à população negra, pois, primeiramente, criou uma falsa sensação de inclusão do negro na dinâmica social e econômica do país e de uma igualdade de oportunidades. Em segundo lugar, porque colaborou com a manutenção da mentalidade de que não seria necessário pensar em políticas efetivas para a superação das desigualdades raciais existentes no Brasil, já que todos são “iguais”. Por fim, a disseminação dessa ideia impediu e dissolveu a identidade coletiva do negro (Góes, 2015), levando ao apagamento dos reais problemas enfrentados pelo povo negro desde a Diáspora – o racismo e a discriminação incorporados nas mais diversas formas de violência. Dito isso, a perpetuação do racismo corrobora com um projeto político que visa o controle da população negra (Kilomba [2008], 2019).

61 Nas palavras do próprio Gilberto Freyre: “O segredo do sucesso do Brasil em construir uma civilização humana, predominantemente cristã e crescentemente moderna na América tropical, vem da capacidade brasileira em transigir. Enquanto os ingleses, mais que qualquer outro povo, possuem tal capacidade na esfera política, [...] os brasileiros vêm conseguindo ainda maiores triunfos, aplicando essa capacidade à esfera cultural e social, na maior amplitude. Daí sua relativa democracia étnica: a ampla, embora não perfeita, oportunidade dada no Brasil a todos os homens, independente de raça e cor, para se afirmarem brasileiros plenos” (1971, p. 4 e 5).

62 Sobre o Brasil ser um problema de classe e não de raça, ver Harris 1964.

A perversidade do racismo – como construir uma identidade negra?

O racismo não é um acontecimento momentâneo ou pontual; é uma experiência contínua que atravessa a biografia do indivíduo, uma experiência que envolve uma memória histórica de opressão racial, escravização e colonização, consequência de um padrão recorrente de abuso racial. Trata-se de uma prática perversa, uma realidade violenta, que funciona segundo uma cadeia de discursos que mantém identidades sem lugar, pois constrói negros como corpos impróprios, corpos que não pertencem a determinados lugares. “Se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos a depender do grupo racial a qual pertençam” (Almeida, 2019, p. 27). Conforme discorremos anteriormente, o racismo designa os negros ao lugar de dominado. Já dissemos que o negro, enquanto o “outro”, o diferente, é construído apenas na sua relação com o branco (Kilomba ([2008], 2019; Fanon, 2008). Nesse sentido, o racismo desidentifica – extrai do negro sua personalidade e qualquer possibilidade de “ser”. Esse “não ser” admitiu vários formatos no curso da história brasileira – da existência enquanto mercadoria (nos tempos coloniais) ao apagamento da identidade negra (com o mito da democracia racial). Com o advento da ideia de Brasil como um “paraíso racial”, onde todas as cores vive harmoniosamente, afirmar uma identidade negra representou, durante esse período, uma atitude divisionista, uma vez que todos seriam brasileiros, independente da cor da pele (Nascimento, 1978). Esse tipo de recusa à existência de uma identidade negra ainda se encontra presente no senso comum. É possível ouvir pessoas em suas conversas cotidianas afirmando que estabelecer e reconhecer a identidade negra é ser racista, pois todos são iguais no Brasil.

Mas o que é esse “ser negro”? O que seria a identidade negra?

O debate sobre as Identidades no campo das Ciências Sociais é vasto. Munanga (1994) afirma que o conceito de identidade está presente em todas as sociedades, pois os grupos humanos sempre selecionaram determinados aspectos de suas culturas para se definirem em contraposição a outros grupos. Essas definições (de si e dos outros) têm importantes papéis, como a defesa da unidade do grupo, a proteção dos territórios e das práticas culturais etc. No entanto, a identidade não é algo inato. Ela faz referência a um modo de ser no mundo e de agir com os outros. Indica traços culturais que se expressam por meio de práticas linguísticas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares (Gomes, 2012).

Dito isso, nos alinhamos à concepção que compreende as identidades enquanto práticas discursivas construídas socialmente, sendo de caráter mutável, multifacetado e dialógico (Bauman, 2001; Moita Lopes, 2003; Hall, 2004). Isso significa que cada indivíduo é membro de muitos discursos e cada um desses dis-

curros representa uma das múltiplas identidades desses indivíduos (Gee 1990). Assim, um mesmo sujeito pode dispor de diferentes discursos, de acordo com as inúmeras situações em que se encontrar e, assim, acionar suas identidades em maior ou menor intensidade, construindo-se de diversas maneiras, por vezes, até contraditórias, a cada interação.

Uma outra concepção importante para o estudo das identidades é a sua relação com a diferença, ou seja, uma abordagem de estreita relação de dependência entre identidade e diferença. Nessa perspectiva, Tadeu Tomaz Silva (2000) entende que a identidade é simplesmente aquilo que se é; por exemplo: “sou branco”. Já a diferença, em oposição à identidade, é aquilo que o outro é (“ela é branca”). Nesse sentido, as afirmações a respeito de alguma identidade só fazem sentido se compreendidas em sua relação com a diferença. Quando afirmamos que somos algo – por exemplo, que “somos brasileiros” –, estamos negando outras identidades (não somos argentinos, ou mexicanos, e assim por diante). Sendo assim, identidade e diferença são conceitos inseparáveis.

Para o sociólogo Stuart Hall (2015), compreender a raça enquanto uma categoria discursiva é reconhecer que identificar o conceito de raça com base em fundamentos biológicos tornou-se algo insustentável. Quando as diferenças foram organizadas dentro da linguagem, dentro do discurso, e adquiriram sentido, elas se tornaram fatores da cultura humana e da regulação das condutas. Desse modo, o entendimento da raça enquanto um conceito discursivo colabora com “a compreensão de como as ideias e conhecimentos da diferença organizam as práticas humanas entre os indivíduos” (2015, p. 3).

A identidade negra, como as outras identidades (de gênero, sexuais, de nacionalidade, de classe etc.), é construída no âmbito da história e da cultura. Dado o dinamismo das interações e dos contextos nos quais cada indivíduo circula, alguns traços identitários podem se tornar mais relevantes do que outros. Reconhecer-se em uma identidade significa estabelecer um sentido de pertencimento a um determinado grupo social de referência. Da mesma forma que outros processos identitários, a identidade negra é construída gradativamente e envolve as relações sociais permeadas de sanções e afetividades, sendo, geralmente, iniciada na família. Com base nessas questões, o sujeito vai criando ramificações e desdobramentos junto às outras relações das quais participa. A construção da identidade negra implica o “olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro” (Gomes, 2012, p. 171). É, portanto, uma construção dialógica.

Vale ressaltar que construir uma identidade negra em uma sociedade marcada por racismo e que, ao longo dos anos, vem ensinando os negros a se

negarem e assimilarem a cultura do branco é um desafio. É um ato de resistência, pois representa uma tomada de consciência da opressão, o que colabora com a possibilidade de uma ressignificação política do conceito de raça e, conseqüentemente, com o combate ao racismo. Para Munanga, a elaboração de uma identidade negra é uma tentativa de tornar o grupo dos negros diferente dos demais, pois tornar-se diferente seria um mecanismo de defesa empreendida por grupos ameaçados. Nesse sentido, o desenvolvimento de uma identidade afro-brasileira advém da necessidade de dar uma resposta ao racismo. Isso caracteriza a identidade negra como política e unificadora, que busca a transformação da realidade do negro no Brasil. É um processo, jamais um produto acabado (Munanga 1994; 2003).

Enquanto categoria identitária em constante disputa de significado, a raça também pode ser compreendida como forma de mobilização, conforme salienta a socióloga Tianna Paschel (2016). Em seu estudo sobre as transformações políticas ocorridas no Brasil e na Colômbia, Paschel analisa a negritude enquanto uma categoria política de contestação que se tornou legítima aos olhos do Estado e de outros atores políticos a partir da pressão exercida por organizações de movimentos sociais no início do século XX em São Paulo. A autora argumenta que a resistência dos negros se deu via clubes sociais negros, locais onde os afrodescendentes articularam suas próprias visões de raça, nação e cultura, assim como evidenciavam as limitações do projeto nacionalista vigente no Brasil no início do século XX.

Almeida (2019) ainda salienta que usar o termo “estrutura” para explicar o funcionamento do racismo na sociedade não significa dizer que o racismo seja uma condição incontornável e que ações e políticas antirracistas sejam inúteis. Pelo contrário, a mudança desse cenário é possível a partir da mobilização de diversos segmentos da sociedade, movimentos sociais e, também, da adoção de posturas antirracistas por parte de indivíduos e instituições.

Com essas considerações, apesar de todas as restrições impostas pelo racismo aos negros, compreendemos que as mães de vítimas da violência policial, ao lutarem por justiça em prol de seus filhos, reivindicam identidades enquanto mulheres negras. Nesse processo, disputam a categoria raça enquanto forma de mobilização e resistência ao racismo sistêmico.

6. Os efeitos do Racismo

Dizemos que vidas negras importam não apenas porque queremos ficar vivos, mas também porque queremos ficar vivos com dignidade.

Monica Cunha

Conforme apresentamos anteriormente, o presente capítulo é uma continuação do debate sobre o contexto das mortes por intervenção do Estado que, em sua maioria, vitimam a população negra. Privilegiaremos o contexto mais imediato dessas mortes, observando como elas se dão e os procedimentos que envolvem o denominado “auto de resistência” e o inquérito policial que trata das investigações desse tipo de caso. Tendo em vista o local onde essas mortes acontecem e a forma como os familiares de vítimas da violência reivindicam a favela como espaço de resistência em suas narrativas, apresentaremos, na sequência, uma discussão sobre este lugar e seus desdobramentos no contexto da pesquisa. Depois, articularemos a violência policial como face do racismo estrutural. Finalizaremos o capítulo com a análise de trechos narrativos dos familiares sob a ótica do debate racial. Esse tipo de organização favorece o estudo do racismo em sua materialidade discursiva.

Auto de Resistência – “licença para matar”?

A cidade do Rio de Janeiro vivencia violências de variados tipos, que assolam, em diferentes graus, seus moradores e visitantes. Segundo levantamentos do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP), os índices de homicídios no início do ano de 2018 tiveram aumento de 24% e os assaltos, aumento de 40% em comparação com o mesmo período em 2017. Nesse sentido, a polícia é (ou deveria ser) uma das principais forças motrizes para conter a violência. No entanto, para quem mora nas favelas do Rio de Janeiro, a atuação da polícia na contenção dos crimes (sobretudo no “combate ao tráfico de drogas”) é vista e sentida de maneira bem diferente daqueles que moram nas zonas mais ricas da cidade e, conseqüentemente, mais seguras.

Ao longo dos anos, as incursões policiais nas favelas vêm produzindo cada vez mais vítimas, muitas delas sem comprovação de estarem se opondo, de alguma forma, à ação. Isso se deve, principalmente, ao modelo de repressão policial adotado para combater o comércio varejista de drogas, que estabelece pontos comerciais fixos em locais de moradia de baixa renda.⁶³ Dentre os anos 1970 e

63 Vale ressaltar que o tráfico de drogas não pode ser reduzido ao comércio de entorpecentes que se fixa

1990, as políticas estaduais de segurança pública se concentraram em um enfrentamento pontual contra o tráfico, visando efetuar, com regularidade variável, prisões e apreensões de armas, dinheiro e material entorpecente (Misse, 2011). Todavia, muitas favelas e zonas periféricas encontram-se dominadas por facções criminosas que disputam entre si o controle dos pontos de venda de drogas. Por esse motivo, essas regiões costumam ser vigiadas por equipes de segurança do tráfico e, conseqüentemente, a chegada repentina de guarnições policiais tende a ocasionar uma reação violenta por parte dos criminosos, desencadeando uma troca de tiros entre a facção que domina a área e os policiais. Tal situação também dificulta o estabelecimento de guarnições policiais dentro de determinados locais da favela. Tão logo a incursão policial se finda, restabelece-se a rotina “normal” da região com o comércio de entorpecentes. De tal modo, os moradores desses locais ficam no meio de um “fogo cruzado”, expostos a frequentes tiroteios em espaço público e sujeitos a dois tipos de violência: de um lado, a opressão por parte dos grupos criminosos que dominam a região com forte poder de armas de fogo, e, do outro, as operações policiais que irrompem de forma imprevisível e com caráter arbitrário (Machado da Silva; Leite, 2008). Esse modelo de repressão policial, que propicia contextos de confronto armado, tem como uma de suas principais conseqüências a morte de milhares de pessoas (Misse, 2011).

Ao longo dos anos 1990, o governo do Estado do Rio de Janeiro investiu em aparatos para equipar a Polícia Militar – comprou armas de alto potencial letal, veículos blindados (os chamados “caveirões”) e contratou e capacitou policiais para atuar em contextos de “guerrilha urbana”. Aumentou, também, o efetivo do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) e do Batalhão de Policiamento de Choque (BPCHq), além de criar os Grupamentos de Ação Tática (GAT). Esse aparato foi empregado em operações nas favelas. No entanto, se por um lado tais aquisições foram importantes para consolidar o poder bélico do Estado frente ao poder das facções, a letalidade da ação policial cresceu exponencialmente (Misse, 2011).

Dados do ISP apontam que entre os anos 2008 e 2014, o número de mortos em decorrência de ação policial na cidade do Rio de Janeiro diminuiu. O sociólogo Michel Misse (2011) alega que isso pode ter relação com a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) nas favelas, projeto que visava a substituição do modelo repressivo de incursões policiais tóxicas e eventuais pela ocupação estável e duradoura das favelas. Trata-se de uma proposta de policiamento comunitário de proximidade, fundamentada na parceria entre a população que reside

em favelas, visto que as grandes quantidades de drogas são transportadas e comercializadas por setores mais privilegiados da sociedade e por pessoas que não moram nas favelas. Conforme aponta o Relatório de 2010 da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE), a corrupção das instituições políticas dos países em desenvolvimento tem facilitado o tráfico internacional de drogas.

nas áreas onde foram implementadas e as instituições de segurança pública. Vale ressaltar que a cidade do Rio sediaria os jogos da Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016; desse modo, essas unidades teriam um papel primordial na contenção de crimes nas favelas. As Unidades não foram implementadas em todas as comunidades da cidade, muitas seguiram enfrentando o problema do comércio de drogas sob domínio de facções ou de grupos de milicianos, além da violência policial.⁶⁴

Ao longo dos anos, os moradores das áreas onde as UPPs foram instaladas enfrentaram diversos problemas. Exemplificando, os índices de violência voltaram a subir nessas áreas a partir de 2014. Isso pode ser interpretado como consequência, dentre outros fatores, da redução dos investimentos em segurança pública devido à crise econômica enfrentada pelo Estado do Rio de Janeiro nesse período.⁶⁵ Somado a isso, tem-se o desgaste das unidades, perceptível nas frequentes denúncias de moradores sobre os abusos de poder cometidos por policiais como o uso injustificado uso da força.⁶⁶ Institutos de pesquisa vêm apontando problemas desse tipo de política e o colapso da iniciativa,⁶⁷ e a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro vem debatendo a manutenção dessas unidades.⁶⁸ De todo modo, seja pela ação de policiais lotados nas UPPs, seja pela ação de outros batalhões, o fato é que os índices de letalidade policial têm apresentado um crescimento considerável desde 2014, conforme exposto no quadro abaixo:⁶⁹

64 É importante mencionar a posição do governo federal no período de escalada da violência policial que se seguiu após a eleição do PT. Em 2008, apesar de o governo federal declarar um posicionamento e adotar algumas medidas contrárias à ideologia da alegada “guerra às drogas”, como, por exemplo, negar o financiamento de armas de guerra (como fuzis) para a polícia de patrulhamento, algumas declarações públicas de Lula à época apontavam certa legitimação da política de confronto nas favelas. O ex-presidente fez uma comparação entre vietnamitas e criminosos e ainda afirmou que não seria com pétalas de rosas que os policiais entrariam nas comunidades do Rio de Janeiro (Farias, 2020).

65 Denúncias de corrupção da gestão de Sérgio Cabral revelaram um grande esquema de desvio de verba pública. O desfalque gerou e tem gerado profundos problemas na prestação dos serviços públicos, especialmente nas áreas de saúde, educação e segurança.

66 O caso mais emblemático foi o desaparecimento do ajudante de pedreiro Amarildo, em 14 de julho de 2013, após abordagem de policiais da UPP da Rocinha. Retomamos esse caso no capítulo 8.

67 Pesquisas tais como “UPP: Última Chamada”, realizada pelo Centro de Estudos de Segurança Pública e Cidadania e publicada em 2017, que indicou que, no começo da implantação das unidades, a população percebeu melhorias. Porém, após um tempo, a polícia de proximidade deu lugar a um policiamento convencional, com frequentes relatos de abusos de autoridade. Outra pesquisa, esta do Instituto Igarapé, chama atenção para a falta de formalização do programa e do estabelecimento de indicadores de avaliação, pois as UPPs nunca passaram por uma avaliação interna e sistemática para além da divulgação dos casos de letalidade.

68 Em outubro de 2018, a Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro anunciou o fim de 13 UPPs e a transformação dessas Unidades em companhias destacadas sob comando dos batalhões da área.

69 Como a presente pesquisa foi desenvolvida entre os anos 2017-2020, focaremos na escalada dos números que abrangem esse período.

Ano	Número de mortos na região metropolitana	Número de mortos no Estado do Rio de Janeiro
2014	543	584
2015	607	645
2016	865	925
2017	1.055	1.127
2018	1.381	1.534
2019	1.647	1.814
2020	1.089	1.245

Quadro 2 – Mortes por intervenção de agente do Estado.
Região metropolitana: Baixada Fluminense e cidade do Rio de Janeiro
Fonte: Instituto de Segurança Pública

Os dados apresentam com nitidez a escalada da violência policial durante o período supracitado. Tal violência tem sido, de certa forma, apoiada pelas instituições políticas e jurídicas e por setores mais conservadores da sociedade. É preciso ressaltar dois fatores que têm papel vital nos números de parte desse período. Primeiro, o avanço do ultraconservadorismo no Brasil, com a eleição da extrema direita nas esferas municipal, estadual e federal em 2018. Segundo, a pandemia da Covid-19 que se alastrou pelo Brasil em 2020.

As eleições de 2018 tiveram como desfecho a eleição do militar da reserva Jair Bolsonaro, na época filiado ao Partido Social Liberal (no período da escrita da tese, estava sem partido),⁷⁰ para ocupar a presidência do Brasil; do ex-juiz Wilson Witzel, do Partido Social Cristão, para governar o Estado do Rio de Janeiro; e do religioso e ex-senador Marcelo Crivella, do Partido Republicanos¹⁰, para governar o município do Rio de Janeiro. Ademais, 73 candidatos declaradamente militares foram eleitos para compor a Câmara Federal do país. Em virtude deste cenário, o Brasil tem (no período de 2018-2021) o maior número de militares ocupando cargos políticos desde a Ditadura Civil-Militar de 1964.

Uma das primeiras medidas anunciadas pelos executivos eleitos foi um prenúncio do tipo de política de segurança pública que seria adotada no país, mais especificamente no Estado do Rio de Janeiro, nos anos seguintes. A exemplo disso, temos o chamado “Pacote Anticrime” lançado pelo ex-juiz Sérgio Moro, agora ex-Ministro da Justiça do governo Bolsonaro.⁷¹ Em uma de suas propostas, o pacote previa uma eventual condenação reduzida à metade ou não aplicada para agentes policiais ou de segurança pública que cometessem homicídios alegando

⁷⁰ Em novembro de 2021 Bolsonaro se filiou ao Partido Liberal para concorrer às eleições presidenciais de 2022.

⁷¹ Sérgio Moro atuou como Ministro da Justiça de 1º de janeiro de 2018 a 24 de abril de 2020.

legítima defesa. Isso é caracterizado pelo texto como a circunstância quando “o excesso cometido decorrer de escusável medo, surpresa ou violenta emoção”. Esse pacote foi muito criticado por setores mais progressistas da sociedade, principalmente por lideranças comunitárias e movimentos sociais, que temiam o aumento da letalidade policial caso esta cláusula fosse incluída no pacote. Após muitas críticas e debates, o pacote foi aprovado com 25 vetos, inclusive com veto à supracitada cláusula. Ainda assim, a discussão sobre a redução de penas a policiais que cometem homicídios permanece ativa.

Já o governador eleito no Rio de Janeiro teve como uma de suas principais bandeiras de campanha a promessa de contratação de *snipers*, policiais atiradores de elite que teriam como objetivo “abater” (em suas palavras) criminosos que estivessem portando fuzis nas favelas do Rio de Janeiro. Embora essa contratação fosse uma realidade pouco provável, ao longo de sua breve gestão, Witzel⁷² tomou medidas que favoreceram o aumento da letalidade policial. A exemplo disso, temos a alteração no sistema de metas a serem cumpridas pelas corporações civil e militar. As unidades recebem gratificações semestrais quando alcançados os objetivos. Witzel estabeleceu a retirada das ocorrências de mortes decorrentes de intervenção policial do sistema de metas.⁷³ Com isso, essas mortes não interferem mais na contabilização das ocorrências de letalidade violenta nas unidades e, portanto, não interferem mais na gratificação paga aos policiais. Essa medida não só explicita o desinteresse do poder Executivo na redução da letalidade policial, como, também, de certa forma, incentiva que agentes atuem de forma truculenta.

Em março de 2020, a pandemia da Covid-19, doença provocada pelo novo Coronavírus, chegou ao Brasil e foi se espalhando das capitais para as cidades do interior. Vários estados declararam estado de emergência e estabeleceram uma quarentena, com o fechamento de diversas atividades e a proibição de aglomerações para evitar a disseminação do vírus. O estado do Rio de Janeiro decretou quarentena no dia 11 de março. Escolas e estabelecimentos comerciais foram fechados e a circulação de pessoas foi restringida. Apesar dessas medidas, as incursões policiais nas favelas não cessaram. De acordo com a Rede de Observatórios da Segurança, no começo da pandemia as operações policiais diminuíram 76,9% em relação a março de 2019; no entanto, em abril, a frequência das incursões aumentou. O resultado é que entre abril e maio de 2020 o número de mortes de-

72 Witzel governou o estado do Rio de Janeiro de janeiro de 2019 a agosto de 2020, quando foi afastado devido a denúncias por corrupção. No dia 30 de abril de 2021, Witzel foi declarado culpado por crime de responsabilidade na gestão de contratos na área da Saúde durante a pandemia e sofreu um impeachment, com proibição de exercer cargos públicos por cinco anos. Em seu lugar assumiu o vice-governador Cláudio Castro, do mesmo partido de Witzel (PSC).

73 Ver alteração em: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 24 de setembro de 2019.

correntes de ação policial foi maior do que no mesmo período em 2019, com alta letalidade em cada incursão. A exemplo disso, temos a operação no Complexo do Alemão em maio de 2020, que vitimou 13 pessoas.

Com o elevado número de casos de Covid-19 nas comunidades e o aumento da letalidade policial, as lideranças comunitárias e outras entidades da sociedade civil passaram a exigir a suspensão das operações durante o período da pandemia. Em junho, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, proibiu em decisão liminar, que foi referendada pelo STF em agosto, a realização de operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro durante a pandemia do novo Coronavírus. A decisão do ministro autoriza operações somente em hipóteses absolutamente excepcionais, que devem ser devidamente justificadas por escrito pela autoridade competente, com a comunicação imediata ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Com esta decisão, as incursões policiais diminuíram nas comunidades.

Embora o aumento do número de civis mortos em operações ao longo da pandemia possa ser interpretado independentemente desta, isto é, como uma continuação da lógica de atuação das forças de segurança do Rio de Janeiro, destacamos que as relações sociais foram consideravelmente modificadas em função da pandemia. Desse modo, compreendemos que, se a ação da polícia nas favelas é justificada principalmente pela necessidade de conter o comércio de drogas e de armas na região, a baixa circulação de pessoas nas ruas poderia ter algum impacto nessa questão. Ressaltamos, também, que a manutenção dessas operações antes da decisão do STF dobrou o risco de contaminação pelo novo Coronavírus tanto entre policiais quanto entre moradores dessas áreas. Sendo assim, é possível questionarmos os motivos para “subir o morro para manter a ordem” em meio à pandemia, posto que a manutenção das operações fugia ao escopo das medidas sanitárias vigentes nesse período. É importante observar que mesmo com a restrição das operações policiais nas favelas, o número de mortes ocasionadas pela ação da polícia diminuiu timidamente em 2020 – cerca de 30% em comparação com o ano anterior.

Conforme dito anteriormente, as mortes de civis provocadas por policiais são classificadas pelo ISP como mortes decorrentes de intervenção de agentes do Estado e são tipicamente reconhecidas como “mortes legais”, os chamados “autos de resistência”,⁷⁴ quando o “policial ao atuar para cessar a injusta agressão, leva

74 O “auto de resistência” foi criado na época da Ditadura Civil-Militar (em 1969), com a finalidade de justificar a ausência de prisão em flagrante de policiais autores de homicídio. Após pressão de movimentos sociais que denunciavam abusos de poder por parte dos policiais, em 2012, uma resolução do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) aboliu designações como “auto de resistência”, estabelecendo que o registro deveria ser “morte decorrente de intervenção policial” e, no curso da investigação, deveria ser apurado se houve alguma resistência que fundamentasse a excludente de ilicitude. Seguindo essa resolução,

o infrator a óbito”. Trata-se da produção de um documento oficial que localiza a morte em questão como decorrente de resistência à autoridade policial, como se tivesse havido confronto, como se o agente do Estado que efetuou o disparo o tivesse realizado para se defender. Este tipo de ação policial está previsto no artigo 121, c/c, 73, II, do Código Penal Brasileiro. Portanto, os “autos de resistência” não constituem um tipo criminal específico, são crimes de homicídio, teoricamente, praticados com “exclusão de ilicitude”, conforme o art. 23 do Código Penal (Nascimento, Grillo, Neri, 2009):

Art. 23 – Não há crime quando o agente pratica o fato:

I – em estado de necessidade;

II – em legítima defesa;

III – em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

Parágrafo único – O agente, em qualquer das hipóteses deste artigo, responderá pelo excesso doloso ou culposo.

Apesar da legalidade do homicídio decorrente de intervenção policial, esta alegação vem sendo questionada por vários motivos, mas principalmente porque em muitos casos há pouco (ou nenhum) indício da necessidade de o policial ter efetuado disparos em legítima defesa.⁷⁵ Uma pesquisa do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada entre 2001 e 2011 e coordenada por Michel Misse, analisou como são realizados os procedimentos de apuração e o julgamento de casos chamados de “autos de resistência” na cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa teve como intuito compreender quais critérios, discursos e práticas permeiam o fluxo dos autos e influenciam a incriminação ou não dos policiais que praticaram homicídios caracterizados como “autos de resistência”. Também refletiu sobre a construção da ideia de legítima defesa, problematizando o que é compreendido como “resistência” pela polícia e pela justiça, bem como que elementos contribuem para que a ação policial seja enquadrada dentro da lei como um ato praticado em legítima defesa.

Os “autos de resistência” geram procedimentos diferentes dos gerados

em 2016, o Conselho Superior de Polícia determinou que as ocorrências que resultassem em lesão corporal fossem classificadas como homicídio decorrente de oposição à intervenção policial no território nacional. No entanto, essa alteração não foi satisfatória, pois o pressuposto de oposição por parte da vítima foi mantido; e em termos práticos, execuções extrajudiciais ainda continuam presentes no *modus operandi* das forças policiais. (Anistia Internacional, 2016). Vale ressaltar que o estado do Rio de Janeiro, no momento da escrita deste texto, usa a designação “morte por intervenção de agente do Estado”. Ao longo do livro nos referimos a essas mortes seguindo essa tipificação ou a antiga classificação “auto de resistência”, com o uso de aspas.

75 Em 2015 foi instaurada, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, a Comissão Parlamentar de Inquéritos (CPI) dos Autos de Resistência para investigar os casos de mortes decorrentes de ações policiais no Estado do Rio de Janeiro entre 2010 e 2015. Os trabalhos de relatoria foram concluídos em 2016. O relatório final foi aprovado e vários policiais militares foram indiciados por homicídio doloso após as investigações concluírem erros na caracterização dessas mortes como legítima defesa do policial.

por homicídios cometidos por civis. Após uma ação policial que tenha como consequência a morte de algum civil, instaura-se um Inquérito Policial. O delegado de Polícia Civil estabelece este procedimento através de um Despacho e de uma Portaria, que resume a ocorrência com base nas informações contidas no Registro de Ocorrência realizado pelos policiais que participaram da ação (na maioria das vezes, os militares) e enumera as diligências a serem realizadas para a apuração dos fatos junto à Delegacia de Polícia Civil e ao Ministério Público. Finalizado esse processo, caso o Inquérito conclua que o policial agiu em legítima defesa, o promotor responsável pela delegacia pode decidir por solicitar ao juiz o arquivamento do caso ou exigir da Delegacia de Polícia a realização de novas diligências. Se o Inquérito apurar muitas divergências com relação à atuação dos policiais, o promotor pode denunciá-los por homicídio doloso. Em caso de denúncia, esta só se transforma em processo se o juiz de plantão da determinada vara criminal onde a denúncia foi realizada aceitá-la (Misse, 2011).

Em julho de 2020, o então governador Wilson Witzel sancionou a Lei nº 8.928, que dispõe sobre providências que devem ser adotadas pela autoridade policial nas ocorrências de lesão corporal ou morte por intervenção por agente do Estado. Essa lei não altera os procedimentos listados acima no que tange à conclusão do Inquérito Policial, apenas estabelece que a autoridade policial cumpra algumas obrigações, tais como: solicitação imediata de equipe de apoio para preservação do local da ocorrência e prestação de socorro à vítima, se houver lesão corporal; recolhimento das provas disponíveis e realização de perícia no local por parte da polícia técnico-científica; realização dos depoimentos de todos os policiais envolvidos, da vítima (caso sobreviva), das testemunhas e dos médicos que fizeram o atendimento; identificação das armas utilizadas; instauração imediata de um processo apuratório pela instituição, com comunicação ao Ministério Público, à Defensoria Pública e ao órgão do Poder Executivo responsável pela promoção dos Direitos Humanos. O ponto mais destacável da lei é a determinação de que o policial que se envolver em mais de um “auto de resistência” dentro de um ano deve ser avaliado pelo setor de psicologia e, se recomendado, ser afastado das ruas. Ele deverá realizar serviços técnicos ou internos e passar por acompanhamento psicológico, capacitação em Direitos Humanos e aperfeiçoamento profissional.

Dos problemas que envolvem os procedimentos relativos aos “autos de resistência”, Misse (2011) aponta que, como os comunicantes da ocorrência são os próprios policiais militares responsáveis pela autoria do homicídio ou aqueles presentes na operação, o Inquérito Policial já é aberto com uma versão dos fatos que supostamente esclarece as circunstâncias da morte e implica que o policial agiu em legítima defesa. Porém, a maioria desses Inquéritos são arquivados sem

uma investigação mais profunda – a pesquisa realizada por Misse indicou que o Ministério Público Estadual propôs o arquivamento de 99,2% dos casos no período de 2001-2011. Dentre outras razões, isso se dá, majoritariamente, em função das dificuldades enfrentadas para a apuração das circunstâncias em que os “autos de resistência” ocorrem. Dentre as dificuldades enfrentadas, a pesquisa destaca:

- 1) a ausência de outras testemunhas para confrontar a versão dos policiais. Isso acontece porque as outras testemunhas do episódio, geralmente, os moradores das favelas e familiares da vítima, muitas vezes não comparecem para depor por medo de retaliação por parte dos policiais;
- 2) a falta de perícia no local das mortes, seja por falta de verba, por falta de agentes para o serviço ou porque a maioria dos locais são considerados áreas de difícil acesso por serem dominadas por facções;
- 3) a baixa qualidade e a falta de laudos e exames periciais dos institutos de polícia técnica – a ausência ou ineficácia de Autos de Exame Cadavérico (exame que pode apurar as condições em que a morte ocorreu) e da busca por vestígios de pólvora nas mãos da vítima (para comprovação de que ela estaria efetuando disparos contra a polícia);
- 4) os inúmeros casos de alteração da cena do crime;
- 5) a morosidade das investigações, seja por conta das burocracias envolvidas nos trâmites do Inquérito, seja pelo montante de investigações ou, ainda, pela falta de priorização recomendada pelos investigadores.

Tudo isso dificulta a investigação do Inquérito e contribui para que a versão apresentada pelos policiais envolvidos prevaleça ao longo do processo, levando ao seu arquivamento.

A pesquisa ainda ressalta que no curso do Inquérito Policial os investigadores buscam apurar se a vítima possuía antecedentes criminais. Em caso afirmativo, a classificação da vítima como uma pessoa criminoso colabora para a legitimação da versão policial – de a vítima estar envolvida em confronto com a polícia, resultando assim em sua morte. Portanto, segundo Misse, a caracterização moral da vítima interfere na maneira como são conduzidas as investigações e na possibilidade de denúncia dos policiais.

Sendo assim, dadas as dificuldades de investigação dos Inquéritos Policiais, os casos de homicídio decorrentes de intervenção policial que se tornaram denúncias ao Ministério Público e prosseguiram no Judiciário em forma de processos são raros. A atuação de movimentos sociais e de familiares das vítimas são, na maioria dos casos, os responsáveis por pressionar o Ministério Público e as Delegacias para que a investigação prossiga, apesar das dificuldades listadas pela

pesquisa. Nesse processo, os familiares de vítimas que não eram envolvidas com ações criminosas ainda precisam provar a inocência do morto para confrontar a versão policial que consta no Registro de Ocorrência. Carteira de Trabalho assinada e Boletins Escolares são os documentos mais usados pelos familiares para provar a idoneidade de seus parentes.

Esse cenário – a quantidade de homicídio decorrente de intervenção policial na cidade do Rio de Janeiro e a dificuldade para a sua investigação – envolve questões que precisam ser observadas tomando como base as seguintes informações: quem é a vítima? Qual a sua renda? Onde mora? Conforme já foi dito, são, na maioria, negros, pobres, moradores de favelas. Isso indica, segundo as conclusões de Misse, que “a precariedade dos instrumentos de fiscalização do trabalho policial foi e ainda é central na consolidação de um *modus operandi* violento e arbitrário fundado numa lógica discriminatória” (2011, p. 128). Acrescenta-se a isso a cumplicidade do sistema de justiça criminal, que muitas vezes legitima a morte de civis ao absolver policiais que cometeram crimes. Há de se considerar, portanto, que o alto número de casos não esclarecidos de homicídio decorrente de intervenção policial é indício não de casos isolados de má conduta de um policial, mas de um “modelo de atuação da polícia que, além de arbitrário, permanece insulado em sua concepção belicista, que pouco dialoga com a sociedade ou com outros setores da administração pública” (Cerqueira, et al. 2017, p. 30).

Tal modelo acaba, de certa forma, sendo legitimado por determinados setores da população, na medida em que não se posicionam contra os excessos cometidos por policiais em incursões nas favelas. Apesar de muitos moradores do Rio de Janeiro temerem a ação da polícia⁷⁶ (especialmente os moradores das zonas mais pobres), pouco (ou nenhum) clamor popular há nas regiões mais ricas da cidade quando um jovem negro é assassinado nas favelas. A apuração da caracterização moral da vítima – era bandido ou não – parece prevalecer não apenas na esfera do judiciário, como aponta a pesquisa de Misse (2011), mas também como termômetro para a existência de indignação ou solidariedade por parte da população em geral.

A esse respeito, citamos dois casos emblemáticos de dois jovens mortos em ações policiais no Rio de Janeiro e suas respectivas repercussões nas redes sociais. No dia 30 de março de 2017, a adolescente de 13 anos, Maria Eduarda Alves da Conceição, faleceu ao ser atingida por uma bala enquanto participava de uma aula de Educação Física em sua escola, localizada em Acari. A perícia apontou que o tiro que matou Eduarda partiu da arma de um policial que participava de uma

⁷⁶ Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas DataFolha em 2017 apurou que metade dos brasileiros têm medo de sofrer violência policial. Outra pesquisa realizada no Rio de Janeiro em 2019 apurou que a maioria da população teme virar alvo da violência policial.

incurção naquela localidade. Dias depois de sua morte, uma foto de uma adolescente portando um fuzil foi divulgada como sendo de Maria Eduarda e postagens que a vinculavam ao tráfico circularam nas redes sociais. Fenômeno semelhante aconteceu ao adolescente de 14 anos, Marcos Vinícius da Silva, que foi baleado no dia 20 de junho de 2018, no Complexo da Maré e veio a óbito. Ele estava uniformizado, a caminho da escola, quando um carro blindado da polícia entrou na sua rua e, segundo testemunhas, um policial disparou contra ele. Alguns dias após o falecimento dele, surgiu uma postagem no *Facebook* com uma montagem de fotos que apontava Marcos Vinicius como sendo o adolescente que portava uma arma em uma das fotos. Ambas as imagens, de Maria Eduarda e de Marcos Vinicius, circularam na internet com postagens que legitimavam a morte deles, por estarem supostamente ligados a criminosos. As questões que envolvem a divulgação dessas imagens – *Fake News*⁷⁷ – fogem ao escopo da nossa pesquisa. Todavia, o que particularmente tem relação com o objeto aqui debatido é o quanto tais mortes passam a ser consideradas legítimas por determinados setores da população quando “é provado” que a vítima estava envolvida com o crime. É como se o “castigo” para a participação em crimes fosse a execução. Por esse motivo, não haveria erro dos policiais nessas ações.

Compreendemos que a legitimação da morte de negros supostamente envolvidos com atividades criminosas (ainda que sem confronto com as forças do Estado) tem íntima relação com o racismo estrutural presente na sociedade brasileira, que estabeleceu ao longo da história lugares específicos para a população negra – o lugar da subordinação ou o da criminalidade. Esse lugar se torna o centro de uma disputa de narrativas entre os familiares das vítimas de violência policial e o Estado (representado na figura do policial ou das instâncias do judiciário). Nessa disputa a morte seria concebida como legítima quando a vítima é considerada um criminoso e ilegítima quando se trata de um trabalhador/estudante.

O lugar favela também participa desse embate discursivo – não apenas porque as incurções policiais se dão nesse local, mas também porque é um local de residência de maioria negra.

O lugar favela

Como se verá nas narrativas das mães, as favelas têm papel primordial não apenas nas identidades por elas reivindicadas, mas também na caracterização de seus filhos e das circunstâncias que rendem a morte deles. A maior par-

⁷⁷ Para saber mais sobre a produção, divulgação e consequências das *Fake News*, ver artigos e trabalhos produzidos por Jean Wyllys: <<https://www.opendemocracy.net/en/author/jean-wyllys/page/1/>>.

te dos familiares de vítimas da violência policial continua residindo no mesmo local onde seus filhos foram assassinados – essa permanência certamente tem ligação com questões financeiras – “*nem todo mundo que mora em comunidade mora porque quer, é por não ter condições, é por não ter opção, de sair de lá*” (Janaina, 2017). Conforme já explicitamos no capítulo anterior, Nascimento (1978) salienta que a raça determina a posição social e econômica do indivíduo, de modo que o fato de a favela ser habitada pela população negra, em sua maioria, não é uma questão de escolha, é uma questão de falta de condições em função do subemprego, da precária ou inexistente formação educacional e da ausência de oportunidades. Apesar disso, compreendemos que a permanência na favela é ressignificada para além da questão financeira. Existe uma identificação com o local de moradia que exerce um papel na construção identitária dessas mães e de seus filhos, assim como na luta por justiça. Sendo assim, é importante fazer aqui uma reflexão sobre o lugar favela e suas implicações sociais no que diz respeito ao objeto de investigação deste livro.

As favelas na cidade do Rio de Janeiro, desde o seu surgimento, no final do século XIX e início do século XX, foram consideradas pelo Estado como o lugar da pobreza e da ocupação ilegal/irregular do território urbano (Valladares, 2005); pelos jornais da época e moradores de outras áreas da cidade, as favelas eram referenciadas como o lugar da sujeira, das doenças. Isso favoreceu a criação de uma imagem da favela enquanto um problema,⁷⁸ um local de carência de diversos serviços, de pobreza, de moradia do “vagabundo” que foge do trabalho, configurando-a, portanto, como um perigo a ser erradicado pelas estratégias políticas que fizeram do morador dessas áreas um bode expiatório dos diversos problemas da cidade. Essa imagem negativa afasta a favela da ideia de civilização e, conseqüentemente, afasta o seu morador, que passa a ser concebido como o “outro”, em oposição ao morador de outros bairros, que é o civilizado.

Na década de 1980, com a expansão do tráfico de drogas, o discurso sobre a favela sofreu algumas mudanças e a representação dela como o local da violência, o *habitat* natural das “classes perigosas” ganhou maior destaque. Deste modo, ser morador de favela se tornou uma marca de perigo, que atribui ao favelado uma identidade social pautada pela pobreza e pela criminalidade, transformando-o em um indivíduo estigmatizado, alguém que foi categorizando enquanto desviante, anormal e periculoso, inabilitado para a plena aceitação social (Goffman, 2004

78 De acordo com a socióloga Lícia Prado Valladares (2005), a identificação da favela como um problema foi apoiada pela política higienista aplicada no Rio de Janeiro entre os anos 1902 e 1906 – trata-se da reforma urbanística que ficou conhecida como Reforma Urbana Pereira Passos, que teve como intuito “modernizar” a cidade nos moldes europeus, com a ampliação de ruas e a construção de largas avenidas. Os cortiços localizados no Centro da cidade foram destruídos e seus moradores se deslocaram para os morros próximos ao Centro, onde fixaram moradia – foi assim que a primeira favela surgiu, no Morro da Providência.

[1963]). Essas imagens foram e ainda continuam sendo realimentadas no imaginário social, seja pela mídia, seja pelo senso comum, que, ao se referirem à favela, normalmente, enfatizam as atividades criminosas e a violência (Rinaldi, 2006). Sendo assim, em diversos períodos históricos, a favela e seus moradores estiveram à margem da sociedade e das políticas públicas. “O favelado [sempre] foi um fantasma, um outro construído de acordo com o tipo de identidade de cidadão urbano que estava sendo elaborada, presidida pelo higienismo, pelo desenvolvimentismo ou, mais recentemente, pela globalização” (Zaluar; Alvito, 2006, p. 15).

De acordo com o Censo realizado pelo IBGE em 2010, os negros compõem 65% dos moradores das favelas. É sabido que a cidade do Rio de Janeiro tem suas formas próprias de segregação da população pobre e preta e as favelas servem bem a esse propósito. A construção da dualidade asfalto x favela – que representa também uma ideia de civilização x barbárie – acentua essa segregação e expressa a superioridade de uma região da cidade sobre a outra (Zaluar; Alvito, 2006) e, portanto, de moradores brancos sobre negros. Essas questões tornam as condições de fala das mães participantes da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência criminalizadas e criminalizáveis (Araújo, 2007). Apesar de toda a representação negativa das favelas construída ao longo de mais de um século, associações de moradores, ONGs e coletivos independentes vêm se posicionando contra esse tipo de representação e criando novos discursos sobre a favela enquanto um lugar de moradia, de comunidade e de resistência. Nesse sentido, o termo favela, tal qual raça, também se encontra no centro de embates discursivos que disputam não apenas as construções de sentido sobre esse lugar, mas também as construções identitárias de seus moradores. Se observarmos os discursos sobre a favela, seja de seus moradores ou de outros segmentos, normalmente, encontraremos mais outros dois termos – “comunidade” e “morro”.⁷⁹ Cada um dos três carrega significados que fazem referência a contextos sócio-históricos, visões de mundo e estereótipos.

O termo comunidade começou a ser usado com mais frequência a partir das políticas de urbanização das favelas advindas do programa Favela-Bairro inaugurado em 1995, na cidade do Rio de Janeiro, que tinha como intuito transformar a favela em bairro.⁸⁰ Tratar a favela enquanto comunidade colaboraria para afas-

⁷⁹ Designar a favela enquanto “morro” (embora algumas sejam planas) faz contraposição ao “asfalto”, que compõe as zonas urbanizadas de classe média e alta. Essa classificação advém da noção de Cidade Partida (oriunda do livro do jornalista Zuenir Ventura, de 1994), segundo a qual a estrutura socioeconômica do Rio de Janeiro seria dividida em duas linhas que separariam as classes sociais, bairros e grupos culturais, que dialogariam entre si de forma limitada. Essa divisão é posta no livro como a “cidade”, que seria o asfalto, e a “outra cidade”, o morro. É uma divisão que constrói o favelado como o “outro”.

⁸⁰ O Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro (PROAP), popularmente conhecido como Favela-Bairro, foi criado durante a gestão de César Maia na prefeitura do Rio (1993-1997). O programa tinha como principal meta a integração da favela à cidade, com o estabelecimento de infraestr-

tar os estigmas e integrar o local à cidade. Há de se considerar que, atualmente, o termo comunidade também pode ser utilizado para fazer referência às favelas que foram “pacificadas”, isto é, favelas onde as UPPs foram implementadas e, assim, passaram a ser chamadas de “comunidades pacificadas”. Em artigo sobre as formas de apropriação e classificação dos espaços pelos moradores da favela de Acari com relação aos programas implementados pelo Favela-Bairro, a pesquisadora Letícia de Luna Freire afirma que, visando amenizar o estigma, “a categoria ‘comunidade’ parece evocar tanto para os representantes do poder público quanto para os moradores diretamente atingidos pelo processo de estigmatização uma alternativa simbólica viável” (2008, p. 109). Em seus dados há uma separação entre os espaços formais da cidade, traduzidos nos bairros urbanizados, e os espaços informais, onde há o caos urbano definido pela favela. Dessa forma, na maioria das vezes, a categoria “comunidade” era acionada pelos moradores que ela entrevistou, quando queriam ressaltar os aspectos positivos de Acari. Em contrapartida, o termo “favela” era tipicamente usado para descrever os aspectos negativos, como a criminalidade e o abandono por parte do poder público – “favelado” também aparecia como adjetivo daqueles que não tinham educação. O termo “comunidade” ainda era evocado pelos moradores para fazer referência ao local de habitação e definir o grau de pertencimento das pessoas, distinguindo os que são daqueles que não são “da comunidade”.

Uma análise sobre as formas de apropriação dos termos “comunidade” e “favela” de alguns agentes sociais (que também são moradores) que interagem com a favela “turística” de Santa Marta, no Rio de Janeiro, apontou considerações semelhantes às de Freire. A categoria “favela” era acionada pelos agentes sociais para fazer referência ao local do caos urbano, enquanto o termo “comunidade” era utilizado para ilustrar o local da sociabilidade conjugada à solidariedade. Essas escolhas lexicais partiam dos efeitos de sentido que os agentes desejavam destacar durante a visita dos turistas à favela (Pereira; Castro; Cheibub, 2019). Portanto, enquanto centro de embates discursivos, “favela” e “comunidade” não são categorias fixas. Seus significados e usos são operacionalizados dentre os moradores, de acordo com as dinâmicas sociais e contextos de interação nos quais estão envolvidos. E, quando em interação entre os moradores e os “de fora”, os usos desses termos resultam de habilidosas negociações que sempre dependem dos elementos em jogo nas interações (Freire, 2008). Esses embates também englobam as diferenças de uso entre os termos “favelado”, “morador da comunidade” e “trabalhador”. Estes dois últimos são tipicamente acionados para fazer distinções com relação à figura dos “marginais” e “vagabundos”.

tura urbana, serviços, equipamentos públicos e políticas sociais nas localidades beneficiadas. Em 2010, com a gestão de Eduardo Paes, o programa foi transformado no Morar Carioca.

Para a geógrafa Cristiane Cardoso (2015), a favela representa um espaço de relacionamentos sociais e pessoais, onde laços de afetividade e de experiência mútua são construídos. A identificação com um lugar ou o senso de pertencimento a algum lugar específico é construído a partir da maneira como o indivíduo experiencia o lugar onde vive e desenvolve relações de afeto com ele (Gonçalves; Nascimento, 2011). Sendo assim, é possível que os moradores das favelas construam solidariedade e relações de afeto e pertencimento ao local de residência a partir de suas experiências coletivas com a negligência do Estado e da sociedade civil. Contra os discursos hegemônicos que concebem a favela como problema, alguns de seus moradores elaboram um contradiscurso que concebe a favela enquanto local de pertencimento – base de suas relações sociais e parte de suas construções identitárias. A linguagem do funk é um exemplo de ressignificação, pois, por meio dele, “a favela deixa de ser o espaço genérico da barbárie e se transforma em território com nome próprio e no local da habitação e de hábitos cotidianos de inúmeros jovens favelados” (Lopes, 2009, p. 369).

Com essas considerações, entendemos que os usos dos diversos termos para fazer referência à favela carregam significados e construções identitárias. A questão racial, a pobreza, a criminalidade e a falta de acesso à educação são costuradas à construção do preconceito e do estigma que é atribuído à categoria “favelado”, ao passo que “morador de comunidade” e “trabalhador/estudante” são categorias que buscam combater o preconceito e desconstruir esse estigma, produzindo uma nova identidade para estes cidadãos. Por outro lado, alguns moradores, junto a movimentos sociais e culturais dentro das favelas, têm reivindicado o termo “favelado” enquanto o indivíduo que é morador, trabalhador e estudante, dotado de aspectos culturais singulares advindos do seu local de moradia. Local este marcado por décadas de resistência e sobrevivência ao abandono por parte do poder público e à precariedade.⁸¹ Isso porque o termo “vem ganhando uma conotação mais positiva, em virtude da reflexão da favela enquanto um espaço de memória coletiva e resistência por parte dos próprios sujeitos que a residem” (Horta, Rodrigues, Vasconcelos, 2019, p. 4). Dessa forma, ser “favelado” tem deixado, em alguns espaços, de representar algo negativo e se tornado uma forma de valorização cultural, um ato de resistência.

Sem perder de vista que o racismo acompanha as construções negativas e estigmatizantes sobre a favela e seus moradores, uma vez que a população negra

81 Atuações de coletivos de moradores como Papo Reto (do Complexo do Alemão e Penha), Fala AKARI e outros, bem como do Museu da Maré e iniciativas como o Curso de Segurança Pública e Epistemologia Favelada (fomentado por moradores e ativistas), são exemplos de grupos de moradores que ressignificam a favela e os favelados enquanto espaço e sujeitos dotados de cultura expressiva e que resistem ao racismo, ao preconceito, ao abandono estatal e às políticas públicas que produzem segregação.

compõe a maioria de seus residentes, compreendemos que diversos atores sociais e instituições se engajam em embates discursivos que significam e ressignificam a favela. Tal ressignificação se faz presente na luta das mães de vítimas da violência policial, pois a favela/comunidade, representa muitos simbolismos, é onde estão fincadas suas raízes, é o local onde seus filhos perderam a vida e, ainda, o lugar onde encontram solidariedade e constroem a luta por justiça. Araújo (2007) entende que, mesmo que a favela seja um delimitador de fronteiras e hierarquias na cidade, a denúncia pública das mães de vítimas da violência policial representa enfrentar o preconceito, uma vez que elas rompem com a condição de falar de um lugar criminalizado. Por esse motivo, estudar o engajamento dessas mulheres em movimentos sociais envolve também observar que papel o local de moradia exerce na forma como narram suas histórias nos protestos.

Tendo em vista o presente embate discursivo em torno do termo “favela” e “favelado”, faremos uso de todos os termos aqui debatidos, observando os efeitos de sentido reivindicados pelas próprias participantes da pesquisa. Privilegiaremos “favela” e “morador”, que parecem ser as categorias mais acionadas nos dados.

A violência contra os negros: faces de um racismo estrutural

É sabido que nas favelas existe um alto índice de violência, que é associada à presença de facções que estabelecem o comércio de entorpecentes na região. Nesse sentido, as incursões policiais ocorrem para coibir a ação desses grupos. São incursões caracterizadas como “guerra às drogas”.⁸² No entanto, como é possível firmar uma guerra contra objetos, coisas? A chamada “guerra às drogas” se configura pois, em uma guerra que tem como inimigos os produtores, comerciantes e usuários de substâncias proibidas. Porém, na prática, ela atinge, sobretudo, os pobres, os marginalizados, os negros, os desfavorecidos pelo poder, que são os vendedores de drogas do varejo das favelas do Rio de Janeiro. Atinge, também, aqueles que aos traficantes se assemelham, pela cor da pele, pelas mesmas condições de pobreza e marginalização e pelo local de moradia, que são os demais moradores das favelas (Karam, 2015).

Nessa “guerra”, o Estado vem tentando afirmar sua soberania frente aos traficantes por meio do poder bélico. A soberania, segundo o cientista político Achille Mbembe (2018), se traduz no controle da mortalidade, isto é, no poder de decidir quem pode viver e quem deve morrer: a necropolítica. Em seu estudo, o autor discute como “o estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a

⁸² No início dos anos 1970, a política de proibição a determinadas drogas tornadas ilícitas intensificou a repressão a seus produtores, comerciantes e consumidores em âmbito global, após a introdução da chamada “guerra às drogas”, formalmente declarada pelo ex-presidente norte-americano Richard Nixon, em 1971. Esta “guerra” logo se espalhou pelo mundo.

base normativa do direito de matar” e como o poder “apela à exceção, à emergência e à uma noção ficcional do inimigo” para justificar o extermínio de outrem. Sendo assim, Mbembe apresenta uma preocupação “com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (2018, p. 10). Nesse sentido, a noção de necropolítica tem levado à compreensão das várias maneiras pelas quais as armas de fogo estão dispostas com o objetivo de provocar a destruição de determinadas parcelas da população.

Se observarmos a “guerra às drogas” no Rio de Janeiro sob o prisma da necropolítica, podemos compreender que o Estado, na tentativa de afirmar a sua soberania frente aos traficantes, acaba por afirmá-la na capacidade de definir as vidas que importam e as que não importam. Quando operações policiais são deflagradas em meio ao horário escolar (por exemplo), com base em táticas de guerra, o Estado, enquanto instituição detentora do poder policial, chancela quem tem o direito à vida e quem não tem. Afinal, esse tipo de operação tem colaborado para o aumento do número de civis mortos nas comunidades. Sobre isso, Farias (2020) compreende que a análise do “auto de resistência” se configura como um caminho para a compreensão das engrenagens daquilo que ela chama de gestão do governo de mortes.

Para além da atuação do Estado na implementação das políticas de “combate” às drogas e da forma como a investigação desses fatos é conduzida, ainda temos a reação da população diante da morte de negros nesse “combate”. Nesse sentido, conforme mencionamos anteriormente neste capítulo, a identidade do morto (era bandido?) e o seu local de residência (morava em favelas?) são fatores relevantes, posto que há certa legitimação da ação brutal da polícia nas comunidades do Rio de Janeiro por parte da população em geral (principalmente daqueles que não moram nas áreas atingidas pela violência policial), legitimação esta que corrobora com a máxima popular “bandido bom, é bandido morto”. Isso evidencia a banalização do assassinato de favelados, expresso na desumanização daqueles que são, muitas vezes, injustamente classificados como bandidos, já que, em se tratando de uma guerra, a única maneira de sair vitorioso seria exterminando o inimigo, que é, nesse caso, o bandido (Karam, 2015).

Mas como identificar o criminoso no meio dessa “guerra às drogas”? Como distinguir o bandido daquele que “se parece com um bandido”? Qual o critério usado pelas forças policiais na “guerra” contra o crime? Esses questionamentos se fazem válidos para refletimos sobre o motivo de haver tantas vítimas de homicídios decorrentes de intervenção policial; especialmente, sobre o motivo de haver tantas vítimas que não tinham envolvimento algum com o tráfico, mas ainda assim foram acusadas disso no Registro de Ocorrência.

A caracterização do criminoso, do bandido, do traficante está baseada em uma lógica que, de forma sutil (ainda que, por vezes, seja explícita), é conduzida sob práticas racistas. Para a Polícia Militar, não há indivíduo suspeito, mas sim atitudes suspeitas. Não há uma característica específica que indique à priori que uma determinada pessoa é criminosa.⁸³ “A suspeita é fundada na incerteza sobre determinada pessoa e na expectativa da ilegalidade sobre ela, associada a localidades de perigo e horários de pouca movimentação” (Terra, 2010, p.78). Para a socióloga Jacqueline Muniz (1999), o que levanta suspeitas sobre a atitude de um determinado indivíduo é o somatório de categorias como idade, gênero, cor, classe social, local da abordagem, vestimenta, comportamento e situação de policiamento. Mas a vigilância do espaço público dedica atenção especial às “classes de risco”, que incluem os pobres, os jovens negros, os excêntricos e as minorias sexuais. Sendo assim, em função das relações raciais construídas no Brasil, o que acontece na prática diária da Polícia Militar e da sociedade em geral é a aproximação da figura do negro, pobre e morador de favela à caracterização do bandido (Batista, 1998; Terra, 2010).

Isso posto, é preciso reforçar que as relações raciais no Brasil sempre foram, e ainda são, violentas. O genocídio do povo negro ocorre desde a Diáspora (Nascimento, 1987). Trata-se de um “projeto político que coloca o negro sempre em cena, como vilão principal, mas nega o racismo como cenário” (Góes, 2014 p. 23). O elevado número de negros mortos pela Polícia Militar no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro, tem sido interpretado pelos movimentos sociais como um genocídio da juventude negra. De acordo com os sociólogos Jacqueline Sinhorretto e Danilo de Souza Morais (2018), a violência policial contra a população negra, bem como o encarceramento em massa destes, é resultado da desigualdade racial – traduzida em injustiça, morte violenta e degradação dos direitos humanos – e das políticas de segurança que contribuem para a desigualdade.

Todavia, é preciso ressaltar que o problema está além de práticas discriminatórias isoladas de determinados agentes do Estado. O racismo institucional está enraizado no funcionamento de todo o sistema de justiça criminal, “que identifica – desde a formação da sociedade brasileira baseada na escravização de povos africanos – a população negra como alvo de necessário controle produzido mediante violência” (Sinhorretto; Morais, 2018, p.21). Desse modo, a violência é,

83 No entanto, os estudos da Criminologia, ciência surgida no século XIX, tentaram sistematizar e analisar o perfil biopsicossocial do criminoso, o fenômeno do crime na sociedade, a participação da vítima nos eventos e os mecanismos de controle social atenuantes sobre a criminalidade (Oliveira, 2007). Conforme já foi dito, no Brasil, as teorias criminológicas foram inauguradas por Nina Rodrigues e usadas para controlar a população de negros libertos que buscavam refúgio nos centros urbanos. Ao longo dos anos, os estudos da Criminologia avançaram, consolidando uma espécie de micropoder disciplinar sobre os considerados socialmente perigosos. A formulação da “identidade bandida”, criada para designar aspectos de suspeição praticamente inatos, foi aproximada das características do negro, em especial daquele morador de áreas mais pobres (Terra, 2015).

pois, resultado do racismo institucional e este dá segurança para a prática de atos racistas (Gonzalez, 1982), tratando-se de uma prática retroalimentar. É possível falar em racismo institucional porque esta prática transcende o âmbito da ação individual. Se as instituições são a materialização de uma estrutura social que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos como uma regra e não uma exceção, há instituições racistas porque a sociedade é racista (Almeida, 2019). Dessa forma, o racismo estrutural e institucional opera de modo a privilegiar os brancos e excluir os negros (Kilomba, 2019 [2008]). O resultado direto disso expressa-se no número de homicídios decorrente de intervenção policial e no desfecho que a maior parte das investigações dessas mortes tem: o arquivamento.

De acordo com o que debatemos ao longo do capítulo anterior, o conceito de raça no Brasil se organiza de acordo com um campo de batalha semântico, no qual os diversos segmentos da sociedade disputam constantemente os significados para o conceito, uma vez que “por trás da categoria raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico” (Almeida, 2019, p. 20). Podemos identificar diversos embates discursivos que têm como centro essa disputa. Para efeitos de nosso estudo, os embates mais significativos são aqueles que apontam para a questão da caracterização da vítima de violência policial. Sobre isso, as diversas versões dos eventos que compõem a morte da maioria dos jovens negros moradores de favelas entram em conflito na esfera judiciária. A versão da polícia que, tipicamente, aponta para a caracterização da vítima como um criminoso que estaria envolvido em um tiroteio com as forças de segurança se choca com a versão dos familiares da vítima e demais moradores das favelas que, normalmente, aponta para a idoneidade da vítima e para a inexistência de conflito armado.

Outro importante embate se dá na maneira como o “combate” ao crime organizado é construído pelos discursos oficiais oriundos das políticas de segurança pública e como esta situação é percebida pelos moradores das favelas. A partir da análise da narrativa das mães engajadas em movimentos sociais como a Rede, identificaremos o papel desses embates discursivos na forma como elas constroem suas histórias e a luta por justiça. Uma análise desse tipo permite o entendimento da relação que se estabelece a nível micro e macrossociológico nas narrativas, de modo que os discursos das mães enunciados na esfera micro disputam o significado do conceito de raça na esfera macro.

A materialização do racismo nas narrativas dos familiares engajados em movimentos sociais como a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência

Já dissemos que o ponto mais geral de todas as narrativas de familiares da Rede que foram analisadas neste livro é a construção da inocência do filho morto. Nesse processo, os familiares de vítimas da violência policial organizam suas **narrativas de engajamento** seguindo uma espécie de estrutura organizadora apresentada no capítulo 4, que conta com **apresentação inicial, contextualização política, história particular e coda avaliativa**. É por meio dessa organização que os participantes elaboram duas destacadas *estratégias discursivas* para organizar o sofrimento de perder um filho, sobre as quais nos debruçaremos ao longo das próximas seções de análise: a racionalização dos eventos de ordem macrossocial e microsossocial que circundam a morte de seus filhos e o movimento espiral de pessoalização e coletivização da experiência com a violência policial. Ambas as estratégias se desdobram em mais movimentos discursivos que indiciam a maneira como esses familiares transformam a dor do luto em ação política através de suas narrativas e da participação em movimentos sociais. Analisando os mesmos fragmentos narrativos apresentados no capítulo 4, observaremos aqui como contexto histórico e, mais especificamente, a questão racial participa dessas estratégias discursivas.

Ana Paula – mãe de Johnatha⁸⁴

Já dissemos que o ponto da narrativa de Ana Paula, o motivo pelo qual ela conta a sua história da maneira como conta, pode ser dividido em dois: 1) a defesa da inocência de Johnatha; e 2) as denúncias contra o racismo estrutural e a atuação necropolítica do Estado no “combate às drogas”. Nesse processo, o elemento que toma a maior parte de sua história é a **contextualização política**, por meio da qual ela descreve o racismo e a violência policial nas favelas do Rio de Janeiro, enfatizando o contexto mais macro que envolve a morte dos filhos das mães engajadas em movimentos sociais para lutar por justiça.

⁸⁴ Apenas neste capítulo optamos por separar (destacadamente) as análises de cada participante em função do tamanho dos excertos. Nos demais capítulos, a análise é apresentada em um bloco único.

Excerto 1

04 Para alguns de vocês aqui, pode parecer que vocês estão ouvindo a mes-
05 ma história a todo momento, mas é isso que acontece, nossos filhos fo-
06 ram assassinados, por causa desse sistema RACISTA. Que diz que mo-
07 radores de favelas (1s) jovens (1s) negros (1s) pobres, moradores de
08 periferias, TEM que ser ASSASSINADOS. Não vem com esse discurso de
09 que “ah o combate às drogas”, na verdade não é isso. Nós, que moramos
10 em favelas, que perdemos nossos filhos INJUSTAMENTE sabemos que o
11 que há é o combate aos pobres. Estão tirando os nossos filhos, e ninguém
12 SE IMPORTA? (3s) o MEU FILHO, ele foi assassinado aos dezenove anos
13 de idade com um tiro nas costas, totalmente indefeso.

Nesse excerto narrativo, Ana Paula faz uma contextualização que, em lugar de simplesmente remeter aos eventos que compõem o cenário de sua história particular, aponta para dados que constroem uma rede de causalidades que levaram à morte de Johnatha: a violência policial e o extermínio de negros nas favelas como consequências de um “sistema racista”. Nesse mesmo movimento retórico, as orientações da narradora deslegitimam a causa “oficial” da morte de Johnatha, que consta no Registro de Ocorrência da polícia – de que ele estaria trocando tiros com a polícia. A relação de causalidade construída aqui é central para a formulação do ponto da narrativa: mais que narrar a morte de seu filho, Ana Paula apresenta uma história de denúncia contra um sistema político que vem produzindo mortes.

Essa forma de organização, que alonga a orientação e produz nela não a apresentação de elementos como tempo e espaço, mas elementos contextuais de ordem mais macrossocial que explicam o que aconteceu, é outro recurso discursivo recorrente nas narrativas das mães engajadas em movimentos sociais que gostaríamos de sobressaltar. A relação que Ana Paula estabelece entre o “combate às drogas” e o “assassinato de jovens negros” funciona como o que Thompson (1995) chamou de estratégia de racionalização, um mecanismo de construção simbólica em que relações de poder são representadas com base em uma cadeia de orações logicamente organizadas. Aqui, por exemplo, os eventos que compõem o cenário da morte de Johnatha são apresentados como consequências do racismo estrutural. Segundo Linde (1993), a sequenciação junto à causalidade são maneiras de construir coerência narrativa. Para a autora, as relações sequenciais e de causa e efeito costuradas nas histórias de vida estão vinculadas não a uma ordem natural entre os eventos da vida, em si mesmo opacos e sem sentido, mas a sistemas culturais/simbólicos de inteligibilidade, também conhecidos como *sistemas de coerência*, que dão sentido social ao que aconteceu.

Como já dito no capítulo 4, esses sistemas de coerência ora são explicações de senso comum para eventos cotidianos, ora são versões populares de teorias especializadas. Quando Ana Paula atribui a morte de seu filho ao “sistema racista” e à política de “guerra às drogas” derivada dele, ela coloca em suspensão o discurso naturalizado sobre as mortes em favelas e aciona uma versão alternativa semiespecializada: o episódio micro de um assassinato em uma favela passa a ser compreendido como parte de um contexto macro fundamentado no racismo estrutural e, mais especificamente, a política antidrogas baseada no extermínio praticado pelo Estado passa a ser compreendida de uma maneira que se aproxima da necropolítica de Mbembe (2018).

Portanto, esse movimento de racionalização dos motivos pelos quais Johnatha foi morto se traduz numa estratégia discursiva que aciona o contexto macrossocial e, de certa forma, coletiviza a experiência com a violência policial na medida em que a concebe como parte de uma lógica de atuação do sistema, de modo que poderia atingir a qualquer negro morador de uma favela. Por outro lado, na sequência de sua narrativa, Ana Paula realiza outro movimento discursivo que constrói essa mesma violência e o racismo que a acompanha de forma pessoalizada. Por meio de uma extensa **coda avaliativa**, ela faz denúncias ao sistema judiciário brasileiro, que também funcionam como um complemento da indignação que a levou ao engajamento na luta por justiça:

Excerto 2

19 e é por isso que eu tô aqui hoje, junto com essas mães, com esses pais, com
20 esses familiares. Sabe por quê? O policial que assassinou o meu filho, X, o
21 nome dele. Foi o policial que desgraçou a minha vida, MAS SE HOUVESSE
22 JUSTIÇA de repente hoje o meu filho estaria vivo. Porque esse mesmo
23 POLICIAL, já havia sido preso um ano antes, ELE RESPONDE A PRO-
24 CESSO POR TRIPLO HOMICÍDIO E POR TENTATIVA DE HOMICÍDIO E
25 NINGUÉM FEZ NADA, A JUSTIÇA NÃO ACONTECEU.

Nesse ponto da narrativa, Ana Paula constrói ligações entre a morte de seu filho e a ausência de punição para o policial já envolvido em outros crimes antes da morte de Johnatha. Ela nomeia o agente responsável pelo tiro que matou seu filho e lança mão de uma narrativa hipotética (linhas 21 a 25), que atribui uma relação de causalidade: seu filho morreu porque o policial não foi preso pelos crimes aos quais respondia judicialmente. Conforme apresentamos ao longo do presente capítulo, e de acordo com o que já foi debatido por autores como Misse (2011) e Farias (2020), a forma como as investigações relativas aos “autos de resistência” são conduzidas geram consequências como a morosidade na apura-

ção dos casos e a sensação de impunidade por parte dos familiares das vítimas. Muitos dos policiais investigados são mantidos em atividades de patrulhamento e alguns são transferidos para serviços internos – mas, geralmente, permanecem trabalhando.

Encerrando sua narrativa, Ana Paula detalha como é o processo de luta por justiça na esfera do Judiciário, apontando como o racismo estrutural faz parte daquilo que Farias (2020) nomeia como Governo de Mortes:

Excerto 3

62 É muito triste quando esses casos têm uma investigação (0,3) tem
63 investigação porque nós colocamos a cara e corremos atrás(.)e aí,
64 não satisfeitos, no tribunal de JUSTIÇA a gente vê o mesmo racismo
65 ACONTECENDO, PORQUE O POLICIAL ASSASSINO FICA LÁ
66 FAZENDO CARA DE VÍTIMA,(.) mas nós na verdade é que fomos
67 CONDENADOS A VIVER O RESTO DAS NOSSAS VIDAS SEM OS NOSSOS
68 FILHOS (.) E É POR ISSO QUE A JUSTIÇA FICA PERGUNTANDO
69 quem era o seu filho? SEU FILHO TINHA ENVOLVIMENTO COM O
70 TRÁFICO? E QUEM É A VÍTIMA É A GENTE (.) E QUEM ESTÁ SEN-
71 DO JULGADO ALI NÃO SÃO AS VÍTIMAS, NÃO SÃO, NÃO SÃO
72 OS ASSASSINOS, E SIM AS VÍTIMAS, (.) ISSO TEM QUE MUDAR

Ela começa por uma orientação “É muito triste quando esses casos têm uma investigação” e emenda em uma avaliação que destaca a importância dos próprios familiares e de movimentos como o Mães de Manguinhos e a Rede na realização da investigação dos casos “tem investigação porque nós colocamos a cara e corremos atrás” para introduzir o seu ponto: como o racismo opera na maneira como os casos de “auto de resistência” são conduzidos nas esferas do judiciário. Nesse momento, ela também constrói uma relação de causalidade – o processo “só anda na justiça”, isto é, as diligências necessárias só acontecem porque os familiares pressionam o poder público, “colocando a cara e correndo atrás”.

Mais uma vez, Ana Paula elabora uma narrativa hipotética nas linhas 64 a 66 que faz referência à sua recente experiência em uma das audiências de julgamento do caso de seu filho, em que foi perguntada, por diversas vezes, se Johnatha tinha envolvimento com o comércio de drogas. Esse tipo de pergunta é recorrente nas audiências dos familiares participantes da Rede. Dessa forma, ela constrói um paralelo entre aquilo que se espera do judiciário no que diz respeito ao tratamento das **vítimas** e dos **condenados**:

- 1) enquanto o “policial assassino” se comporta como vítima, os familiares das vítimas são os verdadeiros “condenados”, pois terão que viver o resto das vidas sem seus filhos;
- 2) as **vítimas** são **julgadas** em lugar dos **assassinos**.

Esse paralelo reforça a sua denúncia sobre a prática de racismo na maneira como os processos de inquéritos de homicídio decorrentes de violência policial são conduzidos: operam de forma a “julgar” e a “condenar” as vítimas em lugar de julgar os policiais responsáveis pelo homicídio, o que tem relação com a centralidade que a caracterização moral da vítima tem nesses processos, tal qual afirma Misse (2011).

A partir dessa análise, podemos observar outra estratégia discursiva de Ana Paula – a transição de uma pessoalização para uma coletivização de sua experiência na luta por justiça. Ao mesmo tempo em que ela narra efetivamente a sua vivência individual, tratando de como se deu a morte de seu filho e fazendo referências à sua história com o julgamento do policial acusado de matar Johnatha (excerto 2 e excerto 3), ela produz avaliações que funcionam como denúncias das práticas racistas que fazem parte da condução dos casos de “auto de resistência” no sistema judiciário.

Os dois movimentos discursivos (de racionalização dos eventos e transição da pessoalização para a coletivização da experiência) produzem efeitos de sentido extremamente relevantes no contexto dos movimentos sociais. Quando Ana Paula reivindica que “existe um sistema racista que diz que determinados jovens têm que ser assassinados”, ela traz esse debate para o centro de seu discurso, acompanhado pelo reconhecimento do quanto essas histórias se repetem, não por coincidência, mas por tratar-se de uma lógica de atuação do sistema.

Janaina – mãe de Jhonata Dalber

Na análise do capítulo 4 observamos que, diferentemente de Ana Paula, Janaina, mãe de Jhonata Dalber, reserva maior espaço à construção de sua história particular. Ainda assim, a **contextualização** que descreve os eventos que rendem a morte de seu filho é elaborada por meio de movimentos discursivos similares aos de Ana Paula, que fazem referência ao cenário macro no qual se inserem as mortes de negros nas favelas. Janaina observa, mais especificamente, o contexto do preconceito enfrentado pelos moradores das favelas. Em sua narrativa, ela faz avaliações que refutam os estigmas atribuídos a esses moradores:

Excerto 4

08 ((choro)). E hoje eu tô aqui com essas mães, em busca de justiça (4s)
09 e enquanto eu tiver vida, eu vou atrás dessa justiça, e enquanto eu tiver
10 força pra isso eu vou lutar (.), porque nem todo mundo que mora em
11 comunidade é marginal,(.) nem todo mundo que mora em comunidade
12 mora porque quer, (.) é por não ter condições. (.) É por não ter opção, (.)
13 de sair de lá. (2s) E meu filho não morava lá, e mesmo assim meu filho foi
14 assassinado(2s). Eles destruíram a minha família, (2s) destruíram a mi-
15 nha vida, e eu só tô aqui pra pedir justiça, (2s) só justiça. Obrigada a todos.

Apesar de não explicitar a questão da raça em sua narrativa lexicalmente (tal qual vemos nas demais narrativas analisadas no livro), todas as caracterizações enunciadas por Janaina para defender os moradores das comunidades se aplicam, majoritariamente, aos negros – maior parcela dos moradores das favelas do Rio de Janeiro. Por esse motivo, compreendemos que as questões de classe e de raça se interseccionam na luta dessa mãe.

É interessante notar que Janaina não usa o termo favela, e sim comunidade. Conforme debatemos em uma seção anterior, Freire (2008) entende que tanto o uso da categoria “favela” quanto o da categoria “comunidade” apontam para os efeitos de sentido que os moradores querem evocar. Dito isso, a performance narrativa dessa mãe conta com uma construção ritmada, com pausas e repetições que intensificam a desconstrução de uma imagem estigmatizante:

- **nem todo mundo que mora em comunidade é marginal (.)**
- **nem todo mundo que mora em comunidade mora porque quer (.)**
- **é por não ter condições (.)**
- **é por não ter opção, (.) de sair de lá**

Ao mesmo tempo em que Janaina está na luta por justiça em nome de seu filho, ela também está na luta contra o estigma. A repetição “**nem todo mundo que mora em comunidade**” acentua o ponto dessas orações narrativas, qual seja, desconstruir discursos cristalizados acerca desses indivíduos. Compreendemos que a repetição “**é por não ter**” reforça a realidade enfrentada por esses moradores e elabora a desconstrução do estigma com uma relação de causa e efeito, que repousa sobre os motivos pelos quais indivíduos moram em uma de favela.

Vale ressaltar que a defesa que Janaina faz se dá por meio de um movimento de negação. Ao fazer uso de sentenças negativas, ela reserva espaço para a confirmação do discurso que circula pelo senso comum – de que moradores de

favelas são ligados ao tráfico ou apoiadores deste; ou de que moram lá por opção, para “desfrutar” de um tipo de moradia de baixo custo. Sobre a condição do morador de favelas, Nascimento (1978) entende que a raça determina a posição social e econômica na sociedade, de modo que a favela é, em sua maioria, a residência de negros em função do racismo estrutural – os negros vivem nesse local porque estão em subempregos, o que os impede de adquirir uma moradia melhor.

É interessante observar que nesse excerto há um conflito de adesão e afastamento. Janaina constrói uma aproximação com as comunidades nas linhas 10 a 12, desconstruindo estigmas; no entanto, nas linhas 13 e 14, após uma pausa, ela faz uma avaliação que dá destaque a uma informação importante, que constrói certo afastamento da comunidade do Borel, mas não da luta por justiça: “(2s) e meu filho não morava lá, e mesmo assim meu filho foi assassinado”. Janaina não imputa culpa à comunidade; ao contrário, como se viu, ela faz a defesa dela. Parece, portanto, haver certa lacuna na elaboração de uma racionalização que atribua coerência para os eventos que levaram à morte de Jhonata Dalber, pois, ao mesmo tempo em que ela transita entre o contexto micro do assassinato de seu filho e o contexto macro do preconceito, ela constrói certo afastamento da comunidade. Por outro lado, o uso de “mesmo assim” também comporta uma ideia de que não é preciso morar em uma comunidade para ser um possível alvo da violência policial. Levando em consideração o racismo enraizado na sociedade brasileira, é possível inferir a seguinte síntese, que cumpre um papel de racionalização: basta ser negro para ser esse possível alvo, uma vez que os negros são o grupo mais vulnerável a sofrer violências na sociedade brasileira.

Finalizando sua narrativa com uma **coda avaliativa**, Janaina enfatiza o sofrimento causado pelos policiais ao retirarem a vida de Jhonata nas linhas 14 e 15: “Eles destruíram a minha família, (2s) destruíram a minha vida”. Em nossa visão, essa ênfase funciona como um recurso que pessoaliza a experiência de Janaina com a violência policial, que teve como consequências a destruição da sua configuração familiar.

Diante da forma como o contexto macrossocial é incorporado na narrativa de Janaina, sublinhamos que a elaboração das situações que envolvem a morte de seu filho é acompanhada pela maneira como ela enquadra a sua experiência no contexto macro. Notamos que, diferentemente de Ana Paula, Janaina não aciona um sistema de coerência específico para atribuir explicações à morte de seu filho. Ela faz uma construção geral e circular, que, ao mesmo tempo em que produz uma defesa dos moradores de favelas e denuncia o preconceito enfrentado por eles, constrói certo afastamento desse lugar, pontuando que seu filho não morava lá e “mesmo assim” foi assassinado.

Reforçamos ainda a construção pessoalizada da experiência de Janaina com a violência policial. Enquanto Ana Paula transita entre a compreensão dessa violência em sua dimensão coletivizada (como parte do racismo e do “combate às drogas”) e pessoalizada (nomeando o policial X que desgraçou a sua vida), Janaina enfatiza essa violência sob a ótica do seu sofrimento pessoal, focando em como “eles destruíram” a sua vida e a sua família.

Fatinha – mãe de Hugo Leonardo

A narrativa de Fatinha, mãe de Hugo Leonardo, possui uma contextualização dos eventos que circundam a morte de seu filho que inclui tanto o contexto mais micro – isto é, as situações mais específicas que antecederam a morte de Hugo – quanto o contexto social mais amplo de racismo e das políticas de segurança pública que visam o “combate às drogas” nas favelas. A maneira como essa mãe aciona ambos os contextos em sua narrativa compõem as duas estratégias discursivas em debate neste livro.

Excerto 5

01 Bom, eu sou mãe de Hugo Leonardo (.) na época (.) que ele foi assas-
02 sinado no dia dezessete de abril de 2012, ele tava desempregado (.) era
03 negro (.) favelado (.) uma passagem (.) em Bangu, né porque ((inaudí-
04 vel)) quando a UPP entrou no final, no final de (.) dois mil e onze né (.)
05 começaram a implicância com ele (.) nascido e criado lá né ele tinha o
06 direito dele de ir e vir (.) então começou uma implicância porque sabia,
07 já tinha visto os documentos que ele tinha uma passagem

Fatinha abre sua narrativa apresentando seu filho, fazendo uso de pausas ritmadas ela torna relevante que ele:

- **tava desempregado (.)**
- **era negro (.)**
- **favelado (.)**
- **(tinha) uma passagem (.)**

Essas características se coadunam com a maneira como a mídia e diversos outros setores da sociedade, tipicamente, representam a favela– como um problema, um local de desocupados, de “foras da lei” (Zaluar; Alvito, 2006). São os mesmos elementos presentes no discurso que criminaliza os moradores das favelas e chancela a morte de negros nesses locais. Em nosso entendimento, essa marcação

de estigmas constitui uma importante estratégia de Fatinha em seu processo de transformação do luto em luta, que fica mais explícita ao final de sua narrativa.

Ao elaborar uma **contextualização a nível local** – (nas linhas 4 a 6), Fatinha relaciona a instalação da UPP na Rocinha à implicância/perseguição que Hugo sofreu com a chegada desses policiais. Nesse ponto, ela faz uma avaliação que destaca a favela enquanto local de pertencimento dele: “nascido e criado lá né” e, portanto, como o local a que ele “tinha o direito dele de ir e vir”. Essa identificação com o espaço-favela enfatiza a representação desse lugar não como um problema, mas sim como um espaço de relacionamentos sociais e pessoais, onde laços de afetividade e de experiência mútua são construídos (Cardoso, 2015).

Se é narrando que construímos sentido sobre a vida e coerência sobre os eventos (Bastos, 2005; Linde, 1993), a sequência de ações narrativas de Fatinha nessa contextualização atribuem uma racionalização (Thompson, 1995) à morte de Hugo, conectando-a ao preconceito por ele ser negro e já ter passado pelo sistema prisional. Ela também racionaliza a implicância que os policiais desenvolveram, relacionando-a ao passado de Hugo. Partindo da compreensão dessas relações sequenciais e de causalidade costuradas nas histórias de vida como vinculadas aos “sistemas de coerência” (Linde, 1993), identificamos que Fatinha parece operar com o sistema de coerência dos discursos que circulam no senso comum, que condenam socialmente aqueles que já ficaram reclusos no sistema prisional.

Seguindo seu discurso, Fatinha dá mais detalhes da **contextualização a nível local** e explica como os policiais passaram a perseguir Hugo e a ameaçá-lo.

Excerto 6

11 AÍ começou a bagunçar a vida do meu filho, de ir na casa dele (.) cortar ele
12 de faca (.) queimar de cigarro (.) chutar (.) deixar a cara dele inchada (0,7)
13 ((chorando)) aí quando encontrava ele na rua era a mesma coisa, pisar era
14 essa tortura (.) tanto na rua quanto na casa dele, (.) até que um dia, (.) um
15 policial virou pra ele e falou que já tava com NOJO de ver a cara dele todo
16 santo dia (0,2) e ele falou ‘por que? (.) se eu tô na minha comunidade? foi
17 aonde eu nasci (.) então você vai ter que me ver todo dia, porque eu não vou
18 parar porque se eu não tô na rua, vocês VÃO me procurar dentro da minha
19 casa pra me bater’ (.) ‘eu vou (.) te (.) matar’ (.) ‘porque? você vai me ma-
20 tar, eu não faço nada com você?’ na semana seguinte (0,3) eu escutei dois
21 tiros perto da minha casa, (0,5) JAMAIS eu iria imaginar que era nele (.)

Nas linhas 11 a 14, Fatinha detalha a perseguição sofrida por Hugo e a avalia como uma tortura, que ultrapassava os limites da via pública e adentrava

a casa dele. Até que, um dia, a ameaça concretizou-se em um enunciado. Ela reconstrói um possível diálogo entre o policial e Hugo (linhas 14 a 20), no qual o agente diz que “tava com NOJO de ver a cara dele todo santo dia” e o ameaça de morte, ao passo que Hugo usa a comunidade como respaldo “tô na minha comunidade” e afirma que não fazia nada com o policial. Em nossa visão, esse diálogo exerce três funções na narrativa: i) reforça a construção da inocência de Hugo. A avaliação “JAMAIS eu iria imaginar que era nele” colabora com esse ponto. Podemos inferir isso com base na seguinte racionalização: Hugo não seria um alvo da polícia, alguém a quem a polícia precisaria investigar ou perseguir porque ele não “fazia nada com os policiais”, tampouco era envolvido com o comércio de drogas; ii) indica uma pessoalização da violência policial. Hugo é construído na narrativa como um alvo específico, escolhido por um determinado policial devido à sua condição de ex-apanado ou de um simples “nojo” deste policial; iii) reforça o discurso sobre o direito que os moradores das favelas têm sobre seu território, local de nascimento e de pertença, ao qual se tem o direito de ir e vir, o direito de estar em casa ou de estar na rua.

Observaremos agora a **contextualização a nível macro** elaborada por Fatinha no encerramento de seu discurso.

Excerto 7

51 porque em Ipanema, Copacabana os brancos fazem PLANTAÇÃO
52 de maconha dentro de belíssimos apartamentos, e NÃO ACONTE-
53 CE NADA, o Hugo era usuário de dentro da favela, só porque é USUÁ-
54 RIO, é um traficante? porque é preto? (.) lá na porta da universidade
55 X QUARTA, QUINTA, fica lotado de filhinho de papai fumando maco-
56 nha, usando droga, bebendo e DOIS CARROS de polícia fazem seguran-
57 ça (.) por quê? porque são brancos (0,3) você não vê um negro ali no
58 meio deles, mas dentro da favela é assim (.) a upp entra pra matar

Essa mãe elabora uma espécie de narrativa hipotética, que inclui várias avaliações para comparar as diferentes atuações da polícia no “combate às drogas”. Nesse ponto de sua narrativa ela apresenta um outro estigma atribuído a Hugo – ser usuário de maconha – e traz à tona as distintas maneiras como a polícia repreende determinados indivíduos que praticam atos ilícitos ou criminosos, a depender de quem é esse indivíduo (branco) e de onde o ato foi praticado (na universidade frequentada pela classe média/alta). Mas, dessa vez, a polícia não é construída de forma pessoalizada, é uma construção que parte do caso particular de Hugo (linha 53) e se estende para todos os moradores das favelas (linha 54 a 58).

Fazendo uso de uma estratégia de envolvimento que inclui escolhas lexicais que destacam o contraste, Fatinha aponta a polarização entre dois cenários com as diferentes (e, até contraditórias) práticas da polícia neles. Podemos identificar esse movimento da seguinte maneira:

- **Ipanema e Copacabana** e belíssimos apartamentos entram em contraste com a **favela**;
- **brancos** em contraste com **Hugo e pretos**;
- **plantação de maconha** em contraste com **traficantes**;
- **usuário** em contraste com **filhinho de papai fumando maconha, usando drogas e bebendo**.
- **na porta da universidade X dois carros de polícia fazem a segurança** em contraste com **na favela a UPP entra pra matar**.

São escolhas lexicais que também fazem alusão a como esses dois grupos de pessoas são tipicamente retratados na sociedade em geral e a como se dá a atuação da polícia para ambos. Com isso, Fatinha exemplifica como a questão do comércio varejista de drogas é racializada.

O antropólogo Howard Becker (2009) entende que desviante é aquele a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso. O autor afirma que um ato será considerado desviante ou não dependendo da reação a ele, de quem o comete e de quem se sente prejudicado por ele. Fatinha compara a ausência de punição para a plantação de maconha dentro de belíssimos apartamentos com duas situações: (1) a maneira como Hugo foi abordado por ser **usuário e preto**, e (2) o modo como o policiamento é feito nas favelas, acentuando a percepção de que a condição de desviante é relacional e interacional (Becker, 2009). Ela também acentua a percepção de quais são as vidas que importam, e, por isso, são passíveis de luto (Butler, 2016). Os estigmas **preto (morador de favela)** e **usuário de droga** excluem Hugo de qualquer abordagem digna por parte dos policiais.

É ao final de seu discurso que a estratégia utilizada por Fatinha fica mais explícita. Em um primeiro momento ela torna relevante os estigmas atribuídos ao seu filho e, em um segundo momento, ela os ressignifica, denunciando a disparidade da atuação da polícia em casos que envolvem indivíduos de diferentes cores, classes sociais e códigos postais. Em nosso entendimento, essa ressignificação também funciona como denúncias à maneira seletiva como o Estado “combate as drogas” (Araújo, 2020).

Sintetizando, é por meio de um movimento espiral, com uma contextualização que vai dos eventos da esfera microsocial aos entendimentos da es-

fera macrossocial, que Fatinha constrói a sua narrativa. Ela atribui coerência às circunstâncias que causaram a morte de Hugo, racionalizando-as por meio de uma relação de causalidade que comporta duas dimensões: *i*) uma de ordem micro, elaborada com uma espécie de pessoalização da experiência com a violência policial – Hugo foi morto devido à implicância de um policial, que passou a persegui-lo por ser negro e já ter passado pelo sistema prisional; *ii*) outra de ordem macro, que trata a morte de Hugo como parte da lógica de atuação das forças policiais, que respondem a um Estado que pode ser caracterizado como necropolítico, em que policiais “entram na favela para matar”.

Fátima Pinho – mãe de Paulo Roberto

Para além das similaridades em termos da estrutura das **narrativas de engajamento**, a luta de Fatinha e Fátima Pinho se assemelha por conta da história de seus filhos – ambos cumpriram algum tipo de pena/medida privativa (Hugo Leonardo no sistema prisional e Paulo Roberto no sistema socioeducativo). É interessante, ainda, observar outra semelhança entre essas duas mães: o tipo de contextualização e de racionalização que elaboram para as situações que envolvem a morte de seus filhos.

Já dissemos que a performance narrativa de Fátima Pinho inclui um movimento que circula entre o contexto macro e o microssocial. Ao descrever a conjuntura que permeia a sua história, ela descreve a atuação do Estado nas favelas de uma maneira que ilustra o que é a necropolítica (Mbembe, 2018):

Excerto 8

- 01 Sou Fátima Pinho, sou mãe de Manguinhos, onde constituí minha família.
- 02 Infelizmente, o Estado assassino por causa de pacificação entrou em Man-
- 03 guinhos para destruir vidas. Foram vidas que eles destruíram. Acabou com
- 04 as nossas vidas. Acabou com a vida dos nossos filhos. Infelizmente eu tô
- 05 sem o Paulo Roberto. O Paulo Roberto tinha passagem no DEGASE ((inau-
- 06 dível)) leve, mas isso não era motivo para eles tirarem a vida do meu filho.

Fátima atribui ao Estado a responsabilização pela destruição das vidas e pela morte de Paulo Roberto. Nota-se aqui uma construção de causalidade: essa morte é compreendida com base em uma relação de causa e consequência do contexto de atuação do Estado na condução da pacificação das favelas. Isso indicia um movimento discursivo de racionalização do contexto macro que permeia a morte de Paulo: “Infelizmente, o Estado assassino por causa de pacificação entrou em Manguinhos”; “Infelizmente eu tô sem o Paulo Roberto”. Esse movimento ain-

da é acompanhado pela transição entre o contexto macro e a experiência pessoal de Fátima com a perda de um filho. Essa habilidade de transitar entre dois contextos, além de reforçar a denúncia das mães diante das instituições responsáveis pela mudança no cenário de mortes nas favelas, ainda aumenta a visibilidade dos casos de violência policial dos participantes de movimentos sociais como a Rede, pois Fátima apresenta exemplos concretos dos resultados da atuação do Estado nas favelas.

Na sequência, ela fala sobre a passagem de Paulo Roberto no DEGASE e faz uma avaliação “mas isso não era motivo para eles tirarem a vida do meu filho”. Esta avaliação pode ser compreendida a partir de duas esferas: *i*) como uma defesa à vida em oposição ao discurso do senso comum, já mencionado aqui, de que “bandido bom é bandido morto”; *ii*) como uma tentativa de encontrar uma causa pessoal e específica para a morte de Paulo Roberto, para além do discurso macro de violência do Estado.

Depois disso, Fátima apresenta ações complicadoras que fazem referência à sua história particular, isto é, dos eventos mais imediatos que tratam da morte de seu filho:

Excerto 9

09 Meu filho não foi levado, meu filho não levou tiro, meu filho não tava
10 trocando TIRO, meu filho não tava correndo de polícia, meu filho não
11 tava vendendo droga, meu filho não tava fazendo nada, não tava rouban-
12 do, não tava nada. Simplesmente tava na favela, passou pelo beco pra
13 ir dormir e sofreu uma abordagem violenta porque ele tinha questio-
14 nado a abordagem do irmão e ele foi espancado e sufocado até a morte

Fátima é breve sobre os detalhes mais específicos de como aconteceu a morte de Paulo Roberto. Ela elabora dois tipos de orações narrativas que, juntas, funcionam como uma defesa da inocência de seu filho diante da brutalidade policial com a qual ele foi abordado. Enquanto as orações que orientam sobre a conduta de Paulo Roberto são elaboradas na voz ativa com negação de agentividade (“ele não tava trocando tiro, não tava vendendo droga, não tava roubando”), os eventos que levaram à morte dele e que dizem respeito às ações da polícia são narrados na voz passiva (ele “sofreu uma abordagem violenta”; “ele foi espancado e sufocado até a morte”). Sendo assim, Paulo Roberto não é o que a polícia ou a sociedade o acusam de ser. Esse tipo de elaboração, para além de funcionar como uma defesa de Paulo Roberto, destaca o contraste que existe entre a brutalidade policial e a conduta dos moradores das favelas.

O uso do advérbio “simplesmente” ainda atribui certa banalidade à morte de Paulo e reforça a tese da ausência de motivo para tal. Ele passou pelo beco a caminho de casa e foi espancado. São quatro orações narrativas que, dispostas em sequência temporal, culminam na morte do adolescente.

- tava na favela
- passou pelo beco pra ir dormir
- sofreu uma abordagem violenta
- foi espancado e sufocado até a morte

A essas ações complicadoras, Fátima acrescenta a causalidade “porque ele tinha questionado a abordagem do irmão”. Nesse ponto da narrativa, essa mãe, mais uma vez, racionaliza os eventos que circundam a morte de seu filho, pessoalizando a ação do policial – porque Paulo Roberto questionou a abordagem de seu irmão, ele foi espancado. Dessa forma, a violência policial, antes elaborada como parte da esfera macrossocial e generalizante de “Estado assassino”, toma uma forma pessoalizada, à medida em que esse Estado é incorporado como um ente que pratica vingança porque foi questionado.

Compreendemos que essa estratégia de Fátima colabora com o ponto de sua narrativa, que se divide em duas faces, já apresentadas no capítulo 4: *i*) a da defesa da inocência de Paulo Roberto, como em “não tava fazendo nada” (linha 11 – excerto 9); e *ii*) a da denúncia da violência estatal, em “o Estado assassino por causa de pacificação entrou em Manguinhos para destruir vidas” (linhas 2 e 3 – excerto 8).

Fátima finaliza a sua narrativa retomando a questão macro que ela apresentara no início de seu discurso ao microfone: a questão da presença dos policiais nas favelas e as consequências disso.

Excerto 10

26 Eles que foram o problema da favela. Não é o tráfico que é proble-
27 ma da favela não ((inaudível)) toda favela tem tráfico. Se mistura
28 com o tráfico quem quer se misturar com o tráfico. Meu filho não era
29 traficante, meu filho não era NADA e mesmo que ele fosse, ELES
30 NÃO TINHA O DIREITO DE FAZER COM ELE O QUE FIZERAM

Conforme debatido ao longo do presente capítulo, a favela, desde o seu surgimento, foi caracterizada como um problema – como o local da desordem, do caos. A instalação das UPPs nessas localidades foi acompanhada pelo discurso

de “resolução” do problema do tráfico de drogas (como parte da política contra a alegada “guerra às drogas”). Fazendo uso, novamente, do padrão rítmico repetitivo e acelerado, Fátima se opõe a esse discurso e inverte o entendimento da favela como o problema da cidade do Rio de Janeiro (Zaluar; Alvito, 2006): a favela não é o problema da cidade; é a presença dos policiais nas favelas que é o problema. Com isso, a partir de sua experiência pessoal, Fátima descreve a atuação do Estado dentro da favela de Manguinhos – como já dissemos, uma atuação necropolítica.

De forma similar a Fatinha, Fátima Pinho racionaliza os eventos que levaram à morte de Paulo Roberto transitando entre eventos de ordem micro, relativos ao assassinato de seu filho, e eventos/compreensões de ordem macro, referentes à presença da UPP nas favelas. Ela também transita entre uma caracterização pessoalizada da violência policial, na qual a morte de seu filho é causada por uma abordagem violenta que ele sofreu, uma espécie de vingança de policiais adiante da maneira como Paulo Roberto se dirigiu a eles dias antes; e uma caracterização mais ampla, que concebe o Estado enquanto agente assassino que, em função de uma política “pacificadora”, destrói vidas. Nesse ponto, tal qual Ana Paula, Fátima parece fazer uso de um sistema de coerência que se aproxima da teoria de Mbembe (2018), compreendendo o Estado em sua dimensão dotada de poder para decidir quais vidas merecem e quais não merecem ser preservadas.

José Luiz – pai de Maicon

Finalizando a análise dos dados deste capítulo, temos José Luiz, cujo caso é considerado pelos participantes da Rede e de outros movimentos de familiares de vítimas da violência como aquele que melhor ilustra as inconsistências do “auto de resistência”, uma vez que a morte de seu filho de dois anos de idade foi assim classificada.

Excerto 11

01 Boa tarde a todos e a todas, certamente vocês podem tá passando aqui,
02 olhando a gente, achando um bando de malucos, mas eu tive um filho, que
03 no dia 15 de abril de 1996 sob o comando do X Batalhão de X, às quatro e
04 quarenta e cinco, aonde o Maicon foi morto numa operação do X batalhão
05 do X e aí que que aconteceu? O Maicon foi para o auto de resistência(.)
06 aos dois anos de idade. Certamente a gente dentro de um ônibus, de um
07 táxi, de uma moto, acha que a gente é um bando de maluco. Espero que
08 um dia você não esteja do lado de cá. Mas que vai ser ruim e doloroso, é.
09 Porque você ter um filho, aos dois anos e seis meses, qualificado como
10 um marginal por um estado democrático de direito genocida e assassino,
11 é pior de que a própria morte. Então acho que vocês têm que parar para
12 pensar na hora de votar é nesses ladrões como, Sérgio Cabral e outros
13 mais aí a votar. Vocês estão votando nesses políticos para fazer, que fa-
14 zem calamidade. Matar os nossos filhos, os nossos avós, os nossos tios. Só
15 negros e pobres.

Zé Luiz abre a sua narrativa apresentando como se deu a morte de seu filho (“foi morto pelo Batalhão X”), e destacando que a criança teve a sua morte classificada como “auto de resistência”. De maneira semelhante às mães, ele também constrói a experiência com a violência policial e, mais especificamente, com a classificação “auto de resistência”, de forma pessoalizada. Ele elabora algumas orientações detalhadas acerca de como se deu a morte de seu filho, explicitando a data, o horário, o número do Batalhão da Polícia Militar e o seu bairro de atuação (todos esses nomes foram substituídos por X). Nas linhas 9 a 11, Zé Luiz faz uma avaliação “Porque você ter um filho, aos dois anos e seis meses, qualificado como um marginal por um estado democrático de direito genocida e assassino, é pior de que a própria morte”. As escolhas lexicais de Zé Luiz evidenciam as contradições de ordem política que envolvem a tipificação da morte de Maicon: o “estado democrático de direito” se torna “genocida e assassino” ao qualificar uma criança de dois anos de idade como um “marginal”.

Na sequência de sua história, Zé Luiz chama a audiência à responsabilidade de no que diz respeito às escolhas dos políticos eleitos. Nesse momento, ele passa a operar com um sistema de coerência configurado como uma versão popular da necropolítica, tal qual Ana Paula, Fatinha e Fátima Pinho. É dessa forma que ele racionaliza a morte de seu filho e de outros “negros e pobres”, como fruto das ações implementadas por políticos corruptos “que faz calamidade”, traduzida na ação de “matar os nossos filhos”, ou seja, “só negros e pobres”.

Zé Luiz ainda faz uma caracterização do “auto de resistência” e produz uma espécie de separação entre o “bom policial” e o “mau policial”, construindo a sua luta não contra a polícia enquanto corporação, mas contra um tipo específico de agente:

Excerto 12

25 Não é ir de contra ao policial, mas sim ao mau policial, que entra dentro da
26 favela e mata nossos filhos e já tem o álibi lá do auto de resistência

Aqui, Zé Luiz se destaca dos demais familiares de vítimas da violência engajados na Rede e no movimento Mães de Mangueiros, pois a maioria, ao construir suas narrativas transitando entre a experiência pessoal com a violência policial e a experiência coletiva dos demais moradores das favelas, geralmente estendem a indignação que, a princípio, seria contra um policial específico a toda corporação, compreendida como parte de um sistema racista. Sendo assim, embora esse pai reenquadre a morte de seu filho como consequências de um tipo de política racista, que tem como alvo a população negra e pobre, ele destaca os diferentes tipos de policiais para além da lógica do sistema em que trabalham.

Das estratégias discursivas elaboradas por Zé Luiz, mais especificamente como ele aciona o contexto macrossocial ou histórico em seu processo de transformação do luto em luta, sublinhamos a racionalização dos eventos que circundam a morte de Maicon por meio de um sistema de coerência que se aproxima da teoria da necropolítica.

Conforme debatemos no presente capítulo, o artigo 23 do código penal estabelece que “não há crime quando o agente pratica o fato: I – em estado de necessidade; II – em legítima defesa; III – em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito”. Os demais casos de homicídio decorrente de intervenção policial narrados pelas mães neste livro, embora com ausência de provas suficientes, são enquadrados em um desses três *caputs* pela polícia e, muitas vezes, legitimados pela mídia e/ou pelo senso comum. No entanto, o caso de Maicon destoava disso, pois trata-se de uma criança pequena demais para que a aplicação de qualquer um desses *caputs* fosse possível. Ainda assim, o crime prescreveu no Brasil, os policiais seguem impunes e a morte de Maicon segue registrada como “auto de resistência”.

Encaminhamentos

No presente capítulo apresentamos o contexto mais imediato que envolve a luta por justiça dos familiares engajados em movimentos sociais como o Mães de Manguinhos e a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência. A luta desses indivíduos na esfera judiciária é antecedida por uma série de eventos e práticas estruturadas no racismo sistêmico, debatidos no capítulo 5. As políticas de segurança pública que visam o “combate às drogas” por meio do enfrentamento, a classificação “morte por intervenção de agente do Estado” e os desdobramentos que esses casos têm nas esferas do Judiciário, com uma caracterização da vítima que constrói os negros culpados por suas próprias desgraças (Nunes, 2006), colocam em destaque as consequências do racismo. As análises dos trechos das **narrativas de engajamento** dos familiares participantes de movimentos sociais materializam essas consequências, atribuindo um rosto e uma história aos índices de letalidade policial.

O ponto mais importante da análise deste capítulo foi observar como o **contexto macrosocial** – de políticas de segurança pública e de racismo estrutural – é acionado nas narrativas e que efeitos discursivos produz. A análise sugere que os participantes da Rede elaboram um movimento discursivo de racionalização dos eventos que circundam a morte de seus filhos, acompanhado por sistemas de coerência que atribuem a causa dessas mortes ao racismo estrutural e à “guerra às drogas”. Essa questão que pode ser traduzida como necropolítica, como nas narrativas de Ana Paula, Fatinha, Fátima Pinho e Zé Luiz. Janaina e Fatinha ainda acionam o preconceito contra a favela como mais um elemento de causalidade da morte de negros.

Esse movimento de racionalização também é seguido por caracterizações do **contexto microssocial** dos eventos mais específicos e imediatos que envolvem as mortes. Nesse ponto, os familiares elaboram a experiência com a violência policial de forma mais particular, isto é, com orientações que especificam dia, local, nome do policial e do Batalhão, o que produz um efeito *pessoalizador* – as denúncias ao sistema racista dão lugar às denúncias contra um determinado agente. Em nossa visão, a transição da experiência individual com a violência policial para a experiência coletiva a todas os outros familiares de vítimas que morreram segundo uma mesma lógica de atuação do Estado fortalece a luta dos participantes de movimentos sociais como a Rede. Ao mesmo tempo que denunciam práticas racistas e violações aos Direitos Humanos sob a bandeira da “legítima defesa” dos policiais, os familiares humanizam as vítimas, atribuindo um nome e uma história aos mortos em decorrência de intervenção de agente do Estado.

7. O poder militante da maternidade

Os nossos mortos têm mães.
Débora Silva

A maternidade, uma prática compreendida por muitos anos como parte do domínio da esfera privada, vem sendo construída sobre outras bases ao longo da história. O presente capítulo trata de uma discussão teórica sobre a importância da maternidade no contexto das lutas sociais. Na sequência, apresentamos a peculiaridade da maternidade negra, com os atravessamentos interseccionais que “ser mãe” e “mulher negra” envolvem. Finalizamos o capítulo com a análise de fragmentos narrativos que dão conta da mobilização da maternidade como ato político e forma de reivindicar justiça.

Na contemporaneidade, a maternidade tem sido mobilizada na esfera pública como um símbolo central para o engajamento político (Santiago, 2016). Por exemplo, mobilizações sociais na América Latina entre as décadas de 1960 e 1980 põem em destaque a gramática da “politização da maternidade”, que inclui um movimento de saída da casa para a rua para lutar por direitos humanos e condições sociais e econômicas mais justas. São exemplos disso: a luta dos movimentos no Chile (*La Agrupación e Mujeres Democraticas*), na Guatemala (*CONAVIGUA e GUAM*), em El Salvador (*COMADRES*) e na Argentina (“*Madres de la Plaza de Mayo*” – Mães da Praça de Maio). Como dissemos na introdução, este último é, possivelmente, o movimento mais famoso de todos os citados. Foi formado por mães que tiveram seus filhos assassinados ou desaparecidos em função da ditadura militar argentina e se mobilizaram para cobrar respostas do governo.⁸⁵ Ao desafiar políticas presidenciais em tempos de ditadura, a atuação dessas mulheres desconstruiu a percepção de que a categoria “mãe” não teria poder em uma sociedade patriarcal, desestabilizando, assim, o mito de que a esfera privada é isolada e/ou irrelevante para o sistema político. Marguerite Bouvard (1994) entende que essas mulheres redefiniram a noção de esfera pública e privada, mobilizando a maternidade de modo a criar papéis políticos para os valores de amor e cuidado associados à maternagem.⁸⁶

85 De 1976 a 1983, a Argentina esteve sob uma ditadura militar que teve início com um golpe de Estado que depôs a então presidenta da República María Estela Martínez de Perón, também conhecida como Isabelita Perón. Estima-se que cerca de 30.000 argentinos opositores ao governo desapareceram durante esse período. O movimento das mães começou quando algumas mães dos desaparecidos se reuniram na Praça de Maio, em Buenos Aires, em frente à Casa Rosada, para cobrar respostas do governo. As *Madres de la Plaza de Mayo* ficaram internacionalmente conhecidas por suas intervenções distintas em meio ao espaço público. Diante do governo repressor, alcançaram notoriedade e respeito, tornaram-se ameaça a ordem vigente e protagonizaram a primeira manifestação pública contra a ditadura militar argentina (Tacca 2009; Castelli, 2012).

86 As discussões das últimas décadas sobre maternidade e maternagem têm chamado atenção para alguns

De forma semelhante a Bouvard, outras autoras brasileiras compreendem que a luta de mães desestabiliza a noção de que a maternidade pertenceria à esfera privada. Rita Freitas (2002), ao refletir sobre a mobilização das “Mães de Acari”, argumenta que a participação dessas mães em movimentos sociais levou a redefinições em suas identidades e a construção da maternidade em outras dimensões; isto é, o protagonismo político delas partiu do lugar que ocupam na família, o da maternidade. Esse lugar, que é, tradicionalmente, destituído de uma dimensão política, foi o que possibilitou a inserção dessas mulheres na vida pública. Segundo a análise de Vianna e Farias (2011) sobre a mobilização de outro grupo de mães de vítimas da violência policial no Rio de Janeiro, as mães trazem a maternidade para a esfera pública, levam a “casa” para a cena do protesto ao narrarem como a ordem doméstica foi desfeita pelo assassinato de seus filhos. Já Santiago (2016) entende que a maternidade e a presença dessas mulheres em atos, vigílias e caminhadas constitui uma forma de mobilizar a opinião pública, a mídia e as autoridades; é o que traz a legitimidade para a luta.

A socióloga Luciane Rocha (2014) defende a maternidade negra como forma de recriação da sociabilidade negra na Diáspora Africana. Para tanto, ela apresenta uma imagem da maternidade negra enquanto ação criativa de resistência, de nutrição e recuperação de vidas negras para postular uma alternativa às práticas genocidas que constituem a Diáspora. Trata-se de estratégias que funcionam como tentativas de *des-matar* jovens negros, isto é, a incessante luta por justiça (mesmo quando os casos já foram arquivados) é um ato de coragem praticado por mães cujos filhos já foram condenados à morte. Esta luta é, pois, uma forma de garantir que a maternidade dessas mulheres continue.

Portanto, a maternidade torna-se, no contexto de luta das mães, um elemento político sobre o qual se apoia toda a legitimidade da luta, dada a dimensão que a categoria “mães de vítimas de violência” assume, dimensão expressa na ideia de que os laços primordiais mais estreitos se dão na relação mãe-filho. Emoções como o sofrimento e o sentimento de perda transformam-se em uma espécie de capital simbólico, que dá suporte e credibilidade às mães como atores sociais, de modo que legitima a ação política, que tem a dor como argumento (Leite, 2004). Para Araújo (2007), a dor é transformada em ação política com a elaboração da denúncia – nos mais variados canais, tais como na TV e nas manifestações e articulações com ativistas e entidades internacionais de Direitos

dos conflitos e ambiguidades relacionados a estas práticas. Maternidade faz referência ao ato biológico de se tornar mãe. Já a maternagem vem do exercício diário de cuidado e educação. Em nossa pesquisa, trabalharemos com os dois termos, levando em consideração a forma como as mães participantes da pesquisa atribuem significados a essas práticas. Para saber mais sobre maternagem e outros tipos de atos de resistência na esfera pública, ver Mendes (no Prelo).

Humanos. A maternidade se configura como o principal recurso acionado pelas mães para legitimar suas ações, pois são mulheres que falam a partir da favela, um lugar criminalizado. Isso faz com que a ação política dessas mulheres seja desqualificada, muitas vezes elas são concebidas como “mães de bandidos” e, portanto, “coniventes com ações criminosas”. Com base na maneira como Freitas (2002) aborda a figura da mãe em sua análise sobre a Chacina de Acari (com ênfase na imagem da mãe como *mater dolorosa*), Araújo entende que a categoria “mãe” legitima a ação dessas mulheres porque há uma construção moral daquilo que uma mãe representa – aquela que protege, que cuida. Por conta dessa representação, a imagem da mãe e de suas dores funciona como um dispositivo eficaz para gerar solidariedade e publicizar casos de violência policial.

A politização da maternidade é acompanhada pelo processo de transformação do luto em luta, ou seja, em ação política. Para Vianna (2014), as práticas de luto atuam como mecanismos de reivindicação por justiça. Nesse processo, as mães se colocam na cena pública, impõem seus corpos nos protestos, gritam por justiça, vestem camisetas com os rostos dos seus filhos estampados e, assim, produzem denúncias contra as violações do Estado. “A maternidade, a domesticidade e a estética desse sofrimento, que mescla a indignação política com recordações afetivas podem ser pensadas como parte do fazer-se em ato do gênero que é, simultaneamente, o fazer-se da ‘violência’ e do ‘Estado’” (2014, p. 231). Para Ota (2018), esse processo de transformação do luto em luta é acompanhado pelo surgimento do *etos* de mãe guerreira,⁸⁷ noção que vem da metáfora da guerra presente nas favelas do Rio de Janeiro – posto que, se existe uma “guerra às drogas”, existem combatentes. As mães se configuram em um grupo de mulheres que

foram ‘mães guerreiras’ para criar os filhos em condições adversas de pobreza, racismo e violência e continuam sendo guerreiras por sobreviverem a cada dia, apesar da ausência dos filhos assassinados e por seguirem lutando por justiça para esses filhos, a despeito do descaso das instituições e das ameaças de retaliação sofridas. (2018, p.159)

Com base nessa “politização da maternidade” tanto a luta de mães argentinas na década de 1970 quanto a luta de mães negras brasileiras estariam relacionadas ao papel da categoria “mãe” na esfera privada – papel que se estenderia e se reproduziria na esfera pública. No entanto, esse tipo de percepção representa um dilema, sobretudo, no debate proposto pelos movimentos feministas das décadas

⁸⁷ A autora desenvolve sua argumentação a partir da leitura que Zaluar (2014) faz do conceito de *etos* guerreiro de Nobert Elias. Zaluar busca interpretar o processo civilizatório, partindo do monopólio legítimo da violência pelo Estado, e entende que a ideia de guerra entre o Estado e outro poder armado “paralelo”, com alta capacidade de corromper, dificulta a adesão às normas que legalizam a ação policial. Por esse motivo, em sua visão, o Estado brasileiro ainda não conseguiu cumprir satisfatoriamente a principal função de todo o estado, que é proporcionar a segurança a todos os cidadãos. É nesse cenário que Ota destaca o surgimento do *etos* de mãe guerreira.

de 1960/70. Rocha (2014) apresenta resumidamente três visões que permeiam o debate sobre a questão da maternidade: a primeira está baseada na visão do patriarcado e define a maternidade como o lugar da feminilidade, do amor, da proteção e da alegria. Qualquer manifestação emocional diferente disso (como depressão pós-parto, aborto ou até mesmo malformação do feto) é considerada uma anomalia. A segunda visão – feminista – afirma que diminuir o papel da mulher ao ato de ser mãe é reproduzir o modelo que centraliza o corpo em sua capacidade reprodutiva. Dessa forma, essa visão concebe a maternidade como o *lôcus* da opressão em contraste com a visão patriarcal, que defende a tese de que “uma mulher completa” é aquela que é mãe. A terceira visão trata da maternidade da mulher negra, que significa empoderamento e resistência.

É importante ressaltar que a “politização da maternidade” foi fortemente criticada por segmentos dos movimentos feministas, pois isso poderia reforçar papéis tradicionais atribuídos às mulheres, como a associação entre mulher, mãe e cuidado (Ota, 2018). Outros grupos acreditavam que um ativismo de mães poderia colaborar com modificações significativas na questão do gênero, como questionar a restrição da mulher ao espaço doméstico e estimular a sua participação no espaço público. Enfim, o campo é fértil para o debate. Mas, nesse contexto, é essencial se perguntar sobre que tipo de maternidade as discussões das décadas de 1960/70 faziam referência.

Teóricas negras feministas como Lélia Gonzalez, no Brasil, e Angela Davis, nos Estados Unidos – seguidas, posteriormente, por uma vasta lista de ativistas –, afirmaram que as lutas feministas do período supracitado não contemplaram a mulher negra em muitos aspectos, muito menos no debate acerca da maternidade/maternagem. Enquanto o feminismo hegemônico da época compreendia que o papel de “mãe” e/ou de “dona de casa” localizava a mulher branca em um lugar de inferioridade, Angela Davis (1983) e Patricia Hill Collins (1994) defendem a importância histórica da maternidade para a mulher negra como símbolo de empoderamento e politização. Essa defesa baseia-se na compreensão de que, para a mulher negra, a esfera do lar tem um significado diferente, que remonta ao período da escravidão.

No Brasil da era colonial, a figura da “Mãe Preta”, a escrava, a ama de leite que cuidava das crianças brancas, aquela que efetivamente exercia a maternidade, ou a maternagem; por isso, a “mãe preta” (Gonzalez, 1984) dá destaque às complexas relações entre as mães negras escravizadas, os filhos de seus senhores brancos e a luta pela manutenção da vida de seus próprios filhos. Isso porque os filhos das escravizadas dificilmente tinham acesso ao leite materno – quando eles não eram vendidos, eram doados ou abandonados, recebendo cuidados de outras

mulheres também escravizadas, que os alimentavam com uma espécie de papa de mandioca ou leite animal não pasteurizado. Essa situação contribuía para um grande número de óbitos de crianças negras. Mesmo com o estímulo à reprodução, o direito à maternidade/maternagem era vedado à mulher negra quando a criança em questão fosse a sua própria. Diante desse cenário de privação, Davis (1983) aponta que o trabalho doméstico representava para a mulher negra a possibilidade de certa autonomia e reconhecimento dentro da comunidade escrava, pois contribuía de maneira fundamental para a sobrevivência do grupo. Trata-se de uma visão bem diferente daquela defendida pelo feminismo branco da década de 1970 a respeito da maternidade/maternagem e do trabalho doméstico.

Seguindo essa direção, Collins (1987, 1994) entende que condições históricas específicas, tais como a escravidão e a segregação racial nos Estados Unidos, proporcionaram a formação de um ponto de vista distintivo das mulheres negras sobre o significado do ativismo e do senso de comunidade no desempenho da maternagem. Por exemplo, no período da escravidão, além das questões de venda ou abandono das crianças a que nos referimos acima, o trabalho escravo era também um impeditivo ao direito de mães negras cuidarem de seus filhos; afinal, estes ainda eram, legalmente, vistos como propriedade dos homens brancos e, conseqüentemente, eram tratados como mão de obra em potencial. No período posterior à abolição, muitas das crianças negras continuaram separadas de suas mães, que agora trabalhavam para a subsistência. As crianças continuaram sujeitas às relações de trabalho (fosse rural ou urbano) para colaborar com a economia do lar. Dessa forma, na visão dessa autora, o trabalho que separa a mãe negra de seu filho sempre moldou a maternidade dessa mulher. Isso resultou no surgimento de diferentes rearranjos familiares nas comunidades afro-americanas, para dar conta da tensão que surge da separação maternal provocada pelo trabalho e do cuidado que as crianças demandam. Tais rearranjos são expressos na extensão da comunidade, com destaque para a figura da avó (materna ou paterna) e daquilo que Collins (1994) chama de *othermother*, a “mãe de criação”. São mulheres que colaboram com a criação dos filhos de suas companheiras, moradoras da comunidade e, assim, mitigam, em algum grau, os efeitos da separação maternal. Essa relação de ajuda mútua entre mulheres negras remonta o período da escravidão (no Brasil e nos Estados Unidos). A partir dessas considerações, Collins entende a maternagem negra como uma forma de desenvolver as bases do poder da comunidade negra para empoderar mães e crianças dentro de estruturas sociais que visam a sua opressão.

Esse tipo de maternagem reconhece que a sobrevivência individual, o empoderamento e a manutenção da identidade requerem a sobrevivência do grupo; por isso, a maternagem é direcionada a um coletivo racial. Isso muda a visão do trabalho que ser uma mãe negra envolve, pois a criação de seus filhos ainda

conta com a tensão de criar uma criança não-branca (com uma identidade racial significativa) dentro de uma sociedade que rebaixa pessoas de diferentes etnias (Collins, 1994).

Em suma, temas como sobrevivência, poder e identidade formam a base da maternagem negra e colocam em destaque a questão racial para a compreensão de todo trabalho que precisa ser feito para garantir a sobrevivência de uma criança negra e de sua comunidade. É especialmente nesses tópicos que a experiência de mulheres brancas com a maternidade difere das negras – crianças brancas não precisam ser ensinadas a sobreviver em um sistema que oprime crianças de outra cor, pois, enquanto “os filhos das mulheres brancas desfrutam de toda oportunidade e proteção, os filhos das negras não conhecem o seu destino. A maternidade negra é profundamente moldada pela dominação racial e pela exploração econômica” (Collins, 1994, p. 45). Dessa forma, a experiência de “ser mãe” pode ser concebida como uma maneira de engendrar o ativismo político entre as mulheres negras, ou seja, a maternidade pode ser entendida em sua capacidade de politizar, já que, antes de lutar por quaisquer direitos, essas mulheres precisam lutar pela sobrevivência de seus filhos.

Maternidade e interseccionalidade

Na contemporaneidade, a maternidade negra ainda envolve uma situação histórica que se relaciona com a intersecção das estruturas de raça, classe e gênero. Esses temas são silenciados quando a experiência de mulheres negras com a maternidade fica à margem das teorias feministas. O feminismo, enquanto teoria e prática, evidenciou as bases materiais e simbólicas da opressão das mulheres; desencadeou um debate público sobre sexualidade, violência e direitos reprodutivos que estavam ligados às relações tradicionais de dominação (o patriarcado). Apesar dessas contribuições fundamentais, o debate feminista não contemplou a questão racial.

Conforme pontua bell hooks (1984), o feminismo branco⁸⁸ excluiu a experiência de muitas mulheres ao não falar da luta da mulher que não tem marido, não tem filho, nem lar, da mulher pobre branca, da mulher negra. Quando o feminismo afirma que “todas as mulheres são oprimidas”, isso sugere que “todas

88 O feminismo branco a que hooks se refere consta no livro que a feminista Betty Friedman publicou, em 1963, *The feminine mystique*, que abriu caminho para o feminismo contemporâneo. Nele, Friedman descreve a condição das mulheres na sociedade norte-americana. No entanto, a condição a que a autora faz referência é a de “um seletivo grupo de mulheres brancas casadas, com formação universitária, de classe média e alta – donas de casa entediadas com o lazer, a casa, os filhos, as compras, que queriam mais da vida” – experiência que é totalmente diferente do que as mulheres negras viviam, ou mesmo as brancas pobres. Assim, hooks chama atenção para o fato de que certas premissas postuladas inicialmente nessa obra ainda continuam a moldar o teor e a direção do movimento feminista (1984, p. 193).

as mulheres compartilham a mesma sina que fatores como classe, raça, religião e preferência sexual, por exemplo, não criam uma diversidade de experiências que determina até que ponto o sexismo será uma força opressiva na vida de cada mulher” (hooks, 1984, p. 197). Para a autora, ser oprimida significa não ter opção – mulheres brancas de classe média têm alguma opção, diferente de mulheres de outras etnias e classes sociais. A situação da opressão é vivenciada, portanto, de diversas maneiras, dentre os variados grupos de mulheres.

Dentro desse debate, Gonzalez (1988) ainda chama a atenção para o fato de que tanto o racismo como o feminismo partem das diferenças biológicas para estabelecerem-se como ideologias de dominação. E por que o feminismo “esqueceu-se” disso? hooks (1984) enfatiza que esse “esquecimento” tem relação com o fato de que as análises feministas tendem a concentrar-se exclusivamente no gênero, “pois refletem a tendência predominante nas mentes patriarcais ocidentais, de mistificar a realidade da mulher, insistindo que o gênero é o único determinante da mulher” (1984, p. 207). Ademais, para aquelas que não sofrem outro tipo de opressão, é mais fácil voltar-se apenas para a opressão de gênero. Portanto, uma teoria feminista adequada precisa partir do entendimento de que as mulheres negras estão em uma posição incomum na sociedade, pois estão coletivamente na parte inferior das relações trabalhistas, com uma condição social inferior a todos os grupos – suportam a opressão sexista, racista e classista. Esse entendimento interseccional se conecta à tese da natureza interligada da opressão, segundo a qual os indivíduos são afetados por múltiplos sistemas de dominação, como raça, classe, gênero, e, por esse motivo, não há hierarquias de opressão (Lorde, 1984).

Dito isso, a questão do racismo e a compreensão da maternidade negra sublinham a relevância que o olhar interseccional tem tanto como um projeto de conhecimento quanto como um instrumento de luta política (Crenshaw, 2002; Collins, 2002). Observar a luta das mães participantes de movimentos sociais como o Mães de Manguinhos e a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência sob esse olhar é entender como as seguintes questões atravessam suas vidas:

- **Raça:** em função da racialização da brutalidade policial (e do racismo que permeia todo o contexto da luta);
- **Classe:** em virtude do local de moradia, da renda dessas mulheres e do precário acesso à justiça;
- **Gênero:** devido ao debate em torno da maternidade e dos outros afazeres domésticos que ser mulher abarca.

Com base nas considerações expostas aqui, compreendemos que a maternidade negra, com todas as suas intersecções de raça, gênero e classe, é uma categoria política que legitima a luta por justiça.

Maternidade em luta

A maior parte das mães presentes nas manifestações destaca a importância de estar nas ruas ao lado de outras mães. Conforme aponta Freitas (2002), a solidariedade tem papel primordial na manutenção da luta por justiça. Araújo (2007) ainda acrescenta que a construção dessa solidariedade se configura como uma forma que as mães encontraram para lidar com o desaparecimento dos filhos. A luta individualizada torna-se coletivizada na medida em que as mães compartilham uma dor que é comum a todas que participam do grupo (Freire, 2011). Analisaremos agora como esse movimento é construído nos fragmentos narrativos de Ana Paula e Fátima Pinho.

Na análise do capítulo 4, observamos como Ana Paula, mãe de Johnatha, elabora boa parte de sua narrativa com pronomes no plural, como “nós” e “nossos”, destacando a coletivização de sua luta.

Excerto 1

06 **nossos** filhos foram assassinados, por causa desse sistema RACISTA. Que
07 diz que moradores de favelas (1s) jovens (1s) negros (1s) pobres, mo-
08 radores de periferias, TEM que ser ASSASSINADOS. Não vem com esse
09 discurso de que “ah o combate às drogas”, na verdade não é isso. **Nós**,
10 que moramos em favelas, que perdemos **nossos filhos** INJUSTAMENTE
11 sabemos que o que há é o combate aos pobres. Estão tirando os **nossos**
12 **filhos**, e ninguém SE IMPORTA? (3s) o MEU FILHO, ele foi assassinado
13 aos dezenove anos de idade com um tiro nas costas, totalmente indefeso.
14 E é por isso que eu tô aqui hoje, junto com essas mães, com esses pais,
15 com esses familiares.

Esse movimento de coletivização que Ana Paula faz é acompanhado pela maneira como ela torna relevante a categoria “filhos”, fazendo uso dos índices “**nossos filhos**” (linhas 6; 9/10; 11) e “**o meu filho**” (linha 12). Isso atribui a ela e às suas companheiras o papel de “mãe”. A partir dos estudos de Sacks (1992) sobre a Análise de Categorizações de Pertença, entendemos que as categorias “mãe” e filho” podem ser analisadas como parte de um conjunto de categorias (uma **coleção**) com as quais os indivíduos, no caso, as mães, estabelecem afinidades

de pertencimento. Categorizar não significa, contudo, colar etiquetas nas pessoas ou em si mesmo. Constitui uma atividade na qual os falantes negociam, em mútua orientação, comportamentos normativos e expectativas de gênero (Sell; Ostermann, 2009). Braga e Gastaldo (2018), compreendem que as categorias de pertença estão conectadas à definição daquilo que alguém “é”, e partem de uma adesão – voluntária ou atribuída. Nesse sentido, a ideia de categorização de pertencimento refere-se às descrições de pessoas, que implica certo vínculo a algum sistema amplo de classificações e hierarquias na sociedade.

Com base nisso, compreendemos as categorias “**mãe**” e “**filho**” como índices relevantes em nossa análise. São índices que reforçam construções de gênero ligadas à maternidade e parecem construir pertencimento, coletividade e solidariedade nas histórias contadas, na medida em que essas mulheres compartilham o luto umas com as outras por meio da participação nos protestos organizados pela Rede e outros movimentos sociais. De forma mais específica, entendemos que o uso dessas categorias sublinha o modo como Ana Paula aciona o papel de mãe (de maneira individual e coletiva) enquanto um elemento de autoridade moral nos atos políticos para falar sobre a violência e a ilegitimidade da morte de seu filho e dos demais jovens negros nas favelas.

Debatemos nesta pesquisa que a gramática do luto e do sofrimento pela morte de um ente querido envolve experiências de ordem individual (Vianna; Farias, 2011). Ana Paula, no entanto, usando plurais e estratégias de coletivização (como “nossos filhos”), fala em nome de todas as mulheres negras e de todos os moradores das favelas que perderam seus familiares. Ela constrói um sentido de *we-ness* (Goodwin; Polletta; Jasper 2001): sua dor individual é reenquadrada como revolta, um sentimento cuja gramática, diferentemente do luto, abriga uma dimensão pública, de modo que o “nós” passa a constituir sujeitos que se voltam, simultaneamente, para a dor pessoal e para a ação política (Vianna; Farias, 2011).

Identificamos movimento similar de categorização na narrativa de Fátima Pinho. Essa mãe constrói pertencimento ao grupo das mães (de vítimas da violência policial) da seguinte maneira: primeiro ela se apresenta conferindo destaque ao movimento que fundou junto com Ana Paula, depois constrói uma causalidade para a “destruição de vidas” nas favelas, especificamente, em Manguinhos, após a instalação da UPP na localidade, e então, ressalta a dor de suas companheiras:

Excerto 2

01 Sou Fátima Pinho, sou mãe de Manguinhos, onde constituí minha famí-
02 lia. Infelizmente, o Estado assassino por causa de pacificação entrou em
03 Manguinhos para destruir vidas. Foram vidas que eles destruíram. Aca-
04 bou com as **nossas vidas**. Acabou com a vida dos **nossos filhos**. Infeliz-
05 mente eu tô sem o Paulo Roberto.

“**Nossas vidas**” e “**nossos filhos**” são os índices de categorização dos quais Fátima faz uso. Por meio de um movimento espiral, que parte do geral/coletivo (destruiu vidas; acabou com as nossas vidas) ao particular (infelizmente eu tô sem o Paulo Roberto), ela elabora a sua experiência, focalizando primeiro a dor da comunidade como um todo, e depois a sua dor.

Ao final de sua narrativa, Fátima reforça o índice “mãe” como categoria de Pertença, expressando o sofrimento da perda: “Não vou ver meu filho em casa (.)(choro contido)), passar mais um Natal sem o meu filho” e estende a sua dor às outras mães, “fala por elas”, atribuindo ao Estado a responsabilidade (na esfera macrossociológica) pela ausência dos filhos de suas companheiras: “Todas essas mães queriam ter o seu filho em casa, mas não tem, porque agradeça a eles” (ver discurso completo de Fátima no capítulo 4).

Com as avaliações elaboradas nesse excerto narrativo, podemos observar como o luto dessas mulheres é atravessado pela intersecção de gênero, classe e raça. De acordo com o que dissemos neste capítulo, a categoria “**mãe**” – importante marca de gênero – é tornada relevante nas narrativas como um elemento de autoridade. As questões de classe e raça se fazem presentes na narrativa de Fátima Pinho com marcadores como “entrada do Estado” na favela para “pacificação”. Assim, ela denuncia o tipo de política de segurança pública adotada em um local outrora esquecido, que agora conta com uma presença que “destrói vidas” (mais especificamente a da população negra, a maior parcela dos residentes das favelas).

Encaminhamentos

Com o objetivo de estudar como a maternidade é incorporada nas **narrativas de engajamento**, a análise aqui empreendida sugere que é por meio do mecanismo discursivo já identificado nas análises do capítulo 6 – de transição entre a experiência individual com a dor e a experiência coletiva do grupo – que as mães engajadas em movimentos sociais elaboram a maternidade.

Esse movimento discursivo é acompanhado pelo processo de categorização. Ana Paula e Fátima Pinho, fazendo uso de índices como “**nós**”; “**nossos filhos**”;

“**meu filho**”; “**todas essas mães**”, constroem pertencimento ao grupo das mães. Trata-se de um movimento espiral/circular que reenquadra o sofrimento individual como um sofrimento do grupo (e o oposto também). Essa luta coletivizada de Ana Paula, Fátima e das demais participantes da Rede e de outros movimentos sociais sublinha o potencial que a categoria “mãe” tem; mais especificamente, que a maternidade negra tem como elemento de autoridade moral para a ação política.

É uma luta atravessada por questões interseccionais que permeiam a maternidade negra. Vimos nas análises dos capítulos anteriores que Ana Paula, de forma mais específica, conecta a morte de Johnatha ao racismo estrutural, disfarçado de “combate às drogas”. Já Fátima Pinho faz referências mais gerais à questão de classe que atravessa a vida dos moradores das favelas – é o local onde o Estado entra para “destruir vidas”. Como isso, a luta de Fátima é posicionada no centro dos embates discursivos que constroem o espaço favela. Enquanto para outros setores da sociedade a favela é um problema, para ela, o problema é a “presença” do Estado nesse local para a “pacificação”.

Rocha (2014) chama de “**maternidade ultrajada**” a perda dos filhos. Em nossa visão, a manutenção da luta das mães, para além desse **ultraje**, exerce importante papel na organização do luto (Freitas, 2002); no exercício da maternagem negra pela via da resistência; e no desenvolvimento das bases do poder da comunidade negra, que visa empoderar mães e crianças dentro de estruturas sociais opressoras (Collins, 1994).

8. Narrativas e emoções

Digo para mim mesma que eles foram viajar e que um dia eu vou viajar também. Vamos nos encontrar em outro lugar e mataremos as saudades.

Vera Lúcia, 2006.

Vimos estudando a maneira como familiares de vítimas da violência policial se engajam em movimentos sociais para lutar por justiça observando raça e maternidade enquanto atravessadores desse processo. Com base nos estudos que compreendem que o engajamento em movimentos sociais é acompanhado pelo gerenciamento das emoções, dedicamos este capítulo a essa discussão (Jasper, 1997). As emoções se configuram como um objeto de estudo complexo, que é investigado por diversas áreas do conhecimento, tais como Psicologia, Psicanálise, Antropologia e Ciências Sociais. Neste trabalho, nos alinhamos à Antropologia das Emoções para compreender que tipo de emoções as mães elaboram no processo de transformação do luto em ação política. Seguindo a organização dos capítulos anteriores, primeiramente abordaremos o campo teórico da Antropologia das Emoções, em seguida apresentaremos a análise de fragmentos narrativos dos familiares engajados na Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, movimento Mães de Manguinhos e outras mobilizações.

Os estudos das emoções – alguns entendimentos

Durante muito tempo as emoções foram compreendidas como categorias fundamentais do comportamento humano pela Psicologia, sendo entendidas por sociólogos e antropólogos como parte das “coisas” que conectam os seres humanos entre si e com o mundo ao redor deles (Goodwin, Jasper, Polletta, 2001). Desse modo, estudiosos buscavam identificar as emoções existentes para caracterizar o comportamento humano, considerando-as, portanto, algo de ordem interna/individual. Os estudos antropológicos sobre as emoções realizados no período anterior à década de 1980 se baseavam em uma abordagem que compreendia as emoções enquanto processos psicobiológicos, que respondem a diferentes ambientes transculturais, mas que retêm uma robusta essência intocável por questões sociais e culturais. Essa concepção essencialista se pauta no pensamento das sociedades modernas sobre as emoções que, inclusive, ainda se faz presente no senso comum ocidental: de que as emoções seriam fenômenos comuns e naturais a todos os seres humanos, posto que a capacidade de senti-las resultaria do equi-

pamento biológico e psicológico inerente a todo ser humano. Assim, as emoções seriam também invariáveis no tempo e no espaço, ou seja, todo e qualquer ser humano poderia identificar-se com outras sociedades em função do compartilhamento do mesmo tipo de emoções (como amor, raiva, tristeza etc). De acordo com essa teorização, as emoções não carregariam marcas das culturas nas quais as pessoas vivem (Coelho; Rezende, 2011; Rezende; Coelho, 2015).

A visão essencialista das emoções compõe o que a antropóloga Catherine Lutz (1988) chama de *etnopsicologia ocidental moderna* – que faz referência ao sistema de conhecimentos que define e explica como é uma pessoa (suas qualidades, reações e formas de se relacionar com os outros) e que permite a ela monitorar a si própria e aos outros. Um dos pressupostos fundamentais dessa visão é a noção de que um indivíduo é constituído pelo dualismo que opõe corpo e mente. Os fenômenos associados à mente também se dividem em razão e emoção. Esses dois dualismos se relacionam na medida em que a emoção é associada ao corpo, e a razão, à mente. Essa associação explicaria tanto as causas quanto as manifestações dos sentimentos, pois as emoções teriam vários atributos em comum com os fenômenos corporais, como o seu caráter involuntário e espontâneo. Conceber as manifestações hormonais e reações neurológicas enquanto geradores de emoções reforça a ideia de que elas acontecem de forma involuntária, independentemente da vontade do indivíduo.

Há de se considerar ainda a diferença de valorização de cada um desses fenômenos. Em diversos contextos, a mente é considerada um elemento superior ao corpo, e a razão, superior à emoção. Isso porque a razão permitiria o conhecimento e o domínio do mundo real (inclusive do corpo e das emoções), levando o ser humano ao posto mais alto na hierarquia da natureza, ao passo que o caráter incontrolável das emoções colocaria a pessoa mais emotiva em posição de vulnerabilidade. Por outro lado, há momentos em que a emoção é mais valorizada do que a razão. Por exemplo, por ser mais afinada com os sentidos, a emoção indicaria acolhimento e humanidade, em oposição ao caráter duro e frio da razão. Desse modo, as pessoas mais emotivas seriam consideradas “mais humanas” (Rezende; Coelho, 2015).

Trabalhos posteriores a 1980 passaram a questionar essa visão das emoções como algo interno, natural, universal e até irracional. Rosaldo (1980) destaca as consequências de essencializar as emoções: é uma postura que desvia a atenção da vida social, impede a observação do papel dos discursos emotivos nas interações e reforça uma visão universalista das distintas emoções. Em suma, para a autora, a essencialização inviabiliza a observação da emoção enquanto um problema social a ser investigado.

A visão essencialista das emoções também vem sendo desmontada com os estudos da narrativa dramatúrgica e da psicologia narrativa, que, ao conceberem os atores sociais como participantes de uma narrativa contínua, vem construindo novos entendimentos sobre o mundo das emoções (Sarbin, 2001). De acordo com esses estudos, as emoções podem ser compreendidas como uma construção narrativa. Ações como raiva, orgulho, medo, dentre outras que, tradicionalmente, foram concebidas como emoções, são entendidas pelo psicólogo Theodore Roy Sarbin (2001) como enredos narrativos. Com isso, o mundo das emoções é incorporado à estrutura da narrativa e as emoções passam a ser assimiladas como características da narrativa.

No campo da análise política e da emergência dos movimentos sociais, as emoções têm sido consideradas uma chave analítica há alguns anos. Perguntas como: “de que maneira os indivíduos se engajam em movimentos sociais?”; “o que transforma uma indignação em ação política?”; “como uma reivindicação individual se transforma em algo coletivo e gera uma multidão enfurecida nas ruas?” fazem parte do escopo de análise dos movimentos sociais a partir do estudo das emoções. Nesse campo, Goodwin, Polletta e Jasper (2001) apresentam duas tradições de base essencialista que se destacaram por muitos anos, para as quais: *i*) as emoções seriam fruto das multidões e pouco teriam a ver com o indivíduo, isto é, as emoções emergiriam e desapareceriam em resposta ao que acontecia. É como se as multidões fossem capazes de criar, por meio de contágio, um tipo de grupo psicologicamente primitivo e compartilhar sentimentos com todos os participantes; *ii*) as emoções emanariam dos indivíduos, de seus conflitos pessoais – elas não teriam relação com respostas dos indivíduos ao ambiente externo. Sendo assim, apenas as pessoas imaturas seriam suscetíveis aos apelos dos movimentos sociais. Elas seriam compelidas a participar deles por seus “demonhos internos”, e não por uma escolha pessoal. Ambas as visões concebem as emoções de forma vaga, como algo irracional e de difícil identificação em termos práticos de análise (Goodwin; Polletta; Jasper, 2001).

As autoras Lila Abu-Lughod e Catherine Lutz (1990) debatem quatro estratégias usadas por pesquisadores no desenvolvimento do campo da Antropologia das Emoções, incluindo a abordagem essencialista.⁸⁹ Nesse debate elas se alinham à abordagem contextualista, que, fundamentada no aspecto sociocultural das emoções, incorpora a questão do discurso. É uma abordagem que entende

89 As autoras apresentam três abordagens que desconstruem a visão essencialista das emoções: a relativista, a historicista e a contextualista. A abordagem relativizadora foca nos tipos de implicação que as emoções (enquanto variável cultural) podem ter no comportamento social e nas relações sociais (representada por autores como Rosaldo, 1980); a abordagem historicista observa as emoções em lugares sociais particulares, em determinados momentos históricos e em como elas se transformam (Elias, 1978); já a terceira abordagem parte do pressuposto de que as emoções são um construto sociocultural (Goodwin, Polletta; Jasper, 2001).

que as emoções existem em um dado contexto e emergem da relação entre os interlocutores; elas não podem ser compreendidas fora do discurso, posto que são constituídas na vida social (isto é, não são, meramente, um estado interno). Nesse sentido, as emoções podem ser concebidas como práticas discursivas dotadas de uma dimensão micropolítica, que se manifesta na capacidade de dramatizar, reforçar ou alterar as macrorrelações sociais nas quais elas são suscitadas e vivenciadas (Rezende; Coelho, 2015). Esse tipo de visão permite que as emoções sejam analisadas na interação social (mesmo que muitas dessas emoções não sejam propriamente verbalizadas), análise que pode destacar como as emoções são informadas por temas e valores culturais e como elas participam da construção da atividade social. Sendo assim, vale ressaltar que, de acordo com a visão contextualista, as emoções não tratam necessariamente de sentimentos, mas de como os mais diversos temas sociais (papéis de gênero, relações de poder, dentre outros) servem como formas de comunicação.

Observar a dimensão micropolítica das emoções junto à análise discursiva da sociedade colabora com a compreensão de como os indivíduos, em suas práticas discursivas, constroem não somente o mundo em que vivem, mas sentidos sobre ele. Portanto, se as emoções são um fenômeno social, parte de toda ação social (Goodwin; Polletta; Jasper, 2001) e sua análise não pode ser separada da questão do discurso e das relações de poder (Abu-Lughod; Lutz, 1990); é preciso observar que este fenômeno também deve ser analisado em nível micro e macrosociológico. Trata-se de uma análise que observa a esfera tanto individual quanto coletiva, que permeia diversas unidades de organização social, incluindo locais de trabalho, relações entre vizinhos e organizações comunitárias, partidos políticos e movimentos sociais, assim como a interação entre essas unidades. A análise das emoções precisa ser uma via de mão dupla entre o nível macrosociológico e o nível microsociológico, uma vez que questões de ordem macro podem ser compreendidas em profundidade com base em uma análise do micro. Este nível, por sua vez, não pode ser estudado sem a observação do macro (Goodwin; Polletta; Jasper, 2001); é um processo retroalimentar.

As emoções criam efeitos no mundo que, muitas das vezes, são lidos pelos outros participantes da interação como maneiras culturais de manifestar discursos emotivos, que são ou não corporificados com expressões como o choro. Por exemplo, o caráter sociável das emoções é capaz de ser identificado na linguagem das emoções quando a solidariedade é encorajada e/ou desafiada em performances narrativas; é também observado nas relações de poder sobre aquilo que pode ou deve ser dito e que tipo de emoção é permitida em determinados contextos,⁹⁰ de modo que a resposta de um indivíduo ao sentimento do outro

90 Por exemplo, as relações de poder influenciam no pranteamento (choro) de uma morte em público ou

depende das relações macrosociais construídas. Podemos exemplificar isso com a maneira como a sociedade em geral se solidariza e se compadece com determinadas perdas. Já mencionamos que a morte de jovens negros nas favelas (ainda que não envolvidos em atividades criminosas) não produz a mesma comoção que outras mortes decorrentes de atos violentos em outras localidades da cidade.⁹¹ Logo, verifica-se uma espécie de distribuição desigual do luto público, uma vez que determinadas mortes são mais “choradas” e lamentadas do que outras (Santiago, 2020). Sobre isso, a filósofa Judith Butler afirma que “apenas em condições nas quais a perda tem importância o valor da vida aparece efetivamente” (2016, p. 32). Portanto, uma vida só tem valor quando a sua perda é passível de luto.

Em sua obra, Butler (2016) entende que todas as vidas são passíveis de perda (de morte), isto é, todas são frágeis (precárias). Por esse motivo, é preciso que a sociedade mobilize recursos para que todas as pessoas sejam protegidas. No entanto, nem todas as vidas são reconhecidas como “vidas” vivíveis (como vidas importantes), por isso, não são merecedoras de cuidado. São as vidas que nunca foram apreendidas como tal, que não são passíveis de luto, que, caso perdidas, não serão choradas, nem lamentadas pela sociedade.

Dito isso, quais seriam as vidas reconhecidas como vidas na sociedade brasileira – as passíveis de luto? Quais seriam os processos de humanização e de desumanização que traçam linhas que definem quais vidas serão consideradas como vidas e quais mortes não serão publicamente choradas? Para Butler, a capacidade da sociedade de discernir e reconhecer um “ser” dotado de uma “vida” (que importa) depende de normas que são estabelecidas socialmente. São os enquadramentos fornecidos por essas normas que atuam para diferenciar as vidas que compreendemos enquanto vidas das outras. Quando observamos os altos índices de mortos nas operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro, compreendemos quais vidas são concebidas como “descartáveis” – a dos jovens negros, moradores de favelas –; e, se analisamos as relações macrosociais que constroem respostas emotivas da sociedade sob a ótica do racismo, entendemos por que determinadas mortes não geram uma grande comoção.

Conforme já dissemos, as emoções (em sua dimensão micropolítica), enquanto construto social, podem desafiar, estabelecer e/ou reforçar as relações

não, ou o quanto o luto pode ser amplificado a fim de comover mais pessoas.

91 Sem classificar o luto dos familiares e a importância das vidas perdidas, podemos comparar a cobertura midiática e a repercussão de determinadas mortes e casos de violência nas redes sociais. A esse respeito, os autores Santiago e Rodrigues (2018) apontam para as diferenças de tratamento dado às vítimas do acidente aéreo da equipe da Chapecoense (em 2016) e às vítimas da Chacina de Costa Barros (cinco jovens negros foram mortos por policiais em 2015 ao serem “confundidos” com assaltantes). Autoridades públicas anunciaram notas de solidariedade e luto pelos mortos no acidente aéreo; já sobre os mortos na chacina, nada foi dito. Na visão dos autores, não existe luto público para aqueles cujas vidas sequer são reconhecidas como vidas de fato.

de poder, de modo que determinadas emoções discursivas performadas por indivíduos em interações sociais podem ou não ser referendadas pela sociedade. A manutenção dessas performances representa resistência às relações de poder que “determinam” quais emoções são socialmente aceitas. Quando as mães choram as vidas de seus filhos em público, as vidas “não enquadradas nas normas sociais”, elas performam emoções que não são referendadas pela sociedade, resistindo ao contexto que levou à morte de seus filhos. Mais do que isso, esse luto público, além de colaborar com a manutenção da memória desses jovens mortos, confere significado e valor a essas vidas. Santiago (2020) ainda acrescenta que tal luto funciona como estratégia de atuação das mães, na medida em que expõe a precariedade de suas vidas, uma precariedade que diariamente é maximizada pelo Estado.

Em se tratando de mulheres negras chorando seus filhos em público, a expressão desse luto público ainda assume outra conotação. Por conta do processo de escravização e do racismo estrutural, a população negra foi condicionada a conter e reprimir suas emoções, uma vez que expressá-las poderia representar perigo para suas vidas. De acordo com hooks (2010), somente em espaços de resistência, cultivados com muito cuidado, essa população podia expressar seus sentimentos. Sendo assim, o luto público com suas expressões de choro e gritos traz à tona a importância do corpo negro que manifesta suas emoções em público, pois expressa mais uma esfera da resistência da população negra – resistência às ameaças e discursos de outrora, tais como “engole o choro”, ou que assimilavam expressões emotivas como sinais de fraqueza.

Os estudos mais específicos do papel das emoções nos movimentos sociais também evoluíram suas análises com o reconhecimento da importância do contexto (especialmente as ações do Estado) no qual uma dada mobilização acontece.⁹² Surgiram trabalhos que focam nas pessoas que organizam um movimento social que, por meio de um trabalho cultural, recrutam novos participantes; surgiram também outras pesquisas que deixaram de observar as motivações específicas dos indivíduos para observar o reconhecimento da solidariedade como um importante fator para o engajamento em movimentos sociais. Essa virada teórica reconhece a importância das emoções nos estudos da ação política e se alinha à concepção de emoções como construto sociocultural (Goodwin, Polletta; Jasper, 2001).

92 A partir da década de 1960, os teóricos que estudavam movimentos sociais eram, de certa forma, adeptos ou simpatizantes aos movimentos que estudavam; sendo assim, em seus estudos, os manifestantes deixaram de ser concebidos como irracionais e passaram a ser entendidos como um grupo que luta por seus interesses. Entretanto, eles desconsideraram a questão das emoções em suas análises, posto que, na visão deles, as emoções não tiveram papel significativo nas teorias de movimentos sociais e ação coletiva da maioria dos protestos da década de 1960. Foram nas três décadas seguintes que os estudos foram se desenvolvendo sob a ótica da perspectiva sociocultural (Goodwin; Polletta; Jasper, 2001).

As emoções e o engajamento em movimentos sociais

Os movimentos sociais não surgem em um vácuo; várias são as questões que levam indivíduos a se mobilizarem em torno de uma determinada causa. Segundo o sociólogo James Jasper, “muito acontece dentro da cabeça daqueles que se engajam em protestos” (1997, p. 101). No curso de suas vidas, as pessoas são envolvidas em laços afetivos, desenvolvem crenças por meio das quais interpretam o mundo e criam intuições morais (com base na religião, na política, etc) sobre como o mundo deveria ser; assim, elaboram diferentes respostas emotivas para os eventos que as surpreendem. As emoções não apenas acompanham esses desejos e satisfações; mais do que isso, elas os constituem, permeando ideias, identidades e interesses dos indivíduos. Dessa forma, dependendo de como uma determinada ameaça se apresenta, todos esses elementos podem levar indivíduos à participação de protestos. Entender os motivos de um engajamento envolve, pois, o conhecimento daquilo que importa para determinado grupo, ou seja, como o grupo vê o mundo e que linguagem usa para descrever as situações. Nesse sentido, Jasper (1997) atribui o engajamento em movimentos sociais a três construtos que se entrelaçam: moralidade, emoções e aquilo que ele chama de compreensões cognitivas/crenças. A moralidade seria a dimensão da cultura, que traz implicações para a ação das emoções e dos entendimentos que as pessoas têm sobre o mundo. O protesto está, nessa visão, predominantemente relacionado à moralidade, uma vez que ela ajuda o indivíduo a perceber como o mundo é e a lutar por aquilo que acredita que o mundo deveria ser.

Para o autor, o primeiro passo para o engajamento em movimentos sociais é o choque moral, que acontece “quando um evento inesperado ou partes de informação suscitam um sentimento de indignação que leva um indivíduo a se inclinar para a ação política com ou sem contato prévio com mobilizações” (1997, p.106). Isso significa que, a partir de uma situação traumática que ameaça ou interrompe laços de afeto e estilos de vida, os indivíduos podem ser levados a uma ação coletiva, a se engajar em movimentos sociais, mesmo que nunca tenham participado de mobilizações anteriormente. O luto também pode desempenhar importante papel nesse processo, seja após a perda de um ente querido, seja com uma sensação mais geral de perda de algum símbolo cultural.

A resposta ao choque moral varia muito. Alguns indivíduos resignam-se às mudanças que consideram desagradáveis, visto que nem sempre as autoridades cedem aos protestos dos cidadãos. Entretanto, outros canalizam seus medos e raiva em indignação, participando de atividades políticas de forma individual ou coletiva. Nesse sentido, o choque moral pode ser concebido como um catalisador

que deflagra uma revolta e leva o indivíduo a participar de algum movimento social ou de manifestações.

No complexo processo emocional da transformação da indignação em ação direta, isto é, de participação em movimentos sociais, sentimentos como suspeita e desconfiança (principalmente das autoridades) podem ajudar as pessoas a trabalharem o descontentamento e canalizá-lo para a procura por um vilão, aquele a quem culpar por um problema. A alocação de culpa pode ser tanto causal quanto corretiva, posto que ser o responsável por uma ameaça é diferente de ser o responsável por corrigi-la. Por exemplo, se as pessoas acreditam que o governo deveria ter previsto ou evitado uma determinada catástrofe, ou deveria ter feito mais para ajudar aqueles que sofreram com ela, a indignação é legítima, ainda que não se acredite que o governo foi o causador direto da calamidade em questão. Dessa forma, quando há uma desconfiança de líderes e sistemas políticos ou a culpabilização de alguma autoridade ou instituição para as situações de trauma, os indivíduos também podem engajar-se em mobilizações, exigindo demandas concretas para a resolução de problemas.⁹³

Raiva e medo também são importantes emoções geradas pelo choque moral. Enquanto o medo e o trauma podem paralisar os indivíduos, a raiva pode facilitar o engajamento, porque engloba o “modo de ataque”, um conjunto de emoções cultivadas por ativistas que inclui ansiedades e medos incipientes que vão sendo transformados em indignação moral e raiva de políticas públicas e dos responsáveis pela tomada de decisão.

Com o engajamento em mobilizações ou movimentos sociais, os ativistas tecem juntos atitudes morais e emocionais a respeito do objeto de protesto. Nesse processo, emoções como medo e pavor podem ir se transformando em ultraje e compaixão. Resumindo, Jasper (1997) destaca duas construções centrais para a maioria dos protestos: a existência de uma ameaça que gerou o choque moral – seja contra a moradia de um grupo, contra o meio ambiente ou contra um estilo de vida particular (dentre outros tipos); e a existência de um culpado responsável pelo choque moral – que pode ser representado na figura de um indivíduo, de corporações, ou de um grupo de políticos, dentre outros.

Além das emoções já citadas, Jasper (1997) resume em uma lista variadas emoções (positivas e negativas) e seus possíveis efeitos para o engajamento em movimentos sociais, tais como afeto, compaixão, medo, indignação, luto, ódio, ultraje. São emoções que podem se desenvolver em maior ou menor grau em indivíduos que recentemente sofreram algum choque moral; emoções que atuam

⁹³ Por outro lado, a confiança generalizada em um sistema político diminui a incidência de protestos devido à suposição de que o governo consertará as coisas sem pressão pública.

diferentemente de acordo com os variados graus de engajamento e que desempenham importante papel na manutenção do ativismo, isto é, na permanência dos indivíduos em movimentos sociais. No caso das mães de vítimas da violência policial, destacamos o luto, a raiva e a indignação enquanto emoções dotadas de uma dimensão micropolítica de grande importância nos conflitos que desencadeiam a ação política, pois, ao mesmo tempo em que expressam uma dor de ordem individual, essas mulheres produzem denúncias contra questões de ordem macrossocial, como o racismo sistêmico.

Outro importante catalisador para a ação política/luta por demandas é a esperança. Crapanzano (2003) destaca como, em situações de extremo sofrimento, a esperança leva ao engajamento em mobilizações. Com base nisso, compreendemos que, à medida em que os familiares contam suas histórias de dor e violência, transitando entre suas experiências particulares e a experiência coletiva dos demais participantes do movimento, a esperança é construída. As histórias das mães tornam-se narrativas de resistência, que projetam a esperança (na busca por justiça) como um recurso para a manutenção do ativismo.

Uma vez engajados em mobilizações ou movimentos sociais, manifestantes tendem a criar quadros interpretativos para o que acontece na sociedade. É possível que modifiquem suas ideias acerca de muitas questões sociais. Isso porque os movimentos sociais são capazes de elaborar espaços públicos que permitem a expressão das diferenças e a negociação necessária entre os diversos valores que cada grupo de pessoas compartilha; são capazes de construir a “consciência do direito a ter direitos” (expressão de Lefort *apud* Telles, 1994). Em outras palavras, à medida em que os indivíduos começam a participar de movimentos sociais, eles vão expandindo a consciência de seus direitos, o que representa um letramento crítico, uma espécie de aprendizado cívico. Segundo a socióloga Ângela Paiva, o surgimento de movimentos sociais com práticas associativas e construção de identidades que possam trazer novas pautas para a esfera pública cumprem função pedagógica, pois:

Os movimentos sociais (...) ao pensarem em estratégias de ação coletiva, em novos frames para orientarem esta ação, que canalizam a percepção de algum tipo de carência ou conflito até então dissimulado, ocultado ou distorcido, é dado o início a um aprendizado que pode vir a ser o móvel de formas de participação em uma pedagogia cívica não associada ao sistema escolar (2013, p. 37).

Dessa forma, estar em um movimento social envolve aprendizado sobre causas que extrapolam a indignação inicial que levou um indivíduo ao engajamento. Com base nessas considerações, compreendemos que a participação das mães em movimentos sociais como a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência ou o Mães de Manguinhos pode ir além da questão da luta por justiça

e se expandir para outras pautas importantes para os moradores de comunidades no Rio de Janeiro, tendo em vista que essas mulheres aprendem a lutar por outros direitos também. É um aprendizado que envolve agir coletivamente, em algum grau – seja dentre os pares do movimento social, seja em diálogo com outros grupos e mobilizações. Nesse processo, identidades coletivas são elaboradas.

A construção de uma identidade coletiva em movimentos sociais – de um senso comum de “nós” (“*we-ness*”) – vem do poder de expressar emoções coletivamente, do reconhecimento de que elas são compartilhadas dentre um determinado grupo (Snow, 2001). Coletivamente, os indivíduos podem elaborar raiva e ultraje contra uma situação, contra o governo ou até mesmo contra pessoas que não pertencem ao grupo (“*outsiders*”). É essa expressão coletiva que ajuda a criar a identidade de cada movimento e que leva seus participantes a desenvolverem um senso de pertencimento e de solidariedade – recursos-chave para a sustentação do ativismo. A expressão coletiva também sugere a criação de laços de confiança, de lealdade e de afeto, de modo que um estranho que sofreu com uma situação (um choque moral) similar àqueles que estão engajados em mobilizações deixa de ser um estranho para tornar-se alguém em quem passam a confiar e com quem compartilham experiências, emoções e visões de mundo. É uma relação de confiança e compartilhamento de emoções recíprocas que fomenta solidariedade (Jasper, 1997).

Os rituais ou corporificações simbólicas, tais como performances públicas, músicas⁹⁴ e danças compartilhadas também são de suma importância no que diz respeito às emoções e identidades coletivas fomentadas no seio dos movimentos sociais, pois lembram aos participantes os compromissos morais com os quais se comprometeram, visto que evidenciam emoções, reforçando o senso de solidariedade entre o grupo. Os rituais praticados nas religiões tipicamente definem o que é sagrado; de maneira similar, os rituais dos protestos colocam em destaque determinados elementos ou pessoas, pois funcionam como dispositivos que realçam crenças e acentuam emoções já existentes, além de criar novos significados (Jasper, 1997). A exemplo disso, podemos citar: a apresentação ritualística comum aos familiares da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência e de outros movimentos de mães ao apresentarem-se em público; a maneira como protestam, vestindo camisas com as fotos de seus filhos e empunhando cartazes; os rituais que fazem em determinadas manifestações, como a árvore de Natal que montaram em frente à Câmara dos Vereadores com as fotos das vítimas de violência policial; e a performance que encenaram em frente à

94 As músicas compartilhadas entre os participantes do Movimento dos Direitos Civis dos negros nos Estados Unidos têm importante papel na construção da identidade coletiva dos manifestantes (ver Morris, 1984).

Delegacia de Polícia Civil, quando dispuseram bonecos sujos com tinta vermelha na calçada da instituição para representar os corpos ensanguentados das vítimas da violência policial; dentre tantas performances e rituais.

Já a identidade (individual) de um ativista é também construída coletivamente, com base nas atividades políticas advindas do engajamento em mobilizações, e envolve uma série de questões, como: habilidades e conhecimentos sobre a causa pela qual se luta; consciência do potencial que um protesto tem; e programa articulado de ideologia política e objetivos específicos. A construção dessa identidade conta ainda com uma rede de companheiros que apoiam a causa. A satisfação pessoal de pertencer a um movimento e a catarse que advém de mobilizações coletivas colaboram para a manutenção do ativismo. Vale ressaltar que muitos ativistas permanecem engajados mesmo quando a luta já foi judicialmente declarada como “perdida” ou quando casos de Inquéritos Policiais foram sumariamente arquivados. Jasper (1997), em sua análise sobre as emoções mobilizadas pelos indivíduos engajados no movimento antinuclear chamado *Abalone Alliance*,⁹⁵ discorre acerca da manutenção da mobilização mesmo quando a luta contra a construção da usina não produzia mais efeitos concretos. Para o autor, as dinâmicas emotivas daquilo que ele chama de subcultura fomentada dentre os participantes foram fortes o suficiente para manter o movimento unido.

Dito isso, todo movimento possui uma cultura que interliga as atividades com as crenças e sentimentos que dão sentido a essas atividades. Essa é uma das maneiras segundo as quais os laços de solidariedade vão se estabelecendo. Colocar a solidariedade em destaque significa reforçar o papel da coletividade para tecer uma moralidade ao redor de questões políticas (Zilli, 2017). Apoiado nos estudos de Durkheim sobre rituais coletivos, o sociólogo Randall Collins (2001) entende que a solidariedade está intimamente relacionada ao sucesso ou à duração de uma mobilização. Ela é fruto de emoções coletivas que surgem com o compartilhamento ritualizado instigador de emoções (como raiva, medo etc. – ou, nos termos de Jasper, choque moral) que levam os indivíduos a participar de movimentos sociais. Sendo assim, a solidariedade é caracterizada pela transmutação da emoção catalisadora que levou um determinado grupo ao engajamento em uma emoção coletiva, que é fruto do compartilhamento de um foco comum dentre os manifestantes.

Mas como acontece esse processo de compartilhamento ou de coletivização de um determinado foco? No caso particular em estudo, verificamos que o luto, uma emoção socialmente entendida como de ordem individual, transforma-

⁹⁵ Movimento formado por ativistas que se posicionaram contra a instalação de uma usina nuclear na região de Diablo Canyon, na Califórnia, no período de 1977 a 1984. Em 1985 a usina iniciou seus trabalhos.

-se em uma experiência coletiva. Como isso acontece? Como a experiência particular de uma mãe que perdeu seu filho torna-se uma questão coletiva? Como se dá a mobilização de outros grupos para uma determinada causa? O sociólogo Joseph Gusfield (1981) focaliza o processo de tornar público um determinado assunto levando em conta o ponto de vista dos atores sociais nele envolvidos. Em outras palavras, ele analisa os movimentos sociais com base nas percepções dos participantes, naquilo que eles consideram justo ou injusto, buscando entender como os “senso do justo” constituem a ordem pública. Com isso, a percepção de justiça torna público um determinado assunto. Nesse sentido, atos de injustiça podem desencadear protestos impulsionados pelas emoções (Jasper, 1997). Dentro de um movimento, a dor de um indivíduo se converte na dor de todos por conta do compartilhamento das emoções e das experiências advindas do choque moral.

Dessa forma, é possível compreender que a coletivização da dor se manifesta com os sentimentos de solidariedade entre o grupo, os quais vão surgindo a partir da consciência coletiva, quando os indivíduos passam a se identificar com o sofrimento do outro (Calhoun, 1994). Para Freire (2011), a dor da perda de um filho é o elemento que contagia as outras mães que vivenciaram a mesma experiência e as mobilizam a compor um grupo. Em seu estudo sobre como militantes de um movimento social da Baixada Fluminense lançam mão do recurso emotivo para atribuir palavras à vivência da injustiça, Freire destaca a emoção enquanto um recurso de comoção (gerador de solidariedade), que sensibiliza o outro e o engaja na trama narrada; que tem o poder de tomar o lugar da palavra e sensibilizar outros indivíduos. As emoções configuram-se, portanto, como um recurso para que as reivindicações advindas de uma experiência dolorosa possam acessar uma coletividade (Rezende; Coelho, 2015).

Se as emoções são práticas discursivas dotadas de uma dimensão micro-política que se manifesta na capacidade de dramatizar e até alterar as macrorrelações sociais, analisar as narrativas das mães de vítimas da violência policial proporciona não apenas a compreensão de qual é a gramática emocional que informa o engajamento dessas mulheres na luta por justiça, mas também como uma situação microssocial de assassinato em uma favela atualiza o contexto macro de racismo estrutural e violência policial na cidade do Rio de Janeiro.

Narrando o sofrimento

Conforme dissemos no capítulo 4, as **narrativas de engajamento** dos familiares de vítimas da violência são profundamente avaliativas e mobilizam emoções no processo de transformação do luto em ação política. O ponto dessas narrativas trata da defesa da inocência do filho e é carregado de denúncias con-

tra o Estado – denúncias que evidenciam a injustiça dessas mortes. Esse ponto também se traduz no choque moral “mais direto”, o motivo que levou os familiares para a participação em movimentos sociais: a morte do filho. Este choque é construído de diversas maneiras e inclui outros elementos além da perda do filho.

Na narrativa de Ana Paula, é possível perceber como emoções são mobilizadas ao longo de todo o discurso de Ana Paula. A declaração de que seu filho foi assassinado com um tiro nas costas, injustamente, carrega, por si só, emoções socialmente compartilhadas: indignação, sofrimento, tristeza. Se a perda de um filho já é considerada pelo senso comum uma das dores mais fortes da experiência pessoal, a ocorrência disso em um contexto de violência e injustiça amplifica a carga dramática.

Excerto 1

10 Nós, que moramos em favelas, que perdemos nossos filhos INJUSTA-
11 MENTE sabemos que o que há é o combate aos pobres. Estão tirando os
12 nossos filhos, e ninguém SE IMPORTA? (3s) o MEU FILHO, ele foi assas-
13 sinado aos dezanove anos de idade com um tiro nas costas, totalmente
14 indefeso. E é por isso que eu tô aqui hoje, junto com essas mães, com esses
15 pais, com esses familiares

O repertório de ações verbais e não-verbais que indiciam as emoções mobilizadas por Ana Paula incluem choro contido, ênfases, gritos (marcados com letra maiúscula na transcrição), padrão rítmico, lágrimas e pausas. Em termos linguísticos, compreendemos esses repertórios como estratégias de envolvimento que intensificam a experiência narrada (Tannen, 2007). São repertórios que também podem ser analisados apenas sob a ótica da Antropologia das Emoções, mas, quando incorporamos um aporte teórico linguístico, mais especificamente a Análise de Narrativa, para compreender esses repertórios, ampliamos o escopo de análise para o entendimento daquilo que acontece na vida social.

Depois de apresentar a si mesma e descrever o contexto mais geral de violência policial nas favelas, Ana Paula pergunta retoricamente: “estão tirando os nossos filhos, (.) e ninguém SE IMPORTA?” (linhas 11 e 12). Corporificando afetos com choro, pausa e entonação de voz, ela chama a responsabilidade da sociedade em geral no questionamento das políticas de segurança pública. Ao mesmo tempo em que denuncia o descaso público com a morte de jovens negros, essa mãe produz uma versão semiespecializada da discussão sobre que vidas importam e merecem ser protegidas (Butler, 2019). Num movimento performático com alto grau de envolvimento, Ana Paula chora e enluta concretamente a morte de Johnatha em um discurso multimodal de resistência à banalização da morte do filho.

A elaboração do choque moral, do motivo que levou Ana Paula ao engajamento na luta por justiça, se dá por meio do movimento discursivo mais característico de sua narrativa – a transição da experiência particular para a coletiva. Conforme já mencionamos, ela fala de um contexto mais amplo, apresentando sua **história particular**, que, junto com o coletivo (na presença dos outros familiares), constrói a causalidade de seu engajamento. Trata-se de uma construção espiral, na qual ela apresenta as mortes de jovens em geral (“estão tirando nossos filhos”), depois apresenta a morte de seu filho (“o meu filho foi assassinado”), e, então, apresenta seus companheiros (“tô aqui hoje, junto com essas mães”). Nesse processo, destacamos a avaliação que descreve como se deu a morte de Johnatha – “totalmente indefeso”. Compreendemos que esta escolha lexical destaca a defesa da inocência de Johnatha, acentuando a carga dramática da dor de uma mãe que não pôde proteger seu filho. Isso porque, em nossa visão, essa avaliação constrói Johnatha como um filho que necessita de cuidado e que, no momento de sua morte, estava indefeso.

Na sequência, essa mãe lança mão de uma extensa **coda avaliativa** na qual ela produz denúncias contra o sistema judiciário brasileiro, que também funcionam como um complemento do choque moral vivenciado por ela:

Excerto 2

19 E é por isso que eu tô aqui hoje, junto com essas mães, com esses pais,
20 com esses familiares. Sabe por quê? O policial que assassinou o meu fi-
21 lho, X, o nome dele. Foi o policial que desgraçou a minha vida, MAS SE
22 HOUVESSE JUSTIÇA de repente hoje o meu filho estaria vivo. Porque
23 esse mesmo POLICIAL, já havia sido preso um ano antes, ELE RESPON-
24 DE A PROCESSO POR TRIPLO HOMICÍDIO E POR TENTATIVA DE
25 HOMICÍDIO E NINGUÉM FEZ NADA, A JUSTIÇA NÃO ACONTECEU.

Podemos perceber como essa mãe elabora o seu engajamento, o motivo pelo qual está na manifestação e na luta por justiça a partir de duas situações que ela constrói como interligadas: a morte de seu filho e a ausência de punição para o policial já envolvido em outros crimes antes da morte de Johnatha. Nas linhas 19 e 20, Ana Paula faz uso de uma repetição que intensifica a oração narrativa que tem como objetivo enfatizar e explicar esse motivo:

- **por isso que eu tô aqui hoje** – direcionado à morte de seu filho em si;
- **sabe por quê?** – direcionado à questão da justiça, à ausência de punição para o policial que foi acusado de vários crimes antes da morte de seu filho.

Depois disso, Ana Paula nomeia o agente responsável pelo tiro que matou Johnatha e apresenta uma narrativa hipotética (linhas 22 a 26). A partir desse momento, essa mãe conduz seu discurso com gritos e choros que, junto a essa repetição dos porquês, acentuam a carga dramática de seu discurso, dando maior ênfase às emoções que ela mobiliza ao constatar que, de repente, seu filho poderia estar vivo se “houvesse justiça”. Com isso, ela transfere essa situação para a esfera macro, porque, em sua visão, se esse policial tivesse sido preso à época em que cometeu outros crimes, possivelmente, seu filho estaria vivo. É esse movimento que vimos chamando de espiral. Essa mãe desenvolve sua narrativa conectando os eventos de ordem micro aos de ordem macro. Entendemos essas emoções como parte do choque moral que a levou para a luta por justiça. Essa profunda indignação de Ana Paula gerada pelo choque moral também pode ser compreendida como um ponto de virada (Mishler, 2002), aquilo que mudou a sua história.

Adicionamos ao ponto da presente análise um dado etnográfico: no decorrer do discurso de Ana Paula, outros companheiros da Rede a abraçaram nos momentos de choro e expressaram solidariedade entoando palavras de ordem como “Justiça!” – cena típica dos protestos. Esse repertório, junto a todos os recursos avaliativos, também funciona na performance como uma estratégia para cobrar a responsabilidade da população em denunciar os crimes dos agentes do Estado.

Já na narrativa de Janaina, mãe de Jhonata Dalber, o gerenciamento das emoções produz efeitos de sentido que focalizam a experiência individual dessa mãe.

Excerto 3

04 ele foi até a comunidade,(.) para fazer um favor pra mim, (.) pegar um
05 pacote com um saquinho de pipoca (4s). E lá, ele foi alvejado com um tiro
06 na testa, (.) pelo policial da UPP do Borel (12s) ((chorando)). E hoje eu tô
07 aqui com essas mães, em busca de justiça (4s) e enquanto eu tiver vida, eu
08 vou atrás dessa justiça, e enquanto eu tiver força pra isso eu vou lutar (.),
09 porque nem todo mundo que mora em comunidade é marginal, (.) nem
10 todo mundo que mora em comunidade mora porque quer, (.) é por não ter
11 condições. (.) É por não ter opção, (.) de sair de lá. (2s) E meu filho não
12 morava lá, e mesmo assim meu filho foi assassinado (2s). Eles destruíram
13 a minha família, (2s) destruíram a minha vida, e eu só tô aqui pra pedir
14 justiça, (2s) só justiça. Obrigada a todos.

O repertório de emoções corpóreas e escolhas lexicais usados por Janaina constroem a inocência de seu filho. Ela chora e faz uma grande pausa, justamente, no momento que nomeia a morte dele (linhas 4 a 6), o que acentua a

carga dramática de seu relato e intensifica o ponto de sua narrativa. Sarbin (2001) entende que expressões corporais como as lágrimas podem auxiliar as metas dos indivíduos em suas performances narrativas e identitárias. No caso da narrativa em questão, o repertório de emoções evidencia a disparidade das ações de Jhonata, quando comparadas à ação dos policiais:

- **foi até a comunidade fazer um favor pra mim**
- **pegar saquinho de pipoca**
- **foi alvejado na testa por um policial da UPP**

É uma disparidade que funciona como uma denúncia a uma brutalidade policial injustificada; também destaca a banalização da violência policial e a ausência de qualquer motivo que pudesse construir uma relação de causalidade ou racionalização para a morte de um jovem na favela.

Já dissemos ao longo do livro que a dor da perda de um filho é socialmente construída como uma das piores experiências que uma mãe pode ter; a performance de Janaina mobiliza emoções que, junto às pausas e lágrimas, exercem três funções: *i)* tomam o lugar da palavra e expressam o indizível e a percepção da injustiça; *ii)* materializam a indignação e a reivindicação por justiça; *iii)* se configuram como um recurso de comoção que sensibiliza a audiência, tanto as pessoas que passam pela rua como os participantes do movimento, pois quando Janaina chora, os familiares a abraçam e a confortam, incentivando-a com palavras para que ela continue seu discurso. Isso aponta para a compreensão de que o compartilhamento da dor permite a esses familiares o gerenciamento em coletividade de uma perda que é da esfera individual (Jasper, 1997; Freire, 2011).

Continuando a narrativa, Janaina elabora o motivo pelo qual está nessa manifestação, o choque moral que a levou ao engajamento na luta por justiça por meio de uma relação de causalidade – ela primeiro descreve as situações que envolvem a morte de Jhonata e, então, expressa que está naquele local em busca de justiça (linhas 7 e 8). Seu discurso constrói o significado da luta expresso no alinhamento com as mães e a importância da manutenção da luta “enquanto eu tiver vida, eu vou atrás dessa justiça” (linha 7 e 8).

Ao encerrar sua história, Janaina ainda apresenta seu anseio por justiça, também retratado nas narrativas de outros familiares. Em nossa visão, tal anseio evidencia a esperança que se manifesta na luta por justiça como um dispositivo catalisador para a mobilização coletiva dessas mães (Jasper, 1997; Freire, 2011; Crapanzano, 2003).

Com a análise da narrativa de Janaina, podemos compreender que seu engajamento na luta por justiça é construído em três momentos: *i)* quando ela

ênfatiza que está na luta com os familiares porque seu filho foi morto; *ii*) quando ela estende a sua luta ao combate ao preconceito contra os moradores de favelas; *iii*) quando ela pessoaliza a sua experiência com a violência policial, verbalizando as consequências que isso trouxe para a sua vida (“eles destruíram a minha vida; destruíram a minha família”). Por meio dessa pessoalização, Janaina colabora com a humanização da vítima de violência policial. Entendemos que quando narrativas de violência são construídas como parte de histórias de vida que mobilizam emoções e acentuam o caráter dramático dessas experiências, a violência toma forma, toma corpo, e sai da esfera das estatísticas. Isso porque as estatísticas, normalmente, acabam atribuindo um caráter abstrato às mortes, o que distancia as vítimas e seus familiares da sociedade civil. Desse modo, a experiência pessoal de Janaina, que parte do contexto micro de assassinato de seu filho, materializa as consequências das políticas de segurança pública do Rio de Janeiro. É nesse sentido que as **narrativas de engajamento** desempenham importantes papéis nos movimentos sociais.

Passaremos agora aos fragmentos narrativos de Fatinha, mãe de Hugo Leonardo. A narrativa dessa mãe conta com uma performance que elabora o luto público com emoções corporificadas e uma espécie de construção ritmada, com pausas que intensificam a experiência narrada.

Excerto 4

28 (.) eu recebi um telefonema, eu tava passando uma camisa para o meu ma-
29 rido trabalhar (0,2) um amigo falou assim ‘Fatinha a X ligou e falou que a
30 polícia matou o Hugo’ (.) foi assim (0,2) eu perdi meu chão (.) eu não sei
31 como eu consegui descer as escadas, porque (0,2) eu não sentia o chão,
32 (.) mas logo quando eu cheguei lá, eles já tinham arrastado o corpo dele.

O fragmento narrativo acima pertence ao discurso que vimos analisando nos capítulos anteriores. Podemos observar como essa mãe mobiliza emoções ao narrar o sofrimento de receber a notícia por meio de seus familiares e o que ela fez na sequência. Nas linhas 30 a 32, é possível identificar a primeira reação de Fatinha ao choque moral advindo da notícia que acabara de receber – ela perdeu o chão.

Em outro excerto narrativo, gravado durante uma manifestação em frente à 5ª Delegacia de Polícia Civil (DP), Fatinha dá mais detalhes sobre esse momento em que “perdeu o chão” e os eventos seguintes à morte de Hugo. Vale ressaltar que, durante essa manifestação, os familiares presentes fizeram seus discursos diante de uma emissora de TV e, após esse momento, permaneceram no local dando entrevistas, mas ainda seguindo o padrão ritualístico de apresentação nos protestos. Desse modo, ao mesmo tempo em que se dirigiam aos jornalistas,

gritavam em direção à Delegacia. Gravei Fatinha em um desses momentos de entrevista/discurso de manifestação. Devido a esse caráter multimodal, que possibilita a atenção da audiência por um tempo maior, Fatinha expande sua narrativa:

Excerto 5

38 Tiraram o corpo do local (.) fizeram o morador pegar lençol, ameaçou de
39 morte se alguém falasse alguma coisa, não fez perícia no local, arrastou
40 o corpo do meu filho e ainda forçou os amigos do meu filho a carregar o
41 corpo pelo lado de baixo que foi pela rua X, não foi pela principal onde
42 estavam os outros policiais batendo nos meus conhecidos que estavam
43 querendo fazer uma manifestação, até grávida apanhou, spray de pimenta,
44 teve de tudo. Só eu que não tive coragem, porque eu perdi o chão. Eu
45 fiquei (.) NESSE DIA EU FIQUEI (.) que eu não sei onde eu tava. Eu não
46 sei (.) ATÉ HOJE eu me pergunto o porquê que eu não reagi naquela tarde.
47 Eu não consegui reagir. Não consegui. Eu fiquei quase um ano. Bem dizer
48 morta dentro de casa sem saber aonde ir, pra onde ir, com medo de sair
49 porque eles ameaçaram de morte. Até no dia do enterro do meu filho pra
50 me tirarem de dentro de casa foi um sufoco. Eu com medo deles metralhar
51 a gente. Matar.

Nas linhas 38 a 42, Fatinha caracteriza as ações da polícia após os disparos que mataram Hugo. Essas caracterizações diferem um pouco daquelas feitas sobre as ameaças que antecedem a morte de seu filho (ver Excerto 6, capítulo 6). Não há marcas de personalização; ao contrário, as ações complicadoras, enunciadas com verbos que indicam sujeito indeterminado (**tiraram; fizeram; ameaçou; arrastou; forçou; estavam batendo**), fazem referência a uma atuação que não é direcionada especificamente a uma pessoa.

A avaliação da linha 43 sobre a revolta dos moradores “até grávida apanhou” se contrasta com a postura de Fatinha “NESSE DIA EU FIQUEI” (linha 45). O “perder o chão” narrado por ela em duas ocasiões diferentes enfatizam os efeitos do choque moral vivenciado por essa mãe: uma espécie de paralisia.

As escolhas lexicais e a performance narrativa com repetições e aumento na entonação de voz funcionam como um recurso intensificador da experiência narrada por Fatinha, que põe em destaque a dor dessa mãe e o quanto o choque a paralisou. Listamos essas escolhas abaixo:

- não tive coragem
- perdi o chão
- Eu fiquei (.) NESSE DIA EU FIQUEI (.)
- Eu não consegui reagir

- morta dentro de casa
- com medo de sair

Conforme já dissemos na análise do capítulo 4, Fatinha narra a morte de Hugo a partir do seu sofrimento pessoal. Ela conta que ficou quase um ano sem sair de casa, com medo dos policiais. O que fez com que ela saísse às ruas? Como se deu a passagem de uma vivência do luto individual para o luto público? Como se deu a transformação desse luto em luta? De acordo com Jasper, “muito acontece dentro da cabeça dos indivíduos que se engajam em protestos” (1997, p. 101). O complexo processo emocional da transformação da indignação em ação direta envolve a canalização da raiva e/ou da dor em indignação.

Nos fragmentos narrativos do discurso de Fatinha em frente à Delegacia de Polícia Civil, destacamos outras duas situações fomentadoras do choque moral vivenciado por ela – além da perda de Hugo – e que exercem importante papel na “saída” dessa mãe às ruas. A primeira é o sofrimento que diz respeito à caracterização moral da vítima (Misse, 2011), aquilo que Ana Paula chamou de “segunda morte”⁹⁶ – maneira como a mídia e demais setores da sociedade, tipicamente, caracterizam as vítimas de violência policial, como criminosos, como se vê no próximo excerto:

Excerto 6

30 Há 5 anos eu quero uma resposta. Se não, vai terminando eu morrer e
31 limpar o nome do meu filho eu não vou conseguir? Não, eu quero limpar
32 o nome do meu filho. Eu quero. Porque saiu na mídia, ‘mais um traficante
33 morto’. E NÃO É VERDADE. E mesmo se FOSSE. Ele morreu de joelho,
34 com a mão pro alto, com a camisa na boca. Então eu quero uma resposta
35 daqui.

Fatinha refuta a reportagem sobre a morte de seu filho e constrói seu engajamento por meio de uma relação de causalidade – “eu quero limpar o nome do meu filho”; “Porque saiu na mídia, ‘mais um traficante morto E NÃO É VERDADE”. A revolta pela maneira como seus filhos são caracterizados pela mídia hegemônica é tornada relevante em muitas das narrativas das mães. Compreendemos

⁹⁶ Durante uma entrevista em grupo que fiz com os participantes da Rede e de outras mobilizações de mães, Ana Paula classificou como uma “segunda morte” a maneira como seu filho foi retratado nas notícias de jornais da mídia hegemônica: como um criminoso que estaria trocando tiros com a polícia. Geralmente, os jornais reportam casos assim seguindo a narrativa dos policiais, oficializada pelo Registro de Ocorrência. Em nossa visão, a dor incomensurável dessa segunda morte tem relação com o fato de essas mães perceberem que a morte de seus filhos não é considerada pranteável (Butler, 2016). É a constatação de que a vida de seus filhos não tem importância para determinados setores da sociedade.

essa indignação e a necessidade de descolar o nome dessas vítimas de adjetivos como “traficante” ou “bandido” como parte do choque moral – importantes catalisadores para o engajamento dos familiares na luta por justiça.

Fatinha ainda explica como Hugo foi morto e se posiciona contra a tese que circula na esfera mais conservadora da sociedade brasileira (muito repetida pelo atual presidente e seus apoiadores), de que “bandido bom, é bandido morto”. Ainda que Hugo fosse um traficante, testemunhas afirmam que ele morreu rendido, o que caracteriza uma execução, e não uma troca de tiros, conforme consta no Registro de Ocorrência feito pelos policiais responsáveis por sua morte. Na sequência, Fátima direciona sua fala para a Delegacia de Polícia Civil, exigindo uma resposta do órgão responsável pela investigação do caso dela, na época desta manifestação.

O segundo evento catalisador, isto é, o segundo choque moral, diz respeito a uma situação que aconteceu com um outro morador da Rocinha:

Excerto 7

- 57 Tudo isso, foi apavorante. Mas, quando fizeram aquilo com o Amarildo
58 foi que eu tive coragem. Eu falei ‘não, eu vou ter que sair’ e daí por diante.

No dia 14 de julho de 2013, mais de um ano após a morte de Hugo, o ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Souza desapareceu após ter sido conduzido por policiais até a sede da UPP da Rocinha para uma averiguação. Segundo a versão dos policiais envolvidos, ele foi liberado em seguida. Contudo, Amarildo nunca mais foi visto. A investigação apontou que vinte e cinco policiais tiveram participação no desaparecimento dele; no entanto, apenas oito foram condenados. Esse episódio tornou-se um símbolo dos casos de abuso de autoridade dos policiais. A pergunta “*Onde está o Amarildo?*” ecoou pelas ruas do Rio de Janeiro em meio aos protestos de 2013, que ficaram conhecidos como Jornadas de Junho (ver Araújo, 2016). O desaparecimento de Amarildo é construído na narrativa de Fatinha como o choque moral que provocou uma indignação capaz de converter o trauma e a paralisia gerados pela morte de Hugo em revolta canalizada para ação política. Essa construção se dá por meio de uma relação de causalidade, na qual ela avalia o medo dos policiais como “apavorante”, porém, com o ultraje e a indignação provocados pelo desaparecimento forçado de Amarildo, ela “teve que sair”. É como se, a partir daquele momento, não existisse outra opção a não ser se mobilizar. Fatinha, que ficara quase um ano “Bem dizer morta dentro de casa sem saber aonde ir” (linha 47 e 48 – excerto 5), teve coragem para sair para a luta.

Portanto, o choque moral de perder um filho, junto à etiqueta “traficante” que foi atribuída a Hugo e à indignação pelo caso Amarildo, são os eventos catalisa-

dores que levaram Fatinha ao engajamento na luta por justiça. A sua performance narrativa mobiliza emoções que focalizam a dor de perder um filho e a paralisia diante dessa perda.

De modo similar à Fatinha, que narra a morte de seu filho sob a ótica de seu sofrimento, Fátima Pinho, mãe de Paulo Roberto, narra os eventos apresentando a sua dor, mas enfoca também o sofrimento de seu filho.

Excerto 8

07 O Paulo Roberto tinha passagem no DEGASE ((inaudível)) leve, mas isso
08 não era motivo para eles tirarem a vida do meu filho. Meu filho não foi
09 levado, meu filho não levou tiro, meu filho não tava trocando TIRO, meu
10 filho não tava correndo de polícia, meu filho não tava vendendo droga,
11 meu filho não tava fazendo nada, não tava roubando, não tava nada. Sim-
12 plesmente tava na favela, passou pelo beco pra ir dormir e sofreu uma
13 abordagem violenta porque ele tinha questionado a abordagem do irmão
14 e ele foi espancado e sufocado até a morte.

Ao iniciar a sua **história** particular com as ações complicadoras que efetivamente descrevem o que aconteceu com Paulo Roberto, Fátima Pinho lança mão de orações narrativas, performadas de forma acelerada, com um padrão rítmico com entonação e repetição – que constroem a inocência de Paulo Roberto:

- **Meu filho não foi levado,**
- **meu filho não levou tiro,**
- **meu filho não tava trocando TIRO,**
- **meu filho não tava correndo de polícia,**
- **meu filho não tava vendendo droga,**
- **meu filho não tava fazendo nada,**
- **não tava roubando,**
- **não tava nada**

É uma performance carregada de emoções e funciona como uma estratégia de envolvimento (Tannen, 2007) que acentua a dramaticidade dessas orações e põe em destaque a indignação de Fátima: seu filho não estava fazendo nada e, ainda assim, “foi espancado até a morte”. Essa indignação, em nossa visão, constrói o engajamento dessa mãe na luta por justiça. A repetição também parece ser acionada para refutar todos os possíveis estigmas que podem ser atribuídos à vítima de violência policial que tem um “passado que condena”. Paulo Roberto

não trocou tiro, não vendeu droga, em suma, ele “não tava fazendo nada” (linha 11) que pudesse, de alguma forma, “justificar” a sua morte. Sua passagem pelo sistema socioeducativo não justificava sua morte, tampouco suas ações. De acordo com as análises anteriores desse fragmento, o uso do advérbio “simplesmente” atribui certa banalidade à morte desse jovem.

Depois de falar sobre o Estado e sobre Paulo Roberto, Fátima descreve sua experiência particular – Paulo Roberto morreu em seus braços.

Excerto 9

17 eu tive o prazer de chegar perto do meu filho e eu sentir dois suspiros dele
18 e ele morreu nos meus braços. Esse foi o prazer que eles me deram, de ver
19 o meu filho morrer no meu colo e eu não tenho o meu filho hoje. Não vou
20 ver meu filho em casa (.) ((choro contido)), passar mais um Natal sem o
21 meu filho (.) Os irmãos querer ter os irmãos juntos e não ter (.) E não têm
22 (.) Entendeu? (.)

A partir do excerto acima, podemos observar como Fátima mobiliza emoções na elaboração dessa experiência. No preciso momento em que ela narra a ausência de seu filho no Natal – data mencionada como especialmente delicada para os familiares de vítimas da violência policial –, ela muda o seu padrão tonal de fala acelerada e ritmada para uma fala com micro pausas e embargo de voz, performance que parece conter o choro.

Presenciar a morte de um filho é socialmente considerada uma das experiências mais dolorosas que uma mãe pode ter. Nas orações narrativas das linhas 17 e 18, Fátima faz uso do substantivo “**prazer**” para caracterizar essa experiência. Em nosso entendimento esse uso possui duas faces explicadas a seguir.

No primeiro, mobiliza emoções: “e eu tive o prazer de chegar perto do meu filho e eu sentir dois suspiros dele e ele morreu nos meus braços”. O uso de “prazer” aqui denota um toque de proximidade, que é construído como uma espécie de privilégio – Fátima teve uma última chance de ver seu filho com vida. A maioria das mães de vítimas da violência policial (talvez todas) não têm acesso aos eventos que antecederam a morte dos seus filhos e ao que aconteceu logo na sequência. Muitas precisam remontar a história com a ajuda de testemunhas que estavam no local. Outro momento de ausência de detalhes é a hora em que seus filhos foram socorridos e levados para algum hospital ou UPA. A partir de conversas informais das quais participei durante a etnografia das manifestações, aprendi que, quando vítimas como Paulo Roberto chegam nas unidades de saúde levadas pelos policiais, a família (que, geralmente, chega depois) não consegue

ter acesso à vítima ou ao corpo. Os familiares relataram que, normalmente, é vedado a eles o acesso às informações sobre os procedimentos médicos realizados na vítima (quando ainda está viva) ou no corpo, ao passo que a polícia tem total acesso (provavelmente, em função da classificação de morte em decorrência de intervenção policial). No caso de Fátima, ela pôde estar ao lado de seu filho naquele que consta como os momentos finais de vida dele, em que “deu dois suspiros e morreu” em seus braços (linhas 17 e 18). Esse “prazer” pode ser compreendido como o único consolo que ela teve – de despedir-se dele e acolhê-lo na hora da morte.

No segundo, funciona como ironia: “Esse foi o prazer que eles me deram, de ver o meu filho morrer no meu colo e eu não tenho o meu filho hoje” (linhas 18 e 19). O uso do termo “prazer” aqui funciona como uma figura de linguagem, que expressa exatamente o oposto do que se quis dizer; inferimos que o Estado “concedeu” a Fátima um “prazer” que é, na verdade, um sofrimento: a perda do filho.

Ademais, a repetição do substantivo *prazer* destaca a dor dessa mãe. Levando em consideração a trajetória de Fátima na luta por justiça, mais especificamente as dificuldades que ela enfrentou por conta da passagem de Paulo pelo sistema socioeducativo, compreendemos que a forma como ela elabora a sua dor, praticando um luto público, funciona como uma estratégia para enfatizar a vida de Paulo Roberto como uma vida que importa – uma vida passível de luto (Butler, 2019).

Finalizando as análises deste capítulo, observaremos agora como José Luiz, pai de Maicon, mobiliza emoções em seu processo de transformação do luto em ação política. Já dissemos no capítulo 4 que o ponto da narrativa dele é a defesa da memória de seu filho e que, nesse processo, ele denuncia o Estado. Também dissemos que toda a sua narrativa é direcionada à audiência que se encontra no congestionamento provocado pela manifestação e, possivelmente por isso, conta com muitas explicações para o motivo pelo qual ele se encontra no protesto. Na análise que se segue, tratamos esse motivo/ponto como expressões do choque moral que o levou ao engajamento na luta por justiça.

Quanto à sua performance narrativa, Zé Luiz mobiliza emoções por meio de escolhas lexicais que constroem os eventos de forma gradativa e intensificam a sua experiência.

Excerto 10

01 Boa tarde a todos e a todas, certamente vocês podem tá passando aqui,
02 olhando a gente, achando um bando de malucos, mas eu tive um filho, que
03 no dia 15 de abril de 1996 sob o comando do X Batalhão de X, às quatro e
04 quarenta e cinco, aonde o Maicon foi morto numa operação do X batalhão
05 do X e aí que que aconteceu? O Maicon foi para o auto de resistência (.)
06 aos dois anos de idade.

Na abertura de seu discurso ao microfone, Zé Luiz apresenta o motivo pelo qual está na manifestação, fazendo uso de uma causalidade “mas eu tive um filho” que “foi morto numa operação do X batalhão”. O fato de ter um filho morto pela polícia já pode ser compreendido como motivo “suficiente” (como o choque moral) para a indignação de um pai e sua presença em um protesto. No entanto, por meio da pergunta retórica “e aí que que aconteceu?”, que produz um efeito de suspense, Zé Luiz apresenta aquilo que entendemos como um segundo choque moral: “O Maicon foi para o auto de resistência (.) aos dois anos de idade”. Essa declaração mobiliza emoções e acentua a denúncia que ele faz acerca das contradições contidas nessa tipificação – como uma criança poderia representar perigo para os policiais, de modo que atrasassem em legítima defesa?

Na sequência de seu discurso, ele produz avaliações que expressam os seus posicionamentos sobre a situação narrada e mobilizam emoções, destacando o seu sofrimento como pai.

Excerto 11

09 Certamente a gente dentro de um ônibus, de um táxi, de uma moto, acha
10 que a gente é um bando de maluco. Espero que um dia você não esteja do
11 lado de cá. Mas que vai ser ruim e doloroso, é. Porque você ter um filho,
12 aos dois anos e seis meses, qualificado como um marginal por um estado
13 democrático de direito genocida e assassino, é pior de que a própria morte.

Zé Luiz se dirige à “audiência” reforçando o ponto de sua narrativa, o motivo de estar participante do protesto. Suas avaliações intensificam a experiência, que é elaborada com uma explicação gradativa, dotada de repetições e relações de causalidade:

Primeiro, ele apresenta a situação: a morte.

eu tive um filho, que foi morto numa operação do X batalhão

Depois, ele apresenta a tipificação da morte e a idade do filho:

- Aonde o Maicon foi para o auto de resistência (.) aos dois anos de idade
- Porque você ter um filho, aos dois anos e seis meses, qualificado como um marginal

Na sequência, ele explica o que significa essa tipificação:

- **é pior de que a própria morte** (avaliação que destaca o seu sofrimento e indignação diante da maneira como Maicon morreu).

A indignação e dor de Zé Luiz com o enquadramento “auto de resistência” são perceptíveis em suas escolhas lexicais. O trabalho etnográfico realizado é outro índice dessa indignação. Em diversas conversas, ele expressou o quanto desejava ao menos uma espécie de “pedido de desculpas” por parte do Estado, um reconhecimento do erro cometido na descrição dos eventos que levaram à morte de seu filho. Esse sofrimento com a classificação “auto de resistência”, ou com a maneira como a mídia noticia esses casos, trata da caracterização moral da vítima de violência policial, a chamada “segunda morte”, tal qual identificamos na performance narrativa de Fatinha (ver excerto 6).

Concluindo a análise dos fragmentos narrativos de Zé Luiz, compreendemos que esse pai contrasta a caracterização de seu filho (“O Maicon foi para o auto de resistência aos dois anos de idade) com a descrição do Estado (“genocida e assassino”) por meio das seguintes estratégias: escolhas lexicais, pergunta retórica e explicação gradativa com repetições. Identificamos como constituintes do choque moral que o levou ao engajamento na luta por justiça: o seu sofrimento com a morte de seu filho e a sua indignação com a tipificação “auto de resistência”.

Encaminhamentos

De modo alinhado ao principal lema dos movimentos de mães de vítimas da violência policial, – “Do luto à luta” –, frequentemente estampado nos cartazes empunhados nos protestos, o que se vê nos fragmentos narrativos analisados é um reenquadramento das emoções relacionadas ao luto e ao sofrimento da perda de um filho (geralmente experiências individuais e passivas) em ação voltada para causas coletivas.

Como vimos neste capítulo, a perspectiva contextualista aborda as emoções como informadas por temas e valores culturais, como elementos que participam da vida social, de modo que não tratam necessariamente de sentimentos, mas de como determinados temas sociais servem como forma de comunicação, de exemplificação de situações recorrentes. Levando em consideração esta abordagem, nossa análise sugere que as emoções mobilizadas pelos familiares funcionam como modos de exigir mudanças no sistema. Elas são dotadas de uma

dimensão que atua politicamente, na medida em que: *i*) dramatizam as experiências com a violência policial; *ii*) mobilizam solidariedade/coletividade dentre os participantes do movimento e a audiência mais ampla; *iii*) dão substância às denúncias que evidenciam as injustiças que acompanham as mortes nas favelas e as responsabilidades do Estado nesse cenário.

Dissemos na apresentação da análise deste capítulo que a entrada em movimentos sociais é também atravessada pelo gerenciamento das emoções e que compreendemos a morte do filho como o motivo mais central (uma espécie de “primeiro choque moral”) que impulsiona os familiares para a luta por justiça. Para além desse “primeiro choque”, sublinhamos o papel de duas instâncias no processo de engajamento na luta por justiça. São elas: o grupo dos familiares de vítimas da violência policial e o Estado. Em casa narrativa esta instituição é figurada da seguinte maneira:

- no “combate às drogas” (narrativa de Ana Paula)
- na atuação da UPP nas favelas (narrativa de Janaina)
- no desaparecimento do Amarildo (narrativa de Fatinha)
- no uso da violência injustificada (narrativa de Fátima Pinho)
- no “auto de resistência” (narrativa de Zé Luiz)

Finalmente, a análise apontou que a necessidade de limpar o nome do filho morto, isto é, “apagar” do registro de sua morte a classificação “homicídio decorrente de intervenção policial” ou “auto de resistência”, caracteriza-se como mais um choque moral, um evento que impulsiona indivíduos para a ação política.

Vale mencionar que essa necessidade de limpeza do nome do filho tem relação com a preservação da memória das vítimas de violência policial, de modo que o ativismo sustentado dos participantes de movimentos sociais como o Mães de Manguinhos e a Rede, junto à prática do luto público nas manifestações não só desempenham o papel historiográfico de manter viva a história dessas vítimas, como também reforçam a importância dessas vidas perdidas na chamada “guerra às drogas”.

9. Do luto à luta – reflexões finais

Temos um estado de direito democrático para quem? Nós temos justiça para quem? Quantos jovens estão morrendo dentro da favela? Nós estamos aqui e é por esse direito democrático, é por esse direito, pelos direitos que me garantem constitucionalmente que eu estou aqui.

Deize Carvalho, 2019

A tese originária deste livro abordou uma questão com relevância macrossocial analisando um contexto de ordem microssocial – a análise discursiva priorizou o estudo do fenômeno da violência policial e do engajamento em movimentos sociais sob a ótica dos atores sociais que os vivenciam. Não buscamos, todavia, produzir generalizações a partir de um grupo localmente situado, mas provocar reflexões sobre como se dá a luta por justiça de moradores de favelas que perderam seus familiares, vítimas da brutalidade policial, e que efeitos discursivos essa luta produz na esfera pública.⁹⁷ Como se viu, o engajamento de familiares em movimentos sociais envolve a transformação do luto, da dor de perder alguém de forma violenta, em revolta, em luta por justiça, em ação política. Para esta investigação, elegemos as práticas narrativas levadas a cabo por esses familiares – majoritariamente, as mães – no contexto dos protestos organizados pela Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência. São histórias de diferentes pessoas, mas que, quando contadas juntas nesse contexto, sublinham o paralelismo entre elas. Parece que são histórias repetidas: um jovem negro, uma incursão policial, a morte, o Registro de Ocorrência com a classificação “morte decorrente de intervenção de agente do Estado”, a luta de seus familiares por justiça, a morosidade para a apuração do caso e, quase sempre, o arquivamento. A “repetição” dessas histórias evidencia o cenário macrossocial de que participam essas mortes: o racismo estrutural e as práticas necropolíticas do Estado no “combate às drogas”.

Para tentar dar conta do fenômeno em algumas de suas complexas dimensões, organizamos o percurso analítico a partir das seguintes esferas: das narrativas, que são o instrumento utilizado pelos familiares para reivindicar justiça na esfera pública; da resistência, expressa na forma como se posicionam contra o racismo que permeia as esferas do judiciário, bem como determinadas políticas de segurança pública; da maternidade, maneira como acionam a categoria “mãe”

⁹⁷ Cabe a investigações futuras, por exemplo, analisar práticas discursivas de outros movimentos sociais para enriquecer o entendimento da narrativa como ferramenta para mobilizar suas demandas na esfera pública (De Fina, 2020; Araújo, Biar; Bastos, 2020).

para indicar pertencimento a movimentos sociais como a Rede; e do gerenciamento das emoções, perceptível no papel das narrativas na transformação do luto em ação política.

A análise dos fragmentos narrativos foi orientada pelas seguintes perguntas de pesquisa: *i) como se constituem as narrativas de engajamento enunciadas pelos familiares participantes de movimentos sociais como a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência?*; *ii) como emoções e sofrimento são organizados nas narrativas desses familiares?*; *iii) que mecanismos discursivos são utilizados nessa articulação?*

O processo analítico apontou para a recorrência de uma espécie de padrão narrativo adotado pelos familiares durante seus discursos nos protestos organizados pelos movimentos sociais dos quais fazem parte. Chamamos esse padrão de **narrativas de engajamento**, histórias dotadas de aspectos singulares, que produzem importantes efeitos na esfera pública; são histórias de vida que extrapolam a maneira como as pessoas tipicamente narram o sofrimento, pois transitam entre questões de ordem individual (a perda de um filho) e questões de ordem coletiva (a violência policial nas favelas e as práticas racistas das variadas instâncias do Estado); são narrativas que tratam de dor e sofrimento, mas que também tratam de resistência e ação coletiva – são *escrevivências* (Evaristo, 2017). De maneira mais ou menos uniforme, as narrativas de engajamento contam com a “estrutura” apresentada no quadro a seguir:

Elemento da estrutura	Características/funções
Apresentação inicial	Funciona como uma orientação (em termos labovianos) que localiza quem é essa mãe/pai, onde mora e quem é o seu filho.
Contextualização	Apresenta elementos do contexto macrosocial que envolve as vidas dos moradores das favelas – a violência policial e as políticas de segurança pública de “combate às drogas”.
História particular	Dá conta das ações complicadoras que descrevem os eventos mais específicos que levaram à morte do filho.
Coda avaliativa	Finaliza o discurso com avaliações (que operam como denúncias) sobre variadas questões que atravessam a luta por justiça, como o racismo, as dificuldades enfrentadas nas esferas do judiciário, dentre outras.

Quadro 3: estrutura das narrativas de engajamento.

A identificação desses elementos que constituem as narrativas dos familiares engajados em movimentos sociais colaborou com a compreensão de como emoções e sofrimentos são mobilizados nas narrativas. Conforme discorreremos ao longo do livro, dois movimentos discursivos se entrelaçam nas histórias. A *transição dos eventos/situações e emoções que são individuais/pessoais para os que são coletivos/públicos nas narrativas* é acompanhada por sistemas de coerência que produzem *racionalizações* para a morte dos jovens negros, com base em explicações de situações macrosociológicas. O movimento de transição entre pessoalização x coletivização ainda se faz presente na caracterização da polícia. Nas narrativas, a corporação ora é construída com certa proximidade, como “o policial X”, “o batalhão X” que “acabou com a minha vida”; ora com distanciamento, como parte da lógica de atuação de um sistema baseado em práticas racistas e necropolíticas.

De modo mais específico, apresentamos cada processo de racionalização identificado na análise:

- Ana Paula opera com o racismo e a necropolítica, localizando a “guerra às drogas” como uma das causas para a morte de seu filho;

- Fatinha, além do racismo, incorpora os discursos do senso comum que expressam preconceito contra pessoas que já passaram pelo sistema prisional para explicar por que seu filho se tornou “um alvo” da polícia;

- Fátima Pinho, ao construir a presença/atuação do Estado na favela como maneira de “destruir vidas”, elabora essa situação como uma necropolítica;

- José Luiz caracteriza o Estado como “genocida e assassino” e determinados políticos como responsáveis pelas leis que “fazem calamidades com negros e pobres”, se aproximando do discurso que atrela a morte desses jovens à necropolítica.

Ambos os movimentos discursivos atuam de forma espiral – descrevem uma situação microssocial de assassinato em uma favela como parte da esfera macrosocial, que diz respeito às políticas de segurança pública e às medidas adotadas pelas variadas instituições do Estado para a investigação e julgamento de casos de brutalidade policial.

Em face das intersecções de gênero, classe e raça que atravessam a maternidade negra, a concebemos como um instrumento de empoderamento e de resistência (Gonzalez, 1984; hooks, 1984; Davis, 1983; Collins, 1994). A análise dos fragmentos narrativos observou como as mães constroem laços de solidariedade em seus discursos e como a categoria “mãe”, além de indicar o pertencimento ao grupo de mulheres participantes de movimentos sociais como a Rede, coletiviza a

dor na esfera pública. É, ainda, uma categoria organizadora do conjunto de personagens que aparecem nas narrativas – os filhos, os jovens negros, as outras mães.

Os achados analíticos apresentados até agora dão conta dos objetivos específicos desta pesquisa — o objetivo mais geral, a primeira motivação para a realização deste estudo, foi compreender como as mães de vítimas da violência policial se engajam em movimentos sociais para lutar por justiça. Para este fim, nos alinhamos à Antropologia das Emoções e identificamos que o engajamento desses familiares envolve episódios de choque moral, de uma indignação extrema que desencadeia na ação política (Jasper, 1997). O primeiro deles é a perda do filho no contexto de violência estatal – participam disso a dor e o sofrimento do luto em si, junto à revolta diante do agente causador do óbito, já que o Estado deveria ser a instituição responsável por garantir a proteção de todos os cidadãos. O segundo choque trata da caracterização moral da vítima, que faz referência ao Registro de Ocorrência, dispositivo que localiza a morte como homicídio decorrente de intervenção policial e enquadra a vítima como praticante de alguma ação criminosa; esta caracterização se faz presente na maneira como a mídia hegemônica noticia casos de “auto de resistência”. Esses dois choques foram analisados como eventos catalisadores de indignação em todas as narrativas.

O engajamento em movimentos sociais ainda é acompanhado por um processo de letramento crítico. Paiva (2013) reforça o caráter pedagógico dos movimentos sociais, uma vez que, a partir do contato com associações diversas, os indivíduos podem identificar-se com novas pautas de luta. Cada movimento aponta para uma situação específica que envolve suas reivindicações particulares – exemplificando o caso particular da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência e das Mães de Manguinhos, temos: o aprendizado sobre o contexto sócio-histórico que permeia a luta por demandas; o ensinamento a respeito das etapas do processo jurídico como um todo e das performances nas manifestações; o compartilhamento da solidariedade; e o entendimento dos significados de uma luta em coletividade. Trata-se de um letramento que exerce importante papel nos atos de resistência, pois se dá em um contexto no qual os discursos que circulam sobre a violência policial nas favelas apontam para uma construção da realidade que retroalimenta o racismo estrutural de diversas maneiras, seja firmando políticas de segurança pública que resultam na morte da população negra moradora das favelas, seja indiciando as vítimas da brutalidade policial como criminosos, logo, responsáveis pela própria morte.

Dos resultados práticos mais imediatos da luta das mães junto à Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência e outros movimentos sociais, podemos sublinhar três tipos de encaminhamentos que trazem à tona o impacto

institucional e social da atuação dessas mães: *i*) o de base judicial, que faz referência aos avanços dos casos na esfera judiciária. Conforme dissemos, muitos dos Inquéritos Policiais tornam-se denúncias em função da agência dos familiares, da pressão que fazem nas instituições e da procura por provas e testemunhas que possam colaborar com a elucidação do caso; *ii*) o de base legislativa, que trata de mudanças nas leis e nas políticas de segurança pública que visam a “guerra às drogas”. A exemplo disso, temos o estabelecimento da Semana Estadual das Pessoas Vítimas de Violências no Estado do Rio de Janeiro e as pressões para que se cumpram integralmente determinações como a Lei 5.588/2009,⁹⁸ que estabelece a instalação de câmeras de vídeo e áudio nas viaturas das forças de segurança, assim como monitoramento e registro das ações individuais dos agentes; *iii*) o ativismo sustentado pelos familiares participantes de movimentos sociais, que produz letramento crítico e práticas de esperança, que podem servir como catalisadores para que outras mães que sofrem com o mesmo tipo de violência se engajem na luta por justiça.

Conforme dissemos na abertura deste capítulo, as **narrativas de engajamento**, quando apresentadas coletivamente nas manifestações, colocam em destaque a lógica de atuação do sistema. Contra essa atuação, o ativismo das mães representa uma prática de resistência, uma recusa ao discurso do acidente – como se as mortes de Johnatha ou de Paulo Roberto fossem apenas deslizes isolados de alguns policiais –, representam, portanto, uma recusa à banalização dessas mortes.

A (des)banalização do luto e ações de (re)existência

A morte nas favelas tornou-se uma questão banal, comum, uma rotina. Autores que revisitam o conceito de *banalidade do mal*⁹⁹ de Hannah Arendt afirmam que o “banal” e o “comum” são coisas distintas – banalidade não é normalidade, mas passa-se por ela, de modo que um ato mau se torna banal não por ser comum, mas por ser vivenciado como se fosse algo comum (Andrade, 2010; França, 2016). Nesse sentido, a violência policial nas favelas é banalizada quando é concebida como algo ordinário.

Comparando as mortes oriundas da Covid-19 no Brasil em 2020 com as mortes resultantes da ação da Polícia Militar nas favelas em 2019, o sociólogo Mauro Iasi afirma, em entrevista, que “a rotinização do fato faz com que se banalize o fenômeno como parte da vida e, portanto, abrindo espaço para sua negação”

98 Para saber mais sobre isso, ver a Lei 9.298/2021 que altera alguns de seus dispositivos.

99 O termo advém dos relatos da autora sobre o julgamento de Adolf Eichmann, em 1961, pelos crimes de genocídio contra os judeus durante a Segunda Guerra Mundial. A banalidade do mal faz referência à trivialização da violência junto à falta de reflexão no cumprimento de “ordens superiores”.

(Veiga, 2020). A matematização também faz parte desse processo quando uma morte se torna um número, uma estatística, essa sequência diária tende a naturalizar o fenômeno. Em comparação similar, o pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, Bruno Paes Manso, compreende que, para a opinião pública, as pessoas que morrem em confrontos com a polícia são aquelas que, de alguma maneira, tinham uma “justificativa” para morrer, pois são negros, pobres, moradores de periferia, suspeitos de serem traficantes, de modo que existe uma certa ilusão de que mortes assim estão restritas apenas a determinados grupos considerados “matáveis”. Isso não gera necessariamente uma banalização, mas uma tolerância a esse tipo de ocorrência (Veiga, 2020).

Geralmente, as pessoas não têm empatia por números, por estatísticas recorrentes – por exemplo, um acidente de avião com duzentos mortos tende a causar mais choque do que se esse mesmo número de pessoas morresse por ações da polícia ao longo de um mês.¹⁰⁰ Já dissemos que isso também tem relação com a caracterização moral da vítima, pois os grupos consideráveis matáveis são aqueles não pranteáveis (Butler, 2019). Todavia, quando as mães de vítimas da violência policial choram por seus filhos em público, produzindo narrativas alternativas às “oficiais” (que constam no Registro de Ocorrência), elas reenquadram as mortes de seus filhos como perdas pranteáveis, como vidas que importam – isso transforma o luto público em um ato político.

Reforçamos que as narrativas estudadas em nossa pesquisa representam práticas de resistência que denunciam como o racismo opera nas mais diversas instâncias do Estado. E se reexistir faz referência à desestabilização de discursos já cristalizados (Souza, 2009), as mães reexistem na medida em que ressignificam a morte de seus filhos. São práticas de reexistência que produzem os seguintes efeitos discursivos: *i*) desbanalizam as mortes ocorridas na favela, retirando-as da esfera das estatísticas; *ii*) atribuem um rosto às consequências do racismo, humanizando as vítimas da violência policial; *iii*) desconstroem generalizações produzidas pelos discursos do senso comum, tais como “se morreu é porque fez algo de errado”, ou “bandido bom é bandido morto”. Portanto, as mães atuantes na Rede e em outros movimentos sociais, com suas **narrativas de engajamento**, chamam a atenção da sociedade para o problema da violência policial nas favelas, ressignificando as mortes como parte de uma lógica de atuação (necropolítica) do Estado – isso insere essas histórias no centro de embates discursivos que tratam do lugar do negro na sociedade. Na contramão do sistema, as mães resistem ao lugar da subordinação e da criminalização. Elas reforçam que seus filhos mortos têm nomes, têm mães, e suas vozes são ecoadas por meio de suas lutas.

100 A pandemia no Brasil gerou uma nova compreensão a esse respeito, pois o Brasil chegou a registrar quatro mil mortes em um único dia e, ainda assim, poucas ações de solidariedade ou mesmo um maior respeito às restrições de circulação foram registradas. Sobre esse debate, ver artigo de Veiga (2020).

As práticas de reexistência das mães, observáveis em suas performances narrativas, colaboram para a construção da categoria raça enquanto forma de mobilização política (Paschel, 2016); uma mobilização que reforça a possibilidade de mudança (Almeida, 2019). Nesse sentido, as práticas de reexistência projetam a esperança (na busca por justiça) como um recurso (Lear, 2008) para a manutenção do ativismo. Assim, o luto é convertido em luta política (ou práticas de esperança – Crapanzano, 2003) junto à transformação da dor pessoal em movimento coletivo, ainda que a esperança não esteja mais na resolução do caso particular (situação de Dalva, mãe de Thiago, uma das vítimas da Chacina do Borel, cujo caso foi encerrado com a absolvição dos policiais envolvidos), mas sim na possibilidade de mudanças na estrutura de condução das operações policiais e nas investigações dos homicídios decorrentes de intervenção policial. Isso indicia como a esperança projetada por essas mulheres invoca uma temporalidade não linear, que envolve uma relação entre passado, presente e futuro (Silva; Lee, 2020). Ao mesmo tempo em que mães como Dalva exigem justiça para casos já encerrados, elas demandam transformações no sistema, projetando esperança para o futuro.

Esperar por ações concretas do Estado e produzir denúncias contra práticas genocidas e racistas de suas instituições, como as polícias civil e/ou militar, significou, para mim, certo contrassenso: o Estado é o algoz dessas mortes, mas, também, o agente reparador. Então, como esperar do mesmo Estado genocida uma reparação? Como confiar nesse Estado? Fátima Pinho ressaltou como o Estado entrou em Manguinhos e “destruiu vidas”. Zé Luiz caracterizou a dualidade desse ente como “democrático de direito genocida e assassino”. No epílogo que abre este livro, Ana Paula diz que receber uma resposta (julgar os policiais) “é o mínimo” que o Estado pode fazer pelos familiares. Diante disso, observar a dualidade *Estado algoz x Estado redentor* exige levar em consideração que o Estado não pode ser concebido como uma instituição única. Trata-se de um aparato enorme, um agente de destruição de poder, que funciona em muitos níveis e atua de modos contraditórios por meio de suas muitas instituições.

A morte de jovens negros nas favelas envolve, em maior e menor grau, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pois as políticas de segurança pública no “combate às drogas”, a aplicação das leis e a investigação e o julgamento dos policiais responsáveis pelos “autos de resistência” são todas atribuições de instituições específicas desses três poderes. Dito isso, com quais esferas do Estado as mães de vítimas da violência policial estão interagindo? Quando acusam o “Estado” (de assassino e de racista, por exemplo), elas atribuem uma face ao problema, materializam o culpado pela morte de seus filhos; mas quais esferas do Estado

estão diretamente envolvidas nessa questão? Que esfera poderia, efetivamente, fazer algo a respeito dessas mortes? Como os movimentos sociais podem atuar em meio às contradições do Estado para alcançar suas demandas?

Para moradores das favelas, o Estado, no que diz respeito aos direitos do cidadão, na maioria das vezes, é um ente ausente – falta saneamento básico, falta infraestrutura, faltam serviços de saúde e educação, falta segurança; falta até respeito. Entretanto, o tipo de política de segurança pública adotada no Rio de Janeiro faz de uma esfera do Estado um ente bem presente nas favelas – o aparato policial –, seja por meio da UPP, seja por meio de ações de patrulhamento, ou, ainda, de incursões policiais, com o principal intuito de “combater às drogas”. Sendo assim, a própria presença/ausência do Estado se manifesta de forma controversa nesse território. Se vivemos em uma democracia, em um Estado Democrático de Direito, a quem recorrer?

Com base nessas considerações, apesar de parecer controverso, “culpar o Estado” e “demandar justiça dessa instituição” são posturas compatíveis com a noção de que o Estado não é um bloco unificado que atua em uma direção apenas. Embora o racismo e as práticas necropolíticas se façam presentes em muitas de suas esferas, conforme denunciam as narrativas das mães de vítimas da violência policial, a luta delas representa uma possibilidade de mudança, pois questionam a soberania desse ente (Santiago, 2016). Ademais, culpar o Estado e demandar dele a reparação representa mais uma esfera da tentativa de desbanalizar as mortes nas favelas. Pois, enquanto culpado pelas altas estatísticas e responsabilizado pela morte de indivíduos nominalizados por suas mães, é também a instituição responsável pela reparação da dor dessas mulheres. O Estado é “forçado” a reconhecer o problema e, por que não, a projetar mudanças. É nisso que reside a força da luta das mães.

As mães são as vozes de seus filhos. A luta por justiça atribui um rosto às estatísticas de violência policial no Brasil. Reservamos esse espaço para atribuir um rosto a essas guerreiras.



Imagem 3: Ana Paula à esquerda - seguida por Fátima Pinho (mãe de Paulo Roberto) e Bruna Silva (mãe de Marcus Vinicius)
Acervo: Rafael Daguerre/Mídia1508 – Protesto contra a morte de Marielle Franco, Rio de Janeiro (2018)



Imagem 4: Janaina
Acervo Katja Schilirò – Ato Acorda MP – Organizado por movimentos sociais compostos por mães de vítimas da violência do Estado em frente ao Ministério Público do Rio de Janeiro



Imagem 5: Fatinha
Acervo Rafael Daguerre/Mídia1508 – Manifestação em Manguinhos, Rio de Janeiro
(2017)



Imagem 6: Fátima Pinho – Acervo: Rafael Daguerre/Mídia1508
Manifestação em frente ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (2018)



Imagem 7: José Luiz
Acervo: Rafael Daguerre/Mídia1508 – Protesto contra a morte de Marielle Franco, Rio de Janeiro (2018)



Imagem 8: Familiares de vítimas da violência policial, participantes de diversos movimentos sociais
Acervo: Rafael Daguerre/Mídia1508 – Ato Acorda MP – Organizado por movimentos sociais compostos por mães de vítimas da violência do Estado em frente ao Ministério Público do Rio de Janeiro (2017)

(2017)

10. Referências bibliográficas

ABU-LUGHOD, L.; LUTZ, C. Introduction. In: **Language and the politics of emotion**. New York: Cambridge University Press, 1990.

ALBERTO, P. **Terms of Inclusion: Black Intellectuals in Twentieth Century Brazil**. The University of North Carolina Press, 2011.

_____. “Democracia racial” e inclusão racial: histórias hemisféricas. In: ANDREWS, G. R. DE LA FUENTE, A. **Estudos afro-latino-americanos – uma introdução**. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

ALMEIDA, S. **O que é Racismo estrutural?** São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

ANDREWS, G. R. Desigualdade: raça, classe e gênero. In: ____; DE LA FUENTE, A. **Estudos afro-latino-americanos – uma introdução**. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

ANDRADE, M. A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral: contribuições arendtianas. In: **Revista Brasileira de Educação**. v. 15 n. 43 jan.-abr. 2010.

ANISTIA INTERNACIONAL. Você matou meu filho! Homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro. In: **Anistia Internacional**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Voce-matou-meufilho_Anistia-Internacional-2015.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2017.

ARAÚJO, F. A. **Do luto à luta: a experiência das Mães de Acari**. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2007.

ARAÚJO, E. P. “**Não tá acontecendo nada e eles passam pra tocar um terror**”: repressão policial e construções identitárias em narrativas de junho de 2013. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

_____.; BIAR, L. de A.; BASTOS, L. C. Engagement in social movements and the fight for justice: a study on the narratives of black mothers. In: **Trab. linguist. apl.** v. 59, n. 3, set.-dez. 2020. p. 1690-1709.

ARRUDA, Maria Armanda do Nascimento. A sociologia de Florestan Fernandes. In: **Tempo Social**, revista de sociologia da USP. v. 22, n. 1, 2010. p. 9-27.

AUDRE, L. Textos Escolhidos. Herética Edições Lesbofeministas Independentes. In: **I Am Your Sister: Collected and unpublished writings of Audre Lorde.** Oxford University Press: 2009. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/171382/AUDRE%20LORDE%20COLETANEA-bklt.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2017.

BASTOS, L. C. Contando estórias em contextos espontâneos e institucionais – uma introdução ao estudo da narrativa. In: **Calidoscópico**. v. 3, n. 2, 2005, p. 74-87.

_____. Diante do sofrimento do outro - narrativas de profissionais de saúde em reuniões de trabalho. In: **Calidoscópico**, v. 6, n. 2, 2008. p. 76-85.

_____.; BIAR, L. de A. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. In: **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**. v. 31, 2015. p. 97-16.

BAKHTIN, B.B. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. 2. Ed. Tradução P. Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BATISTA, V. M. **Difíceis ganhos fáceis: droga e juventude pobre no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BECKER, H. **Outsiders: Estudos da sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009 [1963].

BERNARDINO, J. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. In: **Estud. afro-asiát.** Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, 2002.

BIAR, L. A. **Realmente as autoridades veio a me transformar nisso: narrativas de adesão ao tráfico e a construção discursiva do desvio.** 2012. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

_____. ORTON, N. BIAR, L. A.; BASTOS, L.C. Tales from the South: doing narrative analysis in a “post-truth”Brazil. In: **Narrative Inquiry**. v. 31, n. 1, 2021. p. 126-146.

BOUVARD, M.G. Revolutionizing Motherhood: the mothers of Plaza de Mayo. Wilmington: SR Bokks, 1994.

BRAGA, A.; GASTALDO, E. Pertencimento como categoria analítica: etnometodologia para o estudo da comunicação. In: **E-Compós**. [S. l.], v. 22, n. 1, 2018. DOI: 10.30962/ec.1563. Disponível em: <<https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1563>>. Acesso em: 10 set. 2021.

BRUNER, J. **Atos de significação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997 [1990].

_____. Life as narrative. **Social research**, v. 54, n.1, Spring, 1987.

BUTLER, J. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. **Vida precária: os poderes do luto e da violência.** Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CALHOUN, C. **Social theory and the politics of identity.** Oxford, and Cambridge: Mass, 1994.

CAMARANTE, A. **Mães em Luta: Dez anos dos Crimes de Maio de 2006.** São Paulo: Ponte Jornalismo, 2016.

CARDOSO, C. O espaço e o lugar na favela: as diferentes representações e identificações sobre a Favela da Maré, Rio de Janeiro. In: **Geosul**. Florianópolis, v. 30, n. 59, jan.-jun. 2015. p. 145-166.

CASTELLI, N. D. Conhecendo as mães da praça de maio: ensaio do perfil da associação. In: **XI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA**. Rio Grande, 2012.

Anais ANPUHS. Rio Grande. Disponível em:

<http://www.encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/18/1345839063_ARQUIVO_TextoanaisANPUH2012.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2021.

CASTELLS, M. A sociedade em rede do conhecimento à política. In: CASTELLS, M.; CARDOSO, G (Orgs). **A sociedade em rede: do Conhecimento à ação política.** Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 2005.

CATES, Jr., HENRY L. **“Race”, writing, and difference.** Chicago: Univ. of Chicago Press, 1985, p. 1-20.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da violência:** 2017. Rio de Janeiro: IPEA; São Paulo: FBSP, 2017. Disponível em:
<<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/atlas-2017>>. Acesso em: 3 out. 2017.

COELHO, M. C.; REZENDE, C. B. **Cultura e Sentimentos:** Ensaios em antropologia das emoções. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2011.

COLLINS, P. H. The Meaning of Motherhood in Black Culture and Black Mother/Daughter Relationships. In: **Sage: A Scholarly Journal on Black Women.** v. 4, n. 2, Fall 1987. p. 4-11.

_____. Shifting the Center: Race, Class, and Feminist Theorizing about Motherhood. In: GLENN, E. N.; CHANG, G.; FORCEY, L. **Mothering:** Ideology, Experience and Agency. New York: Routledge, 1994.

_____. **Black Feminist Thought:** knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. 2nd ed. Taylor & Francis e-Library, 2002.

COLLINS, R. Social Movements and the Focus of Emotional Attention. In: GOODWIN, J; JASPER, J. M.; POLLETTA, F. (orgs.). **Passionate Politics:** emotions and social movements. Chicago/London: University of Chicago Press, 2001.

COSTA, E. V. Da **Monarquia a República.** São Paulo: Unesp, 1985.

COSTA, A. M. A violência como marca: a pesquisa em história. In: L. M. SCHWARCZ; L. V. S. REIS (Orgs.). **Negras imagens:** ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil. São Paulo: Edusp, 1996. p. 81-91.

COSTA, F. C. L. H. “Infelizmente ser feliz tem seu preço”: saída do armário e dis-

curso de resistência de um militar gay. In: **Revista Escrita**, 2020, n. 26, p. 6-27.
CRAPANZANO, V. Reflections on hope as a category for social and psychological analysis. In: **Cultural Anthropology**. v.18, n. 1, 2003. p.3-31.

CRENSHAW, K. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. In: **Stanford Law Review**. v. 43, jul. 1991. p. 1241- 1299.

DA MATTA, Roberto O ofício de etnólogo ou como ter anthropological blues. In: NUNES, E. de O. **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.

DAVIS, A. **Women, race and class**. New York: Random House, 1983.

DEGLER, C. N. **Neither black nor white**. Madison: Univ. of Wisconsin Press, 1991.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: _____. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DEFINA, A. **Identity in narrative** – a study of immigrant discourse. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2003.

_____; GEORGAKOPOULOU, A. Introduction: Narrative Analysis in the shift from texts to practices. In: **Text & Talk**. v.28, n.3, 2008. p. 275-81.

_____. Biography as Political Tool: The Case of the Dreamers. In: RHEINDORF, M.; WODAK, R. Eds. **Sociolinguistic perspectives on migration control**. Bristol, UK: Multilingual Matters, 2020.

EVARISTO, C. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EWICK, P. SILBEY, S. Narrating Social Structure: Stories of Resistance to Legal Authority. In: **AJS**. Chicago, v. 108, n. 6, mai. 2003. p. 13-72

FAIRCLOUGH, N. **Discourse and social change**. Cambridge: Polity Press, 1992.
FANNON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. EDUFBA Salvador, 2008.

FARIAS, J. **Governo de mortes: uma etnografia da gestão das populações de**

- favelas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2020.
- FRANÇA, A. Pensar ou obedecer? – Desafio da educação em direitos humanos para os policiais militares. In: **RIDH**; Bauru, v. 4, n. 1, jan.-jun., 2016. p. 63-81.
- FRANKHAM, J.; MACRAE, C. Etnografia. In: SOMEKH, B.; LEWIN, C. **Teoria e métodos de Pesquisa Social**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ed Nacional, 1965.
- _____. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.
- FREIRE, J. Quando as emoções dão formas às reivindicações. In: COELHO, M. C. e REZENDE, C. B. (orgs.) **Cultura e Sentimentos: Ensaio em antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2011. p. 168-196.
- FREIRE, L. N. Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados. **Dilemas**. v. 1, n. 2, 2008.
- FREITAS, R. C. S. Família e Violência: reflexões sobre as Mães de Acari. **Psicologia USP**, v. 13, n. 2, 2002. p. 69-103.
- FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**. 34. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.
- FOUCAULT, M. **Segurança, Território e População: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GARCEZ, P. M.; SCHULZ, L. Olhares circunstanciados: etnografia a da linguagem e pesquisa em Linguística Aplicada no Brasil. In: **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, n. 31, 2015 ed. especial. p. 1-34.
- _____. Transcrição como teoria: a identificação dos falantes como atividade analítica plena. In: MOITA LOPES, L. P.; BASTOS, L. C. **Identidade: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas: Mercado das Letras, 2002. p. 83-95.
- GEE, J. P. **Social linguistics and literacies. Ideology in discourses**. Bristol: The Falmer Press, 1990.
- GEORGAKOPOULOU, A. Thinking big with small stories in narrative and iden-

tity analysis. In: **Narrative Inquiry**. v.16, n.1, p.122-130. 2006.

GÓES, L. Racismo, Genocídio e Cifra Negra: Raízes de uma Criminologia Antropofágica. In: ANDRADE, V.R.P.; ÁVILA, G. N. Gustavo (Orgs.). **Criminologias e Política Criminal**. Florianópolis: COMPEDI, v.1, 2014. p. 452-481.

GOFFMAN, E. **The Interaction Order**: American Sociological Association, 1982 Presidential Address. *American Sociological Review*, v. 48, n. 1, 1983. p. 1-17.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1989 [1959].

_____. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara, 4ª ed. 2004 [1963].

GOMES, N. L. Alguns Termos E Conceitos Presentes No Debate Sobre Relações Raciais No Brasil: Uma Breve Discussão. In: **Revista Educação e Sociedade**. v. 33, n. 120, jul.-set. 2012.

GOHN, M. da G. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997 .

GONÇALVES, A. B.; NASCIMENTO, D. A. do. Favela, espaço e sujeito: uma relação conflituosa. In: **Ipotesi**. Juiz de Fora, v.15, n. 2, jul.-dez. 2011. p. 51-62.

GONZALEZ, L. O Movimento Negro na última década. In GONZALEZ, L. e HASENBALG, C. In: **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs. 1984. p. 223-244.

GOODWIN, J; JASPER, J. M.; POLLETTA, F. (orgs.). **Passionate Politics**; emotions and social movements. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2001.

GUIMARÃES, A. S. A. Como trabalhar com “raça” em Sociologia. In: **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 29, n. 1, jan.-jun. 2003. p. 93-107.

_____. Racismo e Anti-Racismo no Brasil. **Novos Estudos**. n. 43, nov., 1995.

GUMPERZ, J. **Discourse strategies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

GUSFIELD, J. R. **The culture of Public Problems: Drinking-Driving and the Symbolic Order**. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Tradução Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

_____. Raça, o significante flutuante. Tradução de Liv Sovik, em colaboração com Katia Santos. Rio de Janeiro. In: **Revista Z Cultural**, ano 8, n. 2, 2015.

HANCHARD, M. G. **Orpheus and Power: The Movimento Negro of Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil, 1945-1988**. New Jersey: Princeton University Press, 1998.

HARRIS, M. **Patterns of race in the Americas**. New York: Walker, 1964.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. Raça, Classe e Mobilidade. In GONZALEZ, L. e HASENBALG, C. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

_____. Relações Raciais no Contexto Internacional e Nacional. In: HASENBALG, C.; MUNANGA, K; SCHWARCZ, L. M. **Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade**. Niterói: EDUFF, 1998.

hooks, bell. **Feminist Theory: From Margin to Center**. Cambridge: South End Press, 1984.

_____. **Vivendo de amor**. 2010. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>>. Acesso em 30 mai. 2022.

HORTA, L. F. DA; RODRIGUES, L. DE A.; VASCONCELOS, V. F. P. Favela como espaço de estigma e reinvenção. **Anais XIII ENANPEGE**, 2019. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562637980_

ARQUIVO_favela_ANPEGE_2019-ultima-atualizacao_12paginas_oficial.pdf.>. Acesso em: 25 set. 2020.

JASPER, J. **The Art of Moral Protest: Culture, Biography, and Creativity in social Movements**. Chicago: Chicago University Press, 1997.

KARAM, M. L. Violência, militarização e 'guerra às drogas'. In: KUCINSKI, B. **Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. São Paulo: Boitempo, 2015.

KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK, M. 1997. Introduction. In: _____. **Social Suffering**. Berkeley: University of California Press. p. ix-xxvii.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019 [2008].

LABOV, W.; WALETSKY, J. Narrative Analysis: oral versions of personal experience. In HELM, J. (org.) **Essays of the verbal and visual arts**. Seattle: University of Washington Press, 1967. p. 12-14.

_____. The transformation of experience in narrative syntax. In: **Language in the inner city**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LACERDA, P. O sofrer, o narrar, o agir: dimensões da mobilização social de familiares de vítimas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, 2014. p. 49-75.

LEAR, J. **Radical hope: Ethics in the face of cultural devastation**. Cambridge: Harvard University Press, 2008.

LEITE, M. P. Mães em movimento. In: BIRMAN, P.; LEITE, M. (org.). **Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

LIMA, K. R. de S. Desafios éticos e políticos da luta de classes e o mito da democracia racial em Florestan Fernandes. In: **Rev. katálysis**. Florianópolis, v. 20 n. 3 set.-dez 2017.

LINDE, C. **Life Stories: the creation of conference**. Nova York: Oxford University Press, 1993.

LODER, L.L. O modelo Jefferson de transcrição: convenções e debates. In: L.L. LODER; N.M. JUNG (org.) **Fala-em-interação social**: introdução à análise da conversa etnometodológica. São Paulo: Mercado de Letras, 2008. p. 127-161.

LOPES, A. C. A favela tem nome próprio: a (re)significação do local na linguagem do funk carioca. **RBLA**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, 2009, p. 369-390.

LUTZ, C. **Unnatural emotions**: everyday sentiments on a Micronesian atoll & their challenge to Western theory. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

MCADAM, D.; TARROW, S.; e TILLY, C. Para mapear o confronto político. In: **Lua nova: Revista de Cultura e Política**. n. 76, 2009.

MACHADO DA SILVA, L. A.; LEITE, M. “Violência, Crime e Polícia: O que os favelados dizem” In: MACHADO DA SILVA, L. A. (org.). **Vida sob Cerco**: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2008.

MAIO, M. C. Tempo controverso: Gilberto Freyre e o Projeto UNESCO. In: **Tempo soc**. São Paulo, v. 11, n. 1, mai. 1999.

MATIOLLI, T. O. L. **Metáforas da cidade partida**: a divisão territorial do Rio de Janeiro nas eleições municipais de 2008. 2010. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MELUCCI. A. **A invenção do presente**; Movimentos sociais nas sociedades complexas. *Petrópolis: Vozes, 2001*.

MELO, G. C.V. Slave trade ads in the 19th century: textual trajectory, entextualization and indexical orders mobilized on contemporary ADS. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 19, 2019. p. 871-900.

MENDES, T. S. **Mães em Movimento**: construção narrativa sobre agência em rede para inclusão de estudantes disléxicos em esferas educacionais Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, [no prelo].

MESQUITA NETO, Paulo. Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. In: Orgs: PANDOLFI, D. et al. **CIDADANIA, justiça e violência**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. p. 130-148.

MISHLER, L. Narrativa e identidade: a mão dupla do tempo. In: L.P. da MOITA LOPES; L.C. BASTOS (orgs.), **Identidade: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas: Mercado de Letras/CNPQ, 2002. p. 97-119.

MISSE, M. (org.). “Autos de Resistência”: uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011)”. **Relatório Final de Pesquisa** – Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflitos e Violência Urbana. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mimeo, 2011.

MOITA LOPES, L.P. **Discurso de Identidades**. Campinas: Mercado das Letras. 2003.

_____. Da aplicação de linguística à linguística aplicada indisciplinar. In PEREIRA e PILAR (orgs.). **Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 11-24.

MOTTA R. Paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil. In: **Estud. afro-asiát**, Rio de Janeiro, n. 38, dez. 2000.

Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S-0101-546X2000000200006>. Acesso em: 12 fev. 2020.

MUNANGA, K. Teorias sobre o Racismo. In: HASENBALG, C.; MUNANGA, K; SCHWARCZ, L. M. **Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade**. Niterói: EDUFF, 1998.

_____. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.) **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994, p. 177-187.

_____. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação, **PENESB-RJ**, em 05 mai. 2003. Disponível em:

<<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

MUNIZ, J. de O. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser**: cultura e cotidiano na Polícia Militar do Rio de Janeiro. 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1999.

MORRIS, A. **The Origins of the Civil Rights Movement**: Black Communities Organizing for Change. New York: The Free Press, 1984.

NASCIMENTO, A. do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO A. A. do; GRILLO, C.C.; NERI, N. E. Autos com ou sem resistência: Uma análise dos inquéritos de homicídios cometidos por policiais. In: XXXIII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2009, Brasília. **Anais**. Brasília: GT 08, “Crime, violência e punição, 2009. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/papers-33-encontro/gt-28/gt08-24/1843-andreanascimento-autos/file>>. Acesso em: 29 set. 2017.

NUNES S. da S. Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. In: **Psicol. USP**. São Paulo, v.17, n. 1, mar. 2006.

OLIVEIRA, M. V. A. de. A utilidade da criminologia para o promotor de justiça. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, n. 1370, abr. 2007.

ORTON, N. E. **Práticas de atropelamento, práticas de resistência**: dinâmicas de gênero e a construção discursiva da horizontalidade nos movimentos sociais contemporâneos. 2020. Tese (Doutorado em Letras/Estudo da Linguagem) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

_____; BIAR, L. de A. Horizontality and gender in contemporary social movements: Narrative practice as a means of resistance. In: **Narrative Inquiry**. v. 30, n. 2, 2020. p. 236-270.

OTA, M. E. **De fábrica de marginal a mães guerreiras**: uma etnografia sobre a luta de mães de vítimas da violência do Estado. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, UERJ, 2018.

PAIVA, A. R. Pedagogia Alternativa nos Movimentos Sociais. In: **Desigualdade**

& Diversidade: Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio. Edição dupla, n.12, jan.-dez. 2013. p. 29-42.

PARK, R. The nature of Racial Relations. In: BACK Les, SOLOMOs, J. **Theories of Race and Racism**. Londres: Routledge, 2000.

PASCHEL, T. S. **Becoming Black Political Subjects:** Movements and Ethno-Racial Rights in Colombia and Brazil. New Jersey: Princeton University Press, 2016.

PEREIRA, R. M.; CASTRO C. L. de C.; CHEIBUB, B. L. Favela ou comunidade? como os moradores, guias de turismo e outros agentes sociais compreendem simbolicamente o “morro” Santa Marta (RJ)? In: **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 6, 2019. p. 23-36.

PINTO, R P. **O movimento negro em São Paulo:** luta e identidade. São Paulo: UEPG; Fundação Carlos Chagas, 2013.

POLKINGHORNE, D. E. **Narrative Knowing and the Human Sciences**. Albany: State University of New York Press, 1988.

REIS, J. J. **As identidades do Brasil:** De Varnhagen a FHC. v. 1. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

REZENDE, C. B.; COELHO, M. C. **Antropologia das Emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2ª reimpressão, 2015.

RIESSMAN, C. **Narrative analysis**. Newbury Park, CA: SAGE, 1993.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Suéli Carneiro; Pólen, 2019.

RINALDI A. de A. Marginais, delinquentes e vítimas: um estudo sobre a representação da categoria favelado no tribunal do júri da cidade do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A.; ALVITO, M.; **Um século de favela**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ROCHA, L. O. **Outraged Mothering:** Black Women, Racial Violence, and the Power of Emotions in Rio de Janeiro’s African Diaspora. 2014. Tese (Doutorado em Filosofia) – Graduate School, University of Texas, Austin, 2014.

ROSALDO, M. **Knowledge and passion:** Ilongot notions of self and social life.

Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

SACKS, H. Lectures on Conversation (2 volumes). Oxford and Cambridge: Blackwell Publishers, 1992.

_____; SCHEGLOFF, E., JEFFERSON, G. A Simplest Systematics for the Organization of Turn-Taking for Conversation. In: **Language**. v. 50, n. 4, part 1, 1974.

SANTIAGO, V.W.B. **A luta das mães nas favelas: margens, Estado e resistência**. 2016. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

_____. RODRIGUES, Carla. Feridas de uma herança dolorosa. Dossiê “A violência como ordem”. In: **Revista Cult**. n. 232, mar. 2018. p. 40-43.

_____. **A economia sacrificial do Estado-nação: o luto público das mães de vítimas da violência de Estado no Brasil**. 2020. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SARBIN, T. R. Embodiment and the Narrative Structure of Emotional Life. **Narrative Inquiry**, Amsterdam 11 (1), p. 217-225, 2001.

SCHERER-WARREN, I . **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. In: **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, jan.-abr. 2006. p. 109-130.

SELL, M.; OSTERMANN, A. C. Análise de categorias de pertença (ACP) em estudos de linguagem e gênero: a (des)construção discursiva do homogêneo masculino. In: **ALFA: Revista de Linguística**. São Paulo, v. 53, n. 1, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1675>>. Acesso em: 10 set. 2020.

SIGIURA, L; WILES, R; POPE, C. Ethical challenges in online research: Public/private perceptions. In: **Research Ethics**. N. 13 (3-4, 2017). p. 184-199.

SIMONS, H. PIPER, H. Questões éticas na geração de conhecimento público In: SOMEKH, B.; LEWIN, C. **Teoria e métodos de Pesquisa Social**. Petrópolis: Vozes, 2015.

SINHORETTO, J.; MORAIS, D. de S. “Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada”. **Revista de Estudos Sociais**, n. 64, abr. 2018. p. 15-26. Disponível em: <Error! Hyperlink reference not valid.<https://doi.org/10.7440/res64.2018.02>>. Acesso em: 4 abr. 2019.

SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, D. N. The pragmatics of chaos: parsing Bolsonaro’s undemocratic language. In: **Trab. Ling. Aplic.** Campinas, n. 59.1, jan.-abr. 2020. p. 507-537.

_____; LEE. “Marielle, presente”: Metaleptic temporality and the enregisterment of hope in Rio de Janeiro. In: **Journal of Sociolinguistics**. 2020.

SNOW, D. Collective Identity and Expressive Forms. In: **UC Irvine: Center for the Study of Democracy**. 2011.

SOARES, L. V.; MACHADO, S. M. “Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. In: **Rev. Psicologia Política**. São Paulo, v. 17 n. 39, mai.-ago 2017. p. 203-219.

SOUZA, A. L. S. **Letramentos de Reexistência: culturas e identidades no movimento hip-hop**. 2009. Tese (doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, São Paulo, 2009.

SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SCHWARCZ, L. M. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no brasil uma história das teorias raciais em finais do século XIX. In: **Afro-Ásia**. n. 18, 1996. p. 77-101.

_____. Complexo de Zé Carioca Notas sobre uma identidade mestiça e malandra. In: **ANPOCS**. 1994. Disponível em: <http://anpocs.com/images/stories/RBCS/rbcs29_03.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

TACCA, F. de. P. A imagem é uma arma: a propósito de riscos e rabiscos no Bairro Alto. In: **Arquivos da memória: Antropologia, Arte e Imagem**. Lisboa, n. 5-6 (Nova Série), 2009. p. 223-225.

TANNEN, D. “**Oh talking voice that is so sweet**”: constructing dialogue in conversation. *Talking voices*. Cambridge: Cambridge University Press. 2007 [1989].

TARROW, S. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TELLES, V. da S. Sociedade Civil e a construção dos novos espaços públicos. In: DAGNINO, E. (org.) **Anos 90: política e a sociedade no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

TELLES, E. **Race in Another America: The Significance of Skin Color in Brazil**. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2004.

_____. **Pigmentocracies: Ethnicity, Race, and Color in Latin America**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2014.

TERRA, L. M. **Negro suspeito, negro bandido: um estudo sobre o discurso policial**. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara 2010.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TOURAINE, A. **Pensar outramente**. Petrópolis: Vozes, 2007.

VALLADARES, L. do P. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VELHO, G. Observando o familiar. In _____. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008 [1981]. p. 122-134.

VENTURA, Z. **Cidade partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

ANEXO I A. CONVENÇÕES DE TRANSCRIÇÃO*: dor e política em situações de violência institucional – Dossiê Violência: outros olhares. In: **Cad. Pagu**. Campinas, n. 37, jul.-dez. 2011.

_____.	Violência, Estada	Simbólos	o: considerações sobre corpos	Especificação
	cruzados. In: SOUZA LIMA, A. C.; GARCIA, A; COSTA, V. (Orgs.).		problema da violência nos contextos: mexica	Margens da
	violência . Subsídios ao estudo (do	(.9)	Micropausa de menos de dois décimos de	
	nos e brasileiros. Brasília, ABA, 2014 p.209-237.		segundo	
ZALUAR, A.; ALVITO, M.	(1.5)	(.....)	Pausa em décimos de segundo	
FGV, 2006.			Segmento de fala incompreensível	
	EXATAMENTE			Fala mais alta

ZILLI, B. Teorias que Libertam: narrativas de intelectuais brasileiros sobre engajam
 *Convenções de Transcrição. **Instituições**. Rio de Janeiro, Jeff, n. 1, jun. 2017. p. 106-128.

VEIGA, E. O Brasil vive a banalização da morte? **Deutsche Welle**, Brasil, 23/08/2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-brasil-vive-a-banaliza%C3%A7%C3%A3o-da-morte/a-54663838>